

PDM
P L A N O
D I R E T O R
M U N I C I P A L
D E L I S B O A



Carta Educativa /março 2008

Plano Diretor Municipal de Lisboa

Primeira revisão aprovada em reunião da Assembleia Municipal de 24 de julho de 2012 [Deliberação nº 46/AML/2012 e Deliberação nº 47/AML/2012] e publicada Diário da República de 30 de agosto de 2012

CARTA EDUCATIVA DE LISBOA

Março 2008

NOTA PRÉVIA

A presente Carta Educativa de Lisboa representa finalmente uma resposta urgente e inadiável que, conforme previsto no D.L. 7/2003, visa assegurar a adequação da rede de equipamentos de educação e ensino às ofertas educativas que é necessário satisfazer no espaço concelhio.

Adopta-se neste documento uma perspectiva pragmática de curto/médio prazo em que se privilegia a correcção de lacunas e deficiências da rede educativa de Lisboa já sentidas neste momento ou que se perspectivam no curto prazo. Adicionalmente, esta Carta Educativa será enfocada na vertente infra-estrutural, visando sustentação pragmática para uma programação de reforço e requalificação do parque escolar que vá ao encontro de debilidades da rede existente consideradas prementes e inquestionáveis, independentemente de orientações estratégicas relativas ao desenvolvimento da cidade que venham a ser adoptadas posteriormente pelo Município de Lisboa. O estado actual de desenvolvimento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território não cria condições favoráveis para a adopção, nesta etapa, de uma visão prospectiva com horizonte temporal mais dilatado.

Assim, o presente documento deve ser encarado como uma primeira etapa num processo de planeamento da rede educativa que, longe de se esgotar neste estágio, deve ser dinâmico e progressivo. Neste enquadramento, reforçam-se as necessidades de monitorização do sistema e de revisão da presente Carta Educativa que, uma vez ultrapassados os presentes constrangimentos, o Município de Lisboa assumidamente pretende promover. Nessa revisão serão contemplados objectivos mais ambiciosos, quer em termos de abrangência e temáticas a abordar de forma mais aprofundada (nomeadamente nas vertentes pedagógica, sócio-educativas, organizacionais ou gestionárias), quer em termos de horizonte temporal de planeamento da rede e sua articulação com estratégias ou planos de desenvolvimento da cidade.

A presente Carta Educativa resultou de um esforço conjunto e uma cooperação empenhada entre o CESUR e os Departamentos de Planeamento Estratégico e de Educação e Juventude do Município de Lisboa, no entendimento que estamos face a um processo.

FICHA TÉCNICA – EQUIPA DE PROJECTO

CESUR (Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do IST):

Prof. Rui Carvalho Oliveira (Coordenador Geral)

Eng.^a Ana Catana

Eng. Pedro Pinto

Colaborações: Eng.^a Júlia Pinto, Eng. Milton Gomes, Eng.^a Ana Mourão, Eng. Pedro Trocado, Dr.^a Ana Amorim, Dr. Pedro Graça

CML – Departamento de Planeamento Estratégico (DPE):

Dr.^a Teresa Craveiro (Directora do DPE)

Dr.^a Anabela Completo

Eng.^a Ana Sofia Rocha

Arq. Luís Correia

Arq. Maria João Duarte

Dr. Paulo Santos

Eng.^a Vanda Lopes

CML – Departamento de Educação e Juventude (DEJ):

Dr. José Manuel Pereira (Director do DEJ)

Eng. ^o João Semedo

Dr.^a Ana Guerra Afonso

Dr.^a Cristina Ferreira

Dr.^a Manuela Raimundo

Dr.^a Maria João Borges

Dr.^a Olga Silva

ÍNDICE GERAL

NOTA PRÉVIA.....	I
FICHA TÉCNICA – EQUIPA DE PROJECTO.....	II
1.INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL	5
I.1 Caracterização Territorial e Sócio-económica.....	5
I.1.1 Inserção territorial: o concelho de Lisboa e a Área Metropolitana.....	5
I.1.2 Política Urbana.....	9
I.1.3 Transportes e acessibilidades	13
I.1.4 Elementos de caracterização sócio-económica	18
I.1.5 Demografia: evolução recente.....	25
I.2 Caracterização do Sistema Educativo	36
I.2.1 Perspectiva Global	36
I.2.1.1 Taxas de escolarização e de cobertura.....	39
I.2.1.2 Indicadores de desempenho.....	42
I.2.1.3 Agrupamentos de Escolas	46
I.2.2 Educação Pré-Escolar (Rede Pública do ME)	48
I.2.2.1 Componente de Apoio à Família.....	52
I.2.3 Ensino do Básico – 1º Ciclo (Rede Pública do ME)	53
I.2.3.1 Actividades de Enriquecimento Curricular e Componente de Apoio à Família	57
I.2.4 Ensino Básico - 2.º e 3.º Ciclos (Rede Pública do ME)	61
I.2.5 Ensino Secundário (Rede Pública)	64
I.2.5.1 Estado de conservação do Parque Escolar	68
I.2.6 Rede Privada.....	70
I.2.7 Formação Profissional	72
I.2.8 Ensino Recorrente.....	74
I.2.9 Acção Social Escolar	75

I.2.9.1	Alunos carenciados.....	75
I.3	Enquadramento Legislativo e Orientador.....	78
PARTE II - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO, AVALIAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO DA REDE		82
II.1	Diagnóstico Estratégico: Análise SWOT	82
II.2	Princípios orientadores, critérios e objectivos	88
II.3	Projecções da procura de ensino.....	93
II.3.1	População residente	93
II.3.2	Estimação da procura de ensino (Rede Pública do ME)	98
II.4	Avaliação da Rede Actual e sua Reconfiguração	102
II.4.1	Grupo Noroeste	104
II.4.1.1	Agrupamento 6 – Bairro Padre Cruz	105
II.4.1.2	Agrupamento 7 – Delfim Santos	106
II.4.1.3	Agrupamento 9 – Quinta de Marrocos	108
II.4.1.4	Agrupamento 10 – Pedro Santarém.....	109
II.4.1.5	Agrupamento 11 – Telheiras 1	110
II.4.1.6	Agrupamento 12 – São Vicente/ Telheiras	112
II.4.1.7	Agrupamento 16 – Lindley Cintra.....	113
II.4.1.8	Agrupamento 17 – Pintor Almeida Negreiros	115
II.4.1.9	Agrupamento 18 – Alto do Lumiar.....	116
II.4.1.10	Análise integrada da zona Lumiar – Ameixoeira	117
II.4.1.11	Análise integrada para o Grupo Noroeste	119
II.4.2	Grupo Nordeste	121
II.4.2.1	Agrupamento 19 - Luís António Verney	122
II.4.2.2	Agrupamento 20 - Marvila.....	123
II.4.2.3	Agrupamento 24 – Damião Góis	125
II.4.2.4	Agrupamento 25 – Fernando Pessoa.....	127
II.4.2.5	Agrupamento 26 – Santa Maria dos Olivais	128

II.4.2.6	Agrupamento 27 – Piscinas/Olivais.....	129
II.4.2.7	Agrupamento 28 – Vasco da Gama.....	130
II.4.2.8	Análise agregada para o Grupo Nordeste.....	133
II.4.3	Grupo Centro.....	134
II.4.3.1	Agrupamento 8 – Marquesa de Alorna.....	135
II.4.3.2	Agrupamento 13 – Alvalade.....	137
II.4.3.3	Agrupamento 14 – Eugénio dos Santos.....	139
II.4.3.4	Agrupamento 15 – Luís de Camões.....	140
II.4.3.5	Agrupamento 22 – Olaias	142
II.4.3.6	Agrupamento 29 – D. Filipa de Lencastre	143
II.4.3.7	Análise agregada para o Grupo Centro.....	145
II.4.4	Grupo Centro Ribeirinho.....	146
II.4.4.1	Agrupamento 1 – Bartolomeu de Gusmão.....	146
II.4.4.2	Agrupamento 2 – Baixa - Chiado	148
II.4.4.3	Agrupamento 4 – Manuel da Maia	149
II.4.4.4	Agrupamento 21 – Nuno Gonçalves	151
II.4.4.5	Agrupamento 23 – Patrício Prazeres	152
II.4.4.6	Agrupamento 30 – Gil Vicente	154
II.4.4.7	Análise agregada para o Grupo Centro Ribeirinho.....	155
II.4.5	Grupo Sudoeste	156
II.4.5.1	Agrupamento 3 – Francisco Arruda	157
II.4.5.2	Agrupamento 5 – Belém-Restelo	158
II.4.5.3	Análise agregada para o Grupo Sudoeste	160
II.4.6	Análise agregada para o Concelho de Lisboa	161
PARTE III - PROGRAMA DE ACTUAÇÕES		162
III.1	Programa de Intervenções Prioritárias.....	163
III.1.1	Eixo Estratégico 1 – Reforço da Rede Escolar	163
III.1.2	Eixo Estratégico 2 – Requalificação do Parque Escolar.....	167

III.1.2.1 – Intervenções Previstas	167
III.2 Medidas Complementares	172
III.2.1 Educação Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico	172
III.2.2 Ensino Básico (2º e 3º ciclos) e Secundário	172
III.2.3 Medidas Gestonárias	174
III.3 Monitorização da Carta Educativa	175
ANEXOS	181

1.INTRODUÇÃO

Como expresso no diploma legal que a institui (D.L. 7/2003, de 15 de Janeiro) *“A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município”*.

Face aos condicionalismos referidos na Nota Prévia, o presente documento constitui uma primeira etapa num processo de ordenamento da rede educativa do município de Lisboa que, numa perspectiva pragmática, contempla na sua parte propositiva um programa de intervenções prioritárias que visam, no curto prazo, suprir carências e debilidades da rede de equipamentos diagnosticadas nesta fase.

O presente documento está estruturado como se indica de seguida.

A Parte I desta Carta Educativa é dedicada a um enquadramento e caracterização da situação actual que serve de ponto de partida e elemento basilar que sustenta o diagnóstico e análises subseqüentes. No capítulo I.1 desenvolve-se um enquadramento territorial e caracterização genérica do concelho de Lisboa em vertentes como política urbana, transportes e acessibilidades e aspectos socio-económicos e demográficos. No Capítulo I.2 faz-se uma caracterização do sistema educativo, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, nas vertentes de procura (populações escolares) e de oferta (parque escolar, ofertas educativas e acção social escolar) e de desempenho do sistema. O Capítulo I.3 é dedicado a elementos de enquadramento legislativo e orientador para a elaboração de Cartas Educativas.

Na Parte II desenvolve-se um diagnóstico estratégico do sistema educativo. Apresenta-se uma análise SWOT, identificando pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças (Capítulo II.1) e explicitam-se os princípios orientadores, critérios e objectivos adoptados (Capítulo II.2). No Capítulo II.3 desenvolvem-se projecções da procura de ensino para a actualidade baseadas na população residente recenseada em 2001, mas com correcções decorrentes de novos desenvolvimentos urbanos (construídos após 2001) susceptíveis de alterar a geografia da procura. No Capítulo II.4 desenvolvem-se extensivas análises de avaliação da rede escolar actual, baseadas em balanços de oferta-procura e outros elementos qualitativos de análise e identificam-se necessidades de reforço e requalificação da rede de equipamentos.

Na parte propositiva da Carta Educativa (Parte III) é apresentado o programa de intervenções prioritárias (Capítulo III.1), bem como medidas complementares noutras vertentes (Capítulo III.2). Termina-se com recomendações sobre a monitorização da Carta Educativa (Capítulo III.3).

Neste documento faz-se referência a várias unidades geográficas, para além das clássicas divisões administrativas (freguesias):

- Grandes Unidades Agregadas (GUA), delimitadas no âmbito do trabalho “Mercado Imobiliário na Área Metropolitana de Lisboa” pela equipa liderada pelo Prof. Costa Lobo e que têm vindo a ser adoptadas em outros estudos e trabalhos, sendo apresentadas na Figura 1;
- Agrupamentos de Escolas (AE), adoptados neste trabalho como unidades territoriais básicas de análise e ordenamento da rede de equipamentos de ensino (constituindo-se como Territórios Educativos) que se representam na Figura 2;
- Grupos (de Territórios Educativos/Agrupamentos), que correspondem a conjuntos de Agrupamentos que reproduzem tanto quanto possível as Grandes Unidades Agregadas acima referidas e que se apresentam também na Figura 2.

Em documento autónomo (Anexo A) apresentam-se fichas de caracterização do estado de conservação dos estabelecimentos públicos com oferta de pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico do Ministério da Educação.

Figura 1 – Grandes Unidades Agregadas (GUA)

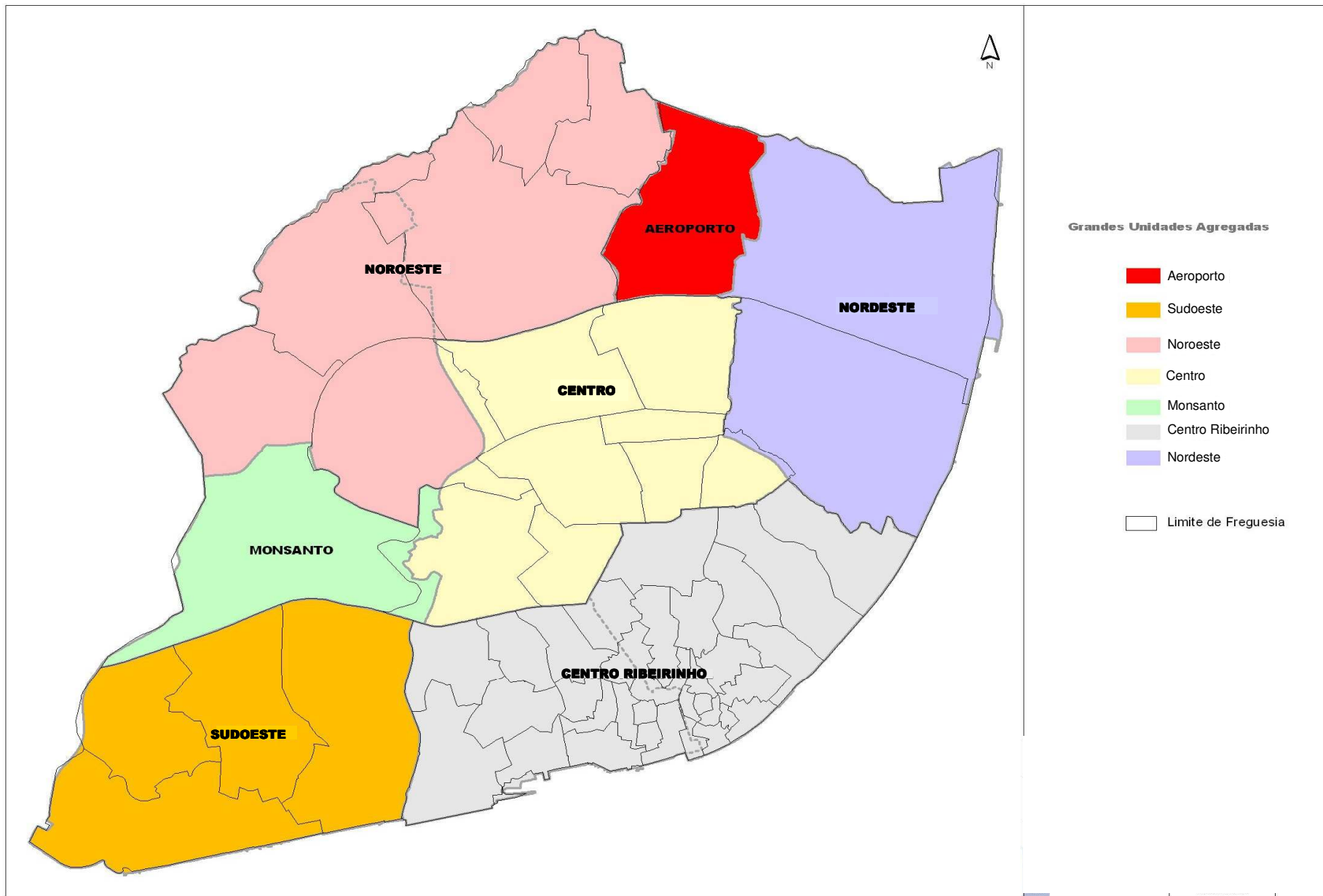
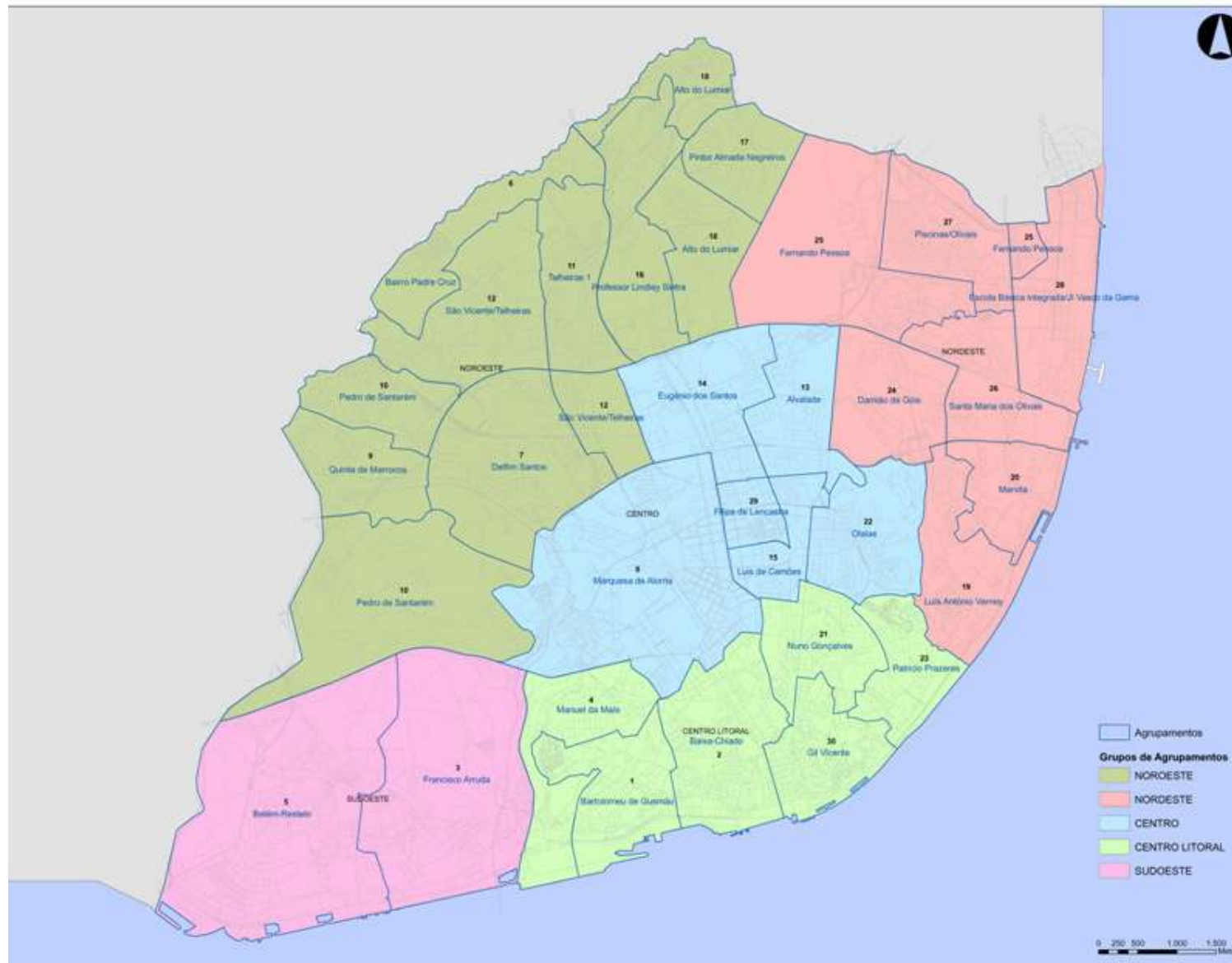


Figura 2 – Agrupamentos de Escolas (e Grupos respectivos)



PARTE I - ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

I.1 *Caracterização Territorial e Sócio-económica*

I.1.1 **Inserção territorial: o concelho de Lisboa e a Área Metropolitana**

A cidade de Lisboa localiza-se na margem direita do rio Tejo, tem cerca de 84 km² de área e 565 mil habitantes, de acordo com o Censo de 2001.

O concelho subdivide-se em 53 freguesias e está limitado a norte pelos municípios de Odivelas e Loures, a oeste por Oeiras, a noroeste pela Amadora e a leste e sul pelo estuário do Tejo. Através do estuário, Lisboa liga-se aos concelhos da Margem Sul: Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete (Figura I.1).

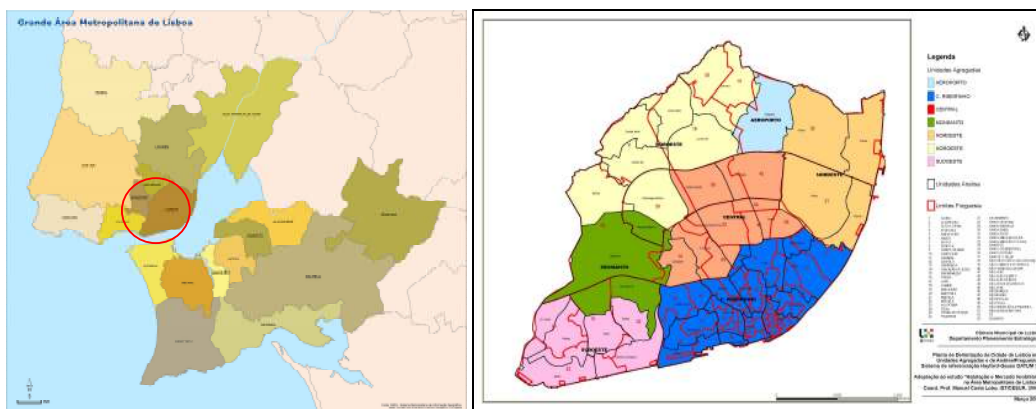


Figura I.1 – Inserção territorial do concelho de Lisboa

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) corresponde ao mais importante sistema urbano da parte ocidental da Península Ibérica e à maior concentração demográfica do país, englobando 18 municípios entre as duas margens do rio Tejo, tornando-a a terceira maior metrópole ibérica. De acordo com os dados do último recenseamento geral da população realizado pelo Instituto Nacional de Estatística em 2001, residiam

na AML cerca de 2,7 milhões de habitantes (cerca de 1/4 da população portuguesa), dos quais 21% na cidade de Lisboa.

No contexto da AML, a cidade de Lisboa exerce uma forte atracção sobre pessoas e actividades qualificadas de outros países, tendo portanto uma presença relevante em redes e sistemas supranacionais de empresas de serviços e organizações internacionais de cooperação e intercâmbio.

O estatuto da cidade de Lisboa, enquanto capital nacional, a concentração demográfica, de consumo e de recursos humanos qualificados, assim como as infraestruturas urbanas, em conjunto com o importante património cultural e uma base económica diversificada, com especialização nos serviços avançados às empresas, são factores que conferem à AML condições muito promissoras para um maior desenvolvimento urbano, mais sustentável e com elevados níveis de emprego e de condições de habitat e qualidade de vida das suas populações. Neste âmbito é urgente desenvolver um trabalho de uma forma mais articulada, coordenando políticas e acções entre os municípios vizinhos.

Entre 1991 e 2001, o aumento populacional na globalidade da AML foi de 5,6%, destacando-se os concelhos de Sintra, na Margem Norte, e Sesimbra, na Margem Sul. Lisboa, no entanto, registou a maior perda populacional, com -14,9%, correspondente a cerca de 98.000 habitantes (Figura I.2).

A orientação inicial do crescimento urbano em função dos principais eixos de transportes suburbanos, nomeadamente os ferroviários, condicionou fortemente a construção de novas áreas residenciais e a localização das actividades económicas em ambas as margens Norte e Sul da AML, foi ultrapassada pela crescente motorização individual, que deu origem a uma urbanização difusa.

Esta situação tem agravado ao longo da última década as situações de degradação física e abandono do parque habitacional, sobretudo no centro da cidade de Lisboa, devido ao decréscimo da população residente e do emprego.

Em função de um aumento da procura da cidade por parte de sectores mais jovens da população, sobretudo estudantes, em conjunto com uma política integrada de reabilitação urbana e de dinamização do mercado do arrendamento, que tem por

objectivo central a requalificação do espaço urbano e o repovoamento da cidade, é provável que esta situação tenha começado a inverter-se a partir de 2002.

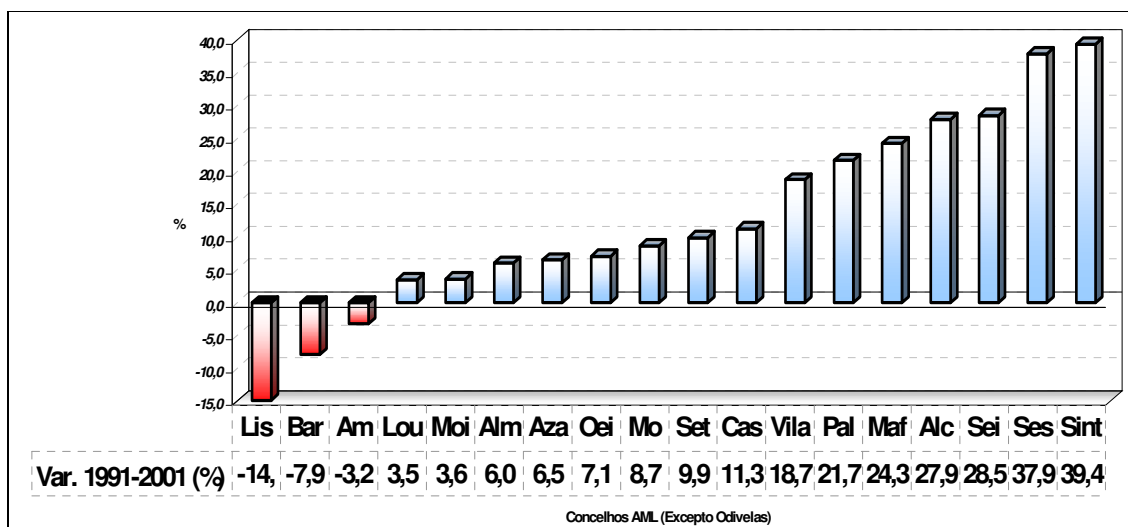


Figura I.2 – Variação Demográfica na AML (1991/2001)

Esta perda de população residente foi acompanhada por uma progressiva degradação e abandono do parque habitacional da cidade e do aumento do número de alojamentos vagos nas áreas centrais. De facto, em 2001 foram recenseados pelo INE mais de 40 mil alojamentos vagos, o que não reflecte a totalidade dos fogos devolutos na cidade de Lisboa ⁽¹⁾.

As características do parque habitacional da cidade reflectem os problemas de uma cidade muito antiga, e que possui um centro histórico bastante vasto e com um edificado de elevada idade e problemas de degradação física. Os proprietários de imóveis, grande parte deles descapitalizados e com rendimentos imobiliários insuficientes para fazerem obras de beneficiação, foram deixando degradar os seus imóveis até limites inimagináveis, em alguns casos até à ruína total e/ou derrocada.

Lisboa possui cerca de 56 mil edifícios recenseados, dos quais 77% são de uso residencial. Do total de edifícios, 37% são construídos com estrutura em betão e 14%

¹ O INE contabiliza apenas os alojamentos vagos em edifícios residenciais que tenham pelo menos um fogo habitado, não sendo contabilizados os fogos em edifícios totalmente devolutos e/ou sem condições de habitabilidade.

carecem de grandes intervenções de reabilitação por se encontrarem muito degradados. Esse total de edifícios, corresponde a cerca de 293 mil alojamentos, maioritariamente com condições de habitabilidade, embora uma importante percentagem destes seja de utilização ocasional.

A cidade de Lisboa, à excepção do momento pombalino, teve etapas de desenvolvimento relativamente incipientes, pois não encontrou os meios e recursos para a concretização de projectos de renovação urbana de índole higienista e modernista, perspectivados para os bairros tradicionais. Temos, assim, uma cidade histórica com uma área invulgarmente extensa, se confrontada com a dimensão dos centros históricos de outras capitais europeias², o que constitui uma dificuldade acrescida na operacionalização do conceito de património urbano e respectiva salvaguarda.

O mercado imobiliário em Lisboa surge desequilibrado, com uma reduzida expressão do arrendamento residencial e uma percentagem dominante dos alojamentos ocupados pelos próprios proprietários como residência habitual. As lojas e espaços comerciais, pagando cada vez menos pelo espaço utilizado, foram perdendo capacidade de inovação e de modernização.

Em resumo, assistiu-se:

- ❖ à degradação do parque habitacional até níveis muito acentuados, chegando à ruína de alguns edifícios em áreas centrais e no centro histórico de Lisboa;
- ❖ à inexistência de um mercado de arrendamento funcional e eficiente;
- ❖ à opção pela aquisição de casa própria fora dos limites e das áreas centrais de Lisboa e ao endividamento exponencial das famílias.

Lisboa continua, no entanto, a apresentar-se muito atractiva para a população jovem, na medida em que apresenta elevada e diversificada oferta de emprego e um conjunto vasto e diversificado de oferta de ensino superior. No contexto desta população jovem e estudante universitária são também cada vez mais numerosos os alunos

² Maria Helena Barreiros; Maria Teresa Craveiro; "Património e Planeamento. Notas sobre o PDM de Lisboa" - Revista Sociedade e Território n.º 22 (Setembro de 1995)

estrangeiros que procuram Lisboa. No entanto, os produtos habitacionais não se encontram adaptados a estas realidades urbanas.

I.1.2 Política Urbana

A aquisição de maior protagonismo por parte das cidades, tanto na vida política, como económica, social, cultural e mediática, coloca no entanto um dos desafios simultaneamente mais importantes e mais estimulantes para a consciência de quem tem como tarefa a gestão das cidades, ou seja, a clarificação do modelo de desenvolvimento sustentável que se pretende para o seu futuro e da respectiva operacionalização de políticas para o desenvolvimento urbano.

A complexidade dos problemas urbanos contemporâneos requer soluções cada vez mais integradas e coerentes de ordenamento do território, de modernização das infraestruturas urbanas, de valorização do ambiente, do património e dos espaços e equipamentos públicos.

O Plano Estratégico de Lisboa apresentava o horizonte de realização para o ano 2000. É de salientar que efectivamente, na década de 90, Lisboa sofreu significativas mudanças no que concerne ao colmatar dos níveis de infra-estruturação de saneamento, rede viária, estrutura verde e recolha selectiva do sistema de resíduos sólidos urbanos, dotação de alguns equipamentos colectivos, nomeadamente de lazer, com algumas operações de requalificação da zona ribeirinha e a realização da Exposição Mundial de 1998.

No entanto, graves assimetrias estruturais prevaleceram, tais como: a dicotomia centro-periferia, a necessitar de uma maior contenção e qualificação das expansões com a revitalização do centro, défices de equipamentos colectivos (escolar, desportivo, saúde e apoio à 3ª idade)

Com efeito, Lisboa está hoje a encetar um novo ciclo, após o colmatar de infra-estruturas com atraso de 30 anos e de promover a sua projecção internacional através da Expo 98. Abrem-se novos desafios à cidade de Lisboa que se pretende a caminho da sustentabilidade pela requalificação urbana, o mesmo é dizer pelo maior e melhor

apetrechamento de equipamentos de proximidade e de espaço público, no que concerne à educação, desporto, lazer e solidariedade social, no sentido de reforçar a coesão social na cidade de Lisboa.

A construção da “cidade moderna” terá assim que ser possível a partir de um compromisso entre a cidade histórica – recuperada, reabilitada, respeitada, habitada e vivida – e a cidade nova, que se vai construindo ou renovando todos os dias. Intervir de forma sustentada no Ambiente Urbano pressupõe, assim, a noção clara de que lidamos com uma rede de interligações muito complexa, que determina a cada momento a qualidade de vida de todos quantos residem e trabalham nas cidades.

Efectivamente, é necessário colmatar as principais carências de equipamentos de proximidade resultante do casuísmo das operações de licenciamento em Lisboa. Com efeito, existe hoje um aparente paradoxo na cidade de Lisboa que tem vindo a perder população nas últimas décadas, mas que mantém graves défices de equipamentos escolares, quer em quantidade, quer em qualidade. Esta herança deve-se a décadas anteriores de prática urbanística, alicerçada em negociações arbitrárias e em políticas casuísticas, efectuada até à aprovação do Plano Director Municipal em 1994, nas quais houve um não cumprimento do Plano Geral de Urbanização de Lisboa (PGUCL) ⁽³⁾, publicado em 1967, com realce para a não execução das Unidade de Ordenamento (UNORs) ⁽⁴⁾. Com efeito, das inter-relações decorrentes da execução do conjunto das UNORs, esperava-se obter uma nova “estrutura orgânica” para a cidade. Para o efeito, a cada área, delimitada a partir do esquema viário fundamental, pretendia-se que correspondesse um quantitativo populacional que teria ao seu dispor uma rede completa de equipamentos e serviços. Os habitantes das UNORs residenciais poderiam assim satisfazer localmente as necessidades complementares da habitação, isto é, comerciais, culturais, de equipamentos, sanitárias e administrativas. Estes planos parciais, previstos no PGUCL, nunca foram efectuados, inclusivamente porque a maioria das UNORs não foram sequer estudadas ...Tinham sido previstas cerca de 40 UNORs, mas em 1972/73 pôs-se termo a essa programação, invocando-se escassez de recursos humanos, nomeadamente técnicos e razões financeiras.

³ Portaria n.º 274/77, de 19 de Maio

⁴ Com excepção da UNOR 36 de Carnide

Refira-se ainda que o Município de Lisboa, até a aprovação do Plano Director Municipal em 1994, nunca aplicou a obrigatoriedade de cedências decorrente do Decreto-Lei n.º 289/73, de 06 de Junho, residindo aqui a raiz do problemática da escassez de terrenos para equipamentos e a ausência de equipamentos de proximidade por freguesia, ao invés de muitas Cidades Médias do país que foram colmatando essas deficiências.

O PDM de 1994, ao afirmar no regulamento, no artigo 127º, “Áreas de Equipamento – No prazo de dois anos serão elaboradas cartas municipais de equipamentos desportivos, de ensino e de saúde, com actualização bienal, que serão submetidas à apreciação das entidades competentes”, remetia para uma 2ª etapa a execução da Carta de Equipamentos. Realça-se que em 1997 se efectuou a proposta da 1ª Carta de Equipamentos de Ensino (proposta 642/97), aprovada por unanimidade em 1-10-1997, mas que não foi sujeita a aprovação por parte da Assembleia Municipal.

Não obstante o disposto nos artigos 120º, 121º e 122º - “Título V – Das Cedências e Compensações”, do referido regulamento, o município de Lisboa foi optando pela alternativa das compensações, agravando as situações de défice de equipamentos nalguns áreas da cidade.

Pretende-se ainda fazer de Lisboa uma cidade acolhedora das empresas e das organizações em espaços de excelência, devidamente infraestruturados, promovendo o empreendedorismo, a incubação de empresas e aumentando o emprego e a criação de riqueza em sectores avançados da economia baseada no conhecimento e em sectores como o comércio e o turismo.

Para tanto, há que atrair novas actividades para o Município de Lisboa baseadas nos valores do empreendedorismo, da inovação, do dinamismo e competitividade económica, da produtividade, da competência e da eficiência colectiva, com os quais se pretende inculcar dinâmicas de modernização e de crescimento económico, com base na inovação de base tecnológica e no apoio ao espírito empreendedor.

A cidade de Lisboa deverá criar as condições urbanísticas e os mecanismos legais e financeiros para atrair actividades económicas e fixar empresas pertencentes a sectores económicos emergentes, baseados em conhecimento e de elevado valor acrescentado, com ênfase para as Tecnologias da Informação e as Comunicações, o Audiovisual, Média, Multimédia e Indústria Criativas, Indústrias da Cultura, Design e

Moda, Biotecnologia e Ciências da Vida, e actividades económicas e científicas ligadas ao Mar.

Tornar “a cidade amigável para as pessoas”, apostando na reabilitação do património edificado, na qualificação dos seus bairros, na criação de equipamentos de proximidade e na valorização do ambiente e espaços públicos, privilegiando a qualidade de vida dos seus residentes e visitantes, qualificando as vivências urbanas, e repovoando demográfica e funcionalmente Lisboa, contribuindo assim para a qualificação do espaço urbano dos bairros da cidade.

A Carta Educativa é um contributo para requalificar a cidade de Lisboa, perspectivando o futuro, tornando-a agradável para viver e trabalhar, mais amigável e uma cidade para as pessoas, melhorando desta forma a qualidade de vida dos seus cidadãos, contribuindo para o aumento da sua coesão social e competitividade.

Uma das estratégias deste Executivo baseia-se na promoção da formação e da educação através da construção de uma rede integrada de equipamentos. Assim, face às novas dinâmicas demográficas da Cidade, a oferta de escolas tem que ser ajustada às necessidades dos alunos e das suas famílias. Ou seja, uma cidade requalificada ao nível dos seus distintos bairros, acessível e atractiva para a classe média e para os jovens residentes, deverá estar equipada e infra-estruturada para o futuro.

Tal implica:

- ❖ Recentrar as escolas em termos físicos e simbólicos no tecido urbano e na imagem da Cidade, procedendo à reabilitação do parque escolar do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, num racionamento dos recursos.
- ❖ Utilizar a escola como instrumento de reabilitação urbana, integrando-a de forma a ser um elemento ordenador e de referência na leitura do bairro e da cidade. ⁽⁵⁾

As cidades têm a capacidade de contribuir activa e eficazmente para a realização dos ambiciosos objectivos que a União Europeia se fixou em matéria de crescimento,

⁵ Programa Eleitoral da Candidatura “Unir Lisboa” – Partido Socialista; 15 de Julho de 2007

emprego e competitividade, a chamada “Agenda de Lisboa” ou “Estratégia de Lisboa”, recentemente renovada, na qual a União Europeia se propõe “tornar-se no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social...” (6). A Carta Educativa é, efectivamente, um primeiro passo para a concretização e operacionalização destes desígnios.

I.1.3 Transportes e acessibilidades

A rede viária da Cidade de Lisboa, tal como está definida no PDM em vigor (1994), é definida por:

- a) Rede primária ou fundamental, que inclui as vias arteriais e as vias principais estruturantes que garantem as conexões viárias da rede arterial aos vários sectores urbanos e que integram as principais avenidas e vias urbanas;
- b) Rede secundária ou de distribuição, que assegura a distribuição e colecta de tráfego da rede local para a rede primária;
- c) Rede local, que assegura predominantemente funções de acesso local ao tecido de actividades e funções urbanas, integrando ruas com utilização distinta e partilhada por veículos e peões e que é constituída por vias de distribuição local e vias de acesso local.

A diminuição da população residente em Lisboa, sobretudo nas áreas mais antigas da cidade, e o aumento do emprego no sector terciário e da concentração de grandes equipamentos de educação e saúde, foi acompanhada de um aumento constante do número de automóveis que solicitam a cidade todos os dias, estimado em cerca de 826 mil veículos/dia, considerando o tráfego motorizado nos corredores de

⁶ “Conclusões da Presidência” – Conselho Europeu de Lisboa, 23-24 de Março de 2000

entrada/saída de Lisboa (⁷), contribuindo para a degradação da qualidade do espaço público e para o abuso do espaço por parte do transporte individual.

A rede de transportes colectivos da cidade de Lisboa é actualmente constituída, ao nível da rede ferroviária pesada e ligeira, pelos seguintes modos (Figura I.3):

- Comboio, inicialmente de configuração radial, foi alvo de uma reestruturação que permitiu rebater as linhas da Azambuja e de Sintra e a ligação à margem sul, sobre a circular ferroviária de Lisboa (linhas de cintura). Esta rede é constituída pelas seguintes linhas, operada pela CP e pela Fertagus:
- Linha do Norte, com as principais estações na gare do Oriente e em Santa Apolónia (principais ligações nacionais);
- Linha da Azambuja, com as principais estações no Carregado, em Vila Franca de Xira, em Alverca, na Póvoa de Santa Iria, em Sacavém e no Oriente, bifurcando-se em seguida em direcção a Santa Apolónia, onde constitui terminal, ou passando em Entrecampos, com terminal em Alcântara-Terra;
- Linha de Sintra, com as principais estações em Rio de Mouro, no Cacém, em Queluz-Massamá e em Benfica. A linha ramifica-se a partir desta última estação continuando, por um lado, com as principais estações em Entrecampos, em Sacavém, na Póvoa de Santa Iria e com terminal em Alverca e, por outro, com terminal no Rossio.
- Linha de Cascais, tendo como principais estações Oeiras, Paço de Arcos, Algés e Alcântara-Mar, com terminal no Cais-do-Sodré;
- Linha da Fertagus, que liga as duas margens do Tejo, desde o Fogueteiro, passando por Foros de Amora, Corroios, Pragal, Campolide, Sete Rios e com terminal em Entrecampos.

⁷ Lisboa, o Desafio da Mobilidade, Colecção de Estudos Urbanos, vol 7, desenvolvido pela Tis – Transportes Inovação e Sistemas, AS e coordenado pelo Prof. José Manuel Viegas.

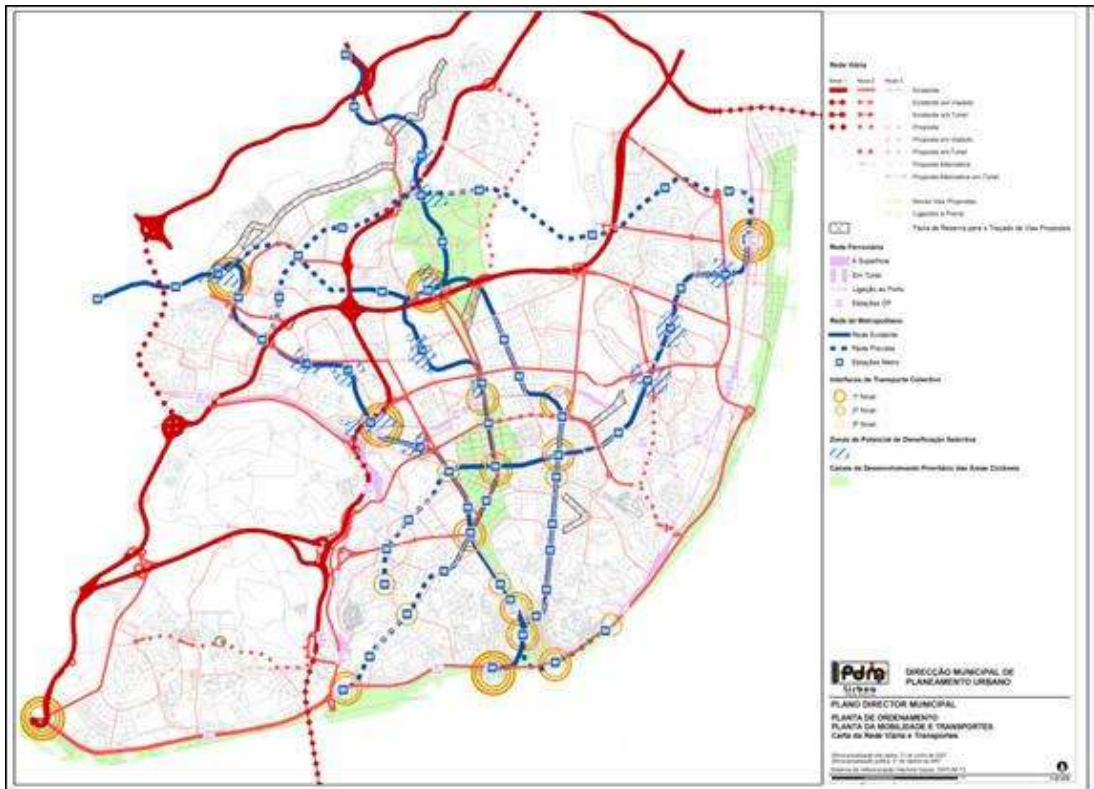


Figura I.3 – Rede de Transportes Colectivos

- Metropolitano tradicional, predominantemente subterrâneo, tem uma estrutura essencialmente radial. Esta rede é constituída pelas seguintes linhas cujo operador é o Metropolitano de Lisboa:
 - Linha vermelha, que estabelece a ligação entre a Alameda e o Oriente (Parque das Nações). Actualmente estão em curso obras que visam o prolongamento desta linha da Alameda até S. Sebastião. Está previsto um projecto de expansão desta linha, ligando a futura estação de São Sebastião a Campolide e ligando a estação do Oriente ao Aeroporto, passando por Moscavide e pelo Bairro da Encarnação.
 - Linha amarela, que actualmente liga Odivelas ao Rato.
 - Linha verde, que actualmente liga o Cais do Sodré a Telheiras.

- Linha azul, que actualmente liga o Santa Apolónia à Amadora-Este. Está previsto o projecto de expansão da linha azul para ligar Amadora-Este à Reboleira.
- Eléctricos, cujo operador é a CARRIS, com 5 carreiras e extensão total de cerca de 48 km, de onde se destaca o Eléctrico Moderno à superfície e em sítio banalizado, constituído apenas por uma linha (a n.º 15) que liga a Praça da Figueira a Algés.

É perceptível que, apesar do aumento da capacidade de algumas linhas de comboio e o rebatimento à linha de cintura, juntamente com a expansão da rede do metropolitano, (em configuração essencialmente radial), as intervenções realizadas continuam a não dar resposta às ligações transversais urbanas, cada vez mais intensas. Nestas continua a ser a rede de autocarros a ter de suportar não só a maioria das ligações internas à cidade, como algumas ligações suburbanas.

Ao nível da rede rodoviária, a rede de transportes colectivos é constituída por:

- Autocarros essencialmente urbanos, operados pela CARRIS (Figura I.4), que asseguram uma lógica de rede (sempre a partir da Cidade de Lisboa), com 95 carreiras e com uma extensão total de cerca de 660 km, recentemente reestruturada e que assentou essencialmente na criação de novas ligações ao metropolitano, substituindo carreiras com percursos paralelos por ligações transversais. Existem actualmente 88 carreiras urbanas regulares, 18 suburbanas, 1 sazonal e 8 que operam apenas entre as 23h45m e as 5h30m.
- Autocarros suburbanos, assegurados por diversos operadores, nomeadamente a Rodoviária de Lisboa, a Vimeca, etc.



Fonte: AML, AMTL, INE, GEP-MOPTC

Figura I.4 – Rede Rodoviária da CARRIS

O transporte público tem vindo a perder quota de mercado para o transporte individual, não obstante os investimentos na modernização das infraestruturas e dos equipamentos de transportes colectivos e na ampliação da rede de metropolitano. Apesar das melhorias introduzidas no sistema de transportes colectivos da AML durante a última década, os transportes colectivos urbanos de Lisboa (Metropolitano de Lisboa e CARRIS) perderam cerca de 18% dos seus passageiros⁽⁸⁾, o que se deve a diversos motivos de índole socioeconómica e urbanística, salientando-se a falta de uma oferta estruturada e articulada de transporte colectivo, com elevados padrões de qualidade e uma cobertura territorial adequada.

Ao nível da rede fluvial, a rede de transportes colectivos é constituída por barcos que operam através da Transtejo e da Soflusa, ligando a margem norte à margem sul do

⁸ idem

Tejo. A frota existente é composta por 38 navios dos quais 22 são catamarãs, 2 ferries para veículos e passageiros e 14 navios convencionais.

Para Lisboa as ligações são feitas para o Cais do Sodré, a partir de Cacilhas, Seixal e Montijo; para Belém, a partir de Cacilhas, Porto Brandão e Trafaria e para o Terreiro do Passo, a partir do Barreiro.

I.1.4 Elementos de caracterização sócio-económica

O sector empresarial com mais peso em Lisboa é o do comércio que representava 36.2% do número de empresas existente em Lisboa em 2002 (Figura I.5), logo seguido dos serviços prestados a empresas, com 20.7% das empresas existentes e que é simultaneamente o mais dinâmico em termos de actividade empresarial, representando 38.7% das novas empresas criadas em 2003.

Empresas com Sede na Região, segundo a CAE-Rev.2													
NUTS	Total	Outras	Agricultura e pesca	Indústrias extractivas	Indústrias transformadoras	Electricidade, água e gás	Construção	Comércio	Alojamento e restauração	Transportes e comunicações	Actividades financeiras	Serviços a empresas e imobiliários	Serviços públicos e colectivos
CONCELHOS	nº												
31.12.00													
Portugal	1.117.132	27.425	89.133	2.029	115.464	327	179.122	387.533	94.691	27.574	37.670	103.834	52.330
Grande Lisboa	235.402	3.931	2.982	120	17.582	89	35.952	85.387	17.657	7.549	11.541	37.740	14.872
Lisboa	92.715	1.338	972	29	5.558	55	9.498	34.052	7.488	3.792	4.999	18.257	6.677
31.12.01													
Portugal	1.110.490		87.241	2.062	117.386	372	187.597	385.465	97.114	32.821	37.556	108.278	54.598
Grande Lisboa	235.394		2.989	121	17.401	114	36.997	84.655	18.252	8.599	11.438	39.241	15.587
Lisboa	92.331		1.001	33	5.440	73	9.534	33.580	7.665	4.075	4.943	19.032	6.955
31.12.02													
Portugal	1.085.004		85.789	1.896	113.446	393	184.735	374.014	95.826	32.032	36.932	105.964	53.977
Grande Lisboa	237.312		3.980	114	17.391	110	37.883	84.836	18.572	8.529	11.383	38.905	15.609
Lisboa	90.282		1.096	30	5.112	66	9.370	32.644	7.608	3.908	4.861	18.730	6.857

Figura I.5 – Empresas com sede na Região

Os sectores da construção, do alojamento e restauração, dos serviços públicos e colectivos, da indústria transformadora, dos transportes e comunicações e das actividades financeiras têm um peso médio e mais ou menos equivalente na actividade empresarial de Lisboa (Figura I.6).

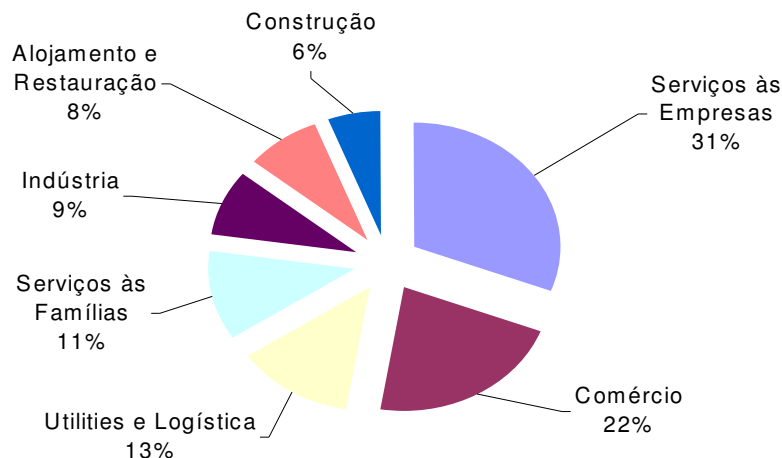


Figura I.6 – Peso do Emprego por sector em Lisboa (2000)

Fonte: Desenvolvimento e Competitividade Urbana de Lisboa, Coleção de Estudos Urbanos, vol. 2, Coord. Prof. José Augusto Mateus

Ao nível do sector industrial é de salientar a importância que ainda têm em Lisboa os sectores da pasta de papel, edição e impressão e o sector têxtil; contrariamente, os sectores das indústrias extractivas, electricidade, água e gás e agricultura e pescas, têm um peso muito pouco significativo na actividade empresarial de Lisboa.

A evolução da actividade empresarial em Lisboa entre 2000 e 2003 mostra:

- Manutenção do número de empresas existentes em Lisboa em 2002 e diminuição em 2% no ano de 2003, em consequência da desaceleração global da actividade económica em Portugal;
- Diminuição mais intensa na indústria transformadora (que caiu 6% em 2002) que no sector dos serviços (que estabilizou);
- Crescimento muito significativo do número de empresas de serviços especializados às empresas.

O facto de o peso das empresas de serviços prestados a empresas ser superior ao peso das empresas como um todo, principalmente se associado ao facto de este

sector ser o que mais está a crescer em Lisboa, mostra que o padrão de especialização da actividade empresarial de Lisboa se está a encaminhar para actividades mais intensas em capital humano e valor acrescentado, como é típico das empresas deste sector.

Neste contexto de declínio das tradicionais empresas industriais em Lisboa e de perda de derramas provenientes de actividades produtivas e geradoras de riqueza e valor acrescentado, existe um conjunto de medidas e acções para a modernização e diversificação da base económica e empresarial de Lisboa, e atracção de empresas de novos sectores produtivos mais qualificados, de elevado valor acrescentado, geradoras de emprego muito qualificado e enquadrado pela Economia do Conhecimento, como é o caso da biotecnologia, biomedicina, audiovisual, media e multimédia, moda e design, numa perspectiva de renovação da competitividade da cidade.

No referente ao nível de instrução da população residente no concelho (ver Figura I.7), caracterizada através dos dados censitários de 1991 e 2001 (ver figura seguinte), sublinhe-se o peso elevado dos níveis de qualificação pós-ensino secundário (incluindo naturalmente o ensino superior) no concelho de Lisboa (perto dos 30% e apenas superado pelo concelho de Oeiras e próximo do de Cascais, mas francamente acima dos restantes concelhos da Grande Lisboa) e com evolução muito positiva entre aqueles dois censos.

Se à fracção anterior adicionarmos também a população com ensino secundário completo, Lisboa (com cerca de 50%) é ultrapassada pelos concelhos de Oeiras e também de Cascais, e a diferença para os restantes concelhos é claramente esbatida.

No extremo oposto, o peso relativo dos analfabetos (com 10 ou mais anos) em Lisboa é o mais elevado de entre os concelhos da margem Norte do Tejo (apenas suplantado pelo dos concelhos de Almada e Seixal, na margem Sul) e com a agravante de este ter tido um acréscimo, ainda que reduzido, entre aqueles dois anos censitários.

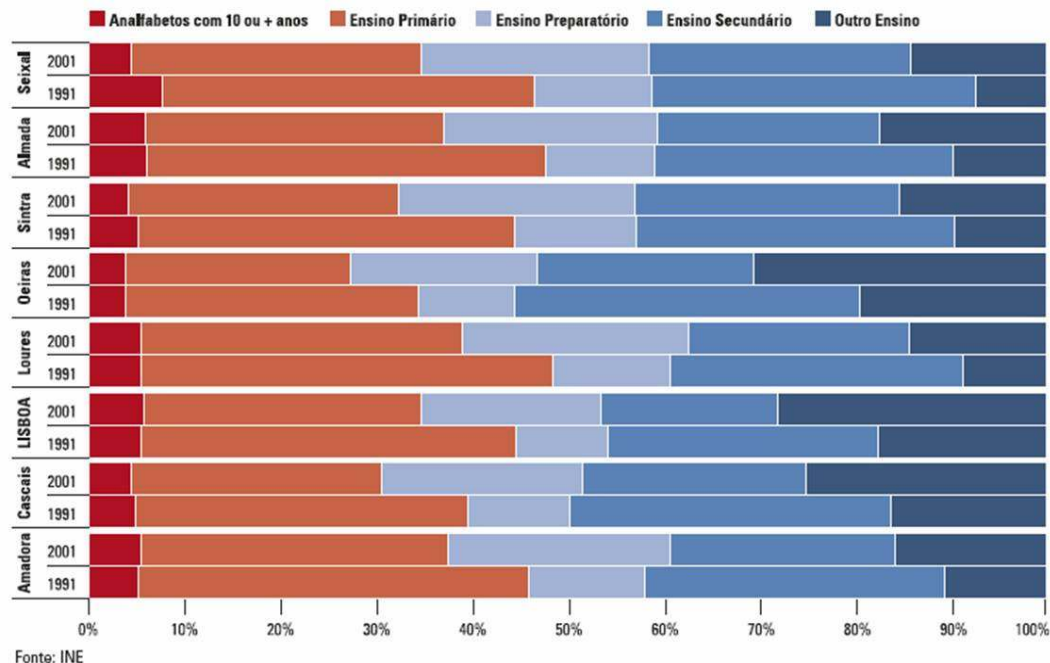


Figura I.7 – Níveis de instrução por concelhos

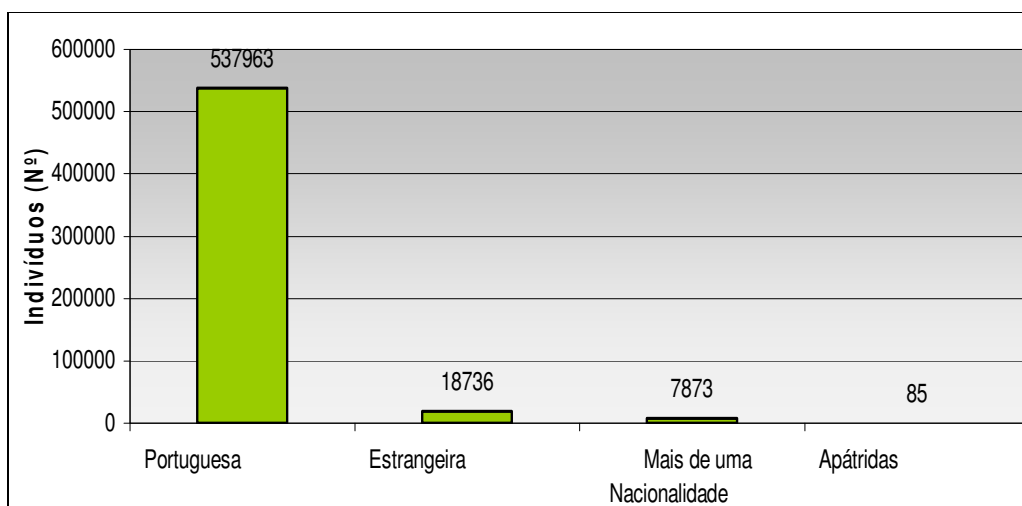
Lisboa é, crescentemente, uma cidade multicultural. Na verdade, Lisboa acolhe actualmente cidadãos das mais diferentes nacionalidades que escolheram a cidade para viver, trabalhar, estudar ou simplesmente visitar, o que lhe confere um carácter cosmopolita, enriquecida com os diferentes valores culturais, tradicionais e linguísticos, resultantes dessa diversidade.

A cidade deverá pois ser encarada na sua diversidade e riqueza cultural como um “puzzle”, interligando as diferenças das diversas comunidades migrantes residentes, transformando-as em mais-valias, agentes de promoção e projecção da cidade para o exterior. Pelos importantes contributos que as comunidades imigrantes têm dado, quer a nível das novas dinâmicas da cidade, quer em termos culturais, comerciais e até de paisagem urbana, o tema da interculturalidade deverá reflectir esta mudança e ser alvo de tratamento transversal nas diversas políticas da cidade.

Importa no entanto fazer a ressalva relativamente aos dados apresentados uma vez que estes correspondem ao Censos de 2001, estando por isso eventualmente desactualizados. Outro aspecto a ter é conta prende-se com a questão dos imigrantes clandestinos, muitas vezes inseridos nas suas comunidades, mas que não fazem parte

das estatísticas oficiais. Por outro lado, a informação do SEF (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras), apenas diz respeito aos pedidos de visto e/ou de nacionalidade, não tendo forma de conhecer a imigração clandestina na sua extensão exacta.

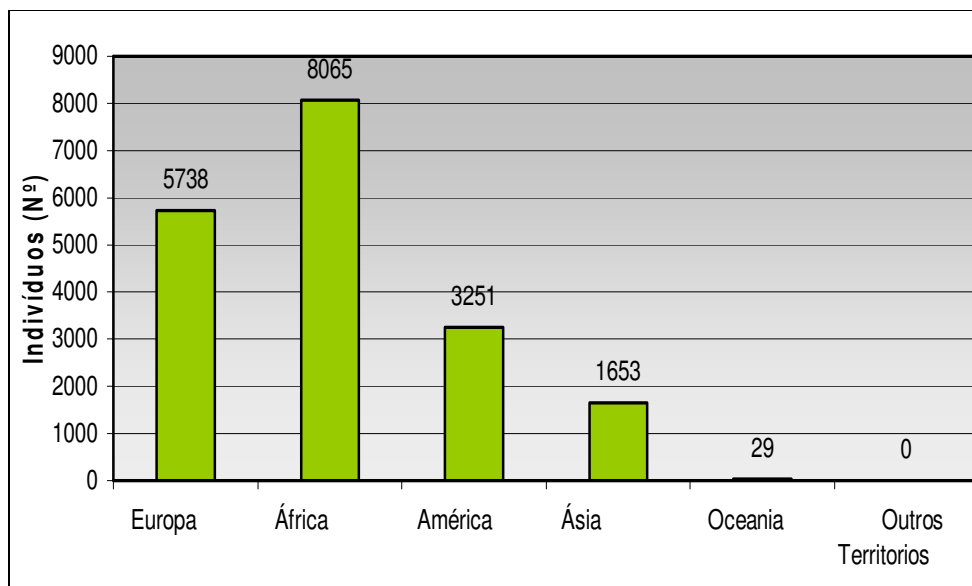
Dos 564 657 indivíduos residentes, de acordo com os Censos de 2001 (Figura I.8), 95,2% são de nacionalidade portuguesa, e 3,3% são de nacionalidade estrangeira; os restantes (cerca de 1,3%) têm mais de uma nacionalidade ou são apátridas (85 residentes). De referir que os imigrantes de origem europeia são provenientes sobretudo dos países de leste, como a Ucrânia, Roménia, Rússia, Moldávia, etc., os imigrantes americanos são oriundos sobretudo do Brasil.



Fonte: INE, Censos 2001

Figura I.8 – População residente no concelho por nacionalidade

Focando a análise sobre a população estrangeira residente em Lisboa (Figura I.9), verifica-se que a população de origem africana é dominante com cerca de 8 mil indivíduos; segue-se a população de origem europeia com 5 738 indivíduos, de origem americana com 3 251 indivíduos e de origem asiática com 1 653 mil indivíduos.



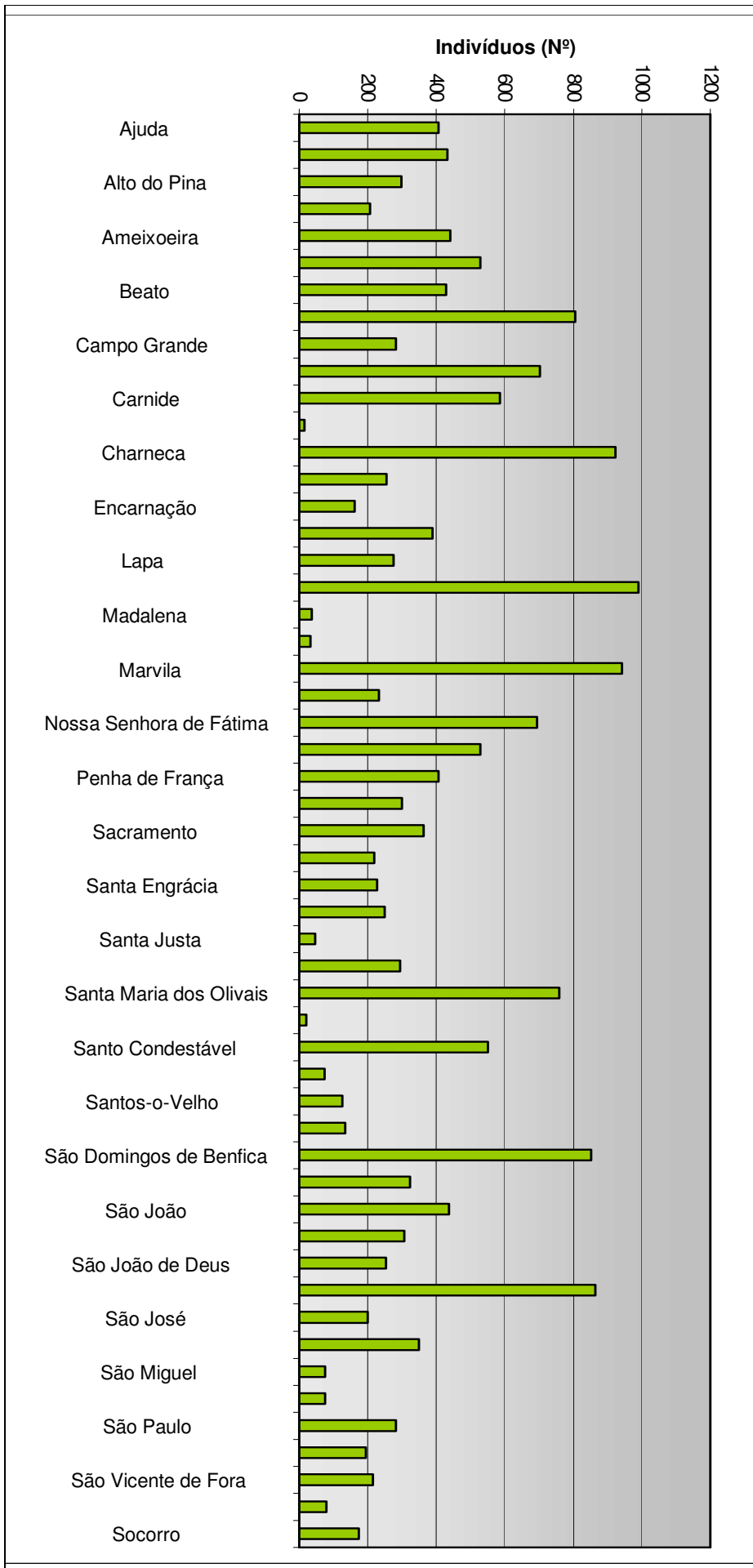
Fonte: INE, Censos 2001

Figura I.9 – População estrangeira residente no concelho

Constatou-se que as freguesias de Benfica, Charneca, Lumiar, Marvila, São Domingos de Benfica e São Jorge de Arroios são as que têm maior representatividade de população estrangeira. Contudo, as freguesias dos Anjos, Carnide, Campolide, Nossa Senhora de Fátima, Pena, Santa Maria dos Olivais e Santo Condestável apresentam igualmente população estrangeira com especial expressão (Figura I.10).

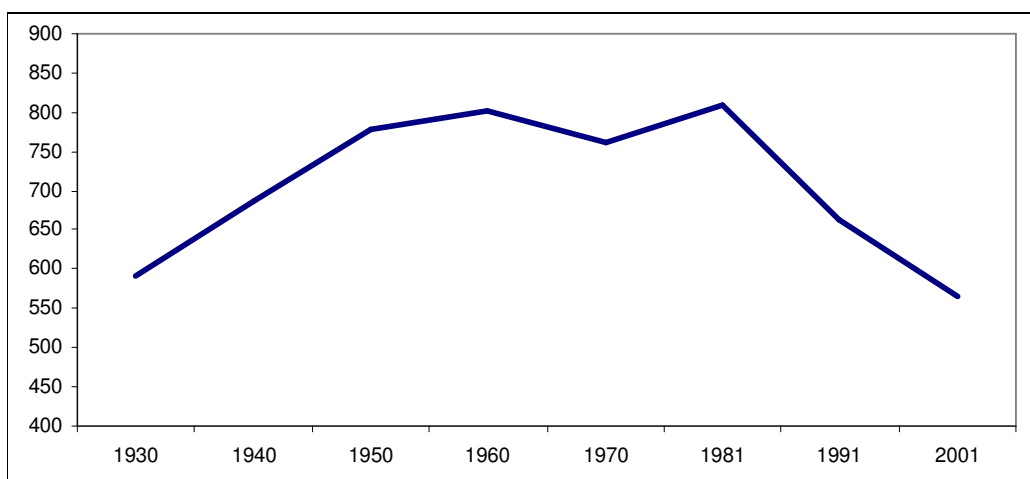
Em algumas freguesias de Lisboa, nomeadamente no centro histórico, a população escolar está a mudar: nalgumas predominam as crianças de origem africana, e asiática, constituindo sempre um grupo multicultural. O fenómeno migratório a que o concelho assiste fomentou já um pedido de cedência de instalações escolares por parte da comunidade imigrante com o propósito de desenvolver aulas na língua e cultura autóctone; a escola moldava e romena funciona na Escola n.º 75 aos fins-de-semana e procuram um novo espaço que lhes permita dar respostas às solicitações e na escola N.º 26 dos Anjos funciona a escola chinesa com cerca de 100 alunos.

Figura 1.10 – População estrangeira residente no concelho por freguesia



I.1.5 Demografia: evolução recente

Nas últimas décadas constata-se uma tendência de perda populacional no concelho de Lisboa em prol dos concelhos vizinhos que beneficiam de boas acessibilidades e preços de habitação menos elevados. De acordo com os Censos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, a cidade de Lisboa perdeu mais de 240 mil habitantes entre 1981 e 2001, tendo perdido 17,8% da sua população residente na década de 80 e 14,9% na década de 90 (Figura I.11), apresentando hoje valores de densidade populacional relativamente baixos para uma cidade capital-metrópole europeia.



(FONTE: INE)

Figura I.11 – Evolução da População Residente em Lisboa (milhares de habitantes)

No que respeita à evolução de algumas variáveis demográficas mais relevantes, verificou-se nos últimos vinte anos uma tendência de crescimento da taxa de natalidade e uma estabilização da taxa de mortalidade, conduzindo a um saldo fisiológico negativo e, de um modo geral, crescente (Figura I.12). Assim, aquelas duas variáveis do movimento demográfico reflectem a não substituição de gerações no concelho de Lisboa que, mesmo sem os efeitos migratórios, perderia população.

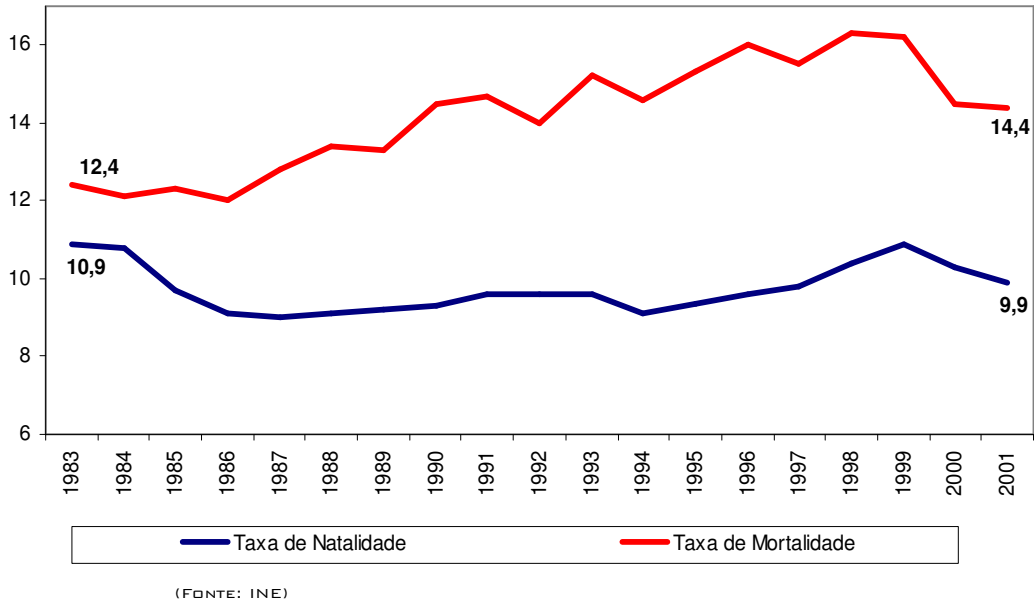


Figura I.12 – Evolução das Taxas de Natalidade e Mortalidade em Lisboa (1983-2001)

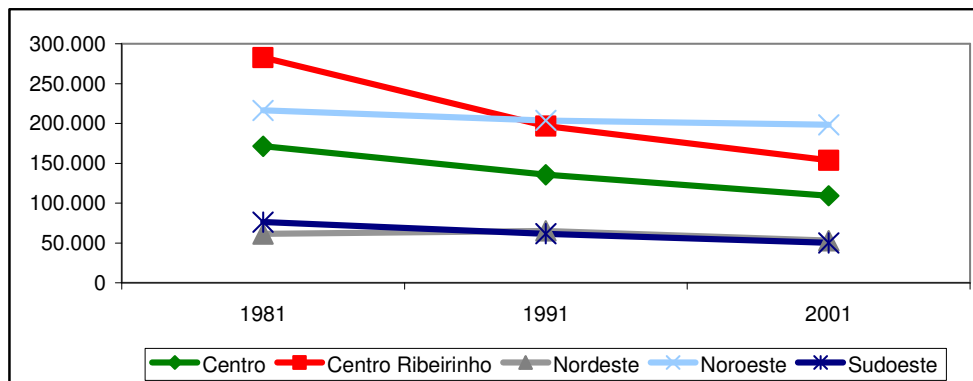
Analisando a evolução da população por Grande Unidade Agregada, constata-se que o Centro Ribeirinho e o Centro apresentam as perdas mais significativas na década de oitenta, respectivamente -30% e -21%, e apenas o Noroeste possui uma taxa de variação positiva, que passa no entanto na década de noventa a apresentar um valor negativo à semelhança das outras Grandes Unidades Agregadas (Figura I.13). Apresenta-se no Quadro I.1 a evolução da população, por freguesia do concelho de Lisboa desde 1981 a 2001.

Quadro I.1 – Comparação inter-censitária por freguesia do concelho de Lisboa

	1981	Taxa de Variação 91-81	1991	Taxa de Variação 01-91	2001
Ajuda	27.664	-19%	22.404	-20%	17.958
Alcântara	22.697	-18%	18.510	-22%	14.443
Alto do Pina	13.110	-3%	12.654	-19%	10.253
Alvalade	15.078	-27%	10.996	-13%	9.620
Ameixoeira	11.004	-4%	10.605	-9%	9.644
Anjos	18.283	-32%	12.490	-22%	9.738
Beato	20.718	-16%	17.494	-19%	14.241
Benfica	51.586	-9%	47.099	-12%	41.368
Campo Grande	14.653	-17%	12.146	-8%	11.148
Campolide	26.655	-21%	20.972	-24%	15.927
Carnide	13.370	10%	14.768	29%	18.989
Castelo	1.068	-28%	773	-24%	587
Charneca	9.574	0%	9.572	10%	10.509
Coração de Jesus	9.824	-45%	5.379	-20%	4.319
Encarnação	6.628	-54%	3.072	4%	3.182
Graça	11.442	-25%	8.604	-19%	6.960
Lapa	14.931	-29%	10.656	-19%	8.670
Lumiar	29.645	19%	35.390	7%	37.693
Madalena	1.004	-48%	526	-28%	380
Mártires	683	-41%	401	-15%	341
Marvila	40.689	18%	47.827	-19%	38.767
Mercês	9.201	-34%	6.039	-16%	5.093
N.SªFátima	26.437	-30%	18.611	-18%	15.291
Pena	9.289	-24%	7.045	-14%	6.068
Penha de França	22.772	-21%	17.885	-23%	13.722
Prazeres	14.837	-32%	10.068	-16%	8.492
Sacramento	1.973	-41%	1.167	-25%	880
Santa Catarina	7.969	-35%	5.153	-21%	4.081
Santa Engrácia	9.705	-21%	7.626	-23%	5.860
Santa Isabel	11.683	-21%	9.249	-21%	7.270
Santa Justa	2.260	-49%	1.152	-39%	700
Santa Maria de Belém	17.057	-29%	12.092	-19%	9.756
Santa Maria dos Olivais	61.941	-17%	51.367	-10%	46.410
Santiago	1.962	-38%	1.226	-30%	857
Santo Condestável	29.612	-25%	22.186	-21%	17.553
Santo Estevão	4.610	-31%	3.192	-36%	2.047
Santos o Velho	8.461	-35%	5.534	-27%	4.013
São Cristóvão e São Lourenço	3.211	-24%	2.442	-34%	1.612
São Domingos de Benfica	39.209	-10%	35.125	-4%	33.678
São Francisco de Xavier	8.892	-3%	8.665	-7%	8.101
São João	24.889	-12%	21.960	-22%	17.073
São João de Brito	20.728	-17%	17.143	-22%	13.449
São João de Deus	17.912	-26%	13.309	-19%	10.782
São Jorge de Arroios	33.610	-31%	23.051	-24%	17.404
São José	7.053	-37%	4.430	-26%	3.278
São Mamede	10.268	-31%	7.072	-15%	6.004
São Miguel	3.522	-26%	2.613	-32%	1.777
São Nicolau	2.535	-43%	1.448	-19%	1.175
São Paulo	6.756	-31%	4.676	-25%	3.521
São Sebastião da Pedreira	11.904	-34%	7.842	-25%	5.871
São Vicente de Fora	8.301	-34%	5.453	-22%	4.267
Sé	2.800	-31%	1.926	-40%	1.160
Socorro	6.272	-31%	4.309	-38%	2.675

(FONTE: INE)

	1981	Taxa de Variação 91-81	1991	Taxa de Variação 01-91	2001
Centro	171.366	-21%	135.633	-19%	109.414
Centro Ribeirinho	282.525	-30%	196.843	-22%	153.686
Nordeste	61.407	6%	65.321	-19%	53.008
Noroeste	216.329	-6%	203.926	-3%	198.291
Sudoeste	76.310	-19%	61.671	-19%	50.258

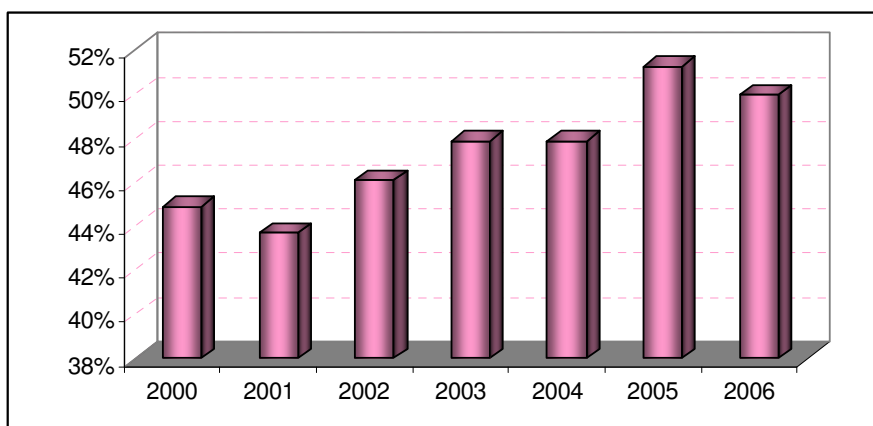


(FONTE: INE)

Figura I.13 – Comparação inter-censitária por Grande Unidade Agregada

I.1.5.1 Taxa de fecundidade

A fecundidade, componente muito importante na evolução demográfica, tem vindo a descer em quase todas as regiões e cidades portuguesas (e também na cidade de Lisboa), entre os anos censitários de 1981 e 1991, subindo ligeiramente de seguida. Esse crescimento na última década permite considerar que o ponto mais baixo terá sido atingido em 1991 e que, nos anos subsequentes, a fecundidade poderá apresentar um ligeiro crescimento, como se tem vindo a verificar nos últimos anos (Figura I.14).



(FONTE: INE)

Figura I.14 – Evolução da Taxa de Fecundidade do concelho de Lisboa desde 2000 a 2006

I.1.5.2 Taxa de mortalidade

Observando a Figura II.2, verifica-se que, globalmente, na cidade de Lisboa, a taxa de mortalidade apresentou uma tendência crescente entre 1986 e 1999 (ano em que se retomou o valor de 1983), com um ligeiro decréscimo em 2000 e 2001. A esta evolução não é estranho o progressivo envelhecimento da população, acompanhado por um aumento da esperança de vida, particularmente entre as mulheres. Nos últimos cinco anos esta taxa não apresenta uma tendência definida, oscilando entre subidas e descidas desde o ano de 2001 a 2006 (Figura I.15).

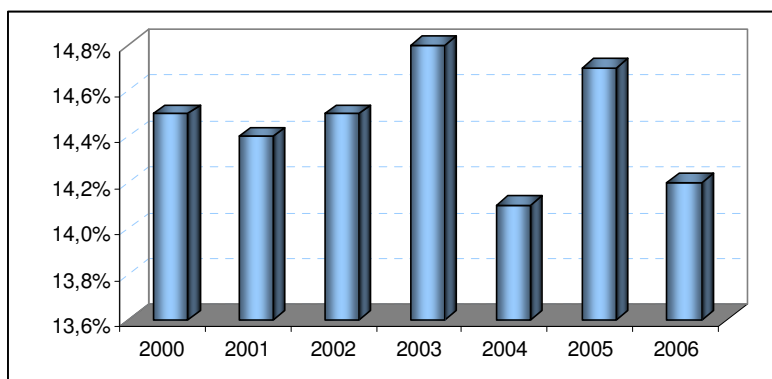
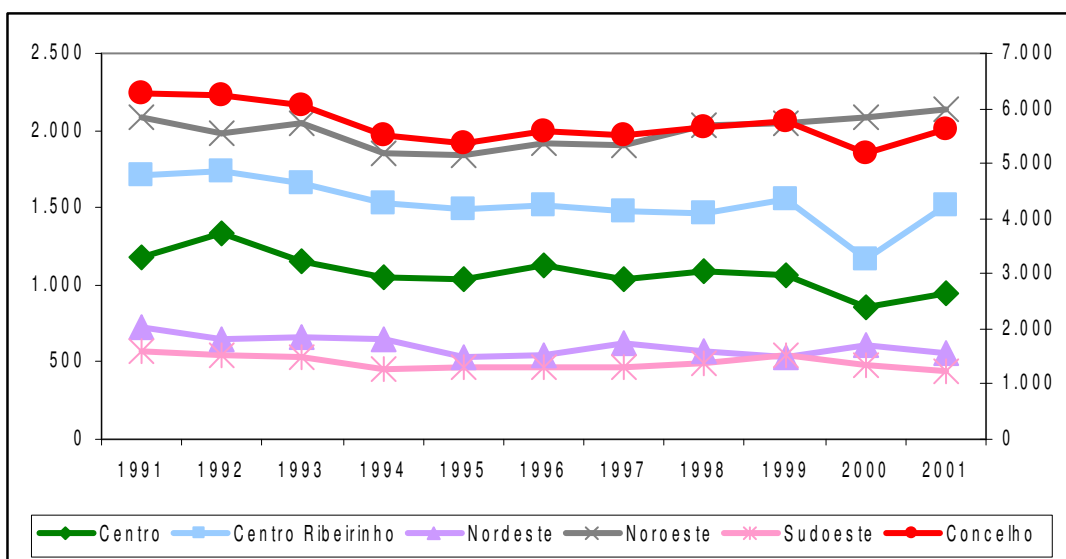


Figura I.15 – Evolução da Taxa de Mortalidade do concelho de Lisboa desde 2000 a 2006

I.1.5.3 Saldo Fisiológico

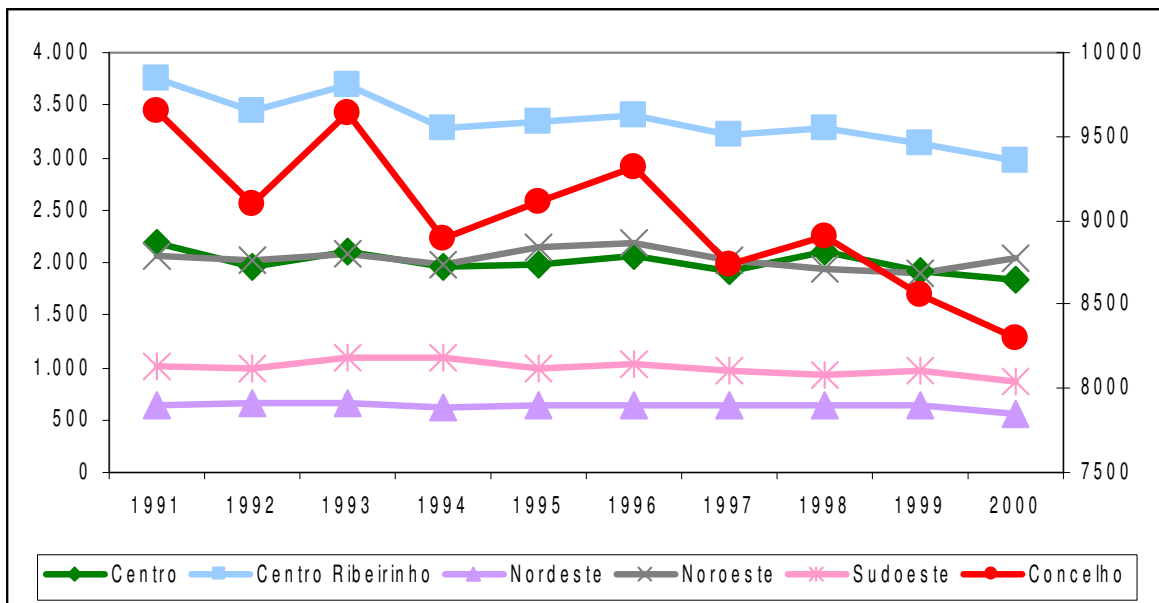


(FONTE: INE)

Figura I.16 – Evolução do n.º de Nados - vivos por Grande Unidade Agregada

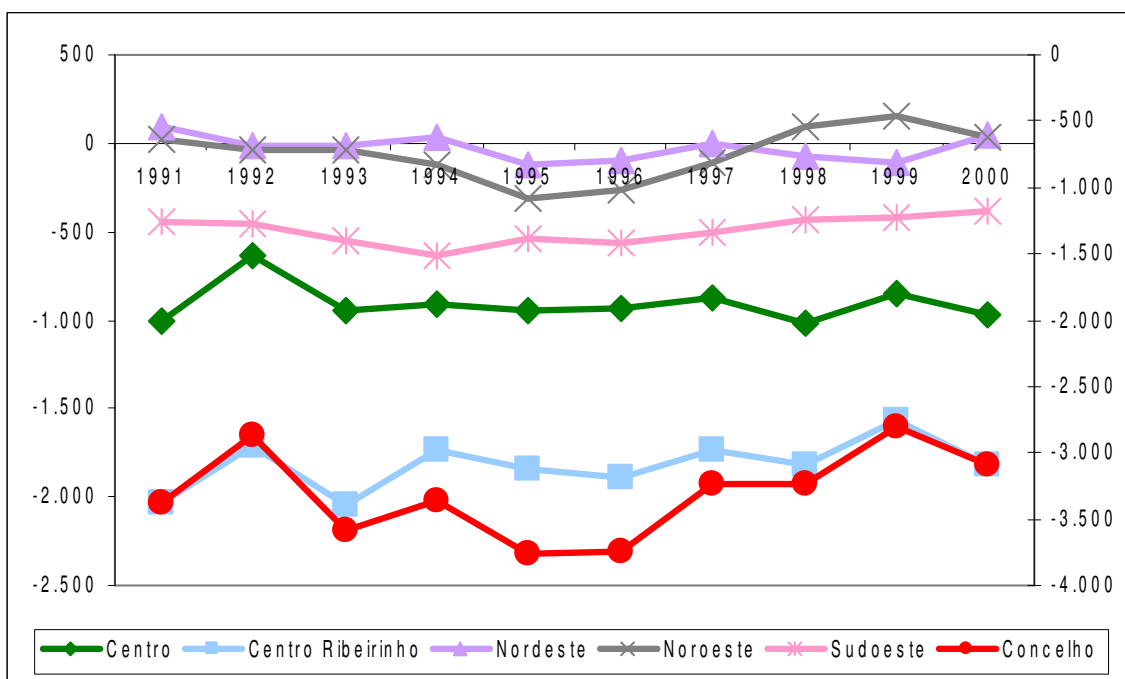
Na Figura I.16 apresenta-se a evolução do número de nados vivos no Concelho de Lisboa e por Grande Unidade Agregada, entre 1991 e 2001, podendo verificar-se que, globalmente, na década de noventa os nascimentos apresentam uma tendência ligeira de decréscimo. No entanto, se avaliarmos somente os valores de nados - vivos entre os anos censitários de 1991 e 2001, verifica-se globalmente um decréscimo de cerca de 11%, atingindo um máximo de 24% no Sudoeste.

A evolução do número de óbitos no concelho de Lisboa, entre 1991 e 2000 pode observar-se na Figura I.17 e apresenta uma tendência decrescente. No entanto, essa tendência não se revela suficiente para permitir que o saldo fisiológico seja positivo com exceção do Noroeste, apresentando o Centro Ribeirinho a situação mais desfavorável (Figura I.18).



(FONTE: INE)

Figura I.17 – Evolução do n.º de óbitos por Grande Unidade Agregada



(FONTE: INE)

Figura I.18 – Evolução do Saldo Fisiológico por Grande Unidade Agregada

I.1.5.4 Taxas Migratórias

O Quadro I.2 apresenta as taxas migratórias estimadas para a década 1991-2001, por Grande Unidade Agregada (GUA). Como pode observar-se, em todas as GUA se verificaram taxas migratórias negativas, com maior expressão no Centro Ribeirinho, seguida pelo Nordeste e Centro, enquanto o Noroeste é a GUA que, destacadamente, apresenta menor taxa (em termos absolutos).

Quadro I.2 – Taxas Migratórias estimadas na década de noventa por Grandes Unidades Agregadas

Taxas Migratórias 1991-2001	Concelho de Lisboa	Centro	Centro Ribeirinho	Nordeste	Noroeste	Sudoeste
Global	-1,1%	-1,4%	-1,5%	-1,4%	-0,1%	-1,2%

De referir que projecções demográficas para 2013, de carácter puramente tendencial e baseadas num modelo de “cohort survival”, elaborada pelo CESUR em 2005 no âmbito da Carta de Equipamentos de Ensino do concelho de Lisboa, apontam naturalmente para um decréscimo da população que atingiria cerca de 494 mil habitantes em 2013. Num outro trabalho (“*Mercado Imobiliário na Área Metropolitana de Lisboa*” realizado para a EPUL), uma equipa do CEPCEP da Universidade Católica elaborou projecções demográficas para o concelho de Lisboa que, para o cenário considerado como mais provável, apontavam para uma população em 2011 de cerca de 535 mil habitantes, valor superior em cerca de 6% ao da projecção apresentada pelo CESUR para o mesmo ano (505 mil habitantes). Esta diferença resultou da adopção neste último trabalho de pressupostos mais optimistas no que respeita a taxas de fecundidade crescentes, taxas de mortalidade decrescentes e taxas migratórias decrescentes, que se anulariam até 2016.

I.1.5.5 Pirâmides Etárias

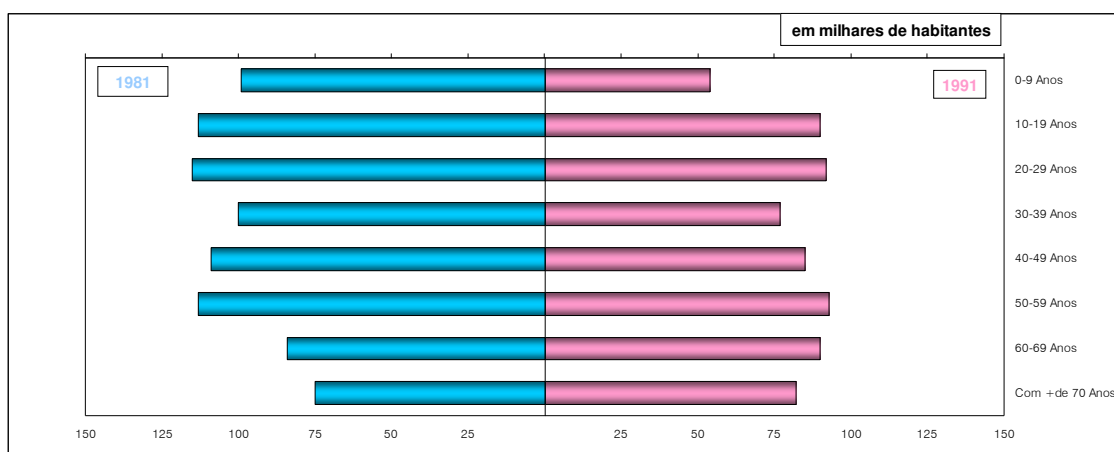
A diminuição das classes etárias jovens está a contribuir, conjuntamente com o envelhecimento da população, para que a estrutura etária tenda a ter uma configuração de pirâmide investida.

A variação populacional inter-censitária é acompanhada por uma alteração da estrutura etária da cidade cuja população envelhece, nomeadamente como resultado daquele saldo fisiológico negativo (Quadro I.3, Figura I.19 e Figura I.20). Assim, acentuou-se no concelho de Lisboa o envelhecimento da população, com o aumento do número de idosos e redução dos jovens, sobretudo entre 1991 e 2001. Actualmente, a percentagem de idosos com mais de 65 anos é superior a 23% do total da população residente na cidade, o que torna necessário encarar o planeamento e a gestão urbana da cidade em função dessa realidade demográfica e, simultaneamente, intervir no sentido de atrair a população jovem para residir e trabalhar no interior da cidade de Lisboa.

Quadro I.3 – Comparação inter-censitária por grupo etário

Grupos Etários	Censo 81	%	Censo 91	%	Censo 01	%	Taxa de Variação 81-91	Taxa de Variação 91-01
Lisboa	807.937	100%	663.394	100%	564.657	100%	-18%	-15%
Menos de 1 Ano	8.157	1%	5.122	1%	4.454	1%	-37%	-13%
1 aos 9 Anos	91.388	11%	49.155	7%	37.968	7%	-46%	-23%
10 aos 19 Anos	112.596	14%	89.696	14%	52.907	9%	-20%	-41%
20 aos 29 Anos	115.404	14%	92.241	14%	83.098	15%	-20%	-10%
30 aos 39 Anos	100.238	12%	77.386	12%	68.910	12%	-23%	-11%
40 aos 49 Anos	108.808	13%	85.107	13%	70.675	13%	-22%	-17%
50 aos 59 Anos	112.978	14%	92.543	14%	75.546	13%	-18%	-18%
60 aos 69 Anos	83.587	10%	89.905	14%	77.114	14%	8%	-14%
Com + de 70 anos	74.781	9%	82.239	12%	93.985	17%	10%	14%

(FONTE: INE)

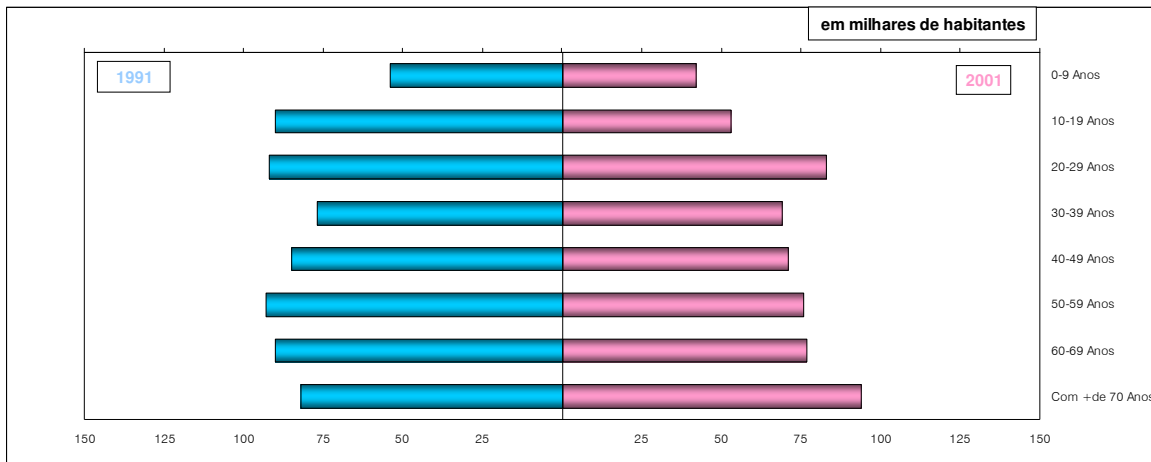


(FONTE: INE)

Figura I.19 – Pirâmide etária comparativa 1981 e 1991

Regista-se entre 1981 e 2001 uma quebra forte na população da cidade de Lisboa que afecta sobretudo as idades mais jovens, designadamente até aos 20 anos. Mas a diminuição estende-se também dos 20 anos aos 64 anos para os homens e aos 69 anos para mulheres. Os únicos números que aumentam são os dos idosos com mais de 70 anos. O envelhecimento da população tem, pois, feito com que os idosos representem proporcionalmente uma percentagem cada vez maior na população lisboeta: de 14,3% em 1981, passam para 18,8% em 1991, e para 23,6% em 2001, da mesma forma que os que os jovens de menos de 15 anos passam de 18,9%, em 1981, para 14,2% em 1991 e para 11,6% no último censo, uma evolução quase complementar daquela.

Esta evolução tem reflexo na procura de ensino que, depois do pico verificado na década de oitenta, tem vindo a diminuir, comportamento que ainda se vai fazer sentir por mais algum tempo à medida que o “efeito de onda” da quebra de natalidade se propaga aos níveis mais avançados de escolaridade.



(FONTE: INE)

Figura I.20 – Pirâmide etária comparativa 1991 e 2001

No entanto, embora Lisboa venha a expelir para a sua periferia muitos jovens casais e os respectivos filhos, é expectável que algumas destas crianças venham a frequentar o sistema de ensino da capital, acompanhando os seus pais nos movimentos pendulares casa - emprego.

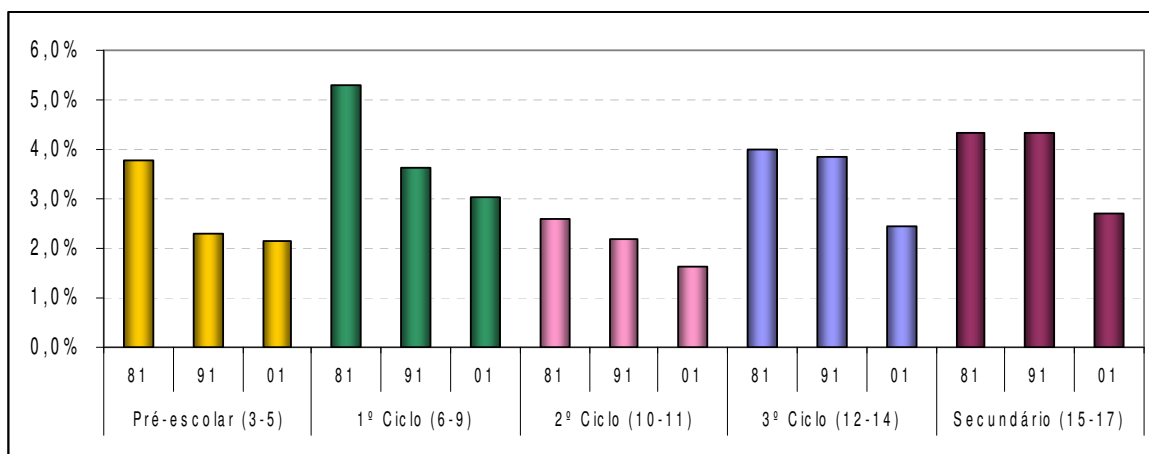
I.1.5.6 População em idade escolar

No Quadro I.4 e Figura I.21 apresenta-se um resumo da população na idade correspondente a cada um dos ciclos de estudos em 1981, 1991 e 2001, bem como a percentagem relativamente à população total. Em todos os escalões etários é possível constatar uma redução acentuada do número de crianças na idade própria de cada ciclo, acompanhando o decréscimo da população global do concelho.

QUADRO I.4 – POPULAÇÃO TOTAL EM IDADE ESCOLAR EM 1981, 1991 E 2001

	Pré-escolar (3-5)			1º Ciclo (6-9)			2º Ciclo (10-11)			3º Ciclo (12-14)			Secundário (15-17)		
	81	91	01	81	91	01	81	91	01	81	91	01	81	91	01
Crianças	30560	15177	12191	42649	24135	17153	21084	14571	9258	32391	25458	13868	35098	28862	15280
% da População Total	3,8%	2,3%	2,2%	5,3%	3,6%	3,0%	2,6%	2,2%	1,6%	4,0%	3,8%	2,5%	4,3%	4,4%	2,7%

(FONTE: INE)



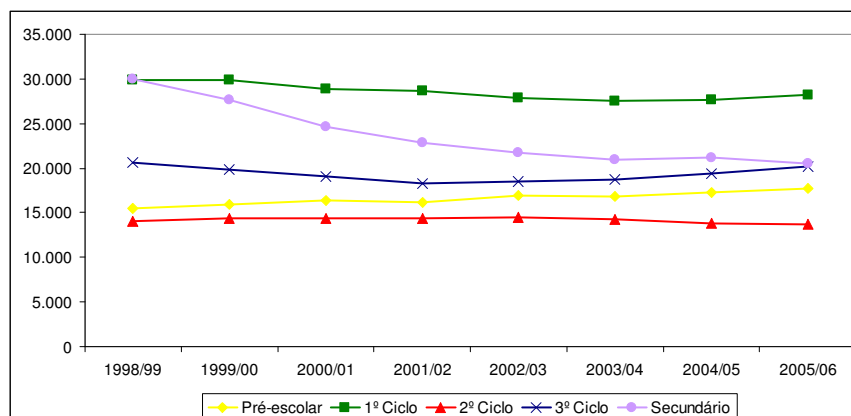
(FONTE: INE)

FIGURA I.21 – EVOLUÇÃO DA % POPULAÇÃO NA IDADE PRÓPRIA DE CADA CICLO

I.2 Caracterização do Sistema Educativo

I.2.1 Perspectiva Global

No ano lectivo de 2005/06, o sistema educativo do concelho de Lisboa acolheu cerca de 100 mil alunos, desde o Pré-Escolar até ao Secundário, sendo o parque escolar constituído por um total de 394 estabelecimentos de ensino dos quais 36% pertencem à rede pública do Ministério da Educação. Esta população escolar tem vindo a diminuir (redução de quase 9% nos últimos oito anos lectivos), fruto das quebras da natalidade em décadas passadas, particularmente no caso do ensino secundário que perdeu cerca de 32% do número de alunos relativamente a 1998/99 (ver Figura I.22). Escapa a esta tendência geral, a educação pré-escolar que apresenta uma subida de quase 15% como resultado do aumento da oferta e das taxas de escolarização, mas também de alguma melhoria dos índices de fecundidade que são já observáveis em anos mais recentes.

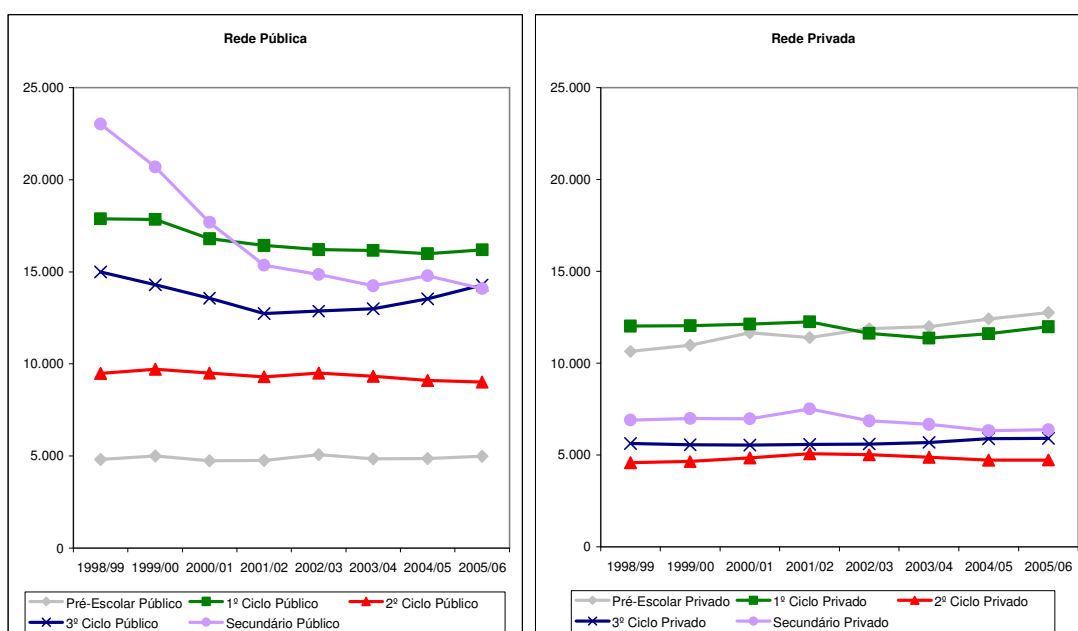


	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	Taxa de Variação (%)
Pré-escolar	15.454	15.986	16.394	16.151	16.954	16.839	17.281	17.748	14,84%
1º Ciclo	29.892	29.896	28.919	28.678	27.827	27.519	27.591	28.173	-5,75%
2º Ciclo	14.061	14.363	14.346	14.373	14.520	14.218	13.821	13.748	-2,23%
3º Ciclo	20.614	19.852	19.104	18.309	18.472	18.688	19.431	20.199	-2,01%
Secundário	29.934	27.687	24.672	22.866	21.724	20.904	21.128	20.471	-31,61%
TOTAL	109.955	107.784	103.435	100.377	99.497	98.168	99.252	100.339	-8,75%

Figura I. 22 – Evolução do número de alunos matriculados no concelho de Lisboa (1998/99 a 2005/06)

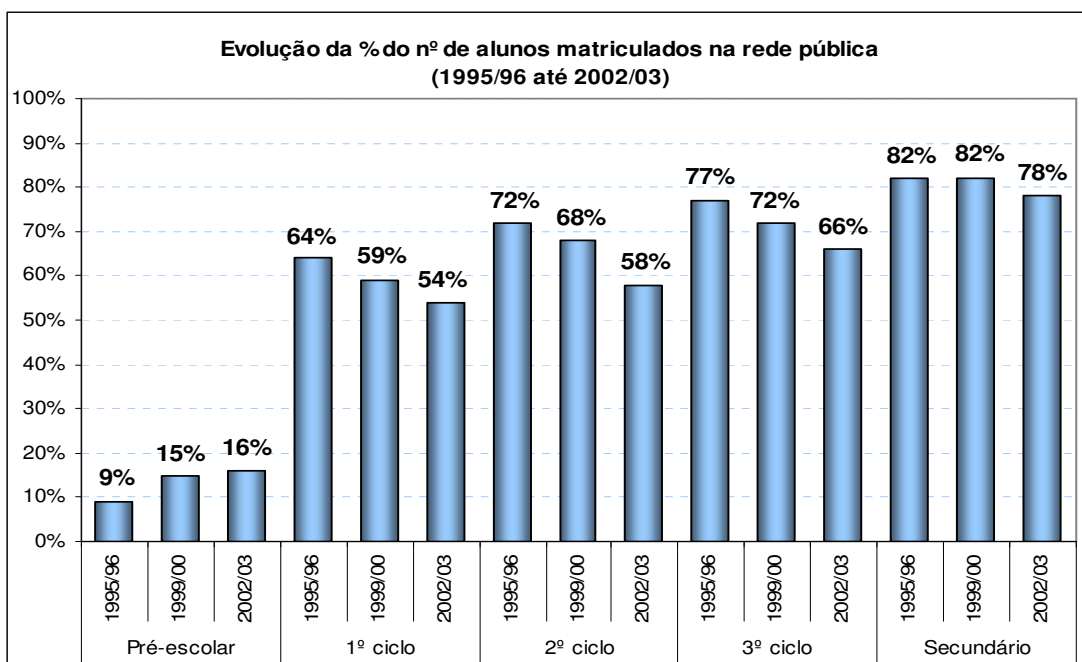
No entanto, esta evolução dos quantitativos da população escolar apresenta características diferenciadas para os sub-sistemas público e privado (incluindo neste último a oferta das IPSS). Como se constata na Figura I.Figura I.23, as reduções do número de alunos (com a exceção do Pré-escolar) verificam-se sobretudo no sub-sistema público, enquanto que o privado tem conseguido uma quase estabilização daqueles valores.

Face a estas tendências, o peso (quota) da rede de escolas públicas na dependência do Ministério da Educação tem vindo a diminuir, como se apresenta na Figura I.24.



	Pré-Escolar		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
1998/99	4.812	10.642	17.871	12.021	9.483	4.578	14.986	5.628	23.031	6.903
1999/00	5.002	10.984	17.846	12.050	9.712	4.651	14.288	5.564	20.691	6.996
2000/01	4.740	11.654	16.790	12.129	9.507	4.839	13.557	5.547	17.697	6.975
2001/02	4.763	11.388	16.424	12.254	9.298	5.075	12.731	5.578	15.358	7.508
2002/03	5.076	11.878	16.199	11.628	9.507	5.013	12.869	5.603	14.862	6.862
2003/04	4.852	11.987	16.155	11.364	9.335	4.883	12.998	5.690	14.235	6.669
2004/05	4.871	12.410	15.988	11.603	9.101	4.720	13.532	5.899	14.787	6.341
2005/06	4.989	12.759	16.186	11.987	9.012	4.736	14.283	5.916	14.093	6.378
Taxa de Variação (%)	3,68%	19,89%	-9,43%	-0,28%	-4,97%	3,45%	-4,69%	5,12%	-38,81%	-7,61%

Figura I.23 – Evolução do número de alunos matriculados na rede pública e privada no concelho de Lisboa (1998/99 até 2005/06)

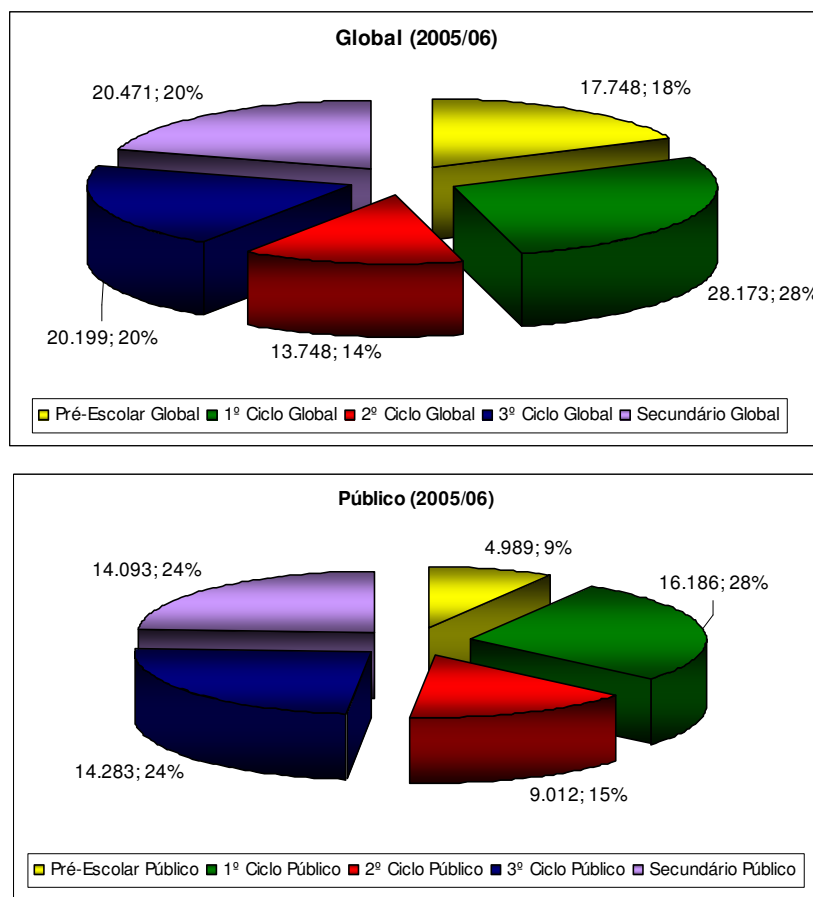


**Figura I. 24 – Evolução da percentagem de alunos matriculados na rede pública do ME
(1995/96 a 2002/03)**

A rede de escolas públicas no concelho de Lisboa continua a ter uma expressão significativa em todos os níveis de ensino, enquanto que a rede privada acolhe 42% dos alunos matriculados no ano lectivo de 2005/06. No entanto, verifica-se que o peso da rede privada tem vindo a acentuar-se consideravelmente nos últimos anos em todos os níveis de ensino. Relativamente à educação pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico é visível que a rede privada possui alguma expressão, a qual se vai esbatendo progressivamente para os níveis de ensino mais elevados, reduzindo-se a cerca de 30% no 3º ciclo do Ensino Básico e ensino secundário.

A Figura I.25 apresenta a repartição dos alunos pelos diferentes níveis e ciclos de ensino, podendo constatar-se a predominância do 1.º ciclo relativamente aos outros níveis de ensino neste município. Quando comparado o número médio de alunos por ano escolar, verifica-se que, apesar do 2.º ciclo apresentar uma menor expressão ao nível do Concelho (menor número total de alunos), é aquele que apresenta um maior número de alunos por ano, situação explicada pelo facto de este ser constituído por apenas dois anos escolares (5.º e 6.º ano). Se compararmos esta repartição global com a obtida apenas para o sub-sistema público (ver Figura I.25), constata-se para este último um peso muito menor do pré-escolar mas, em contrapartida, pesos mais

elevados do 3º ciclo e, do secundário, como seria expectável face à redução de quota do sub-sistema privado para os níveis de ensino mais elevados atrás referida. A repartição para o sub-sistema público revela-se muito equilibrada (com a excepção óbvia do pré-escolar), com um número de alunos por ano de escolaridade muito semelhante para os diferentes ciclos de estudos.



Fonte: GIASE; CML

Figura I. 25 – Repartição do n.º de alunos pelos diferentes níveis de ensino (Global e Público, 2005/06)

I.2.1.1 Taxas de escolarização e de cobertura

No Quadro I.5 e Figura I.26 são apresentadas as taxas de escolarização estimadas para o ano de 2001 com base nos dados censitários (no caso da população residente) e em dados fornecidos pelo GIASE sobre a população escolar, por idade dos alunos, para os anos lectivos de 2000/01 e 2001/02. Este desfasamento temporal dos

instantes de recolha de informação poderá introduzir alguma distorção nas taxas apuradas, mas ainda assim conduzindo a resultados que se julgam mais realistas que a simples exploração dos dados censitários.

Embora com as cautelas que as eventuais deficiências das bases estatísticas utilizadas recomendam, é ainda assim de sublinhar que as taxas de escolarização obtidas para as idades próprias de frequência dos ensinos básico (6-14 anos) e secundário (15-17 anos) são sistematicamente bastante acima dos 100%. Este é um indicador seguro de que as escolas do concelho de Lisboa acolhem um número muito significativo de crianças e jovens residentes em outros concelhos. Ainda que com as reservas acima suscitadas, e admitindo que todos os residentes de Lisboa nestas idades estão escolarizados, os valores das taxas apuradas apontam para que cerca de 32% dos alunos do ensino básico em Lisboa tenham a sua residência fora do concelho, com maior incidência no 1º ciclo para a qual aquela percentagem poderá rondar os 37%. No caso do ensino secundário, por não se tratar de um ciclo de estudos obrigatório, já não é razoável admitir que todos os residentes de Lisboa com idades no escalão etário 15-17 anos estão escolarizados, pelo que não é directa a estimação do peso dos residentes fora do concelho na população escolar, embora seja de presumir que seja muito significativo face ao valor da taxa de escolarização obtido (123%).

É ainda de referir que as taxas de escolarização apuradas para mais de 17 anos (idades próprias de frequência do ensino superior, não contemplado nestes dados) são desprovidas de real significado, tendo-se optado por apresentá-las apenas para se poder apreciar o efeito da retenção que prolonga a frequência das escolas para além das idades próprias.

Quadro I. 5 – Taxas de Escolarização (2001) – Ensino Básico e Secundário

	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20-25 anos	TOTAL
População residente	3998	4238	4409	4508	4698	4560	4589	4567	4712	5072	5496	5690	6442	7081	50680	120740
1º Ciclo	6447	6869	6772	6675	1500	658	341	178	120	48	5	60				29673
Taxa de escolarização (%)	161%	162%	154%	148%	32%	14%	7%	4%	3%	1%	0%	1%				
2º Ciclo				407	4892	5583	1712	976	539	192	32	6	1	12		14352
Taxa de escolarização (%)				9%	104%	122%	37%	21%	11%	4%	1%	0%	0%	0%		
3º Ciclo						281	4277	5267	5761	2503	1240	447	93	13		19882
Taxa de escolarização (%)						6%	93%	115%	122%	49%	23%	8%	1%	0.2%		
Secundário									396	4060	5515	5827	3656	1994	1778	23226
Taxa de escolarização (%)									8%	80%	100%	102%	57%	28%	4%	
TOTAL de Alunos	6447	6869	6772	7082	6392	6522	6330	6421	6816	6803	6792	6340	3750	2019	1778	87133
TOTAL Taxa de escolarização	161%	162%	154%	157%	136%	143%	138%	141%	145%	134%	124%	111%	58%	29%	4%	72%
	158%			139%			141%			123%						
	148%															

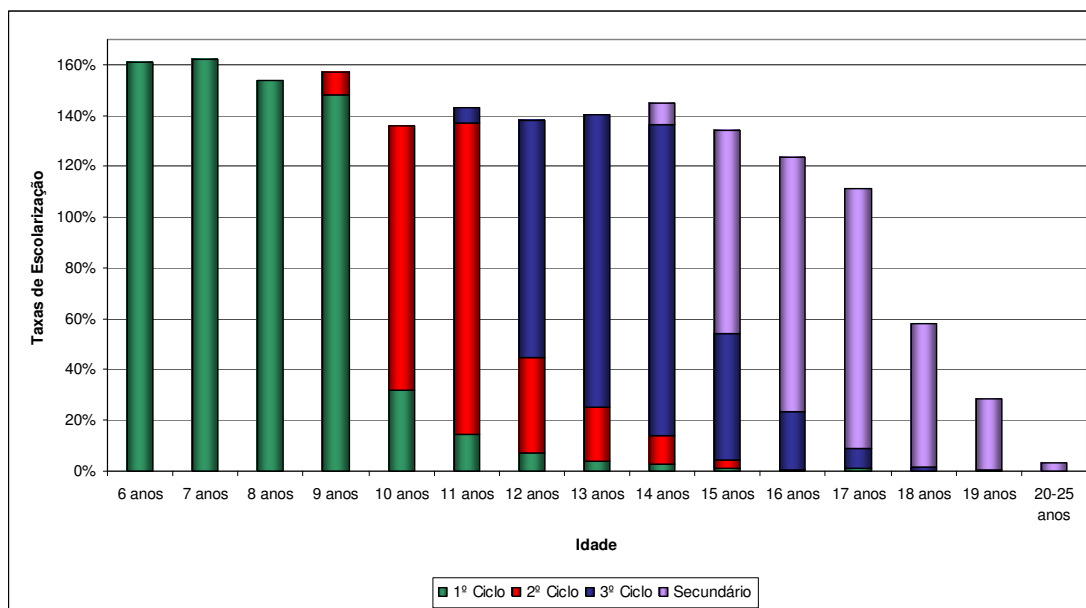


Figura I.26 – Taxas de Escolarização (2001)

As taxas de cobertura (rácio entre o número de alunos inscritos (no ano lectivo de 2000/01) em cada ciclo de estudos e o número de residentes nos escalões etários correspondentes às idades próprias de frequência de cada um desses ciclos, extraídos

do Censo de 2001) são apresentadas na Figura I.27. Ainda que as populações escolares estejam eventualmente empoladas pelo fenómeno da retenção (que leva a que os diferentes ciclos de estudos sejam frequentados por alunos fora da idade própria), as taxas de cobertura apuradas (todas francamente acima dos 100%) são mais um indicador que reforça a ideia de que as escolas de Lisboa recebem um número muito significativo de residentes fora do concelho. Em particular, no caso da educação pré-escolar (para a qual não há retenção e, portanto, o número de crianças fora da idade própria é praticamente insignificante), constata-se que a população escolar está 34% acima da população residente, ou seja, mais de 25% das crianças que frequentam os Jardins-de-Infância de Lisboa terão residência fora do concelho.

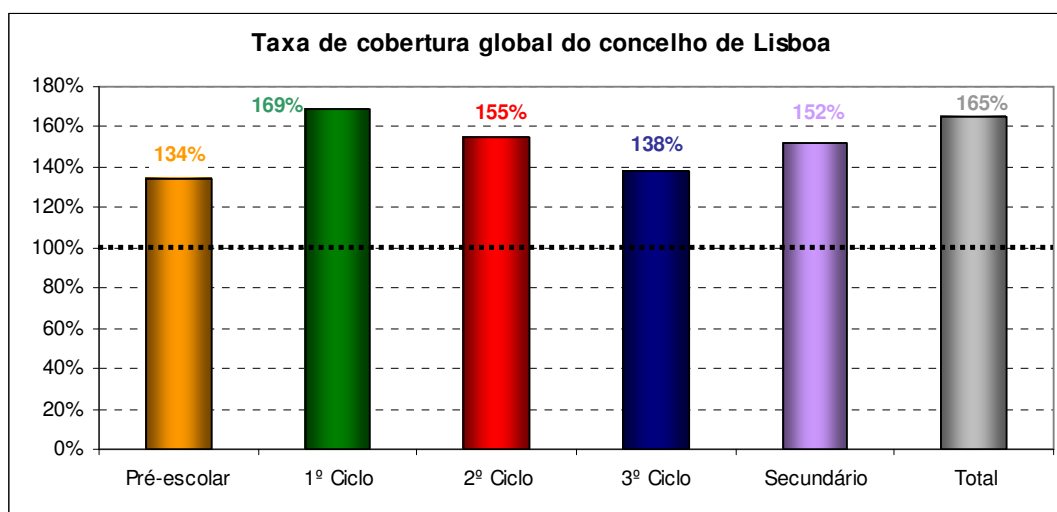


Figura I.27 – Taxas de cobertura (2001)

I.2.1.2 Indicadores de desempenho

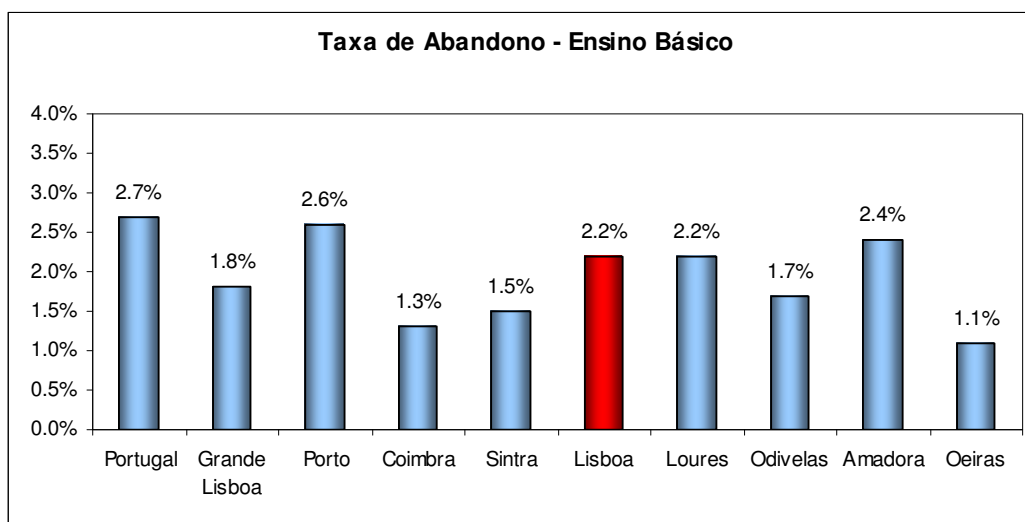
Faz-se de seguida uma análise comparativa do desempenho do sistema educativo do concelho de Lisboa com o de outros concelhos e regiões, com base em alguns indicadores relativos ao ano de 2001 apresentados no Quadro I.6.

Quadro I. 6 - Indicadores de desempenho escolar (2001)

	Ensino Básico			Ensino Secundário	
	Taxa de Abandono	Taxa de Retenção	Taxa de Saída Antecipada	Taxa de Saída Precoce	Aproveitamento no Ensino Secundário
Portugal	2,7%	12,7%	24,0%	44,0%	63,0%
Grande Lisboa	1,8%	12,5%	13,8%	32,6%	60,9%
Porto	2,6%	11,9%	15,6%	29,4%	65,4%
Coimbra	1,3%	9,9%	11,8%	24,8%	65,8%
Sintra	1,5%	11,2%	14,7%	38,7%	59,6%
Lisboa	2,2%	12,2%	12,7%	26,3%	63,6%
Loures	2,2%	13,8%	15,7%	36,1%	56,0%
Odivelas	1,7%	13,1%	13,1%	33,2%	61,4%
Amadora	2,4%	15,2%	15,1%	35,7%	56,0%
Oeiras	1,1%	11,8%	9,4%	23,8%	62,3%

Fonte: Ministério da Educação

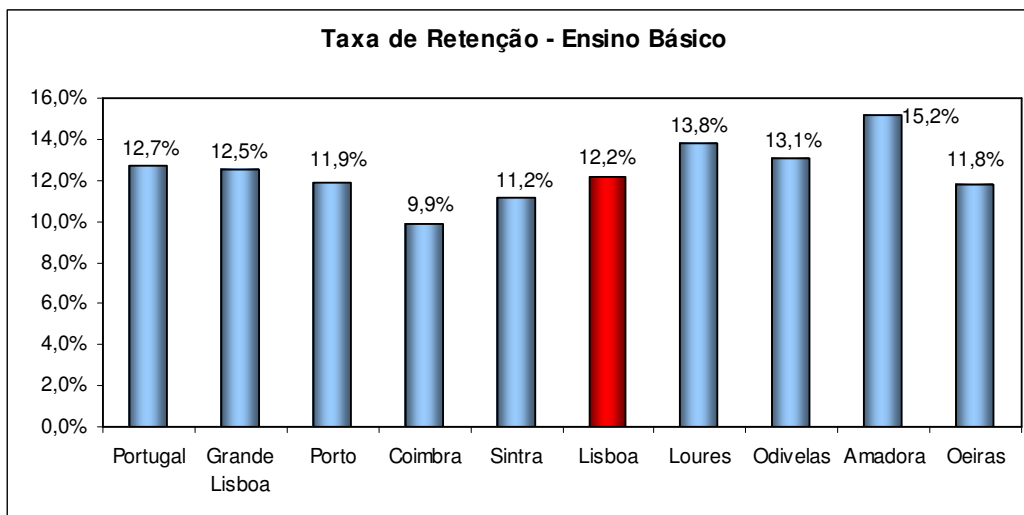
No que se refere ao abandono no Ensino Básico (obrigatório), o concelho de Lisboa apresenta uma Taxa de Abandono abaixo da média nacional, do Porto e da Amadora mas acima da Grande Lisboa, Coimbra, Sintra e seus concelhos limítrofes (Figura I.28).



Fonte: Ministério da Educação

Figura I.28 - Comparação de Taxas de Abandono (2001)

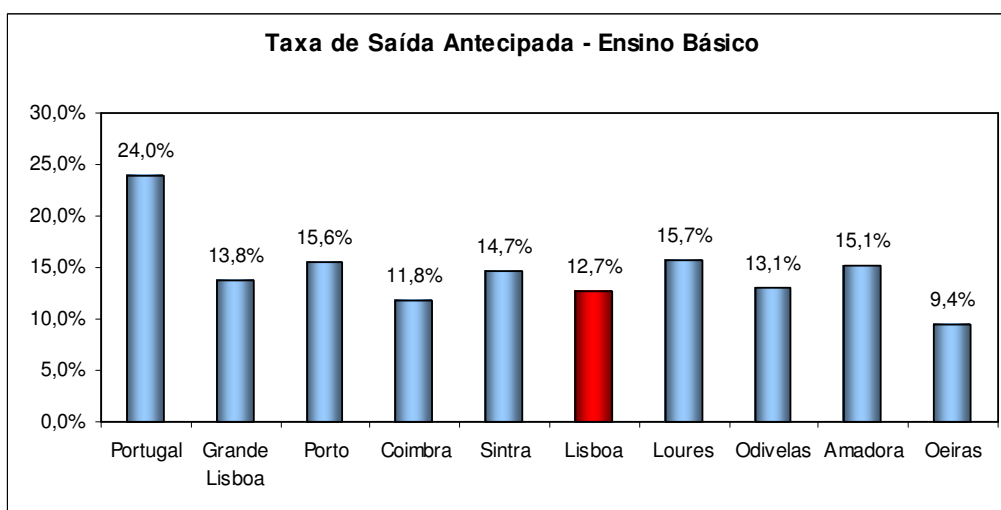
A Taxa de Retenção no Ensino Básico do concelho de Lisboa (ver Figura I.29) assume um valor inferior quer à maioria dos concelhos limítrofes quer à média nacional e região da Grande Lisboa. Apenas os concelhos de Coimbra, Porto e Sintra apresentam valores inferiores ao verificado no concelho de Lisboa.



Fonte: Ministério da Educação

Figura I.29 - Comparação de Taxas de Retenção no Ensino Básico (2001)

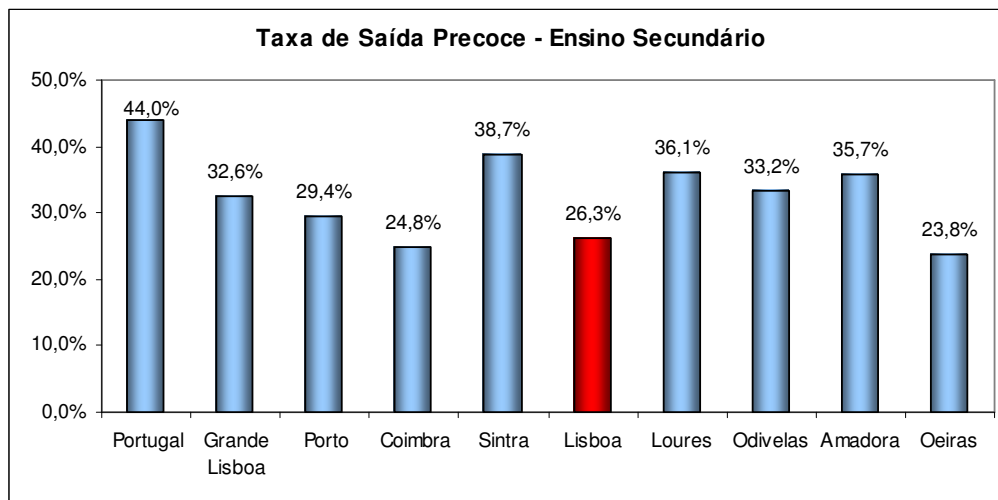
A Taxa de Saída Antecipada (definida como a percentagem da população residente na faixa etária 18-24 anos que não concluiu o 9º ano, nem está a frequentar qualquer nível de ensino) é de 12,7% (o que significa que cerca de 13% da população jovem nesta faixa etária não concluiu o ensino obrigatório), valor que se encontra muito abaixo da média nacional e inferior a todos os restantes concelhos e regiões em análise excepto Coimbra e Oeiras (Figura I.30).



Fonte: Ministério da Educação

Figura I. 30 - Comparação de Taxas de Saída Antecipada (2001)

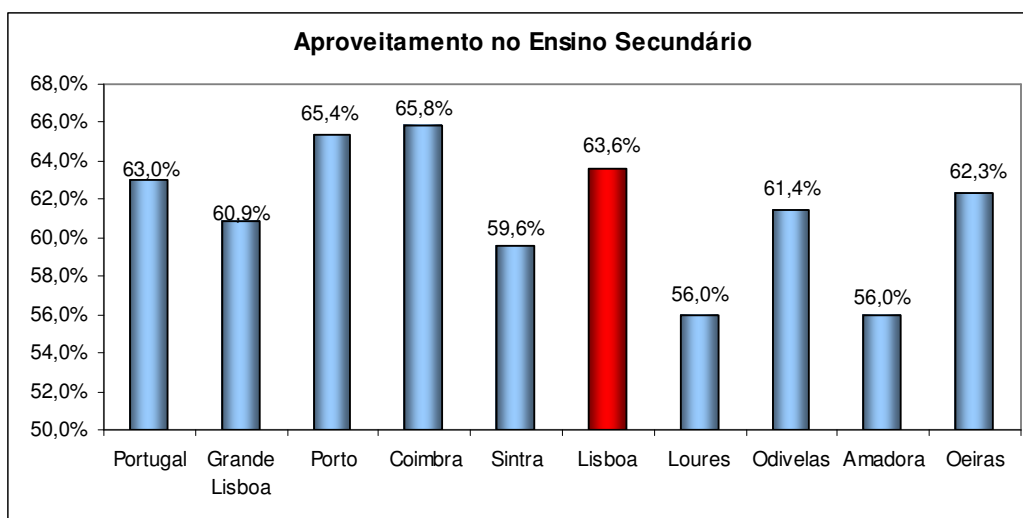
A Taxa de Saída Precoce (Figura I.31) - definida como a percentagem de residentes na faixa etária 18-24 anos que não concluíram nem estão a frequentar o Ensino Secundário - no concelho de Lisboa (26,3%) é significativamente inferior à maioria dos concelhos e regiões em análise. Apenas os concelhos de Coimbra e Oeiras apresentam valores inferiores a Lisboa.



Fonte: Ministério da Educação

Figura I. 31 - Comparação de Taxas de Saída Precoce (2001)

Na Figura I.32 apresenta-se a Taxa de Transição no Ensino Secundário (ou o Aproveitamento no Ensino Secundário), verificando-se que Lisboa se encontra acima da média do continente e da Grande Lisboa, apresentando valores claramente superiores aos seus concelhos limítrofes e Sintra. Apenas os concelhos de Coimbra e Porto apresentam taxas de transição no ensino secundário superiores a Lisboa.



Fonte: Ministério da Educação

Figura I.32 – Taxa de Transição no Ensino Secundário (2001)

I.2.1.3 Agrupamentos de Escolas

Entende-se por Agrupamento de Escolas a “*unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, podendo integrar estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais ciclos de escolaridade do Ensino Básico, a partir de um projecto comum*” (ponto 1, do artigo 5º, do Decreto-Lei nº 115 / 98, de 4 de Maio). A formação de Agrupamentos de Escolas tem em vista a realização das seguintes finalidades⁹:

- Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;
- Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;
- Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;
- Valorizar e enquadrar experiências em curso.

⁹ Ver Anexo 1 Desenho n.º 1 – Equipamentos de Educação.

Existem em 2007/08 no concelho de Lisboa trinta Agrupamentos que se passam a indicar de seguida:

- ❖ Nº1 – Bartolomeu de Gusmão;
- ❖ Nº2 – Baixa-Chiado/ Passos Manuel;
- ❖ Nº3 – Francisco Arruda;
- ❖ Nº4 – Manuel da Maia;
- ❖ Nº5 – Belém/ Restelo;
- ❖ Nº6 – Bairro Padre Cruz;
- ❖ Nº7 – Delfim Santos;
- ❖ Nº8 – Marquesa de Alorna;
- ❖ Nº9 – Quinta de Marrocos;
- ❖ Nº 10 – Pedro Santarém;
- ❖ Nº 11 – Telheiras 1;
- ❖ Nº 12 – São Vicente/Telheiras;
- ❖ Nº 13 – Alvalade;
- ❖ Nº 14 – Eugénio dos Santos;
- ❖ Nº 15 – Luís de Camões;
- ❖ Nº 16 – Lindley Cintra;
- ❖ Nº 17 – Pintor Almada Negreiros;
- ❖ Nº 18 – Alto do Lumiar;
- ❖ Nº 19 – Luís António Verney;
- ❖ Nº 20 – Marvila;
- ❖ Nº 21 – Nuno Gonçalves;
- ❖ Nº 22 – Olaias;
- ❖ Nº 23 – Patrício Prazeres;
- ❖ Nº 24 – Damião Góis;
- ❖ Nº 25 – Fernando Pessoa;
- ❖ Nº 26 – Santa Maria dos Olivais;

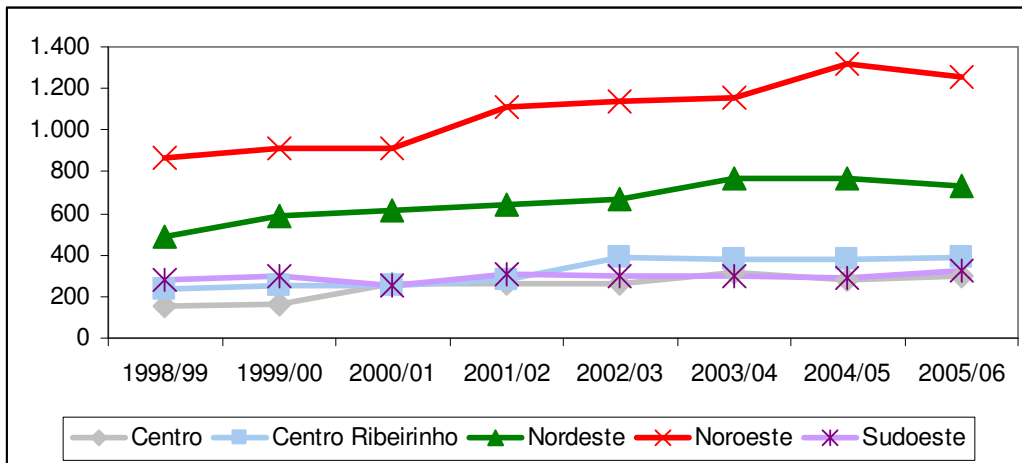
- ❖ Nº 27 – Piscinas/Olivais;
- ❖ Nº 28 – EBI/JI Vasco da Gama;
- ❖ Nº 29 – Dona Filipa de Lencastre;
- ❖ Nº 30 – Gil Vicente.

I.2.2 Educação Pré-Escolar (Rede Pública do ME)

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica, sendo complementar da acção educativa das famílias e destinando-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. A frequência da educação pré-escolar é facultativa, competindo, porém, ao Estado contribuir para a universalização da sua oferta.

Representa-se na Carta I. 1 a localização dos Jardins de Infância que integram a actual rede pública (na dependência do Ministério da Educação). A cidade de Lisboa possui, no ano lectivo de 2007/08, 64 estabelecimentos públicos na dependência do Ministério de Educação com oferta de educação pré-escolar, cujas capacidades, taxa de ocupação e crianças que os frequentam são apresentados no Anexo I.1. Em documento autónomo, anexo a esta Carta Educativa são apresentadas fichas de caracterização do estado de conservação destes estabelecimentos.

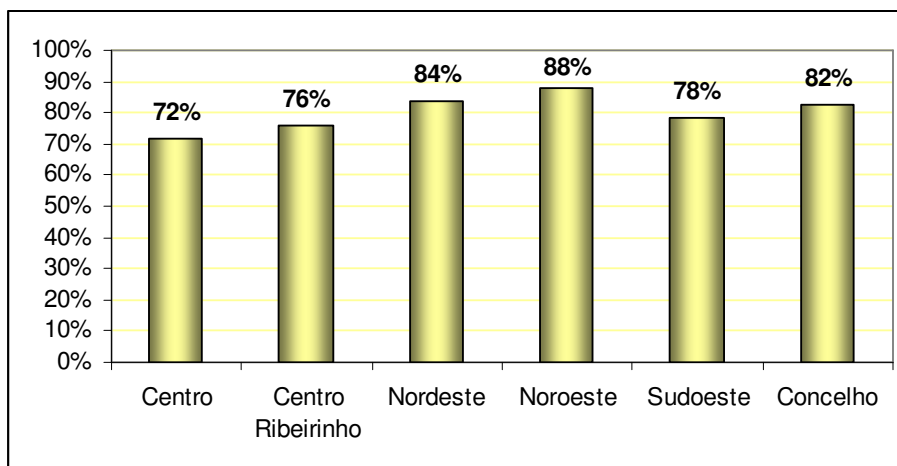
A evolução do número de crianças na rede pública (na dependência do Ministério da Educação), entre 1998/99 e 2005/06, pode observar-se na Figura I.33, constatando-se nestes últimos anos um crescimento significativo no número de crianças a frequentar a educação pré-escolar. Relativamente aos Grupos de Agrupamentos, a tendência verificada globalmente mantém-se na generalidade dos Grupos, sendo de sublinhar o crescimento mais acentuado nos Grupos Noroeste e Nordeste.



Fonte: CML

Figura I.33 — Evolução do n.º de crianças a frequentar a educação pré-escolar Pública por grupo de Agrupamentos (1998/99 até 2005/06)

Neste contexto e face ao reduzido número de estabelecimentos públicos com oferta de educação pré-escolar, crê-se que deve haver um crescimento significativo da oferta pública, especialmente em zonas consideradas prioritárias pela escassa oferta da rede privada e pelo fraco nível económico dos seus residentes.



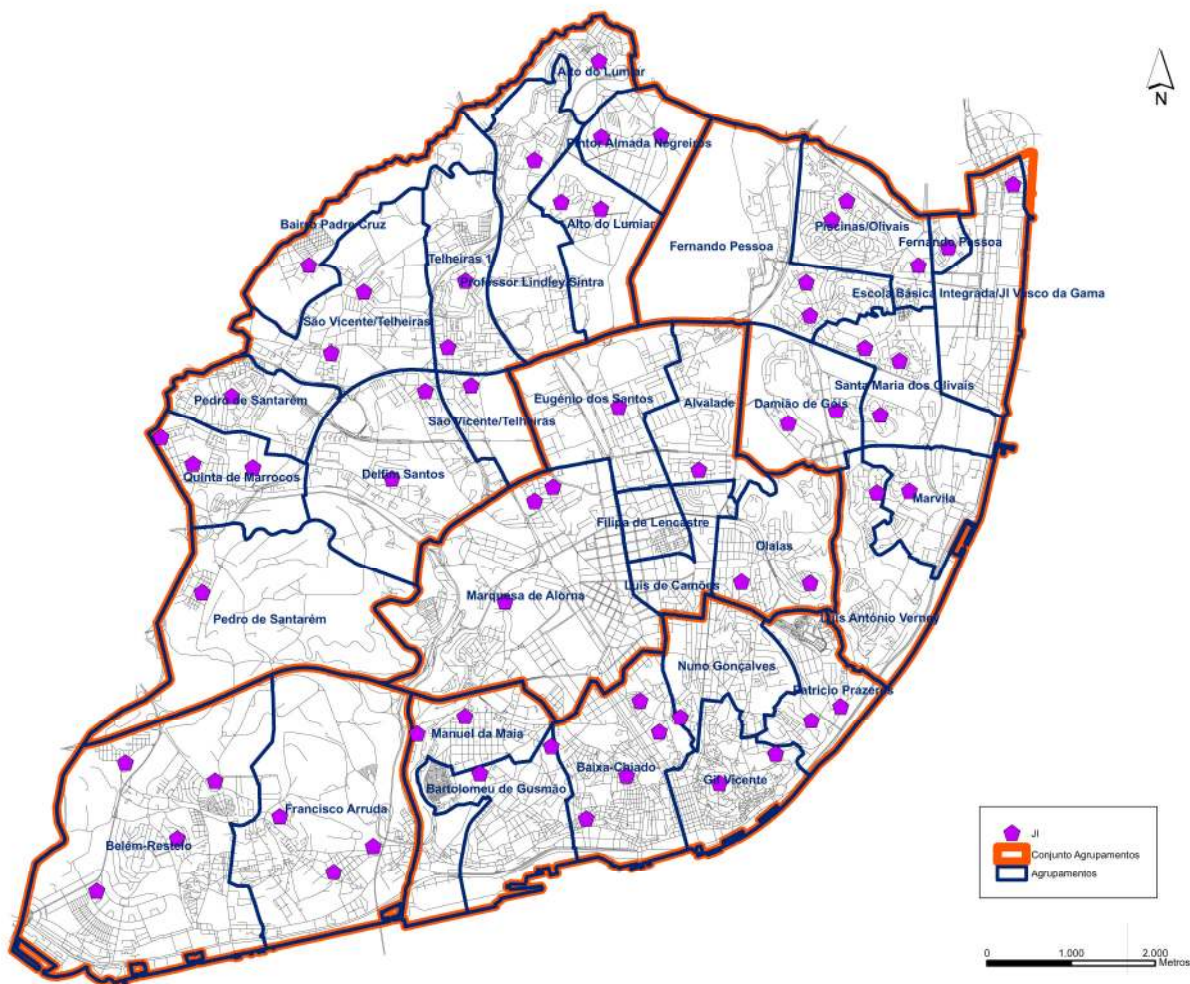
Fonte: CML

Figura I. 34 – Taxa de Ocupação dos Jardins-de-Infância Públicos por Grupo de Agrupamentos (2005/06)

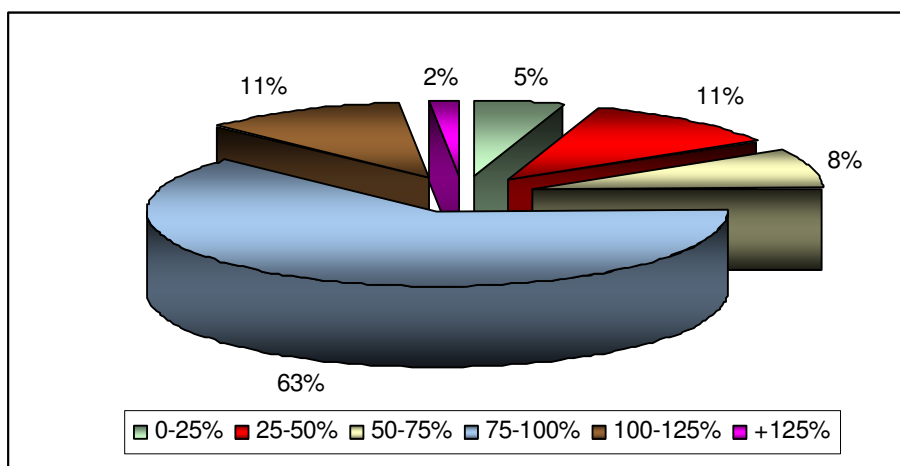
Como se pode observar na Figura I.34, a taxa de ocupação dos Jardins-de-Infância públicos (do Ministério da Educação) dos Grupos de Agrupamentos apresenta na sua maioria valores próximos dos 80%, à excepção do Centro que apresenta o valor de

72% (no Concelho atinge o valor de 82%). De referir ainda que os Grupos que apresentam taxas de ocupação mais elevadas são aqueles em que o aumento da procura verificada nos últimos anos é mais elevado.

Carta I. 1– Rede actual de Jardins de Infância Públicos



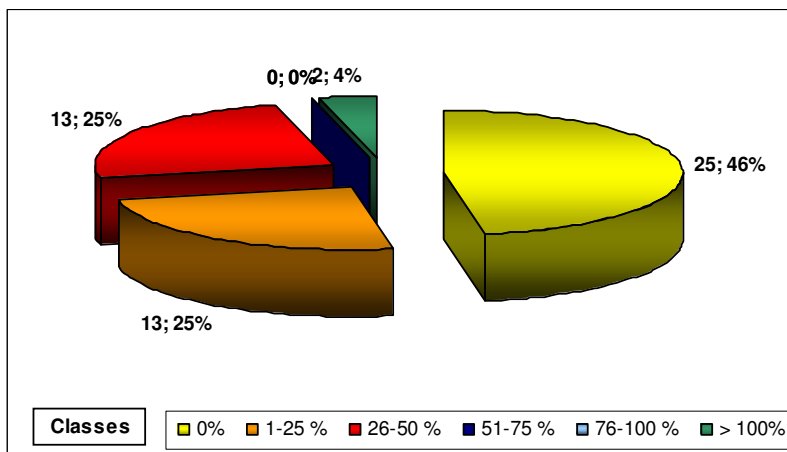
Existem, no entanto, situações diferenciadas no Concelho que se traduzem na Figura I.35, na qual se representa a distribuição dos jardins-de-infância públicos por classes de taxa de ocupação. Assim, verifica-se que 63% dos JI funcionam com o que poderia ser considerada uma taxa de ocupação próxima dos 100% e é de realçar ainda a existência de 13% que funcionam com taxas de ocupação superiores a 100%, merecendo uma atenção especial.



Fonte: CML

Figura I. 35 – Distribuição dos Jardins-de-Infância Públicos por classes de Taxa de Ocupação (2005/06)

No total da cidade, a taxa de cobertura (rácio entre o número de crianças escolarizadas e o total de residentes na faixa etária 3-5 anos) dos Jardins-de-infância Públicos do Ministério da Educação foi de 20% em 2001. A cobertura é muito variável, existindo 51 freguesias onde a taxa de cobertura é inferior a 50%, sendo que 38 destas freguesias não atingem os 25% (ver Figura I.36). Refira-se ainda que 25 freguesias não possuem qualquer estabelecimento público de educação pré-escolar, principalmente do Centro e Centro Ribeirinho. Em contrapartida, é também no Centro Ribeirinho que se verificam as taxas de cobertura mais elevadas, nomeadamente nas freguesias do Castelo e Santiago, com valores de 125 e 108%, respectivamente. Nas Grandes Unidades Agregadas, as taxas de cobertura verificadas não vão além de 30%, apresentando o Centro e o Centro Ribeirinho valores da ordem dos 10%.



Fonte: GIASE; INE

Figura I.36 – Distribuição das freguesias por classes de Taxa de Cobertura na Educação Pré-escolar Pública do M.E. (2001)

I.2.2.1 Componente de Apoio à Família

Apresentam-se no Quadro I.7, por Agrupamento de Escolas, o número de crianças do pré-escolar que beneficiam da Componente de Apoio à Família (CAF), bem como a respectiva percentagem relativamente ao número total de crianças inscritos no ano lectivo de 2007/08. Na Figura I.37 representam-se as percentagens de alunos inscritos que beneficiam da CAF, por Grupo de Agrupamentos.

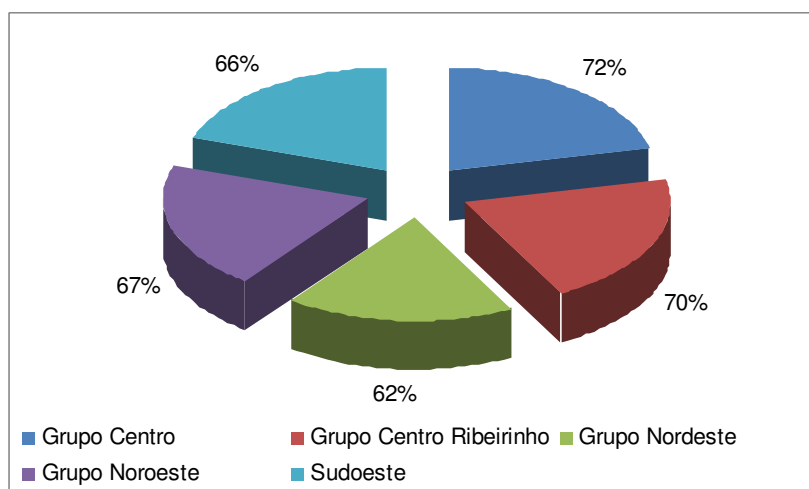


Figura I. 37 – Percentagem de crianças que beneficiam da CAF por Agrupamento de Escolas (2007/08)

Quadro I. 7 – N.º e % de crianças que beneficiam da CAF por Agrupamento (2007/08)

Agrupamento		Pré-escolar		
n.º	Designação	Total alunos	Alunos com CAF	Percentagem
1	Bartolomeu de Gusmão	85	70	82%
2	Baixa-Chiado	68	48	71%
3	Francisco Arruda	134	86	64%
4	Manuel da Maia	93	61	66%
5	Belém-Restelo	197	133	68%
6	Bairro Padre Cruz	120	92	77%
7	Delfim Santos	70	48	69%
8	Marquesa de Alorna	121	96	79%
9	Quinta de Marrocos	118	77	65%
10	Pedro de Santarém	187	120	64%
11	Telheiras	205	146	71%
12	S. Vicente/Telheiras	139	91	65%
13	Alvalade	45	33	73%
14	Eugénio dos Santos	80	61	76%
15	Luís de Camões	0	0	0%
16	Professor Lindley Cintra	140	86	61%
17	Pintor Almada Negreiros	94	80	85%
18	Alto do Lumiar	139	74	53%
19	Luís António Verney	40	12	30%
20	Marvila	25	0	0%
21	Nuno Gonçalves	25	15	60%
22	Olaias	90	53	59%
23	Patrício Prazeres	121	79	65%
24	Damião de Góis	101	81	80%
25	Fernando Pessoa	224	162	72%
26	Santa Maria dos Olivais	205	90	44%
27	Piscinas - Olivais	148	106	72%
28	EBI/JI Vasco da Gama	70	49	70%
29	D. Filipa de Lencastre	---	0	0%
30	Gil Vicente	0	0	---

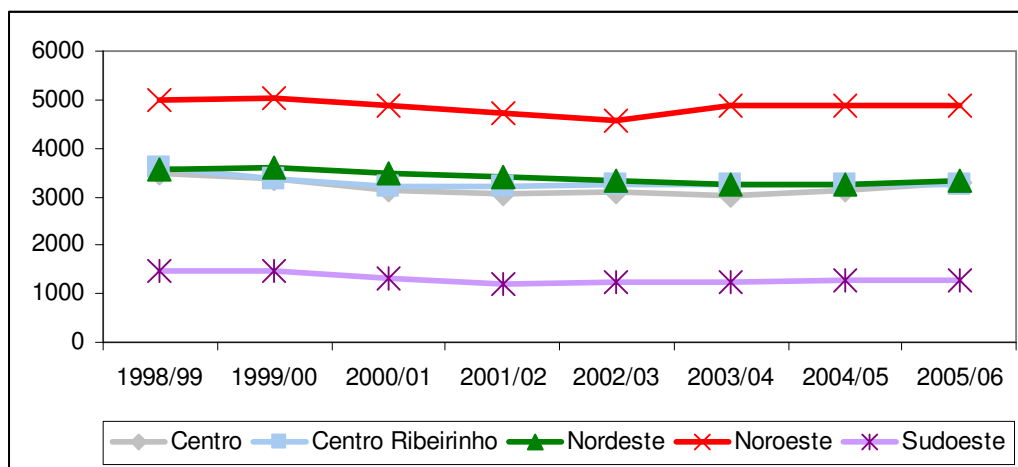
I.2.3 Ensino do Básico – 1.º Ciclo (Rede Pública do ME)

Representa-se na Carta I. 2 a localização das escolas com 1.º ciclo do ensino básico que integram a rede pública do Ministério da Educação. A cidade de Lisboa possui, no ano lectivo de 2007/08, 87 estabelecimentos públicos (na dependência do Ministério de Educação) com oferta de 1.º Ciclo, cuja capacidade (total e ocupada) e n.º de alunos que os frequentam se apresentam no Anexo I.1. Em documento autónomo, anexo a esta Carta Educativa são apresentadas fichas de caracterização do estado de conservação destes estabelecimentos.

A população escolar deste nível de ensino no concelho de Lisboa tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, acompanhando a tendência verificada a nível nacional e resultante da diminuição das taxas de natalidade (ver Figura I.22 atrás). Comparando o recenseamento de 1981 com os de 1991 e 2001, verifica-se que o grupo etário dos 6-9 anos, correspondente à população com idade própria para frequentar o 1.º Ciclo

do Ensino Básico, passou de 42 649 indivíduos em 1981 para 24 135 em 1991 e finalmente 17 153 no Censo 2001.

Os Grupos de Agrupamentos apresentam no geral a mesma tendência global verificada no Concelho, que apresenta uma taxa global de variação de -6% entre 1998/99 e 2005/06. Assim, o número de alunos a frequentar este nível de ensino tem apresentado uma tendência decrescente nos últimos anos, atingindo o Sudoeste uma variação máxima de -14% (Figura I.38)

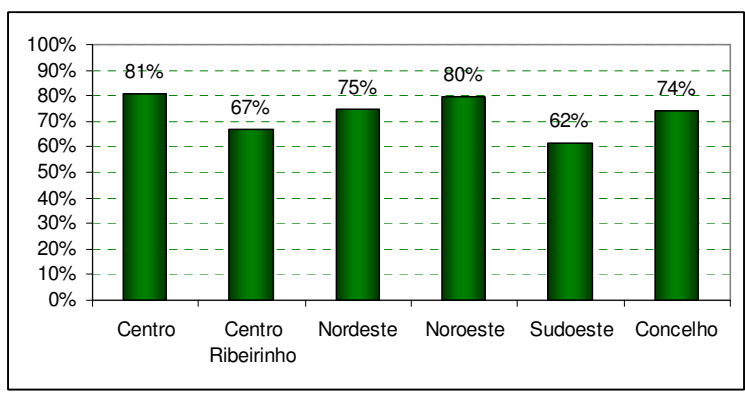
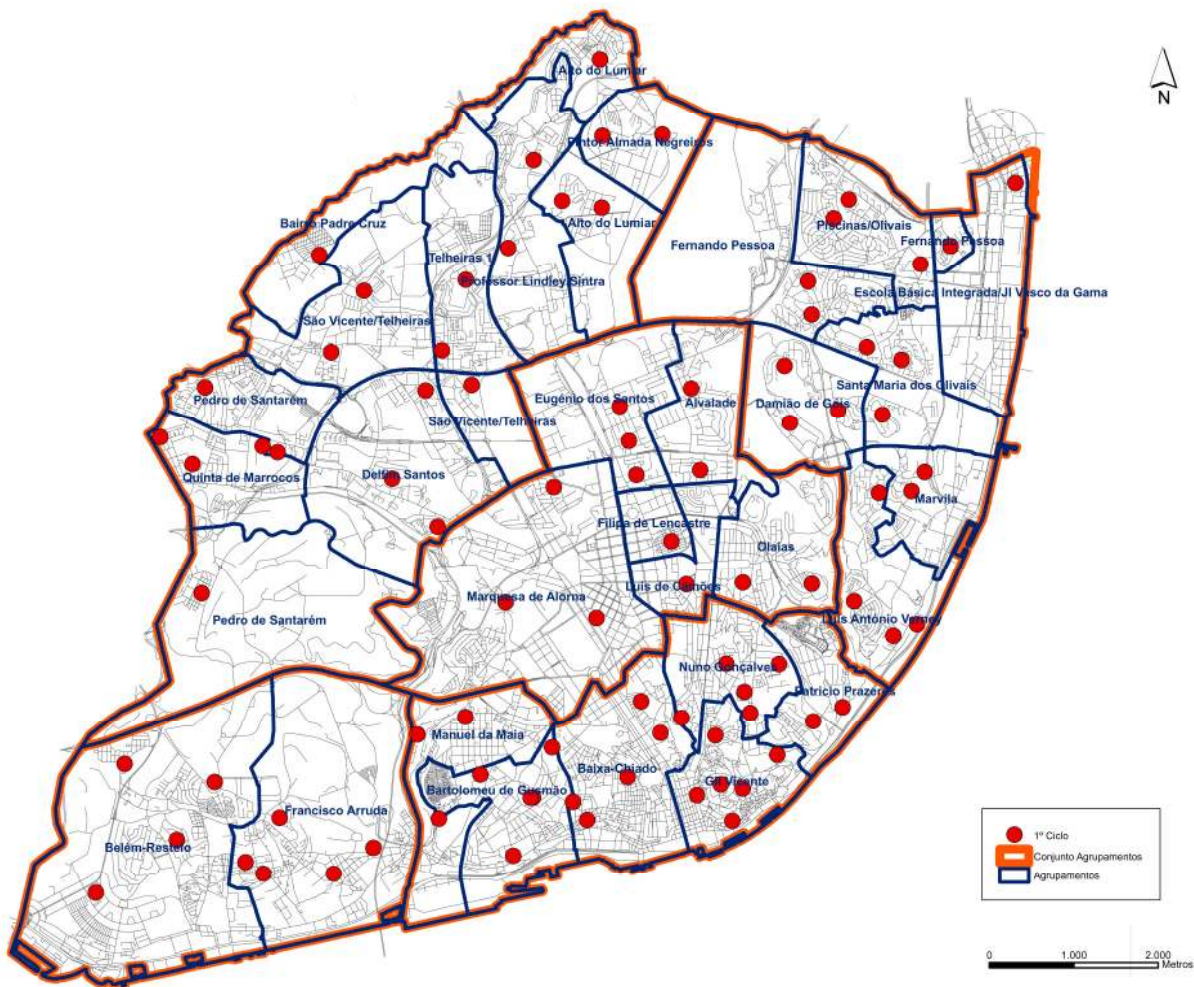


Fonte: CML

Figura I.38 – Evolução do n.º de alunos a frequentar o 1.º ciclo em escolas Públicas do ME, por Grupos de Agrupamentos (1998/99 até 2005/06)

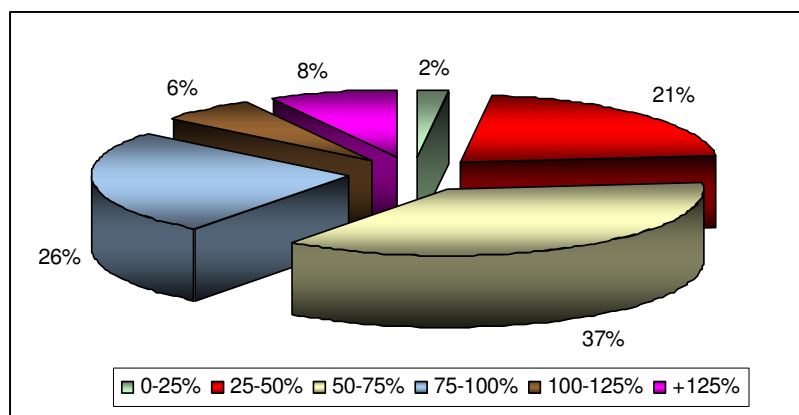
A diminuição do número de alunos reflecte-se na taxa de ocupação das escolas públicas com 1.º Ciclo, como se pode observar na Figura I.39. A maioria dos Grupos de Agrupamentos apresenta taxas inferiores a 80%, sendo no entanto de referir que na avaliação da capacidade das escolas se consideraram todas as salas de aula existentes, mesmo quando a utilização actual contempla outros tipos de uso (biblioteca, salas de actividades, etc.), isto é, as taxas de ocupação são relativas a uma capacidade máxima nominal dos equipamentos para um cenário de grande constrangimento de espaços disponíveis.

Carta I. 2 – Localização de Escolas Básicas do 1º ciclo (rede pública actual)



Fonte: CML

Figura I. 39 – Taxa de Ocupação das Escolas Públicas de 1.º Ciclo por Grupo de Agrupamentos (2005/06)

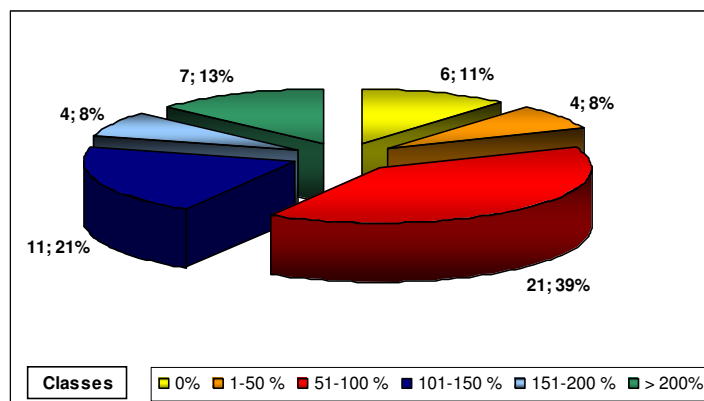


Fonte: CML

Figura I. 40 – Distribuição das Escolas Públicas com 1.º Ciclo por classes de Taxa de Ocupação (2005/06)

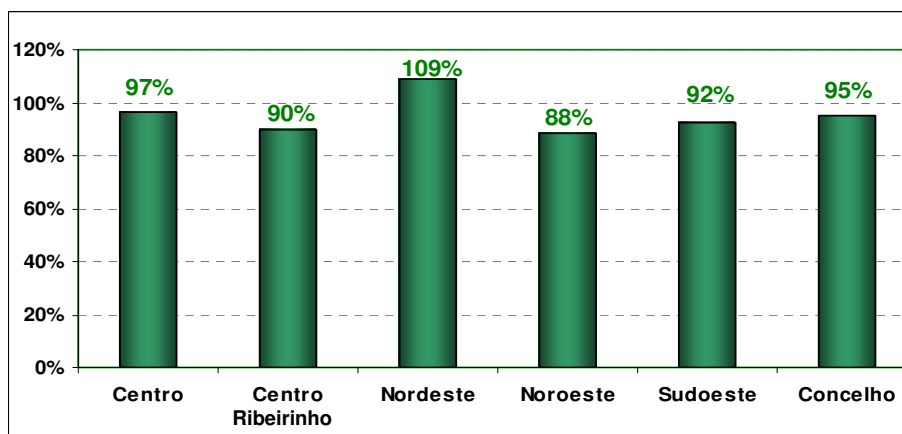
Quando se abandona a análise macro e se observa a distribuição das escolas públicas com 1.º Ciclo por classes de taxa de ocupação, verifica-se que a maioria (63%) apresenta taxas de ocupação entre 50% e 100% (Figura I.40). No entanto, esta análise, uma vez que considera a capacidade nominal máxima da escola, não identifica situações de rotura verificadas no presente ano lectivo de 2007/08. Assim, existem actualmente 11 estabelecimentos do 1.º ciclo com turmas em regime duplo que se listam de seguida: EB1 António Nobre, EB1 das Laranjeiras, EB1 de São Sebastião da Pedreira, EB1 Mestre Querubim Lapa, EB1 Maria da Luz de Deus Ramos, EB1 nº1, EB1 nº195, EB1 Luiza Neto Jorge, EBI+JI Vasco da Gama, EB1 nº212, EB1 do Castelo.

Relativamente às taxas de cobertura verificadas (em 2001) para este nível de ensino, estas apresentam na maioria das freguesias valores superiores a 50% (Figura I.41). Apenas 6 freguesias não possuem qualquer oferta de 1.º ciclo, situando-se a sua maioria no Centro Ribeirinho, situação idêntica à já verificada na educação pré-escolar. É também nesta área que mais uma vez se verificam os valores mais elevados, nomeadamente nas freguesias de Madalena, Santiago e Santa Justa com 733, 536 e 377%, respectivamente. Globalmente, a rede pública da cidade de Lisboa apresentou em 2001 uma taxa de cobertura para o 1.º ciclo de 95%. Nas Grandes Unidades Agregadas, as taxas de cobertura das escolas públicas com 1.º ciclo apresentam sempre valores superiores a 85%, destacando-se o Nordeste com 109% (ver Figura I.42).



Fonte: GIASE; INE

Figura I. 41 – Distribuição das freguesias por classes de Taxa de cobertura das Escolas com 1.º ciclo (Rede Pública – 2001)



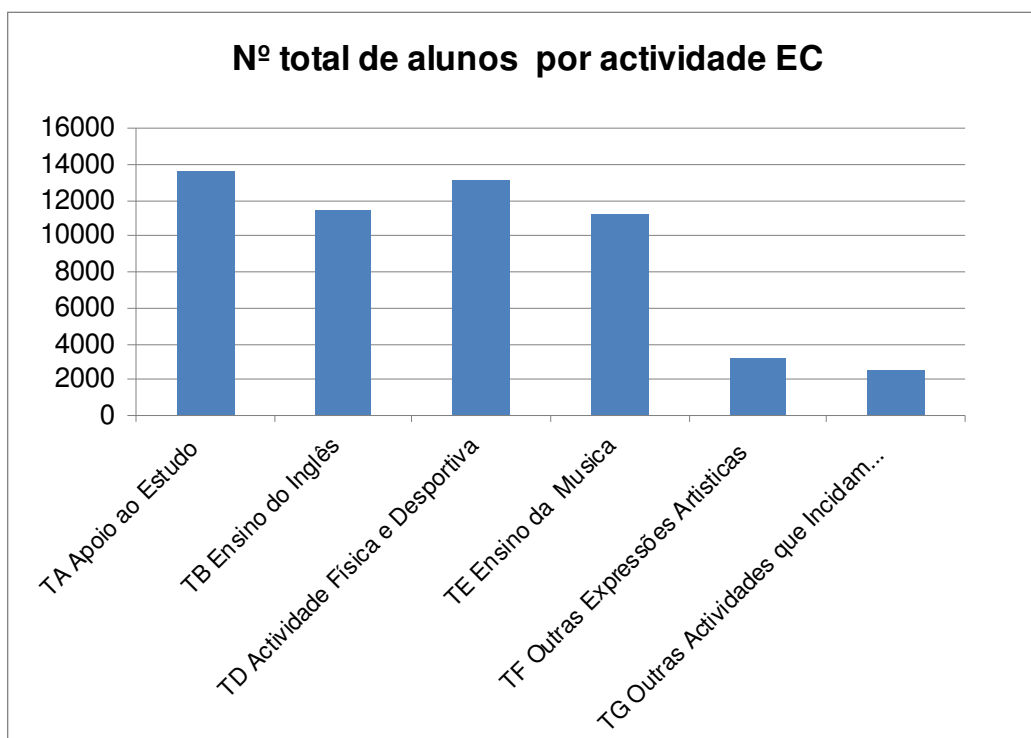
Fonte: GIASE; INE

Figura I.42 – Taxa de Cobertura no 1º ciclo (Rede Pública) por Grande Unidade Agregada (2001)

I.2.3.1 Actividades de Enriquecimento Curricular e Componente de Apoio à Família

Todos os alunos das escolas de 1º ciclo da rede pública beneficiam de Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC). No Anexo I.4 são apresentados elementos detalhados sobre as AEC desenvolvidas em cada estabelecimento da rede pública.

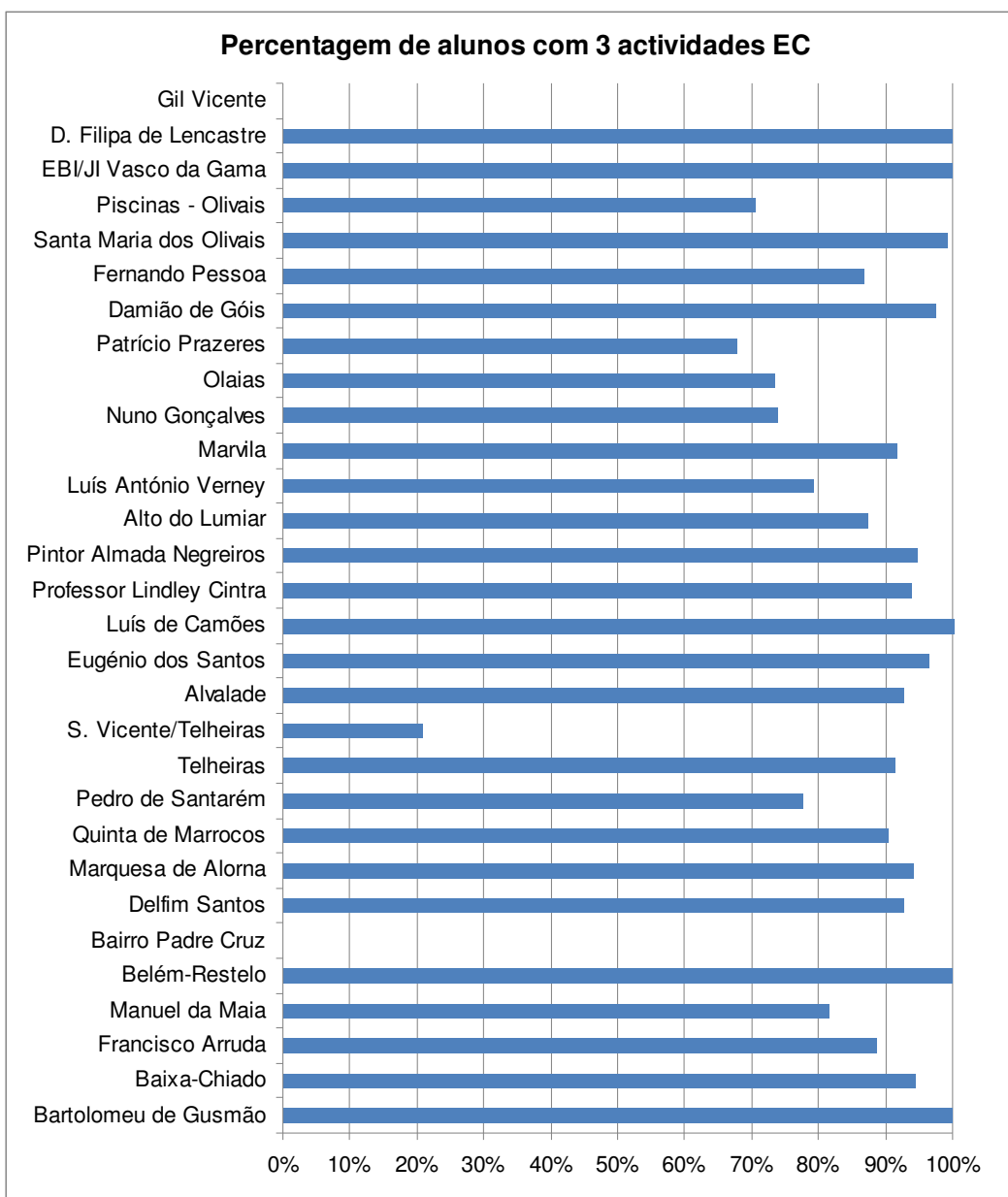
Como elementos de síntese, apresentam-se na Figura I.43 o número total de alunos por tipo de actividade e, na Figura I.44, a percentagem de alunos com 3 actividades, por Agrupamento de Escolas.



Fonte: CML

Figura I. 43 – Nº Total de alunos por tipo de actividade (2007/08)

Apresentam-se no Quadro I.8, por Agrupamento de Escolas, o número de alunos do 1º ciclo que beneficiam da Componente de Apoio à Família (CAF), bem como a respectiva percentagem relativamente ao número total de alunos inscritos no ano lectivo de 2007/08. Na Figura I.45 representam-se as percentagens de alunos inscritos que beneficiam da CAF, por Grupo de Agrupamentos.



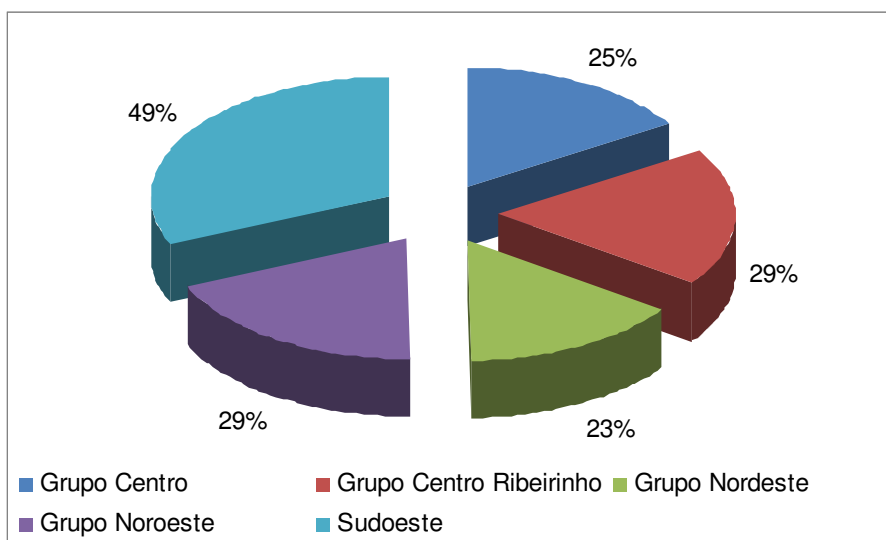
Fonte: CML

Figura I. 44 – Percentagem de alunos com 3 actividades de Enriquecimento Curricular por Agrupamento de Escolas (2007/08)

Quadro I. 8 – Nº e % de alunos que beneficiam da CAF por Agrupamento (2007/08)

Agrupamento		1º Ciclo		
nº	Designação	Total alunos	Alunos com CAF	Percentagem
1	Bartolomeu de Gusmão	621	260	42%
2	Baixa-Chiado	689	237	34%
3	Francisco Arruda	719	402	56%
4	Manuel da Maia	491	109	22%
5	Belém-Restelo	558	220	39%
6	Bairro Padre Cruz	332	36	11%
7	Delfim Santos	727	264	36%
8	Marquesa de Alorna	576	234	41%
9	Quinta de Marrocos	354	38	11%
10	Pedro de Santarém	663	193	29%
11	Telheiras	530	129	24%
12	S. Vicente/Telheiras	550	536	97%
13	Alvalade	574	147	26%
14	Eugénio dos Santos	707	141	20%
15	Luís de Camões	340	90	26%
16	Professor Lindley Cintra	395	79	20%
17	Pintor Almada Negreiros	332	21	6%
18	Alto do Lumiar	861	98	11%
19	Luís António Verney	453	46	10%
20	Marvila	290	48	17%
21	Nuno Gonçalves	778	171	22%
22	Olaias	456	47	10%
23	Patrício Prazeres	548	137	25%
24	Damião de Góis	676	151	22%
25	Fernando Pessoa	508	125	25%
26	Santa Maria dos Olivais	598	135	23%
27	Piscinas - Olivais	663	169	25%
28	EBI/JI Vasco da Gama	193	111	58%
29	D. Filipa de Lencastre	333	100	30%
30	Gil Vicente	0	0	---

Fonte: CML



Fonte: CML

Figura I. 45 – Percentagem de alunos que beneficiam da CAF por Agrupamento de Escolas (2007/08)

I.2.4 Ensino Básico - 2.º e 3.º Ciclos (Rede Pública do ME)

Representa-se na Carta I.3 a localização das escolas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário que integram a rede pública do Ministério da Educação. A cidade de Lisboa dispõe, no ano lectivo de 2007/08, de 54 e 70 estabelecimentos públicos da dependência do Ministério de Educação com oferta de 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, respectivamente, cuja capacidade, número de turmas e de alunos que os frequentam se apresenta no Anexo I.1.

A evolução do número de alunos matriculados nos 2.º e 3.º ciclos (rede pública) apresentada na Figura I.22 deixa transparecer um ligeiro decréscimo na população escolar destes dois níveis de ensino no concelho de Lisboa nos últimos cinco anos.

Quando se analisa cada um dos Agrupamentos por ciclo, a situação altera-se. No que respeita ao 2.º Ciclo do Ensino Básico (ver Figura I.46), o comportamento dos vários grupos não é homogéneo, sendo de destacar o comportamento do Noroeste, que é o único a apresentar sempre tendência positiva no período de 1998/99 a 2005/06 como resultado da abertura de estabelecimentos com oferta desse ciclo, nomeadamente a Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos nº2 de Telheiras e a Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos Pintor Almada Negreiros.

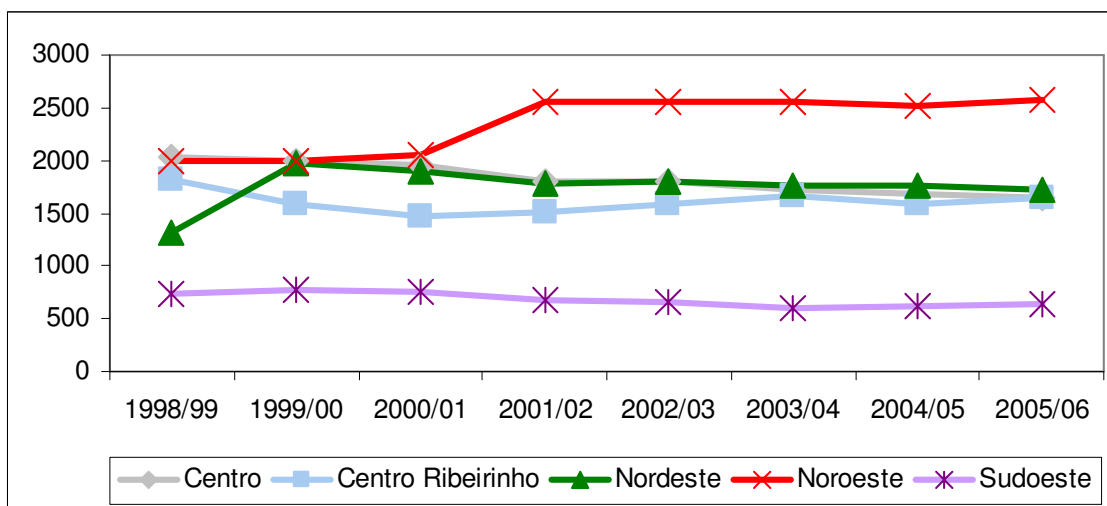
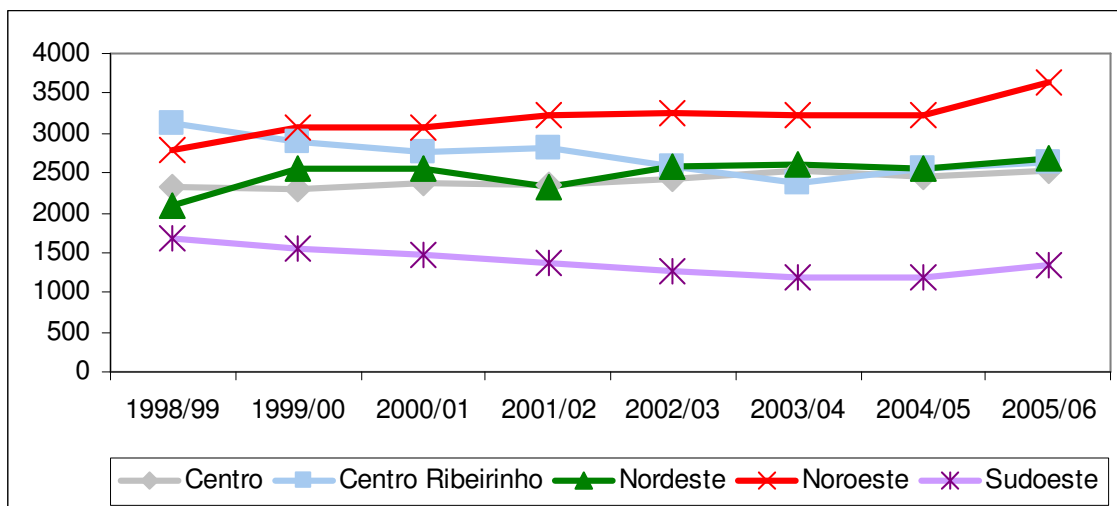


Figura I. 46 – Evolução do n.º de alunos a frequentar o 2.º ciclo por Grupo de Agrupamentos (1998/99 até 2005/06)

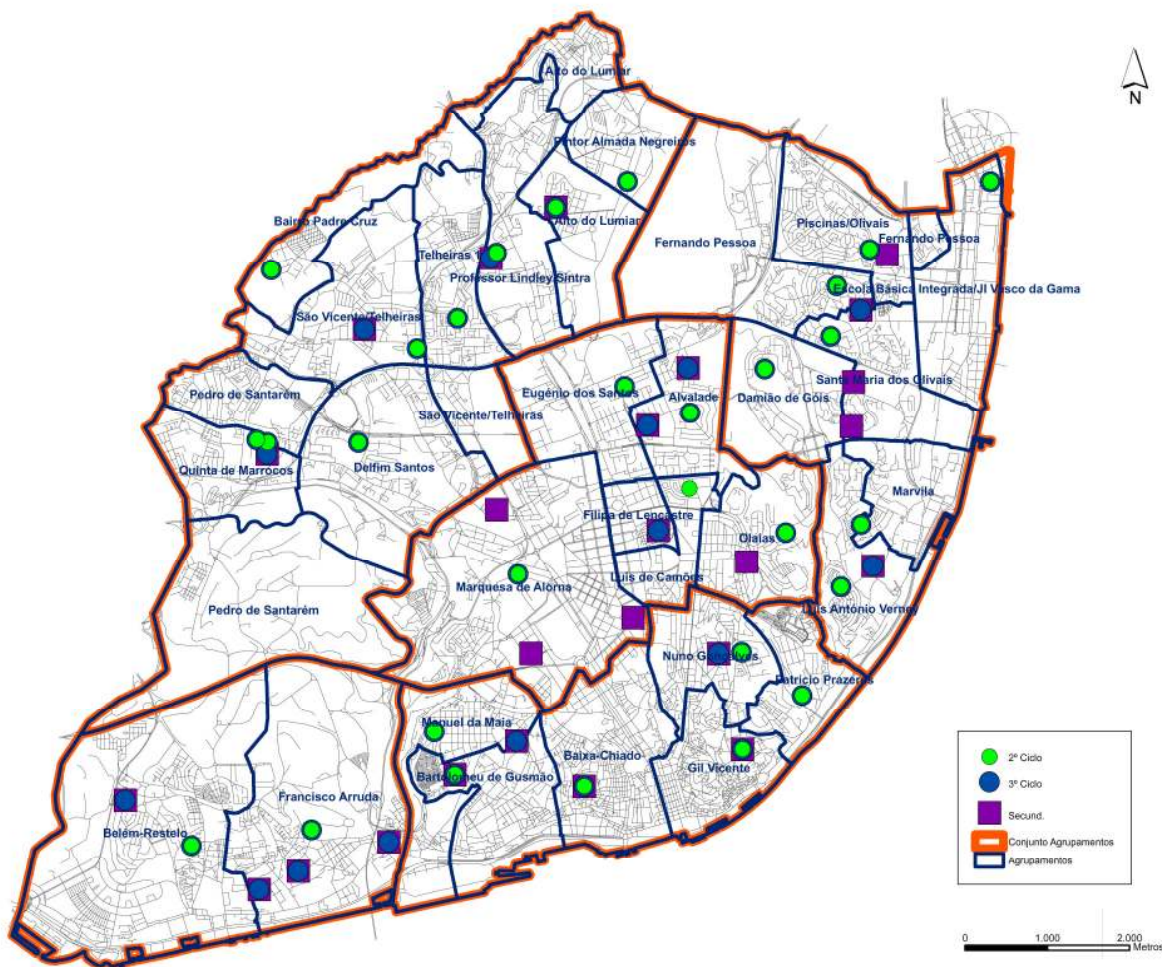
Relativamente ao 3.º Ciclo do Ensino Básico, da análise da evolução do número de alunos por Grupo de Agrupamentos (ver Figura I.47), constata-se que também neste nível de ensino a evolução não apresenta a mesma tendência para todos os Grupos. Pode-se ainda salientar que estes dois ciclos nem sempre evoluem dentro do mesmo Grupo de igual forma.



Fonte: CML; GIASE

Figura I. 47 – Evolução do n.º de alunos a frequentar o 3.º ciclo por Grupo de Agrupamentos (1998/99 até 2005/06)

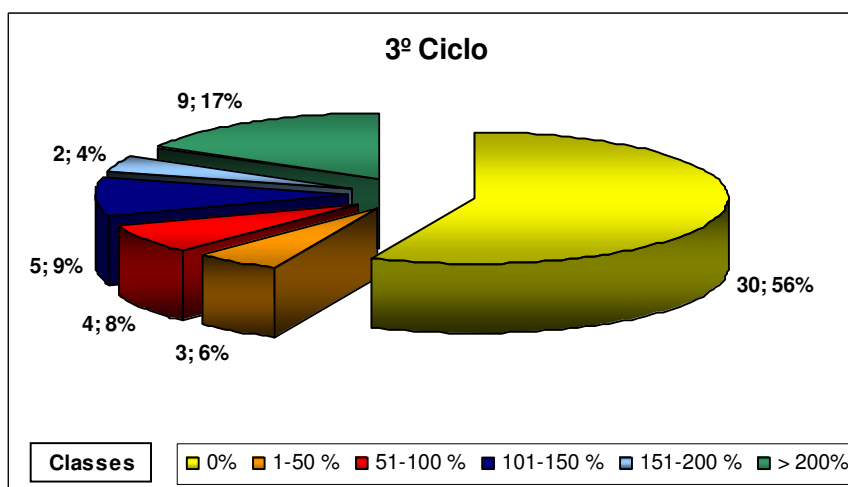
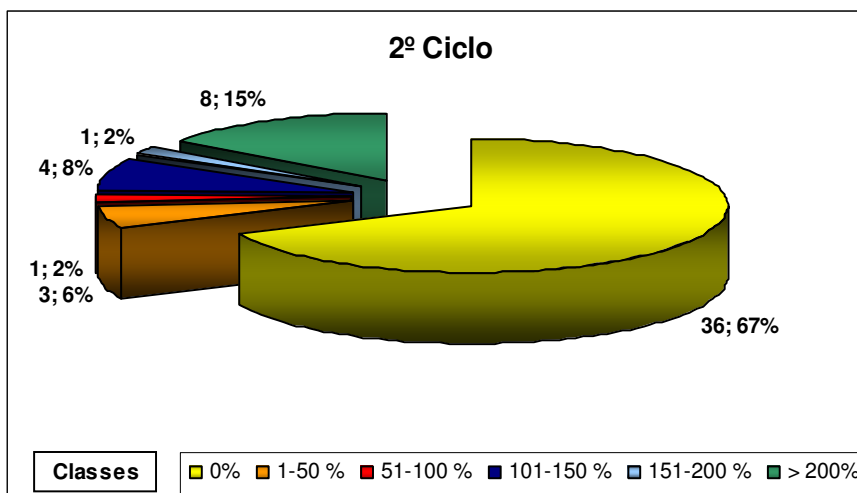
**Carta I. 3 – Localização de Escolas Básicas do 2º e 3º ciclos e secundário
(Rede pública actual)**



No que respeita às Taxas de Ocupação das escolas por Grupo de Agrupamentos, estas serão apresentadas no ponto seguinte, juntamente com o Ensino Secundário, dado não fazer muito sentido o seu cálculo em separado (face à coexistência no mesmo estabelecimento de 2º e 3º ciclos, nuns casos, e de 3º ciclo e secundário, noutros casos). Por razões semelhantes, será também apresentado no ponto seguinte o estado de conservação destes estabelecimentos de ensino.

Em relação às taxas de cobertura do 2.º e 3.º ciclos, a distribuição das freguesias por classes é semelhante nestes dois níveis de ensino (ver Figura I.48). A maioria das freguesias apresenta taxas de cobertura inferiores a 50%, e 36 e 30 freguesias não possuem qualquer tipo de estabelecimento com oferta de 2.º e 3.º ciclos,

respectivamente. Globalmente, a rede pública do concelho apresentou em 2001 taxas de cobertura de 92%, para ambos os ciclos.



Fonte: GIASE; INE

Figura I.48 – Distribuição das freguesias por classes de Taxa de cobertura das Escolas Públicas com 2.º e 3.º ciclos (2001)

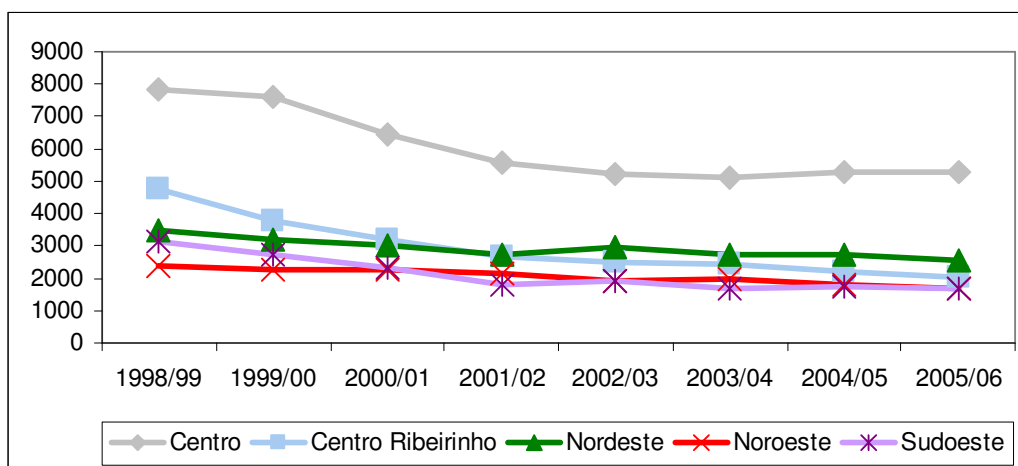
I.2.5 Ensino Secundário (Rede Pública)

Representou-se na Carta I.3 a localização das escolas secundárias que integram a rede pública do Ministério da Educação. A cidade de Lisboa dispõe, no ano lectivo de 2007/08, de 45 estabelecimentos públicos da dependência do Ministério de Educação

com oferta de ensino secundário, cujas taxas de ocupação, número de turmas e de alunos que os frequentam se apresentam no Anexo I.1.

Como atrás analisado (ver Figura I.22) a diminuição do número de alunos a frequentar o ensino secundário foi acentuadíssima desde 1998/99 até ao ano lectivo 2005/06 (Figura I.49), particularmente no sub-sistema público.

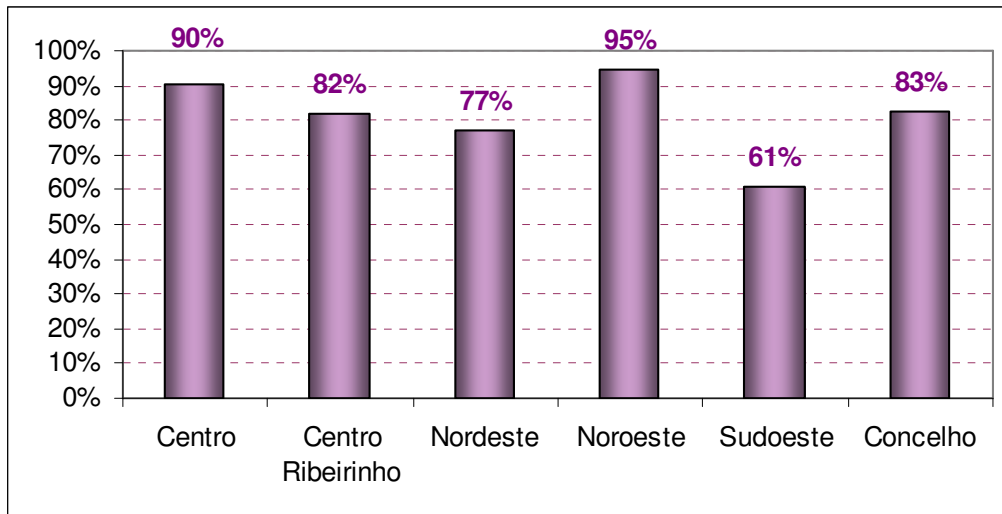
A evolução do número de alunos a frequentar a rede pública do Ministério da Educação do ensino secundário mantém a mesma tendência negativa em todos os Grupos de Agrupamentos (ver Figura I.49). De destacar nessa evolução o acentuado decréscimo verificado no Centro Ribeirinho (perde cerca de 57% dos alunos em oito anos) e no Sudoeste e Centro (perdas de cerca de 48% e 33%, respectivamente, no período considerado).



Fonte: CML; GIASE

Figura I. 49 – Evolução do n.º de alunos a frequentar o secundário por Grupo de Agrupamentos (1998/99 até 2005/06)

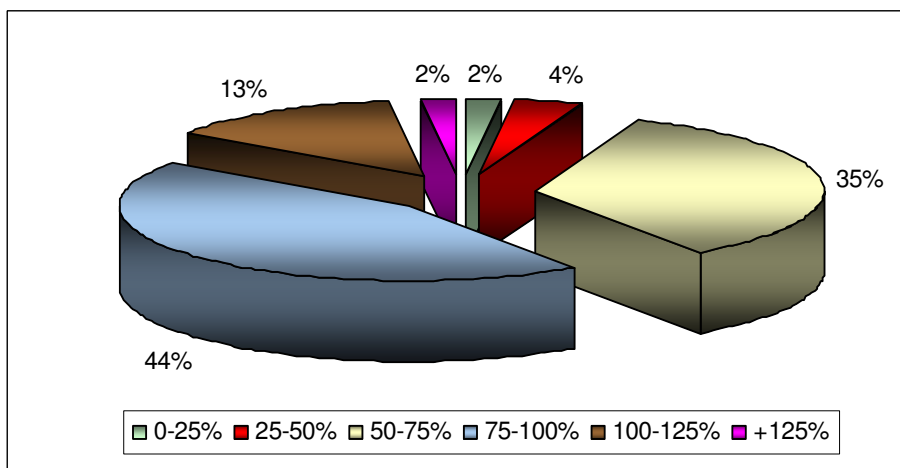
No que respeita às Taxas de Ocupação das Escolas Públicas com 2.º, 3.º Ciclos e Secundário, o comportamento da maioria dos grupos de Agrupamentos não é muito dispar, como se pode observar na Figura I.50. Estes apresentam todas taxas entre os 75% e 100%, à excepção do Sudoeste que surge como uma taxa de ocupação de 61%, em parte reflexo do menor número de alunos existente neste Grupo. Globalmente, o concelho de Lisboa apresenta uma taxa de ocupação destas escolas da ordem dos 83%.



Fonte: CML; GIASE

Figura I.50 – Taxa de Ocupação das Escolas Públicas de 2.º, 3.º Ciclo e Secundário por Grupo de Agrupamentos (2005/06)

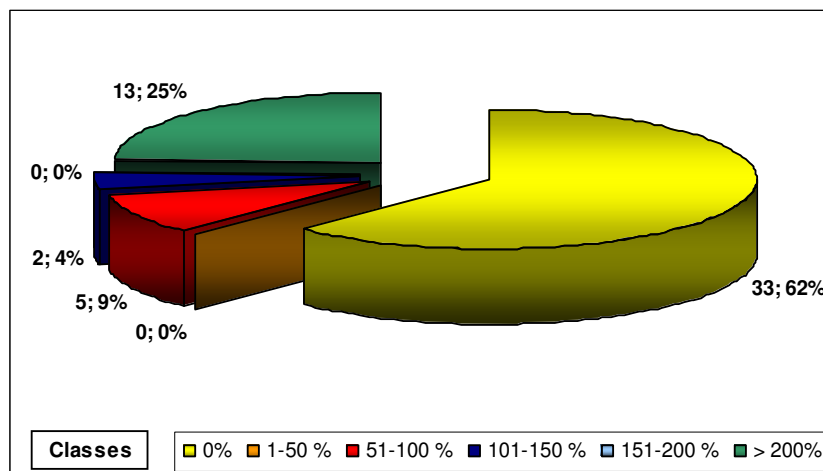
Existem, no entanto, situações diferenciadas nas escolas com 2.º, 3.º ciclos e secundário no Concelho que se representam na Figura I.51. Assim, verifica-se que 44% das escolas funcionam com uma taxa de ocupação entre os 75 e os 100%, sendo de realçar que 15% dos estabelecimentos funcionam com taxas de ocupação superiores a 100%.



Fonte: CML; GIASE

Figura I.51 – Distribuição das Escolas com 2.º, 3.º Ciclos e Secundário Públicas por classes de Taxa de Ocupação (2005/06)

De referir que para o apuramento destas taxas de ocupação por ciclo se admitiu uma repartição da capacidade das escolas que acolhem mais de um ciclo na proporção do número de turmas de cada ciclo (ou nível de ensino) existentes em 2005/06 nesses estabelecimentos.



Fonte: GIASE; INE

Figura I. 521 – Distribuição das freguesias por classes de Taxa de cobertura no Ensino Secundário (Rede Pública – 2001)

Relativamente à taxa de cobertura do secundário, a distribuição das freguesias por classes é semelhante à verificada para o 2.º e 3.º ciclos (Figura I.52).

A maioria das freguesias (33 freguesias, ou 62% do total) não possui qualquer estabelecimento público com oferta de secundário. Esta situação reflecte-se principalmente no Centro Ribeirinho, em que das 33 freguesias que o compõem, 25 não possuem oferta de secundário. Globalmente, a rede de escolas públicas do concelho apresentou em 2001 uma taxa de cobertura de 108%, sendo de sublinhar que este indicador é referenciado à população residente em idade própria (15-17 anos), não atendendo portanto aos fenómenos de retenção (neste ciclo de estudos e nos precedentes) que levam a que a população escolar que frequenta as escolas secundárias possa ter idades fora daquela faixa etária.

Globalmente, a rede pública da cidade de Lisboa apresentou em 2001 uma taxa de cobertura para o 2.º, 3.º ciclos e secundário de 92%, 92% e 108%, respectivamente. Nas Grandes Unidades Agregadas, as taxas de cobertura das escolas públicas com 2.º, 3.º ciclos e secundário apresentam sempre valores superiores a 80%, com excepção do

secundário no Noroeste com 47% (ver Figura I.53). Os valores mais elevados desta taxa ocorrem no Centro para o 2º ciclo e secundário enquanto que para o 3º ciclo o valor mais elevado surge no Sudoeste.

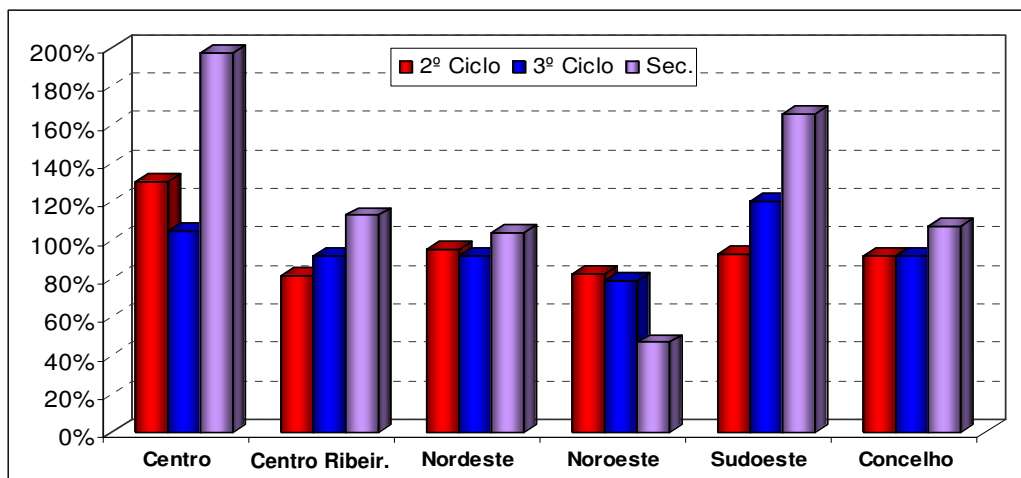


Figura I.53 – Taxa de Cobertura no 2º, 3º ciclos e secundário (Rede Pública) por Grande Unidade Agregada (2001)

I.2.5.1 Estado de conservação do Parque Escolar

No que diz respeito ao estado de conservação dos estabelecimentos públicos com oferta de 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e ensino secundário verifica-se que de um modo geral estes se encontram em condições não satisfatórias (Quadro I.9).

No que respeita aos Blocos de Aulas/Administrativo, cerca de 60% das EB23 e secundárias do concelho de Lisboa apresentam um estado de conservação não satisfatório. Esta percentagem passa para 41% no que respeita aos arranjos exteriores e para 33% quando se analisa o estado de conservação dos ginásios e pavilhões desportivos pertencentes a estes estabelecimentos.

Apenas quatro estabelecimentos de ensino, a EB23 Bairro Padre Cruz, a EB23 Quinta de Marrocos, a EB23 de Telheiras nº1 e a EB23 dos Olivais apresentam um bom estado de conservação global dos estabelecimentos contra treze estabelecimentos com um estado global de conservação não satisfatório.

Quadro I.9 – Estado de conservação dos estabelecimentos com oferta de 2º e 3º ciclos e secundário (Rede Pública)

Escolas / Designação	Tipologia	Tipo Projecto	ESTADO CONSERVAÇÃO*		
			Bloco Aulas / Administrativo	Ginásio/Pav. Desportivo	Arranjos Exteriores
ES/3 Passos Manuel (ES/23)	ES/23	Especial	NS	NS	NS
ES/3 Pedro Nunes	ES/3	Especial	NS	NS	NS
ES/3 Rainha D. Amélia	ES/3	Escola base liceal	NS	NS	NS
ES/3 Restelo	ES/3	Blocos 3X3	NS	---	S
ES/3 José Gomes Ferreira	ES/3	Especial	S	S	NS
ES/3 Vergílio Ferreira	ES/3	Blocos 3X3 + Ampliação	S	S	S
ES/3 D. Filipa de Lencastre	ES/23	Especial	NS	NS	NS
ES/3 Padre António Vieira	ES/3	Especial	NS	NS	NS
ES/3 Rainha D. Leonor	ES/3	Escola base liceal	S	S	S
ES/3 do Lumiar	ES/3	Blocos 3X3	NS	S	S
ES/3 Afonso Domingues	ES/3	Escola Base Técnica	NS	NS	NS
ES/3 D. Luísa de Gusmão	ES/3	Escola base liceal	NS	S	S
ES/3 Gil Vicente	ES/3	Escola base liceal	NS	S	S
ES/3 Eça de Queirós	ES/3	Especial	NS	B	NS
ES Camões	ES	Liceu antigo (Início sec. XX)	NS	B	S
ES D. Dinis	ES	Tipo "Lyceus"	NS	NS	S
ES Prof. Her. De Carvalho	ES	Especial	NS	S	NS
ES D. Pedro V	ES	Escola Base Técnica	NS	NS	NS
ES Vitorino Nemésio	ES	Pré-fabricado madeira	NS	NS	NS
ES M ^a Amália V. de Carv.	ES	Especial-liceu	S	NS	NS
ESA António Arroio	ESA	Escola Base Técnica	S	S	NS
ESA Música Conservatório Nacional	ES	Especial / Monumental	NS	NS	NS
ESA Instituto Gregoriano de Lisboa	ES	Moradia c/2 pisos +	NS	---	NS
ESA Dança Conservatório Nacional	ES	Especial / Monumental	NS	---	NS
EBI/JI Vasco da Gama	EBI/JI	Especial	S	B	B
EB 2,3 Fernão Lopes	Extinta e integrada na ES/3 Passos Manuel				
EB 2,3 Francisco Arruda	EB 2,3	Técnica + ampliação	NS	NS	S
EB 2,3 Mauel da Maia	EB 2,3	Escola base liceal	S	S	NS
EB 2,3 Paula Vicente	EB 2,3	Escola base liceal	NS	S	S
EB 2,3 B ^a Padre Cruz	EB 2,3	Especial	B	B	B
EB 2,3 Marquesa de Alorna	EB 2,3	Escola base liceal	NS	NS	NS
EB 2,3 Pedro Santarém	EB 2,3	Blocos	S	S	S
EB 2,3 Prof. Delfim dos Santos	EB 2,3	Blocos 3X3	S	S	S
EB 2,3 Quinta de Marrocos	EB 2,3	Blocos PFP	B	B	B
EB 2,3 de Telheiras 1	EB 2,3	Pacheco	B	B	B
EB 2,3 de Telheiras 2	EB 2,3	Pré-fabricado madeira	NS	NS	NS
EB 2,3 Almirante Gago Coutinho	EB 2,3	Antiga Escola Municipal	NS	NS	S
Eb 2,3 Eugénio dos Santos	EB 2,3	Escola Técnica	S	S	S
EB 2,3 Prof. Lindley Cintra - Lumiar	EB 2,3	PFL	NS	---	NS
EB 2,3 Luis de Camões	EB 2,3	Antiga Escola Municipal	NS	NS	S
EB 2,3 Pintor Almada Negreiros	EB 2,3	Bloco Compacto	B	B	S
EB 2,3 D. José I	EB 2,3	Blocos 3X3	NS	---	NS
EB 2,3 Luis António Verney	EB 2,3	Escola base Técnica	NS	NS	S
EB 2,3 de Marvila	EB 2,3	Bloco Compacto	S	---	S
EB 2,3 Nuno Gonçalves	EB 2,3	Escola base liceal	NS	S	S
EB 2,3 das Olaias	EB 2,3	Blocos 3X3	NS	B	S
EB 2,3 Damião Góis	EB 2,3	Blocos 3X3	NS	S	S
EB 2,3 Fernando Pessoa	EB 2,3	Brandão	S	S	S
EB 2,3 dos Olivais	EB 2,3	Compacto	B	B	B
EB 2,3 Piscinas	EB 2,3	Blocos 3X3 PFP	B	B	NS
EB 2,3 Prazeres	EB 2,3	Escola base liceal	S	S	S
ES/3 Fonseca Benevides	ES/3	Especial	S	S	S
ES/3 Josefa de Óbidos (ES/2,3)	ES/2,3	Escola base liceal	NS	NS	S
ES/3 Marquês de Pombal	ES/3	Escola base Técnica	NS	---	S

NS - Não Satisfatório

S - Satisfatório

B - Bom

I.2.6 Rede Privada

A rede privada de ofertas educativas no concelho de Lisboa abarca um total de 252 estabelecimentos cuja localização se representa nas Figuras I.54 e I.55.

A evolução do número de alunos inscritos nestes estabelecimentos da rede privada desde 1998/99 a 2005/06 está representada na Figura I.56.

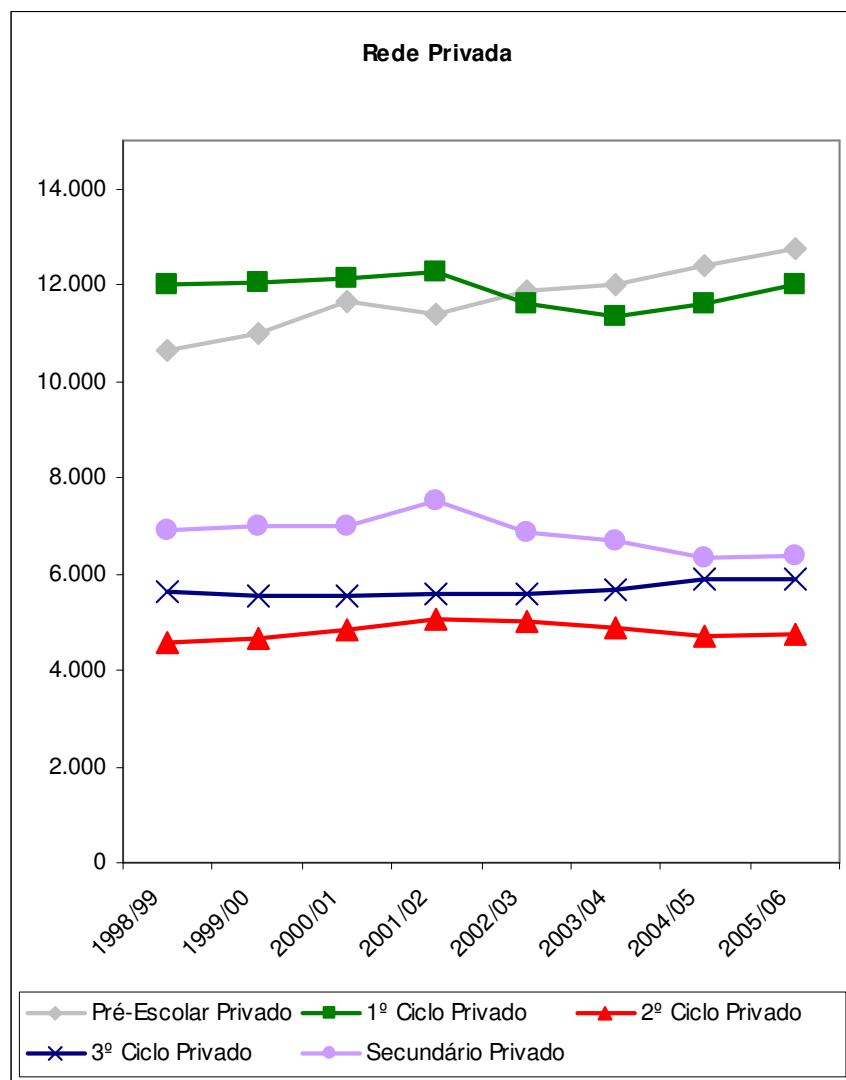


Figura I. 56 – Evolução do número de alunos matriculados na rede privada (1998/99 até 2005/06)

Em muitos casos, com excepção da educação pré-escolar (particularmente no caso dos estabelecimentos das IPSS), a rede privada corresponde a ofertas específicas com áreas de captação não limitadas às suas zonas geográficas de implantação e que muitas vezes transcendem até os limites concelhios.

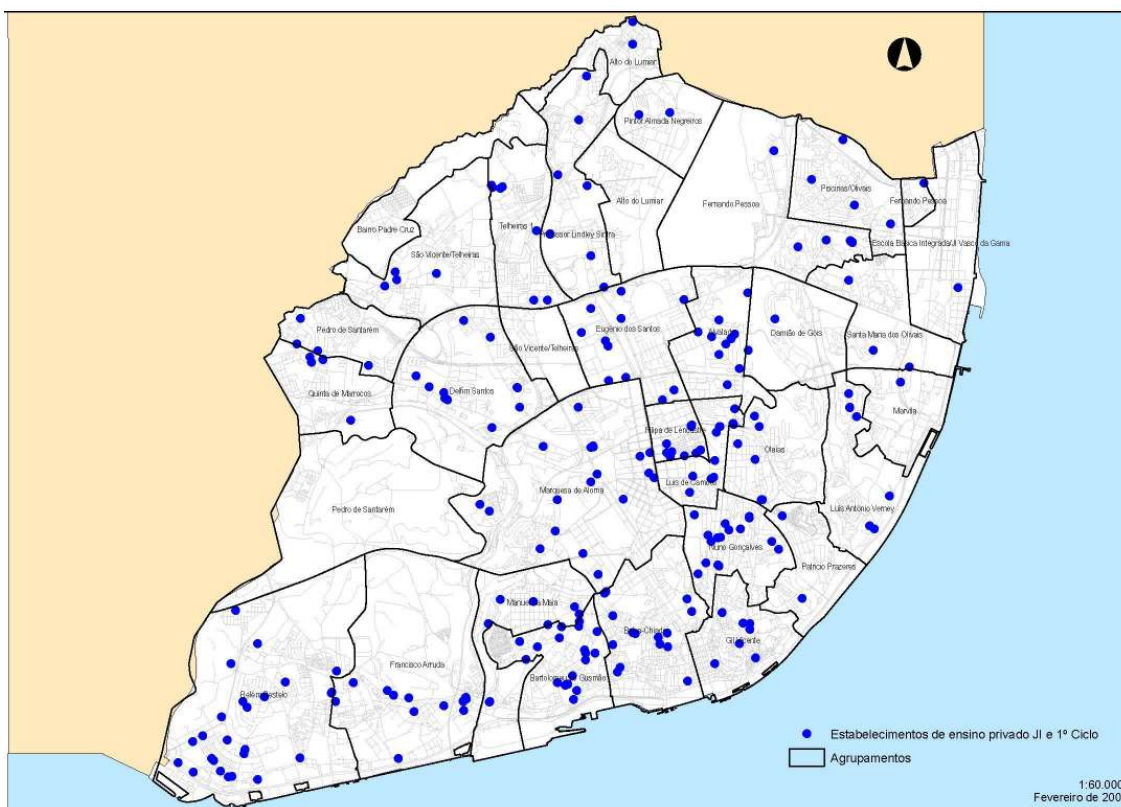


Figura I. 54 – Localização dos estabelecimentos privados com oferta de educação pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico

Deste modo, a oferta privada é considerada nesta Carta Educativa como complementar à da rede pública, tendo as análises desenvolvidas e centradas na rede pública (na dependência do Ministério da Educação) contemplado essa complementaridade, nomeadamente quando se produzem estimativas da procura de ensino na rede pública, como adiante se explanará. Admite-se, nestes casos, que a rede privada manterá a oferta actual (caracterizada pelas frequências verificadas)

Apresenta-se no Anexo I.2 e I.3 a listagem dos estabelecimentos da rede privada do concelho de Lisboa e a respectiva frequência de alunos para o ano lectivo 05/06.

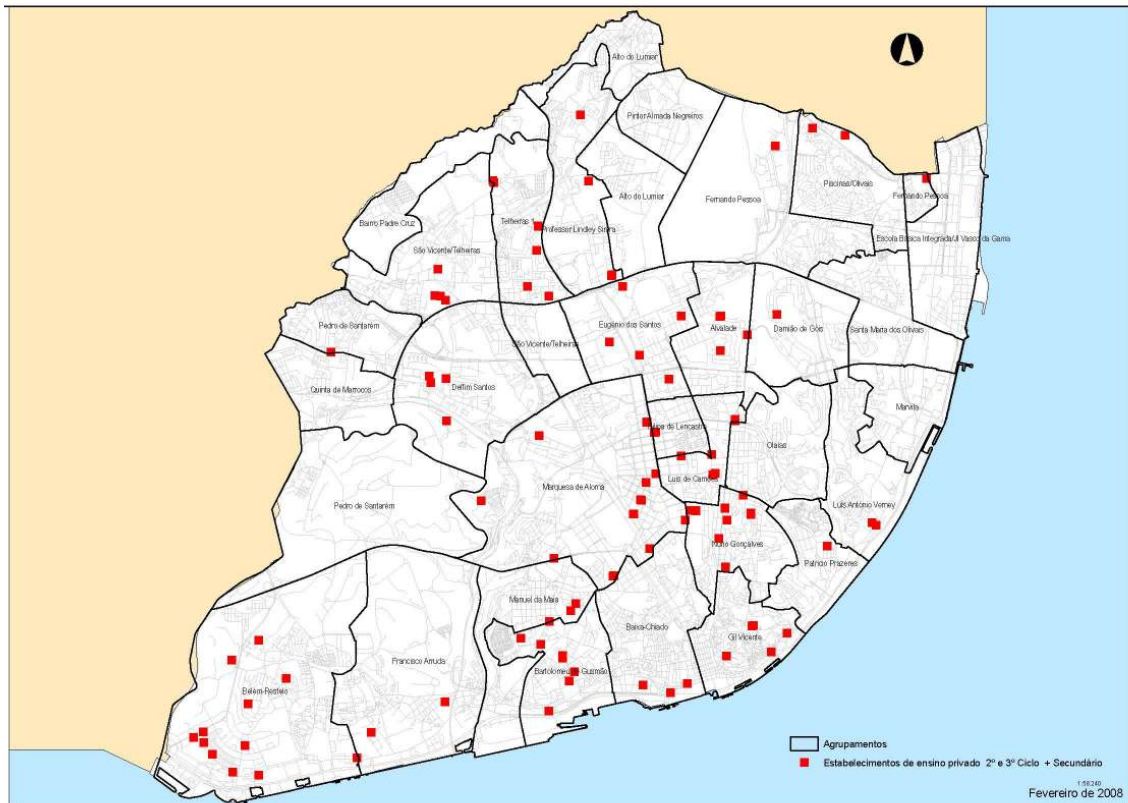


Figura I. 55 – Localização dos estabelecimentos privados com oferta de 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

I.2.7 Formação Profissional

O Ensino Profissional tem como objectivo garantir a integração dos jovens no mercado de trabalho, através da formação profissional, sem esquecer a sua formação académica e desenvolvendo também formação em posto de trabalho (estágios).

Estes cursos profissionais, além de serem oferecidos em escolas profissionais privadas listadas no Anexo I.3 e cuja evolução do número de alunos se apresenta na Figura I.57, encontram-se também a funcionar em algumas escolas secundárias do concelho de Lisboa. A saber:

- ❖ ES/3 Afonso Domingues – Análise Laboratorial, Electrónica e Telecomunicações, Manutenção Industrial/ Electromecânica;
- ❖ EB23/S D. Filipa de Lencastre – Técnico de Análise Laboratorial, Técnico de Química Industrial, Técnico de Marketing;

- ❖ ES/3 D. Luísa de Gusmão – Curso Profissional de Técnico de Gestão;
- ❖ ES/3 Fonseca Benevides – Técnico de Electrónica e Telecomunicações, Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de Análise Laboratorial, Técnico de Electrónica, Automação e Computadores;
- ❖ ES/3 Gil Vicente – Curso Profissional de Gestão Informática, Técnico de Turismo;
- ❖ ES/3 Marquês de Pombal – Técnico de Construção Civil/ Desenho, Gestão de Equipamentos Informáticos, Instalações Eléctricas, Mecatrónica;
- ❖ ES/3 Padre António Vieira – Animador Sociocultural, Informática de Gestão, Animador Sociocultural, Informática de Gestão;
- ❖ ES/3 Pedro Nunes – Técnico de Informática de Gestão, de Análise Laboratorial, de Contabilidade;
- ❖ ES D. Dinis – Técnico de Banca e Seguros, de Informática de Gestão, de Análise Laboratorial;
- ❖ ES D. Pedro V – Técnico de Multimédia, de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos;
- ❖ ES José Afonso – Técnico de Secretariado, de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos;
- ❖ ES Prof. Herculano de Carvalho – Técnico de Electrónica, Automação e Computadores, de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos;
- ❖ ES Vitorino Nemésio – Técnico de Informática de Gestão;
- ❖ EB23/S Passos Manuel – Artes do Espectáculo (Interpretação), Técnicos de Gestão de Equipamentos Informáticos;
- ❖ EB23 Josefa de Óbidos – Técnico de Informática de Gestão

O total de alunos a frequentar o ensino profissional privado tem sofrido oscilações, embora as mesmas se devam ao facto de haver também variação na oferta de formação, não se iniciando todos os anos os mesmos cursos.

Por ausência de dados, não foram contemplados nesta Carta os cursos profissionais oferecidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional ou outras entidades com ele relacionadas.

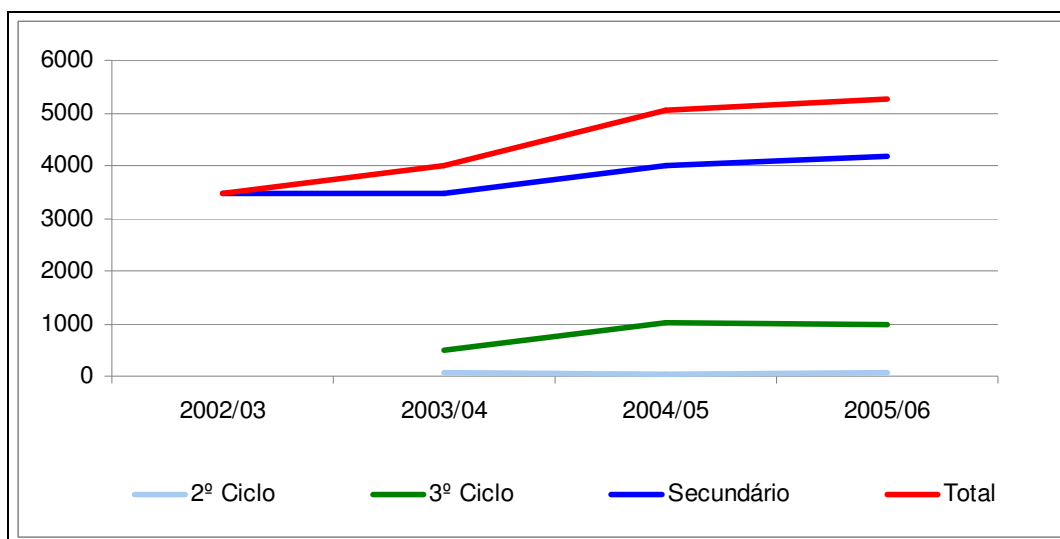


Figura I.57 – Evolução do nº de alunos nas Escolas Profissionais Privadas

I.2.8 Ensino Recorrente

Tratando-se de um tipo de ensino mais vocacionado para a qualificação académica e pessoal da população adulta, o Ensino Recorrente destina-se actualmente ao 2º, 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário, sendo exclusivamente leccionado nos onze estabelecimentos de ensino indicados no Quadro I.10.

Quadro I.10 – Número de alunos a frequentar o ensino recorrente por escola em 2005/06

	Ensino Recorrente 2005/06			
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
ES/3 Rainha Dona Amélia			46	313
EB23 de Manuel da Maia		32		
ES/3 de Camões				482
ES de Maria Amália Vaz de Carvalho			68	336
EB23 da Marquesa de Alorna		1		
EB23 de Pedro de Santarém		17		
ES/3 da Rainha Dona Leonor			62	232
EB23 de Nuno Gonçalves		30		
ES/3 de D. Luísa de Gusmão			58	353
ES Artística António Arroio				348
ES/3 de D. Dinis			128	402
Total de alunos	0	80	362	2466

Em termos de evolução, tem-se verificado nos últimos anos um decréscimo no número de alunos inscritos em todos os níveis de ensino (Figura I.58).

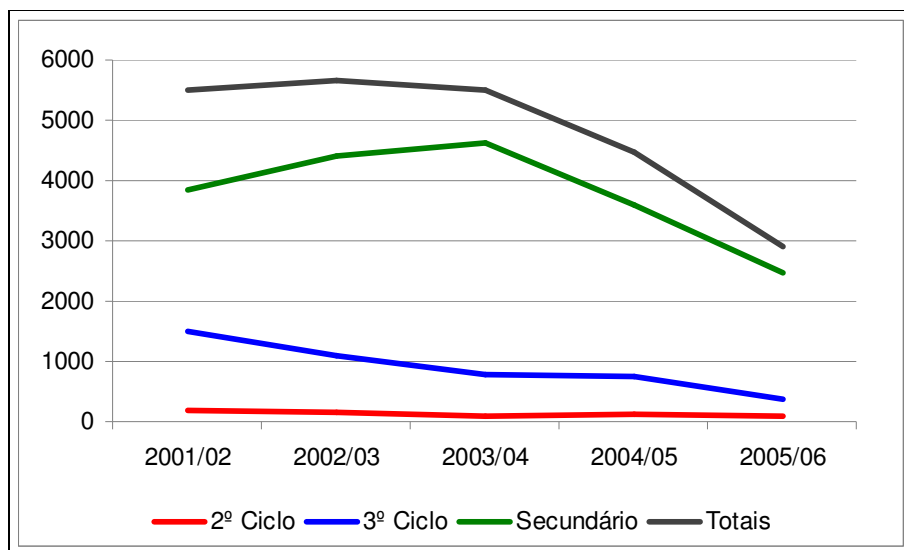


Figura I.58 – Evolução do nº de alunos a frequentar o ensino recorrente (2001/02 a 2005/06)

I.2.9 Acção Social Escolar

I.2.9.1 Alunos carenciados

No concelho de Lisboa, 35% das crianças que frequentam os Jardins de Infância públicos do Ministério da Educação são carenciadas. Essa percentagem sobe para 38% quando se analisam os estabelecimentos públicos do Ministério da Educação com oferta de 1º ciclo.

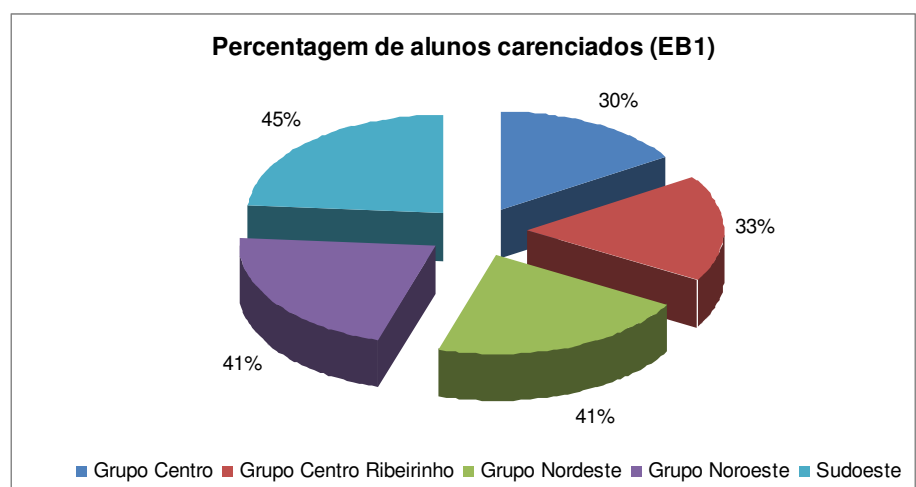
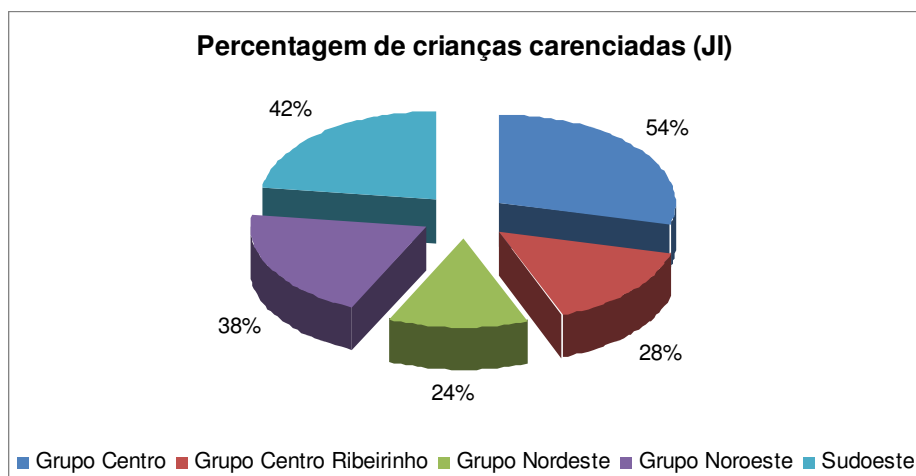


Figura I.59 – Percentagem de crianças e alunos carenciados por Grupo de Agrupamentos (2007/08)

No que respeita à sua distribuição pelos Grupos de Agrupamentos, verifica-se que esta não é semelhante no que respeita à educação pré-escolar e 1º Ciclo. Assim, é no Grupo Centro que se localiza o maior número de crianças carenciadas a frequentar a educação pré-escolar e curiosamente passa a ser o grupo com menor número de alunos carenciados ao nível do 1º ciclo do Ensino Básico (Figura I.59).

Na Figura I.60 indica-se a percentagem de alunos e crianças carenciadas por Agrupamento.

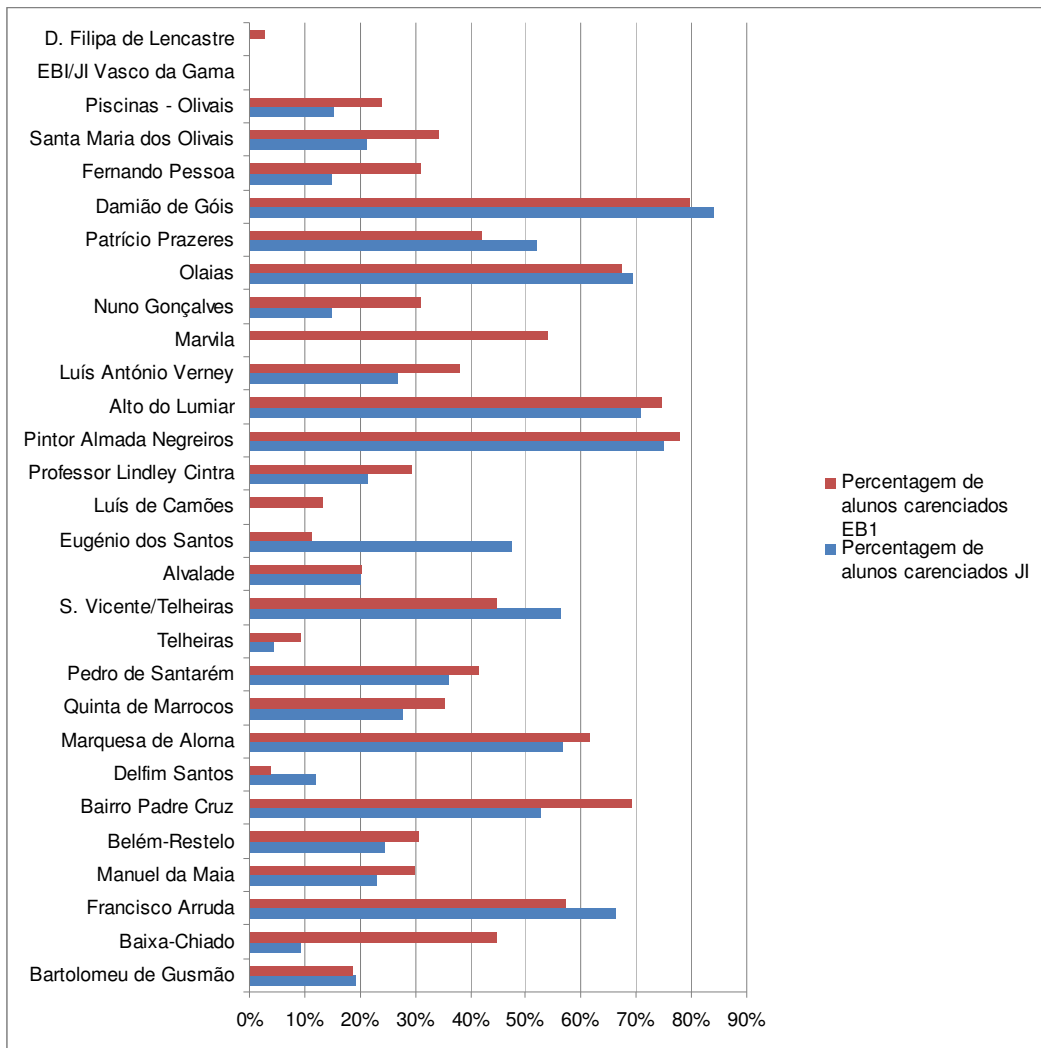


Figura I.60 – Percentagem de crianças e alunos carenciados por Agrupamento (2007/08)

1.3 Enquadramento Legislativo e Orientador

Como peça legislativa fundamental de enquadramento, o **DL 7/2003 de 15 de Janeiro** estabelece o conceito e objectivos da Carta Educativa. No seu artº 10º especifica que *“A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município”*.

O artigo 11º do mesmo diploma estabelece como objectivos para a Carta Educativa:

“ 1 — A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar.

2 — A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas.

3 — A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

4 — A carta educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.

5 — A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.”

A **Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)** – Lei 46/86, de 14 de Outubro, com alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro – constitui outro elemento enquadrador fundamental para a elaboração de Cartas Educativas, sendo complementado por diversas outras peças legislativas subsequentes, como o Despacho Conjunto nº 28/SERE/SEAM/88 (planificação da rede escolar), D.L. nº 108/88 de 31 de Março (ensino particular e cooperativo e sua integração na rede escolar), D.L. nº 286/89, Despacho nº 33/ME/91 de 26 de Março de 1991 (tipologia dos estabelecimentos educativos), Despacho Normativo 27/97 de 2 de Junho de 1997 (participação das escolas no reordenamento da rede), D.L. nº 314/97 de 15 de Novembro (denominação dos estabelecimentos do ensino não superior), Decreto-Lei 115-A/98 de 4 de Maio (regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário), Decreto Regulamentar 12/2000 de 29 de Agosto de 2000 (constituição dos Agrupamentos de Escolas), bem como outros diplomas sobre temas mais restritos, nomeadamente sobre a educação pré-escolar, como a Lei Quadro da Educação Pré Escolar - Lei nº 5/97 de 10 de Fevereiro, o D. L. nº 147/97 de 11 de Junho (regime jurídico do desenvolvimento da educação pré-escolar), ou o Despacho Conjunto nº 258/97 de 21 de Agosto (normas de instalações e equipamento didáctico), o Despacho Conjunto 268/97 de 25 de Agosto (requisitos técnico-pedagógicos do Pré-Escolar), ou o D.L. 89-A/98 de 7 de Abril (financiamento da educação pré-escolar).

A actual LBSE contempla, para além da Educação Pré-escolar, um Ensino Básico obrigatório (de 9 anos, dividido em 3 ciclos) e um Ensino Secundário, não obrigatório, com um único ciclo de 3 anos.

Neste enquadramento, assume particular relevância o conceito de **Território Educativo** como elemento estruturante do ordenamento da rede escolar. O Território Educativo pode ser entendido como o espaço geográfico no âmbito do qual se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento integrado, abarcando, assim, uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico. Cada Território Educativo deve ser servido por uma escola nuclear que funciona como centro de dinamização e apoio, tanto pedagógico como administrativo e de instalações, às restantes escolas que se localizam na sua área de influência. No quadro da actual LBSE, a escola nuclear pode ser uma Escola Básica do 2º e 3º ciclos (EB 2,3) ou uma Escola Básica Integrada (EBI) que, além daqueles dois ciclos, integra também o 1º ciclo (e, eventualmente, a Educação Pré-escolar). Cada Território Educativo integra ainda as escolas apenas com 1º ciclo (EB1),

eventualmente com Jardim de Infância (EB1/JI), bem como os Jardins de Infância (JI) isolados, localizados no seu âmbito geográfico. Deste modo, o Território Educativo também pode ser encarado *“como o conjunto de unidades educativas que têm em vista o prosseguimento de acções, actividades ou projectos educativos de interesse comum que lhe permitam encontrar melhores soluções pedagógicas, administrativas e financeiras”*.

Entretanto, e no âmbito da política de reforma estrutural do Ministério da Educação e do sistema educativo, o Governo (particularmente na sequência do Despacho nº 13313/2003 de 8 de Julho) veio dar novo impulso à criação de Agrupamentos de Escolas, tendo nomeadamente em vista a criação de condições de gestão das escolas, de racionalização dos meios e de aumento da qualidade das aprendizagens.

O **Agrupamento de Escolas** (D.L. nº 115/98, de 4 de Maio) *“é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum, com vista à realização das finalidades seguintes:*

- a) Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;*
- b) Superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;*
- c) Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;*
- d) Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;*
- e) Valorizar e enquadrar experiências em curso.”*

A constituição de agrupamentos escolares *“considera critérios relativos à existência de projectos pedagógicos comuns, à construção de percursos escolares integrados, à articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, à proximidade geográfica, à expansão da educação pré-escolar e à reorganização da rede educativa”*. O referido

Despacho, tendo em vista o objectivo expresso em a), vem ainda privilegiar os agrupamentos verticais.

Face a esta orientação (preconizando uma lógica de verticalização), é de toda a conveniência que se fundam os conceitos de Território Educativo (que servia primordialmente objectivos de ordenamento da rede e, portanto, de planeamento da mesma) e de Agrupamento de Escolas (vertical), constituindo-se assim unidades estruturantes únicas para efeitos de planeamento e também de gestão da rede em todas as suas vertentes (administrativa, pedagógica, etc.). Foi este princípio que conduziu, nesta Carta Educativa, à adopção pragmática de Territórios Educativos coincidentes espacialmente com os actuais Agrupamentos de Escolas, ainda que em prejuízo de critérios territoriais e urbanísticos que poderiam recomendar outro tipo de delimitação.

Entretanto, o Programa do XVII Governo Constitucional contempla o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade, sendo esta medida consensualmente considerada como necessária para elevar os níveis de qualificação da população portuguesa a padrões internacionais. O alargamento da escolaridade obrigatória implicaria necessariamente um reforço da oferta de ensino e, portanto, da rede de escolas públicas do Ministério da Educação, tanto na vertente quantitativa como qualitativa. Nesta última vertente, haverá necessidade de reconfigurar a oferta de ensino secundário com um leque mais abrangente de opções, particularmente nas vertentes vocacionais e profissionais, do que o actualmente existente na rede pública, uma vez que é expectável que os estratos de jovens que actualmente não prosseguem estudos após o 9.º ano (ou desistem durante o actual secundário) venham no futuro a enveredar maioritariamente por essas vertentes. No entanto, não são conhecidas intenções calendarizadas para este possível alargamento da escolaridade obrigatória, pelo que esta não será considerada neste documento que atende estritamente ao decorrente da actual LBSE.

Finalmente, é de referir que no reordenamento da rede escolar serão exclusivamente consideradas as tipologias de escolas actualmente existentes. Neste particular, será de atender a orientações estabelecidas em diversas publicações que constituem instrumentos para o reordenamento da rede escolar e programação de equipamentos de educação, nomeadamente “Critérios de Reordenamento da Rede Educativa” (GIASE/ME, Fevereiro 2000) e “Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos” (DGOTDU, 2002).

PARTE II - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO, AVALIAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO DA REDE

II.1 Diagnóstico Estratégico: Análise SWOT

Apresentam-se de seguida, sob a forma de uma análise SWOT, elementos sintéticos de diagnóstico da situação actual.

1. Pontos Fortes

- Grande atractividade do sistema educativo de Lisboa, que acolhe um número muito significativo de crianças e jovens residentes em outros concelhos e apresenta muito elevadas taxas globais de cobertura e de escolaridade.
- Rede pública de equipamentos de 2º e 3º ciclos e secundário genericamente bem apetrechados, ainda que antiquados, e integrando escolas de referência.
- Corpo docente experiente e qualificado, de dimensão apreciável e elevado potencial.
- Boa integração urbana da maioria das escolas na envolvente próxima e facilidades de acesso (nomeadamente por transporte público).
- Generalização do serviço de refeições, com estabelecimento de escalões de carenciados para o pré-escolar e 1º ciclo, à semelhança do estabelecido para os 2º e 3º ciclos do básico.
- Generalização de uma resposta social e universal para o prolongamento dos horários escolares do pré-escolar e do 1º ciclo, através das Actividades de Enriquecimento Curricular e Componente de Apoio à Família.
- A organização em agrupamentos de escolas tem vindo a proporcionar melhorias em termos de articulação com a comunidade educativa, redução do isolamento das escolas, articulação vertical entre ciclos, reforço no combate à indisciplina e no estabelecimento de regras (regulamento interno e ofertas alternativas ao nível do Plano Anual de Actividades), redução do insucesso escolar.
- Taxa de retenção no ensino básico abaixo das médias nacionais e da Grande Lisboa; taxa de abandono no ensino básico abaixo da média

nacional, mas mais alta que na Grande Lisboa e em alguns concelhos limítrofes.

- Taxas de saída (antecipada e precoce) francamente abaixo das médias nacionais e da Grande Lisboa.
- Taxa de aproveitamento no ensino secundário alinhada com a média nacional, mas acima da Grande Lisboa e dos concelhos limítrofes.
- Significativas folgas de capacidade nas escolas secundárias públicas e, portanto, flexibilidade para acomodar significativos aumentos de procura, nomeadamente os decorrentes do alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade.
- Oferta privada de educação e ensino muito qualificado e atraente.
- Presença muito significativa e diversificada de instituições de ensino superior (universidades e politécnicos) e de centros de I&D.

Nos inquéritos às Comunidades Educativas realizados em 2006, foram ainda referenciados como pontos fortes por uma percentagem significativa de respondentes:

- Qualidade dos professores e do ensino ministrado.
- Bom ambiente escolar, com bons níveis de relacionamento entre professores, funcionários não docentes e alunos.
- Horários praticados pelas escolas e ocupação de tempos livres e actividades extra-escolares.

2. Pontos Fracos

- Grandes desequilíbrios espaciais entre oferta e procura de ensino, com equipamentos de maior capacidade (particularmente no secundário) em zonas da cidade consolidada que, face às dinâmicas urbanas e demográficas apresentam procura decrescente e, em contrapartida, insuficiente cobertura em zonas mais dinâmicas da periferia onde a procura é mais elevada; tendências de agravamento dos desequilíbrios actuais.
- Baixas taxas de cobertura da rede pública (do Ministério da Educação, na dependência da Câmara Municipal de Lisboa) de educação pré-escolar.
- Parque escolar envelhecido, com deficiente estado de conservação e equipamentos exteriores degradados, o que não propicia condições

funcionais adequadas para o desenvolvimento dos processos educativos e dificulta a concretização de uma prática de “escola a tempo inteiro”.

- Instalações escolares manifestamente inadequadas e com falta de condições, particularmente no 1º ciclo em zonas centrais da cidade (nomeadamente nos bairros históricos) e dificuldade de encontrar soluções que permitam superar essas deficiências.
- Insuficiências dos apoios disponíveis (materiais e humanos) face ao número de crianças com necessidades educativas especiais (NEE's).
- Falta generalizada de pessoal auxiliar nas escolas, o que entre outros aspectos reduz as visitas dos alunos ao exterior.
- Falta de técnicos de psicologia e de assistentes sociais, bem como de gabinetes de apoio ao aluno e à família que facilitem ligações alunos/famílias/centros de saúde/ tribunais, entre outros, que potenciem a superação de problemáticas sócio-educativas.
- Falta de assistência técnica dos meios informáticos e deficiências de formação dos professores na exploração de meios e software informático.
- Tendência acentuada de redução do número de alunos no ensino secundário público e baixas taxas de ocupação na maioria das escolas secundárias
- Limitações da oferta de cursos profissionais nas escolas secundárias.
- Débil articulação das escolas, particularmente das secundárias, com o tecido económico e produtivo e a vida activa.
- Deficientes condições de segurança na envolvente de algumas escolas e, em casos pontuais, no interior das mesmas.
- Dificuldades em implementar trajectos escolares integrados e projectos educativos partilhados, mas que a constituição de Agrupamentos de Escolas verticais visa também superar.
- Tendência de quebra do peso relativo da rede pública no conjunto da população escolar, enquanto a rede privada se revela mais atractiva, estabilizando os seus quantitativos de alunos e aumentando a sua quota.

Nos inquéritos às Comunidades Educativas realizados em 2006, foram ainda referenciados como pontos fracos por uma percentagem significativa de respondentes:

- Deficiências do estado de conservação das instalações e/ou equipamentos.
- Deficiências das dotações de equipamentos e infra-estruturas das escolas, nomeadamente no que respeita a cantina/refeitório, espaços de recreio e recintos desportivos cobertos.
- Inadequação dos horários de funcionamento normal das escolas, pouco compatível com os horários de trabalho dos pais, e insuficiências das ofertas de ocupação de tempos livres e actividades extra-curriculares, situações eventualmente já ultrapassadas nas escolas de 1º ciclo e JI com as medidas de prolongamento de horários e actividades de enriquecimento curricular entretanto adoptadas.

3. Oportunidades

- Crescente afirmação de Lisboa como centro académico e de I&D no contexto português e internacional, com ofertas educativas e formativas diversificadas e dirigidas a todos os níveis de ensino e formação.
- Potencial de criação de ofertas educativas diversificadas para responder adequadamente ao alargamento da escolaridade obrigatória, para o que a capacidade remanescente das escolas secundárias da capital assegura uma reserva assinalável.
- Políticas urbanísticas de revitalização da cidade, reabilitação do edificado e atracção de casais jovens para se fixarem na cidade.
- Criação de novas centralidades urbanas (em especial Parque das Nações e Alta de Lisboa).
- Planos e intenções de requalificação e revitalização de bairros históricos.
- Lisboa constitui-se como o maior pólo de oferta de emprego na região e no país, concentrando uma oferta diversificada de serviços e equipamentos.
- Boa dotação de equipamentos culturais e de lazer e tendência de crescimento de procura de serviços culturais e crescente dinamização cultural.

- Alguma melhoria das taxas de fecundidade em anos recentes cria expectativas de inversão das quebras de natalidade verificadas nas décadas passadas e de rejuvenescimento na base das pirâmides etárias.
- Significativa oferta de ensino profissional e formação contínua, mobilizando entidades públicas e privadas.
- Crescente dotação de equipamentos educativos em concelhos vizinhos permitirá reduzir a pressão sobre as escolas da capital.

4. Ameaças

- Dinâmicas demográficas de quebra significativa da população e da natalidade e tendência de envelhecimento nas zonas centrais da cidade, precisamente onde a dotação de equipamentos de ensino é mais elevada.
- Dinâmicas urbanas de crescimento das zonas periféricas do concelho (sobretudo no Noroeste e também no Nordeste) onde a dotação de equipamentos de ensino é mais frágil.
- Elevados preços de aquisição e de arrendamento de habitação, provocando a migração sobretudo de casais jovens para concelhos vizinhos.
- Ausência de bolsas de terreno público (da CML) em zonas urbanas consolidadas (de que os bairros históricos são caso agudo) para implantação de equipamentos de ensino, quando esta necessidade é sentida.
- Fragmentação das operações urbanísticas que não acautelou a necessária reserva de terrenos para a implantação de equipamentos de ensino em zonas de expansão urbana.
- Desqualificação dos espaços e do ambiente social nos bairros sociais, com persistência de fenómenos de marginalidade e exclusão social.
- Significativos desequilíbrios sócio-territoriais na cidade.
- Declínio da atractividade das actividades comerciais tradicionais, com particular incidência na Baixa.
- Deslocalização de serviços para concelhos vizinhos.
- Perda continuada da função residencial, com elevado número de fogos e prédios devolutos, particularmente nas zonas centrais.

- Alargamento da escolaridade obrigatória num concelho em que a oferta de opções vocacionais/profissionais nas escolas secundárias é limitada.
- Desajustamento entre a oferta e a procura de qualificações profissionais.

II.2 Princípios orientadores, critérios e objectivos

Tal como expresso no D.L. n.º 7/2003, a Carta Educativa constitui-se como um instrumento sectorial de planeamento que visa assegurar a adequação da rede de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário aos requisitos de uma oferta qualificada de educação e formação que seja necessário promover no quadro do desenvolvimento demográfico e socio-económico do concelho.

Entende-se que a rede educativa deve constituir-se como um pilar de suporte das estratégias de desenvolvimento do município numa vertente – a educação – que é, de forma crescente, um factor determinante da capacidade de atrair e fixar as populações para alavancar a competitividade das cidades e regiões.

A Carta Educativa, enquanto instrumento de sustentação da política educativa para o concelho, deve também incorporar uma visão territorializada dessas políticas, promovendo, através da rede de equipamentos de educação e ensino, um sistema urbano mais equilibrado e eficiente.

Tal como expresso na Nota Prévia, o presente documento constitui uma primeira etapa num processo de planeamento da rede educativa que, face aos condicionalismos ali expressos, assume como objectivos pragmáticos, nesta fase inicial do processo:

- Identificar desajustamentos, nomeadamente debilidades e carências, do parque escolar que são hoje sentidas ou se perspectivam no futuro imediato.
- Promover o reforço e qualificação da oferta educativa e a requalificação do parque escolar, concebendo e programando acções que, no curto prazo, permitam superar as principais carências identificadas.
- Promover o equilíbrio espacial entre oferta e procura de ensino e minorar as assimetrias da rede escolar.
- Lançar as bases de um projecto mas ambicioso de desenho de futuros, numa perspectiva de médio/longo prazo e em estreita articulação com uma visão estratégica para o concelho de Lisboa, a desenvolver em fases subsequentes e uma vez superados os presentes condicionalismos conjunturais.

Em termos de objectivos estratégicos de cobertura da procura de ensino, pretende-se que a rede escolar de Lisboa, no seu conjunto e considerando as complementaridades entre oferta pública e privada, continue a ter capacidade para cobrir toda a procura gerada não só pela população residente no concelho, mas também pelos residentes de outros concelhos que demandam as escolas da capital.

Especificamente no que respeita à rede pública (na dependência do Ministério da Educação), e tal como analisado na Parte I, a componente pública da oferta tem vindo a perder peso relativo comparativamente com outros tipos de oferta (particulares, cooperativos e IPSS), com excepção da educação pré-escolar, como se representa na Figura II.1.

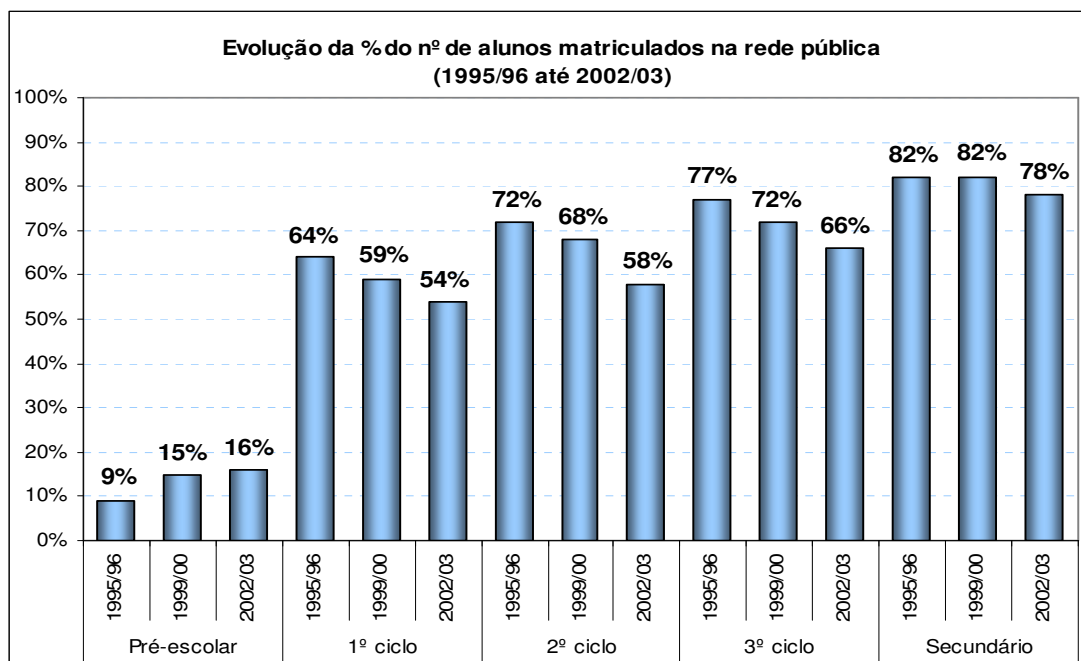


Figura II.1 – Evolução da quota da rede pública do ME

Nesta Carta Educativa, a CML fixou os seguintes objectivos de taxas de cobertura da procura total de ensino pela rede de escolas públicas (na dependência do Ministério da Educação):

- Educação Pré-escolar – 25% (16% em 2002/03)
- 1º Ciclo – 54% (idêntica à verificada em 2002/03)

- 2º Ciclo – 58% (idêntica à verificada em 2002/03)
- 3º Ciclo – 66% (idêntica à verificada em 2002/03)
- Secundário – 78% (idêntica à verificada em 2002/03)

Estes são objectivos ambiciosos que, no Ensino Básico e Secundário, correspondem a quebrar a tendência de perda de quota que se tem vindo a verificar na última década e, no caso do Pré-escolar, aponta para um assinalável reforço da oferta pública (na dependência directa da CML), elevando a quota de 16% verificada em 2005/2006 para 25%.

Em termos espaciais, adoptaram-se os seguintes princípios orientadores:

- a) No âmbito geográfico de cada Território Educativo, a respectiva rede escolar pública deverá, tendencialmente, atingir os níveis de cobertura acima definidos para a escolaridade obrigatória e a educação Pré-escolar, sendo esta condição imperativa no que respeita ao Pré-escolar e ao 1º ciclo, para os quais importa promover uma oferta de proximidade.
- b) No âmbito geográfico de casa um dos 5 Grupos de Territórios Educativos (que reproduzem no essencial as 5 GUA em que a cidade foi dividida), a rede escolar pública deverá imperativamente atingir os níveis de cobertura acima definidos para a escolaridade obrigatória (incluindo o 2º e 3º ciclos do Ensino Básico).
- c) No referente ao Ensino Secundário, o âmbito geográfico de cobertura da procura é o concelho tomado como um todo.

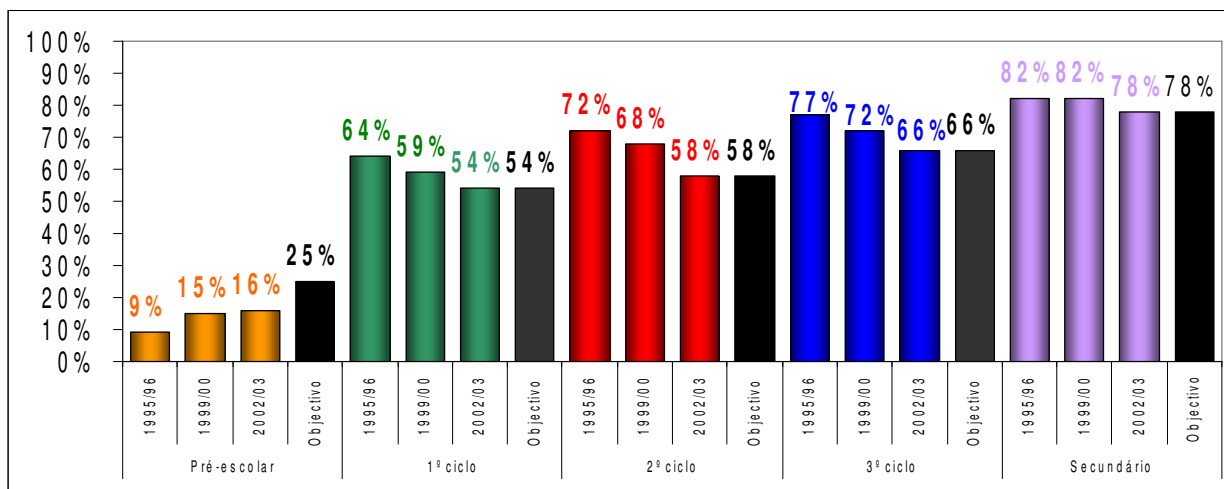
De referir que o princípio orientador b) contraria, de algum modo, o conceito de Território Educativo, mas visa potenciar o aproveitamento de recursos e equipamentos existentes em zonas vizinhas quando, pontualmente, a capacidade da oferta de 2º ou 3º ciclos num dado território se revelar insuficiente. Adicionalmente, permitirá ainda combater fenómenos de guetização e promover a permeabilidade entre territórios vizinhos e a mobilidade de alunos, para o que importa reforçar o transporte escolar.

São ainda propósitos a promoção de percursos escolares integrados e de projectos educativos articulados, para o que importa explorar complementaridades, sinergias e partilha de recursos e reforçar o papel dos Agrupamentos de Escolas. Também neste sentido, devem privilegiar-se tipologias de escolas que favoreçam aqueles propósitos, nomeadamente Escolas Básicas Integradas (preferencialmente com Jardim de Infância) em detrimento de tipologias dirigidas a um só ciclo isolado ou de actuais EB2,3.

Para novos equipamentos, são de considerar preferencialmente soluções que encerrem flexibilidade de adaptação e alterações do quadro normativo e orientador do sistema educativo, dos métodos ou objectivos pedagógicos e educacionais, e/ou da procura de ensino decorrente de dinâmicas demográficas e urbanas. Deste modo, visa-se que a programação de novos equipamentos ou reconversão de existentes se subordine a princípios estratégicos assentes na diversidade de tipologias, na flexibilidade e versatilidade de soluções e na complementaridade da gestão e utilização de recursos.

Finalmente, o presente documento foi elaborado em estrita observância do actual quadro legislativo e orientador referenciado na Parte I. Em particular, atendeu-se ao decorrente da actual Lei de Bases do Ensino Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro) que contempla uma escolaridade básica e obrigatória de 9 anos, organizada em 3 ciclos, a que acresce a educação pré-escolar e o ensino secundário (com 3 anos de escolaridade não obrigatória). Deste modo, não se contempla nesta etapa o alargamento da escolaridade obrigatória, previsto no Programa do XVII Governo Constitucional mas que ainda não foi alvo de perspectivação ou calendarização.

**Figura II. 2 – Evolução da quota da rede de escolas públicas por nível de ensino e
objectivo de cobertura**



II.3 Projecções da procura de ensino

II.3.1 População residente

Nas análises que se seguem considerar-se-á, para além da procura aparente quantificada pelas frequências das escolas em 2005/2006 (a qual é obviamente condicionada pela oferta actual da rede escolar existente), projecções espacializadas da procura de ensino baseadas na população residente em cada um dos Territórios Educativos, estimada para a actualidade. Estas projecções para 2008 visam estimar a expressão territorial da procura gerada pela população residente, não condicionada pela actual configuração da rede de ofertas, nomeadamente pela capacidade (naturalmente limitada) das escolas públicas existentes.

Para este efeito, partiu-se do recenseamento da população residente em Lisboa no ano de 2001, mas introduziram-se correcções espaciais decorrentes de novos fogos construídos (e potencialmente ocupados) após o Censo de 2001. Para tal, o Departamento de Planeamento Estratégico da CML fez um levantamento georeferenciado desses fogos construídos após 2001, tendo-se considerado um número de habitantes por fogo igual ao valor médio apurado no Censo de 2001 para o concelho de Lisboa (2.4 habitantes / fogo). De referir que este parâmetro corresponderá a uma estimativa conservadora visto que aquela média para o concelho é inferior aos valores verificados em 2001 nas freguesias mais periféricas em que as dinâmicas de expansão urbana pós-2001 têm mais expressão, mas entendeu-se adoptar uma abordagem prudente. Os acréscimos populacionais (pós-2001) assim estimados são apresentados no Quadro II.1 e Carta II.1, onde também são identificados os desenvolvimentos urbanos a que estão associados. Sempre que possível (face à informação disponível), procurou-se que as estimativas apresentadas no Quadro II.1 correspondessem a acréscimos líquidos, isto é, descontou-se a população residente recenseada em 2001 que ocupou esses novos fogos, deixando vagos outros localizados na mesma unidade territorial.

**Quadro II.1 – Estimativas de acréscimos populacionais
(fogos construídos após 2001)**

Agrupamento		Construções 2001 a 2007		Após 2007		População Estimada
Nº	Designação	Identificação da Fonte	Nº de Fogos	Identificação da Fonte	Nº de Fogos	
3	FRANCISCO ARRUDA	Alcântara R. Luis Camões (GEF)	168		0	403
4	MANUEL DA MAIA	Quinta da Cabrinha	1778		0	0
5	BELÉM RESTELO	Rotunda de Algés (Parcela A e B)	68	Alto do Restelo EPUL	260	
		Caselas Qta. De Sto. António	182	Alto do Restelo EPUL - Lotes H a N	163	
		J. B. Gomes	71			
		Arena	102			
		Total	423			423
6	BAIRRO PADRE CRUZ	Bairro Padre Cruz (Fase III)	205		0	492
7	DELFIN SANTOS	2 Circular - Estádio da Luz	210	LM Alto dos Moinhos	590	
		Av Lusíada	160			
		Fundo de Investimento Imobiliário FUNDICENTRO (NV Estádio SLB)	317			
		PP das Galhardas (Não Aprovado)	746			
		Total	1433			590
8	MARQUESA DE ALORNA	Nova Campolide II lote 1	217		0	521
11	TELHEIRAS 1	PER 4 do Paço do Lumiar	174	Telheiras-Torres (R. Ant.Livramento)	97	
		Praça Central	164			
		PER -Alto da Faia	136			
		Vivendas Alto da Faia	37			
		Alto da Faia (Telheiras Norte III)	210			
		Total	721			97
12	SÃO VICENTE/TELHEIRAS	PP das Galhardas (Não Aprovado)	746			
		Qta. do Bom Nome - Carnide	449			
		Parque dos Príncipes	1348			
		Qta. das Camareiras	270			
		Total	2813			
13	ALVALADE	Gago Coutinho	140		0	336
16	PROFESSOR LINDLEY CINTRA	Aldeia Olímpica	80			
		Malha 4	255			
		Quinta da Amoreira	161			
		Az. Da Cidade Lt. B e C	166			
		LM 2000/08	84			
		Qta. De Sta. Susana	105			
		PER	782			
		Lot. Municip. Ameixoeira (Ex-European)	455			
Total	2088			0	4834	

Obeve-se assim um acréscimo total de população da ordem dos 54 mil habitantes. No entanto, pretendendo-se considerar apenas variações populacionais líquidas que preservem os quantitativos populacionais totais para o concelho recenseados em 2001, estes acréscimos terão de ser compensados por dedução em outras zonas da cidade. Para este efeito, admitiu-se que se manteriam as tendências de evolução da população residente por freguesia verificadas na década de 90 (período intercensitário). Deste modo, aquele acréscimo populacional total foi repartido pelas freguesias com quebras populacionais na década de 90 proporcionalmente ao número de residentes perdido nessa década, apurando-se assim os quantitativos a abater em cada freguesia para compensar aqueles acréscimos. Resulta assim um exercício de soma nula que preserva a população recenseada em 2001, mas com uma diferente expressão territorial decorrente de novos desenvolvimentos urbanos (fogos

construídos após 2001). Os resultados apurados com este modelo são apresentados no Quadro II.2, por Território Educativo.

**Quadro II.1 – Estimativas de acréscimos populacionais
(fogos construídos após 2001) (cont.)**

Agrupamento		Construções 2001 a 2007		Após 2007		População Estimada
Nº	Designação	Identificação da Fonte	Nº de Fogos	Identificação da Fonte	Nº de Fogos	
17	PINTOR ALMADA NEGREIROS	Malha 19	242	Malha21.2	344	5314
		Malha 20.1	365			
		Malha 22.3	289			
		Malha 22.4	58			
		Malha 23.1	441			
		Malha 27.1	93			
		Malha 25	382			
	Total	1870			344	
18	ALTO DO LUMIAR	Malha 1	553			8398
		Malha 7	1042			
		Malha 15	850			
		PER	782			
		Lot. Municip. Ameixoeira (Ex-European)	455			
	Total	3682				
19	LUÍS ANTÓNIO VERNEY		0	LM R. Engª Cunha Leal	163	391
20	MARVILA	L.M. Bº Marquês de Abrantes e Alfinetes	560			2904
		Vale Formoso	650			
	Total	1210			0	
22	OLAIAS	Olaias- Rotunda	115			1949
		Plano Vale de Chelas (RTB 5)	155			
		Plano Vale de Chelas (RTB 6)	145			
		Praça Macau	320			
		Condominio Jardim Armador	77			
	Total	812			0	
24	DAMIÃO DE GÓIS	Nova Imagem (LM R. Pardal Monteiro)	126			1754
		R.Dr. Arlindo Vicente (Encaixe)	105			
		Quadra Central Chelas(1/4)	500			
	Total	731			0	
26	SANTA MARIA DOS OLIVAIS	Cimpor	140			1202
		Loteam.R.Tomás Alcaide (Bº do Olival)	46			
		Olivaes Shopping (Fase 2)	100	Olivaes Shopping (Fase2)	215	
	Total	286			215	
27	PISCINAS/OLIVAIS	Av. Berlim - Fabrica do Gelo	172	Av. Berlim - Fabrica do Gelo	80	605
28	EBI/JI VASCO DA GAMA	Lotes Construidos	3455	Lotes Construidos	406	9266
Sub-total Grupo Centro Ribesirinho			1778		0	0
Sub-total Grupo Centro			1169		0	2806
Sub-total Grupo Noroeste			12811		1031	32606
Sub-total Grupo Nordeste			5854		864	16122
Sub-total Grupo Sudoeste			591		423	2434
Total do Concelho			22202		2318	53967

Quadro II.2 – Estimativas da população residente (2008)

Agrupamento		População recenseada (2001)	Acréscimos populacionais (construções após 2001)	Perdas populacionais de compensação (pós 2001)	População projectada (2008)	Taxa de variação (2001-08)
Nº	Designação					
1	BARTOLOMEU DE GUSMÃO	19988	0	-2565	17423	-13%
2	BAIXA-CHIADO	31448	0	-3523	27925	-11%
3	FRANCISCO ARRUDA	26012	403	-3515	22900	-12%
4	MANUEL DA MAIA	26010	0	-3372	22638	-13%
5	BELEM RESTELO	24246	2030	-2273	24003	-1%
6	BAIRRO PADRE CRUZ	7820	492	0	8312	6%
7	DELFIN SANTOS	31497	4854	-687	35664	13%
8	MARQUESA DE ALORNA	41901	521	-5749	36673	-12%
9	QUINTA DE MARROCOS	12958	0	-911	12047	-7%
10	PEDRO SANTARÉM	28410	0	-1998	26412	-7%
11	TELHEIRAS 1	11767	1963	0	13730	17%
12	SÃO VICENTE/TELHEIRAS	17377	6751	-97	24032	38%
13	ALVALADE	16643	336	-1959	15020	-10%
14	EUGÉNIO DOS SANTOS	15732	0	-1036	14696	-7%
15	LUÍS DE CAMÕES	12984	0	-1830	11154	-14%
16	PROFESSOR LINDLEY CINTRA	21502	4834	-337	25999	21%
17	PINTOR ALMADA NEGREIROS	6061	5314	0	11375	88%
18	ALTO DO LUMIAR	15027	8398	-151	23274	55%
19	LUÍS ANTÓNIO VERNEY	16362	391	-1922	14831	-9%
20	MARVILA	7162	2904	-850	9216	29%
21	NUNO GONÇALVES	32132	0	-4757	27375	-15%
22	OLAIAS	29864	1949	-3784	28028	-6%
23	PATRÍCIO PRAZERES	16964	0	-2486	14478	-15%
24	DAMIÃO DE GÓIS	12868	1754	-1528	13094	2%
25	FERNANDO PESSOA	17587	0	-954	16633	-5%
26	SANTA MARIA DOS OLIVAIS	15172	1202	-1190	15184	0%
27	PISCINAS/OLIVAIS	16395	605	-889	16111	-2%
28	EBÍ/JI VASCO DA GAMA	2960	9266	-160	12065	308%
29	D. FILIPA DE LENCASTRE	6717	0	-780	5937	-12%
30	GIL VICENTE	23018	0	-4654	18364	-20%
Sub-total Grupo Centro Ribeirinho		149560	0	-21357	128203	-14%
Sub-total Grupo Centro		123841	2806	-15139	111508	-10%
Sub-total Grupo Noroeste		152419	32606	-4181	180844	19%
Sub-total Grupo Nordeste		88506	16122	-7493	97135	10%
Sub-total Grupo Sudoeste		50258	2434	-5788	46903	-7%
Total do Concelho		564584	53967	-53958	564593	0%

De referir que as estimativas apresentadas no quadro referido anteriormente assentam na preservação do total da população de Lisboa recenseada em 2001, apenas com alteração do padrão espacial da sua distribuição que reflecta as alterações ocorridas após 2001 e, portanto, tenham uma expressão mais consentânea com a realidade actual. No entanto, face às tendências de quebras populacionais verificadas nas décadas passadas, a preservação da população recenseada em 2001 corresponde a um cenário que poderá encerrar algum grau de optimismo. Na verdade, projecções demográficas de carácter puramente tendencial, baseadas num modelo de “cohort survival”, desenvolvidas pelo CESUR no âmbito da revisão da Carta de Equipamentos de Ensino apontam para uma população em 2013 da ordem dos 494 mil habitantes, o que representa uma quebra de cerca de 13% relativamente a 2001 e atenua um pouco as perdas (de 15%) verificadas na década da 90.

II.3.2 Estimação da procura de ensino (Rede Pública do ME)

A conversão dos quantitativos de população residente (nos escalões etários correspondentes à idade própria de frequência de cada nível/ciclo de ensino/educação) em procura de ensino na rede de escolas públicas do ME pode ser feita através da aplicação de um factor (que designámos por **RIP**) que a atende a três aspectos:

- **a retenção** de alunos, fruto do insucesso escolar, que tende a empolar o número de indivíduos no sistema de ensino;
- **a “importação”** (ou “exportação”) de alunos, que está associada ao facto de os alunos frequentarem escolas fora do âmbito geográfico do seu local de residência (nomeadamente, de fora do concelho de Lisboa) e que resulta de factores diversos desde a atractividade das escolas até à conveniência dos pais (como é o caso das crianças que acompanham os pais nas deslocações casa-trabalho e frequentam escolas na proximidade dos respectivos locais de trabalho);
- a absorção de procura por outros tipos de oferta (nomeadamente, das **escolas da rede privada**), que obviamente reduz a pressão sobre a rede pública.

A procura de ensino na rede pública é obtida aplicando este factor (RIP) ao número de residentes em idade própria, para cada um dos níveis de ensino. A parte restante da procura de ensino deve ser coberta por outros tipos de oferta (particular, cooperativa, IPSS, etc.), numa perspectiva de complementaridade dos diferentes tipos de redes.

Com base no Censo de 2001 (para obter o número de indivíduos em idade própria) e em dados fornecidos pelo GIASE (Ministério da Educação), nomeadamente sobre frequências de escolas e taxas de retenção, quotas da rede pública, etc., foi estimado o factor RIP para diversos âmbitos geográficos dentro do concelho de Lisboa. O Quadro II.3 apresenta os resultados para o concelho de Lisboa, bem como a quota da rede pública correspondente. No caso do número de alunos e quota da rede pública, usaram-se as médias para os anos lectivos de 2000/01 e 2001/02 e, para a população em idade própria, os dados do Censo de 2001.

Quadro II.3 – Factor RIP e quota da rede pública (2001)

	Nº de alunos rede pública (média)	População em idade própria (2001)	Factor RIP	Quota da Rede Pública (média)
Pré-escolar	2 588	12 191	0.21	15%
1º Ciclo	15 864	17 153	0.93	55%
2º Ciclo	8 529	9 258	0.92	59%
3º Ciclo	12 605	13 868	0.91	67%
Secundário	16 628	16 258	1.02	81%

Usando os mesmos dados, constata-se que os factores RIP para os diversos níveis de ensino apresentam significativa variabilidade espacial dentro do concelho, quaisquer que sejam as unidades geográficas utilizadas (freguesias, Grandes Unidades Agregadas, etc.). Tal resulta, desde logo, da localização espacial da oferta (associada às escolas existentes e respectivas capacidades), mas também de outros factores ligados às preferências dos alunos e seus pais (por questões diversas que vão desde a proximidade ao local de emprego dos pais até à imagem ou qualidade apercebida das escolas). No âmbito da elaboração da Carta de Equipamentos de Ensino de 2005 foram realizados extensivos ensaios de modelação dessa variação espacial dos factores RIP usando diversas variáveis explicativas extraídas do Censo de 2001 ou dados espacializados sobre o número de empregados, mas sem que se tenha conseguido obter qualquer modelo com capacidade explicativa razoável e plausibilidade substantiva. Deste modo, e porque a variação espacial observada em 2001 se afigura fortemente condicionada por factores ligado à localização espacial da oferta existente que apresentava padrões que não se julga conveniente perpetuar, aplicar-se-ão factores RIP uniformes em todas as áreas do concelho.

Este factor RIP, aplicado às projecções do número de residentes em idade própria, permite estimar a procura de ensino na rede pública, admitindo invariantes (relativamente a 2001) a quota da rede pública e a relação entre a população residente (em idade própria) e a população escolar em cada nível/ciclo de ensino/educação. Esta última hipótese é violada no caso do Ensino Secundário uma vez que se verificou uma quebra muito significativa da frequência deste nível de ensino (da ordem dos 15% entre 2001 e 2005/06), pelo que o correspondente factor RIP deve ser ajustado (reduzido na proporção da quebra verificada) para melhor reflectir a situação actual.

Adicionalmente, o valor do factor RIP, para além de outros aspectos não directamente controláveis como a “importação” e a retenção, é determinado em função de objectivos

de cobertura pela rede de escolas públicas do ME, os quais foram definidos pela CML, como explicitado no capítulo anterior.

Em função desses objectivos de taxas de cobertura da rede pública, e admitindo como invariantes os restantes aspectos atrás referidos (com excepção do apresentado relativamente ao Ensino Secundário), os valores do factor RIP constantes do Quadro II.3 devem ser revistos proporcionalmente à variação desses objectivos face aos valores da quota da rede pública constantes do mesmo quadro (relativos ao ano de 2001). Os valores revistos dos factores RIP para 2008 são apresentados no Quadro II.4, sendo de sublinhar que estes valores representam no fundo a fracção da procura total de ensino que é coberta pela rede pública do ME, devendo o restante ser absorvido por outros tipos de oferta.

Quadro II.4 – Revisão do Factor RIP (2008)

	Quota da Rede Pública		Factor RIP	
	2001	Objectivo 2013	2001	2013
Pré-escolar	15%	25%	0,21	0,35
1º Ciclo	55%	54%	0,93	0,91
2º Ciclo	59%	58%	0,92	0,90
3º Ciclo	67%	66%	0,91	0,89
Secundário	81%	78%	1,02	0,84

A população residente nos escalões etários correspondentes às idades próprias de frequência de cada nível /ciclo de ensino, por Território Educativo, é extraída do Censo 2001, com as correcções (acréscimos e perdas de compensação) indicadas na secção anterior. No caso das perdas populacionais (compensações dos acréscimos), admitiu-se uma taxa uniforme de perda para todas as idades que foi aplicada aos resultados censitários de 2001. No caso dos acréscimos populacionais, admitiu-se uma repartição destes pelos diferentes escalões etários idêntica à da média apurada para o concelho de Lisboa no Censo de 2001.

Aplicando o factor RIP (Quadro II.4) à população residente em idade própria projectada para 2008 obtêm-se as estimativas da procura de ensino por Território Educativo que serão usadas (e apresentadas) no capítulo seguinte. Para melhor se apreciar o efeito desta projecção da procura de ensino para 2008, comparam-se no Quadro II.5, para os Grupos correspondentes às 5 Unidades Agregadas, o número de alunos que frequentaram em 2005/06 as escolas da rede pública do ME e a procura projectada para 2008 através da metodologia descrita.

Pode observar-se que os valores globais para o concelho são semelhantes (com excepção do Pré-escolar, para o qual se fixaram objectivos de cobertura significativamente acima dos actuais), como seria expectável, mas com divergências no que diz respeito à distribuição espacial, como seria também de esperar. Recorde-se que a procura projectada para 2008 deve acompanhar a redistribuição espacial da população residente, enquanto que as frequências verificadas em 2005/06 são obviamente condicionadas pela oferta de ensino proporcionada pela actual rede escolar e respectivo padrão espacial.

Quadro II.5 – Comparação de frequências (2005/2006) e projecções da procura de ensino (2008)

Unidade Geográfica	Pré-escolar		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário	
	2005/06	Proj. 2008	2005/06	Proj. 2008	2005/06	Proj. 2008	2005/06	Proj. 2008	2005/06	Proj. 2008
Noroeste	731	790	3.327	2.979	1.722	1.640	2.680	2.430	2.579	2.806
Nordeste	1.258	1.585	4.867	5.735	2.581	3.065	3.629	4.492	1.707	4.783
Centro	298	759	3.302	2.791	1.648	1.427	2.519	2.138	5.263	2.369
Centro Ribeirinho	388	830	3.253	2.994	1.645	1.594	2.632	2.381	2.025	2.630
Sudoeste	326	328	1.262	1.213	642	687	1.347	1.016	1.656	1.089
Concelho Lx	3.001	4.292	16.011	15.711	8.238	8.414	12.807	12.457	13.230	13.677

II.4 Avaliação da Rede Actual e sua Reconfiguração

Desenvolve-se nesta secção uma avaliação da rede actual de equipamentos de educação e ensino através de balanços de oferta-procura através dos quais se identificam debilidades e carências actuais que importa superar através de actuações que também se apresentam.

Estes balanços oferta-procura são desenvolvidos por Território Educativo (coincidindo com os actuais Agrupamentos de Escolas), por Grupos de Territórios Educativos (que reproduzem as 5 Grandes Unidades Agregadas – GUA – em que a cidade foi decomposta) e para a globalidade do concelho (com relevância sobretudo no que respeita à oferta de Ensino Secundário). Estes balanços são desenvolvidos para dois cenários de procura de ensino: um primeiro com as populações escolares verificadas em 2005/2006 e um segundo com as projecções de procura apresentadas no capítulo anterior.

Não é por demais que estas análises assentam nos seguintes pressupostos:

- i) No que respeita à oferta, são consideradas as capacidades nominais dos equipamentos existentes, expressas através do número máximo de salas/turmas que os equipamentos podem acolher, conforme instruções da DREL. Não se contemplam assim alterações funcionais introduzidas nas escolas, nomeadamente conversões de salas de aulas em salas de recursos, salas polifuncionais, salas de professores, etc., considerando-se que todas as salas de aulas originais estão disponíveis. Deste modo, as capacidades consideradas correspondem a valores nominais máximos utilizáveis numa situação limite, embora sem recurso a regimes duplos, mas com óbvio sacrifício do que são as modernas exigências de espaços para outras funções que não o funcionamento de aulas convencionais. Por outro lado, não é tida em consideração a tendência de integração de crianças com Necessidades Educativas Especiais em turmas do ensino regular, o que implicará a redução no número de alunos por turma.
- ii) No que respeita à procura, a consideração das frequências verificadas em 2005/2006 poderá escamotear a procura potencial não satisfeita por esgotamento da capacidade das escolas, ainda que casos pontuais sejam identificáveis (e adiante apontados). A consideração de um segundo cenário de procura (projecções desenvolvidas na secção anterior) visa identificar procura potencial (eventualmente não satisfeita) gerada pela população residente, mas ainda assim pode não capturar procura potencial induzida por outros factores de preferência de escola a frequentar (como a proximidade ao local de emprego dos pais dos alunos).

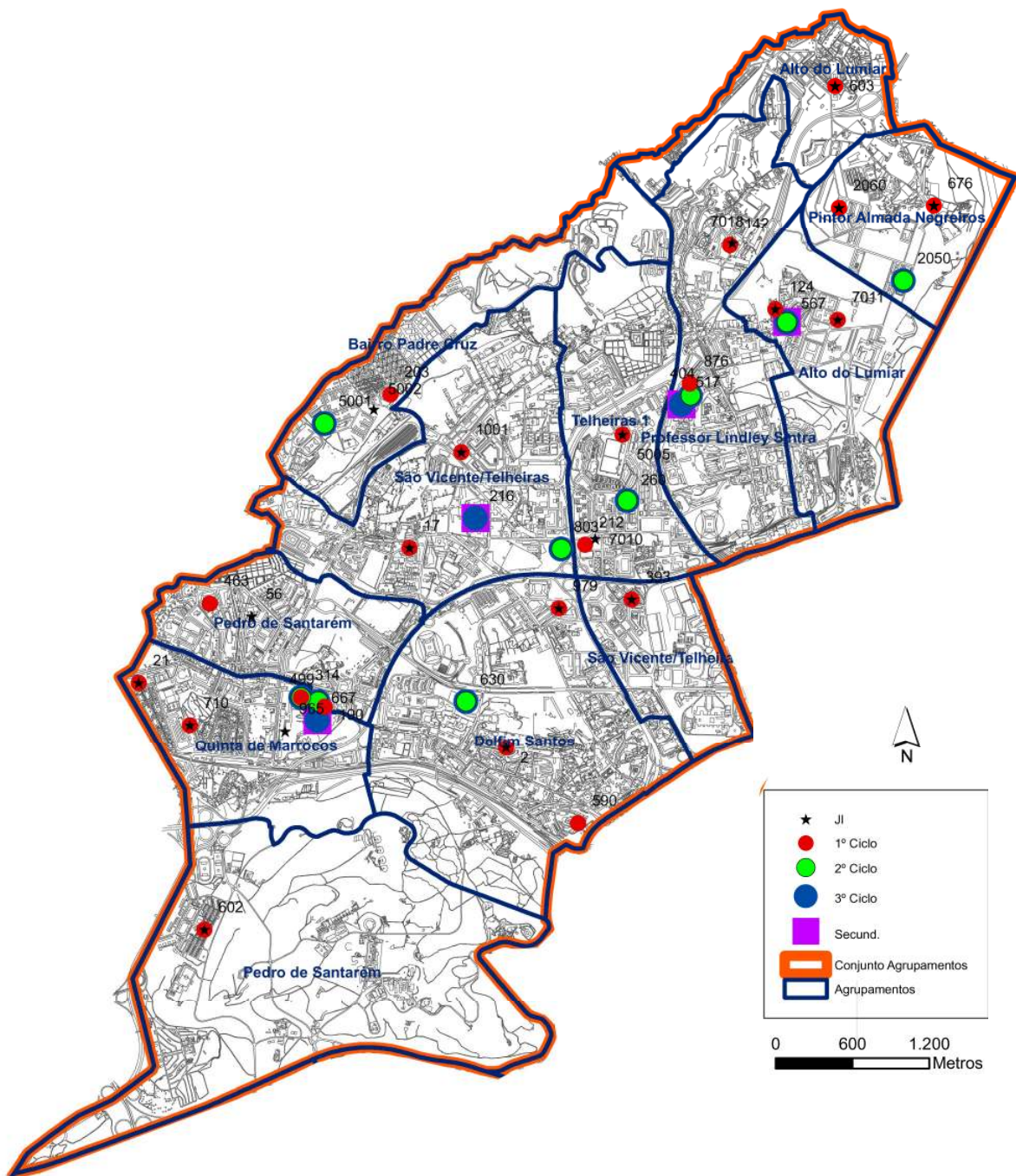
- iii) Os actuais Agrupamentos de Escolas, adoptados como unidade geográfica de base, foram certamente configurados tendo em atenção critérios de cobertura da procura de ensino no seu âmbito pelos equipamentos existentes. Deste modo, pode-se eventualmente não evidenciar carências localizadas que outras delimitações de Territórios Educativos, com diferentes configurações territoriais, permitiriam eventualmente identificar.

Deste modo, sublinha-se a necessidade de os resultados das análises que se desenvolvem nesta secção serem lidos com cautela e tendo presente as considerações acima expressas. Em particular, no caso do 1º ciclo do Ensino Básico faz-se sentir de forma aguda o referido em i), pelo que os saldos apurados (que apontam para claros excessos de capacidade na maioria dos casos) merecem obviamente as reservas decorrentes dos pressupostos adoptados que, conforme acima referido, não atendem às exigências funcionais de uma “escola completa” (dotada de espaços educativos diversificados, polivalentes e multifuncionais), que os projectos originais dos equipamentos de 1º ciclo claramente não contemplaram.

II.4.1 Grupo Noroeste

A rede de escolas públicas (na dependência do ME) que integram os Agrupamentos que constituem este Grupo Noroeste está representada na Carta II.2.

Carta II.2 – Localização dos estabelecimentos de ensino do Grupo Noroeste



II.4.1.1 Agrupamento 6 – Bairro Padre Cruz

Apresenta-se no Quadro II.4.1.1–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino.

Quadro II.4.1.1–A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	247	257	120	5	6	1
1º Ciclo EB	345	360	355	15	20	5
2º Ciclo EB	196	204	190	8	10	2
3º Ciclo EB	298	310	233	9	11	2
Secundário	334	348	0	0	0	0

A EB1 nº 167 é a única escola de 1º ciclo deste agrupamento e funciona actualmente em dois edifícios, um mais antigo, construído de raiz para o ensino e outro pré-fabricado, construído em 1992. Dadas as condições de degradação em que se encontram as instalações pré-fabricadas está prevista a sua substituição com construção definitiva de um novo equipamento escolar.

Ao nível da caracterização social, esta escola insere-se numa zona com predominância de realojamentos, verificando-se um fraco investimento no percurso escolar dos alunos. Existe neste Agrupamento um elevado número de alunos carenciados, bem como com necessidades educativas especiais (NEE), o que tem vindo a justificar a necessidade de constituição de turmas com um número reduzido de alunos que, dado o contexto social do bairro, é desejável que se mantenha.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro III.4.1.1–B também não evidencia carências de oferta para nenhum nível de ensino, se exceptuarmos o Secundário, para o qual não há oferta neste Território Educativo.

Quadro II.4.1.1 – B Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	247	257	90	4	6	2
1º Ciclo EB	345	360	328	14	20	6
2º Ciclo EB	196	204	183	7	10	3
3º Ciclo EB	298	310	276	11	11	0
Secundário	334	348	291	12	0	-12

II.4.1.2 Agrupamento 7 – Delfim Santos

Apresenta-se no Quadro III.4.1.2 – A o balanço oferta – procura para as frequências verificadas em 2005/06, constatando-se carências ao nível do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, com sobrelotação da EB2,3 Delfim Santos. Adicionalmente, embora não evidenciando neste balanço por se considerarem as capacidades máximas nominais das escolas de 1º ciclo (sem atender à reafecção funcional de espaços realmente verificada), as escolas de 1º ciclo têm actualmente a sua lotação real esgotada e incapacidade de absorver toda a procura efectiva, havendo duas escolas (EB1 nº 110 e nº 120) com um total de 20 turmas a funcionar em regime duplo no ano lectivo de 2007/08. O mesmo ocorre nos Jardins de Infância que, para o ano lectivo de 2007/08, apresentam uma lista de espera da ordem das 100 crianças.

Quadro III.4.1.2 – A Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	650	751	88	4	4	0
1º Ciclo EB	896	1041	824	34	41	7
2º Ciclo EB	469	547	462	18	16	-2
3º Ciclo EB	665	786	482	19	16	-3
Secundário	803	944	0	0	0	0

Relativamente à caracterização social deste Agrupamento, apesar de todas as escolas se situarem na freguesia de São Domingos de Benfica, existe uma grande heterogeneidade ao nível socio-económico e cultural dos alunos que frequentam as suas escolas.

Assim, a população da EB1 Frei Luís de Sousa (nº 49) apresenta um nível socio-económico baixo, havendo um número muito elevado de alunos carenciados. A zona envolvente

caracteriza-se por um parque habitacional antigo, com população envelhecida que assume a responsabilidade de prestar apoio aos netos.

Já no que respeita à EB1 António Nobre (nº 110), a população escolar apresenta um nível socio-económico médio, sendo a população residente na zona envolvente bastante envelhecida. Esta escola apresenta um regime de funcionamento misto, sendo que a maioria das turmas está a funcionar em regime duplo. Este estabelecimento de ensino possui ainda uma sala afecta a crianças portadoras de deficiência - sala TEACCH (tratamento e educação de crianças com autismo)

Quanto à EB1 das Laranjeiras (nº 120) é de referir que, ao nível da envolvente social, o parque habitacional é relativamente recente; a população é jovem e pertence a um nível socio-económico médio e médio-alto. Nesta escola, a funcionar em regime duplo, existe um Pólo de Surdos, constituído por 34 alunos - Unidade de Apoio à Educação de Alunos Surdos (UAEAS), sendo estes oriundos de todo o concelho de Lisboa e de concelhos limítrofes. Contudo, relativamente a estes alunos, registam-se acentuadas carências económicas.

É ainda de referir que a EB1 António Nobre (nº 110) e a EB1 das Laranjeiras (nº 120) são as escolas do agrupamento que apresentam actualmente (2007/08) a sua capacidade esgotada e procura muito elevada a que não conseguem dar resposta integral.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.1.2 – B evidencia carências de oferta para todos os níveis de ensino, com excepção do 1º ciclo (considerando a capacidade máxima nominal das EB1, mas que se convertiria também num défice de oferta caso se entrasse em linha de conta com a real afectação funcional actual de salas de aulas). Deste modo, é sentida a necessidade de reforço da rede escolar neste Território Educativo, a qual não está no entanto contemplada no presente programa de actuações, podendo os défices apurados no 2º e 3º ciclos ser minorados com recurso a ofertas em territórios vizinhos, nomeadamente dos Agrupamentos 9 (Quinta de Marrocos) e 10 (Pedro Santarém)

Quadro III.4.1.2 – B Balanço Oferta – Procura (projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	650	751	263	11	4	-7
1º Ciclo EB	896	1041	948	39	41	2
2º Ciclo EB	469	547	492	20	16	-4
3º Ciclo EB	665	786	700	28	16	-12
Secundário	803	944	789	32	0	-32

II.4.1.3 Agrupamento 9 – Quinta de Marrocos

Apresenta-se no Quadro II.4.1.3–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino.

Quadro II.4.1.3 – A Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	225	225	130	5	6	1
1º Ciclo EB	317	317	345	14	23	9
2º Ciclo EB	177	177	317	13	13	0
3º Ciclo EB	268	268	633	25	31	6
Secundário	292	292	599	24	21	-3

Assinala-se no presente ano lectivo (2007/08) a passagem da EB23 Quinta de Marrocos a Escola Básica Integrada que passa a oferecer a valência de 1º ciclo apenas para alunos com deficiência auditiva nas suas instalações. Esta alteração decorre da integração dos alunos provenientes da escola de ensino especial EB1 A Quadriga entretanto suspensa. Esta EBI possui ainda uma Unidade de Apoio à Educação de Alunos Surdos (UAEAS).

A EB1 Prof. José Salvado Sampaio (nº 17) situa-se no limite da freguesia de Benfica (fazendo fronteira com a Damaia). A população escolar é socialmente muito diversificada, existindo alunos provenientes de várias nacionalidades e etnias. Se, por um lado, esta multiculturalidade tem gerado ao longo dos anos uma riqueza de experiências, por outro, tem potenciado situações de conflito e choque cultural. Associado a este contexto, verificam-se desníveis de formação pessoal e social, nomeadamente ao nível do conhecimento, expressão e comunicação.

Relativamente à EB1 Parque Silva Porto (nº 124) situada junto ao Parque Silva Porto, esta escola beneficia de um ambiente calmo, sem ruído de trânsito e goza de espaços arborizados circundantes. A população escolar é proveniente de uma vasta área de Benfica, abrangendo também algumas ruas da Buraca (concelho da Amadora). São alunos oriundos de famílias de um nível sócio-económico baixo e médio-baixo.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.1.3 – B também não evidencia carências de oferta para nenhum dos níveis de ensino.

Quadro II.4.1.3 – B Balanço Oferta – Procura (Projeção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	225	225	79	3	6	3
1º Ciclo EB	317	317	288	12	23	11
2º Ciclo EB	177	177	159	6	13	7
3º Ciclo EB	268	268	239	10	31	21
Secundário	292	292	244	10	21	11

II.4.1.4 Agrupamento 10 – Pedro Santarém

Apresenta-se no Quadro II.4.1.4–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências assinaláveis.

Quadro II.4.1.4 – A Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	494	494	167	7	9	2
1º Ciclo EB	695	695	599	25	34	9
2º Ciclo EB	388	388	407	16	19	3
3º Ciclo EB	588	588	612	24	19	-5
Secundário	640	640	0	0	0	0

Este agrupamento passou a integrar, no ano lectivo 2007/2008, a EB1 Gonçalo Ribeiro Telles e JI da Boavista. Esta escola situa-se no Bairro da Boavista, é quase exclusivamente frequentada por crianças dele oriundas e possui uma Unidade de Apoio a Alunos Multideficientes (Sala UAAM). Este Bairro é, em grande parte, composto por uma população social, económica e culturalmente desfavorecida, constituída, na sua maioria, por pessoas de nível educacional baixo e de baixos recursos económicos. Existe por isso um elevado número de alunos carenciados resultado de grande parte dos residentes serem inactivos ou com empregos precários. Registam-se problemas de toxicodependência, vandalismo, delinquência, prostituição e disfunções familiares. Para dar resposta às diversas problemáticas detectadas, várias entidades têm vindo a intervir no bairro. Os problemas mais salientes ao nível da escola relacionam-se, por um lado, com o absentismo, insucesso e indisciplina por parte dos alunos, por outro, com o desinteresse das famílias pela vida escolar das crianças. São ainda mencionados problemas relacionados com a segurança da escola (existência de assaltos), e a

grande instabilidade do corpo docente. No entanto, a EB1 Gonçalo Ribeiro Telles e JI da Boavista beneficiam do estatuto de Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), usufruindo de mais recursos pedagógicos e materiais para o desenvolvimento das suas actividades.

Ainda ao nível deste agrupamento é de referir que a EB1 Padre Álvaro Proença (nº 205) funcionou até ao presente ano lectivo em instalações pré-fabricadas em avançado estado de degradação. No ano lectivo actual (2007/2008) esta escola passou a funcionar em monoblocos no recinto da EB23 Pedro Santarém, estando contemplada no programa de actuações prioritárias a construção de um novo equipamento com as valências de jardim de infância e 1º ciclo, em sua substituição (com 8 salas de 1º ciclo e 3 de Jardim de Infância).

Quanto à EB1 nº 52, é de referir que se trata de uma população heterogénea em termos socio-económicos. Parte das crianças reside na zona da escola, sendo tipicamente os avós os encarregados de educação; a outra parte vive, na sua maioria, no concelho da Amadora.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.1.4–B também não evidencia carências de oferta para nenhum dos níveis de ensino, com excepção do secundário, para o qual não há oferta neste Território Educativo.

Quadro II.4.1.4 – B Balanço Oferta – Procura (projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	494	494	173	7	9	2
1º Ciclo EB	695	695	632	26	34	8
2º Ciclo EB	388	388	349	14	19	5
3º Ciclo EB	588	588	523	21	19	-2
Secundário	640	640	535	21	0	-21

II.4.1.5 Agrupamento 11 – Telheiras 1

Apresenta-se no Quadro II.4.1.5–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências assinaláveis para nenhum nível de ensino. No entanto, é de referir que a EB1/JI do Alto da Faia tem actualmente (2007/08) a sua capacidade esgotada e procura muito elevada a que não consegue dar resposta integral.

Quadro II.4.1.5 – A Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	378	420	205	9	10	1
1º Ciclo EB	500	559	545	23	30	7
2º Ciclo EB	364	291	269	11	11	0
3º Ciclo EB	364	413	312	12	13	1
Secundário	396	453	0	0	0	0

De modo similar os dois jardins de infância existentes no Agrupamento (JI autónomo de Telheiras e JI associado à Escola do Alto da Faia), apresentam listas de espera significativas em 2007/08, o que indicia esgotamento da oferta.

A EB1 de Telheiras acolhe uma sala específica de apoio a crianças com deficiências (UAAM - Unidade de Apoio a Alunos com Multideficiência), que tem registado uma procura crescente.

Relativamente à sede do Agrupamento (EB23 de Telheiras) é de assinalar que a sua frequência registou um aumento do número de alunos no corrente ano lectivo, devido a transferências de alunos da EB23 Lindley Cintra / Lumiar que se encontra em obras.

Numa apreciação global relativa a este Agrupamento, é de salientar que a sua localização e posicionamento face a eixos viários estruturantes na cidade, torna particularmente atractiva a frequência dos seus estabelecimentos por crianças que não residem na área.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.1.5–B também não evidencia carências de oferta para nenhum dos níveis de ensino, com excepção do secundário, para o qual não existe oferta neste Território Educativo. No entanto, reforçam-se as observações acima no que respeita ao esgotamento da capacidade dos estabelecimentos existentes que as projecções produzidas não capturam adequadamente.

Quadro II.4.1.5 – B Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	378	420	147	6	10	4
1º Ciclo EB	500	559	509	21	30	9
2º Ciclo EB	364	291	261	10	11	1
3º Ciclo EB	364	413	368	15	13	-2
Secundário	396	453	379	15	0	-15

II.4.1.6 Agrupamento 12 – São Vicente/ Telheiras

Apresenta-se no Quadro II.4.1.6–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, que se revela razoavelmente equilibrado com reafecção de capacidades entre o 3º ciclo e o secundário. No entanto, é de referir que a EB1/JI nº45 tem a sua capacidade esgotada e apresenta procura muito elevada que não consegue satisfazer integralmente.

Quadro II.4.1.6 – A Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	513	654	144	6	7	1
1º Ciclo EB	726	928	520	22	29	7
2º Ciclo EB	413	521	205	8	9	1
3º Ciclo EB	626	794	440	18	30	12
Secundário	702	897	773	31	21	-10

Situada na freguesia de Carnide, Bairro da Horta Nova, a EB1 Prista Monteiro (nº 134) é constituída por população residente no Bairro da Horta Nova, por crianças institucionalizadas no Lar da Luz e Casa da Luz e habitantes de Telheiras. Trata-se de famílias carenciadas ao nível socio-económico, com níveis de escolaridade e de qualificação profissional baixos. Encontram-se sedeadas algumas entidades que intervêm no Bairro, nomeadamente a Esquadra da Polícia de Segurança Pública, Grupo de Acção Comunitária Sol Nascente e Juventude da Horta Nova, entre outras. Existe ainda, o Grupo Comunitário do Bairro da Horta Nova, no qual a autarquia se encontra representada. Nesta escola funciona ainda uma sala TEACCH (tratamento e educação de crianças com autismo). Deste modo, as problemáticas sociais que afectam o Bairro da Horta Nova têm incidência na rede educativa deste território.

A EB1 Luz/Carnide (nº 45), situada na freguesia de Carnide, é frequentada por alunos provenientes da zona de Carnide Novo, Carnide Velho e crianças institucionalizadas no Lar da Luz e na Casa da Luz. Esta escola encontra-se sobrelotada, estando o total de turmas da escola a funcionar em regime duplo.

Quanto à EB1 nº 121, situada na freguesia do Campo Grande, verifica-se que a população escolar é oriunda dos habitantes dos bairros dos Barros e das FONSECAS, em geral famílias carenciadas. Nesta escola funciona uma Unidade de Apoio a Alunos Multideficientes (UAAM).

Ao contrário da escola referida anteriormente, esta EB1 possui uma capacidade superior à procura verificada nos últimos anos.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.1.6–B revela défices de oferta em todos os níveis de ensino e susceptíveis de se agravarem com as dinâmicas construtivas no âmbito deste território. Embora o programa de intervenções deste documento não contemple o reforço da oferta neste território no curto prazo, esta é uma área a monitorizar com particular atenção.

Quadro II.4.1.6 – B Balanço Oferta – Procura (projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	513	654	229	10	7	-3
1º Ciclo EB	726	928	845	35	29	-6
2º Ciclo EB	413	521	469	19	9	-10
3º Ciclo EB	626	794	707	28	30	2
Secundário	702	897	750	30	21	-9

II.4.1.7 Agrupamento 16 – Lindley Cintra

Apresenta-se no Quadro II.4.1.7 – A o balanço oferta – procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se evidenciando carências para nenhum nível de ensino.

Quadro II.4.1.7 – A Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	646	748	145	6	6	0
1º Ciclo EB	859	1004	425	18	20	2
2º Ciclo EB	455	533	240	10	10	0
3º Ciclo EB	663	784	525	21	28	7
Secundário	720	861	335	13	22	9

Na EB1 Eurico Gonçalves (nº 109) da Ameixoeira foram concluídas em 2007 obras de beneficiação geral, incluindo cozinha com confecção local da responsabilidade da CML. A área

de influência desta escola abrange zonas de expansão urbana recente e a área mais consolidada da freguesia da Ameixoeira.

A EB1 nº 31, devido à sua localização muito central, dá resposta à população residente na zona mais antiga da freguesia do Lumiar, bem como áreas de expansão mais recentes e densamente ocupadas como a Quinta das Conchas. É igualmente procurada por crianças residentes fora da sua área de influência devido à sua boa acessibilidade. Estão previstas por parte da CML acções de requalificação do parque escolar existente na zona, incluindo a EB1 nº31, e de reforço do pré-escolar com a construção do novo jardim de infância da Quinta dos Frades. O JI da Ameixoeira, que funciona em instalações autónomas, é de construção recente (2004/2005), com 6 salas de actividades.

Faz ainda parte deste agrupamento a EB1 nº 204 que apenas acolhe crianças com paralisia cerebral, acolhendo crianças de toda a cidade.

Por outro lado, a sede de Agrupamento Professor Lindley Cintra (EB23) está a ser alvo de obras de beneficiação geral, reforçando-se, após a sua conclusão, a qualidade de oferta de ensino nesta área da cidade.

O balanço para a procura projectada para 2008 (considerando os fogos construídos depois do censo de 2001 nesta zona) apresentado no Quadro II.4.1.7–B evidencia fortes carências actuais em todos os níveis de ensino, com evidência para o 1º ciclo (défice de 18 turmas). É assim recomendável prever o reforço da rede de equipamentos, aspecto que será tratado em conjunto com outros dois Agrupamentos desta zona Nordeste da cidade, até porque a configuração dos actuais Agrupamentos nesta zona (Lumiar – Ameixoeira) resulta de condicionamentos da rede escolar actual e torna recomendável uma análise integrada e não condicionada por essa delimitação conjuntural.

Quadro II.4.1.7 – B Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	646	748	262	11	6	-5
1º Ciclo EB	859	1004	913	38	20	-18
2º Ciclo EB	455	533	479	19	10	-9
3º Ciclo EB	663	784	698	28	28	0
Secundário	720	861	719	29	22	-7

II.4.1.8 Agrupamento 17 – Pintor Almeida Negreiros

Apresenta-se no Quadro II.4.1.8–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se identificando carências.

Quadro II.4.1.8 – A Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	216	327	107	4	7	3
1º Ciclo EB	332	492	383	16	24	8
2º Ciclo EB	179	264	241	10	12	2
3º Ciclo EB	257	390	162	6	12	6
Secundário	321	475	0	0	0	0

As escolas do Agrupamento Pintor Almada Negreiros beneficiam do estatuto de Território Educativo de Intervenção Prioritária, usufruindo de mais recursos pedagógicos e materiais para o desenvolvimento das suas actividades.

A EB23, sede de Agrupamento é uma escola de construção recente (1999/2000). O mesmo sucede com a EB1 nº 77 com JI (2002/2003), que está inserida numa área residencial muito densa com predomínio de edifícios de realojamento. Apresenta assim, problemas sociais graves, com reflexos ao nível das vivências escolares. Está prevista a demolição da EB1 da Charneca (nº 66) com JI com substituição de instalações no âmbito do Plano do Alto do Lumiar. Actualmente a sua área de influência abrange áreas residenciais muito degradadas.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.1.8–B também não evidencia carências, com excepção do Secundário, para o qual não há oferta neste Território Educativo.

Quadro II.4.1.8 – B Balanço Oferta – Procura (Projectação 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	216	327	115	5	7	2
1º Ciclo EB	332	492	447	19	24	5
2º Ciclo EB	179	264	237	9	12	3
3º Ciclo EB	257	390	347	14	12	-2
Secundário	321	475	397	16	0	-16

II.4.1.9 Agrupamento 18 – Alto do Lumiar

Apresenta-se no Quadro II.4.1.9–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se identificando carências. No entanto, esta análise integrada escamoteia o facto de a EB1 nº 185 das Galinheiras ter a sua capacidade esgotada, tendo 22 turmas a funcionar em regime duplo.

Quadro II.4.1.9 – A Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	474	651	152	6	7	1
1º Ciclo EB	654	906	871	36	40	4
2º Ciclo EB	347	482	250	10	8	-2
3º Ciclo EB	502	712	230	9	12	3
Secundário	568	811	0	0	4	4

A EB23 D José I, construída de base para o ensino secundário, foi reconvertida numa EB23, com a introdução do 2º ciclo no estabelecimento no ano lectivo de 2002/2003. Como resultado, esta não possui instalações inteiramente adaptadas ao básico, designadamente pela presença de algumas salas de dimensões mais reduzidas. A população escolar apresenta problemas de integração escolar, com presença significativa de alunos de minorias étnicas diferenciadas. O projecto educativo, comum a todas as escolas do agrupamento, faz eco desta realidade denominando-se “O Ensino e a vivência numa escola multicultural”.

A EB1 Maria da Luz de Deus Ramos (nº185) com JI que integrou apenas este ano lectivo este agrupamento de escolas (até então constituiu um agrupamento horizontal de escolas), apresenta uma situação de ruptura, sendo uma das escolas mais intensamente ocupadas da cidade. A totalidade das 22 turmas actualmente constituídas funcionam em regime duplo. Esta situação tornou particularmente difícil o desenvolvimento de Actividades de Enriquecimento Curricular na escola (em contra-horário), dando-se sequência à orientação de “escola a tempo inteiro”. Em 2007/2008 a escola tem 54% de alunos com origens étnicas diferenciadas, com predomínio de população cigana e com origem nos PALOP’s.

A EB1 nº 91 com JI, inserida numa malha urbana onde predominam edifícios de realojamento, possui um número muito significativo de famílias mono parentais, com ausência de modelos de

referência positiva e normas de conduta, o que se traduz em problemas de disciplina e de uma deficiente integração na escola para grande uma parte dos alunos.

Finalmente, a EB1 nº 34 com JI, localizada na malha urbana mais densamente povoada e inaugurada no ano lectivo 2001/2002, oferece muito boas condições aos alunos ao nível de instalações físicas. Este estabelecimento tem vindo a registar um forte aumento da procura nos últimos anos. Este crescimento traduz-se na necessidade de drenar alguns alunos para a EB1 nº 91 por forma a evitar a introdução de regime duplo na EB1 nº 34.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.1.9–B evidencia fortes carências em todos os níveis, com excepção do 1º ciclo.

Quadro II.4.1.9 – B Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	474	651	228	9	7	-2
1º Ciclo EB	654	906	825	34	40	6
2º Ciclo EB	347	482	433	17	8	-9
3º Ciclo EB	502	712	633	25	12	-13
Secundário	568	811	678	27	4	-23

II.4.1.10 Análise integrada da zona Lumiar – Ameixoeira

Como atrás referido, a configuração dos Agrupamentos desta zona da GUA Noroeste da cidade (16-Lindley Cintra, 17 – Pintor Almada Negreiros e 18 – Alto do Lumiar) foi ditada por condicionantes da actual rede escolas. No sentido de libertar o reordenamento dessas condicionantes conjunturais, é recomendável fazer uma análise conjunta, agregando aqueles três Agrupamentos.

Assim, apresenta-se no Quadro II.4.1.10 um balanço oferta-procura agregado para este conjunto de três Agrupamentos, com a procura projectada para 2008 (considerando os fogos construídos após o Censo de 2001 e a ocupação estimada para os empreendimentos mais significativos já em construção).

Quadro II.4.1.10 – B Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008) para a zona Lumiar - Ameixoeira

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	1336	1726	604	25	20	-5
1º Ciclo EB	1845	2402	2185	91	84	-7
2º Ciclo EB	981	1278	1150	46	30	-16
3º Ciclo EB	1422	1886	1679	67	52	-15
Secundário	1609	2147	1795	72	26	-46

Estes balanços evidenciam fortes carências de oferta nesta zona da cidade para todos os níveis de ensino, estando desde já programada a construção da EBI+JI das Galinheiras/Charneca que servirá para mitigar estes défices de oferta, mas sem os suprir por completo. Este novo equipamento permitirá ultrapassar a situação de sobre-ocupação e de manutenção do regime duplo de funcionamento na Escola do 1º ciclo das Galinheiras (EB1 Maria da Luz de Deus Ramos).

Acresce que a dinâmica construtiva nesta zona da cidade, enquadrada nomeadamente pelo Plano do Alto do Lumiar, tenderá a agravar estes défices de oferta, sendo vital que se acautele a reserva de terrenos para a implantação dos equipamentos de ensino indispensáveis para suprir as necessidades induzidas por esses novos desenvolvimentos urbanos.

Com efeito, a área da cidade em apreço tem vindo a registar ao longo dos últimos anos uma dinâmica urbana significativa no contexto da cidade de Lisboa, que conjuga habitação social destinada a realojamento e empreendimentos de promoção cooperativa e privada. A dinâmica referida tem apresentado consequências ao nível da procura de ensino da rede pública, verificando-se o seu aumento, ao mesmo tempo que se regista a concentração de problemas de carácter social com consequências ao nível da vivência escolar.

Por outro lado, localizam-se nesta zona da cidade alguns dos equipamentos escolares de construção mais recente: EB23 Pintor Almada Negreiros – abertura no ano lectivo 1999/2000; EB1 nº77 com JI (Agrupamento Pintor Almada Negreiros) - abertura no ano lectivo 2002/2003; EB1 nº 34 com JI (Agrupamento Alto do Lumiar) - abertura no ano lectivo 2001/2002 e JI da Ameixoeira (Agrupamento Professor Lindley Cintra) - abertura no ano lectivo 2004/2005.

Este contexto particular tem vindo ainda a justificar algumas medidas específicas para os equipamentos escolares desta área da cidade, inclusive por parte do Ministério da Educação. Apenas a título de exemplo refira-se que as escolas do Agrupamento Pintor Almada Negreiros

beneficiam do estatuto de Território Educativo de Intervenção Prioritária, usufruindo de mais recursos pedagógicos e materiais para o desenvolvimento das suas actividades.

Por outro lado, a sede de Agrupamento Professor Lindley Cintra (EB23) está a ser alvo de obras de beneficiação geral, reforçando-se, após a sua conclusão, a qualidade de oferta de ensino nesta área da cidade. Estão igualmente previstas por parte da CML acções de requalificação do parque escolar existente na zona (EB1 nº31) e de reforço do pré-escolar com a construção do novo jardim de infância da Quinta dos Frades.

O reforço da rede de equipamentos e as melhorias nos equipamentos existentes programados permitirão mitigar (parcialmente) estes défices de oferta de ensino para o curto prazo. No entanto, e como atrás referido, as dinâmicas construtivas nesta zona da cidade tenderão certamente a agravar estes défices, pelo que é vital acautelar a reserva de terrenos para a implantação de equipamentos e monitorizar estreitamente os desenvolvimentos urbanos nesta zona.

De referir que, para além do terreno destinado à construção da EBI+JI das Galinheiras, se encontram reservados terrenos municipais em vários pontos desta área da cidade, destinados a equipamentos de ensino, possibilitando a qualquer momento a construção das escolas necessárias, nomeadamente: Quinta da Castelhana (EBI+JI), Alta da Lisboa (EB1+JI e EB2,3) e Ameixoeira (ES).

II.4.1.11 Análise integrada para o Grupo Noroeste

O balanço oferta-procura (projecção para 2008, considerando as construções implantadas após o Censo de 2001 e a ocupação estimada para os empreendimentos mais significativos já em construção) para o conjunto dos nove Agrupamentos que integram o Grupo Noroeste apresentado no Quadro II.4.1.11 evidencia carências para todos os níveis de educação e ensino, com excepção do 1º ciclo, para o qual as folgas de capacidade em alguns dos Agrupamentos (para as capacidades máximas nominais dos equipamentos existentes) compensam os défices de outros, como as análises por Agrupamento documentaram.

Quadro II.4.1.11 Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008) para o Grupo Noroeste

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	3843	4528	1585	66	62	-4
1º Ciclo EB	5324	6302	5735	239	261	22
2º Ciclo EB	2989	3406	3065	123	108	-15
3º Ciclo EB	4232	5047	4492	180	172	-8
Secundário	4777	5722	4783	191	68	-123

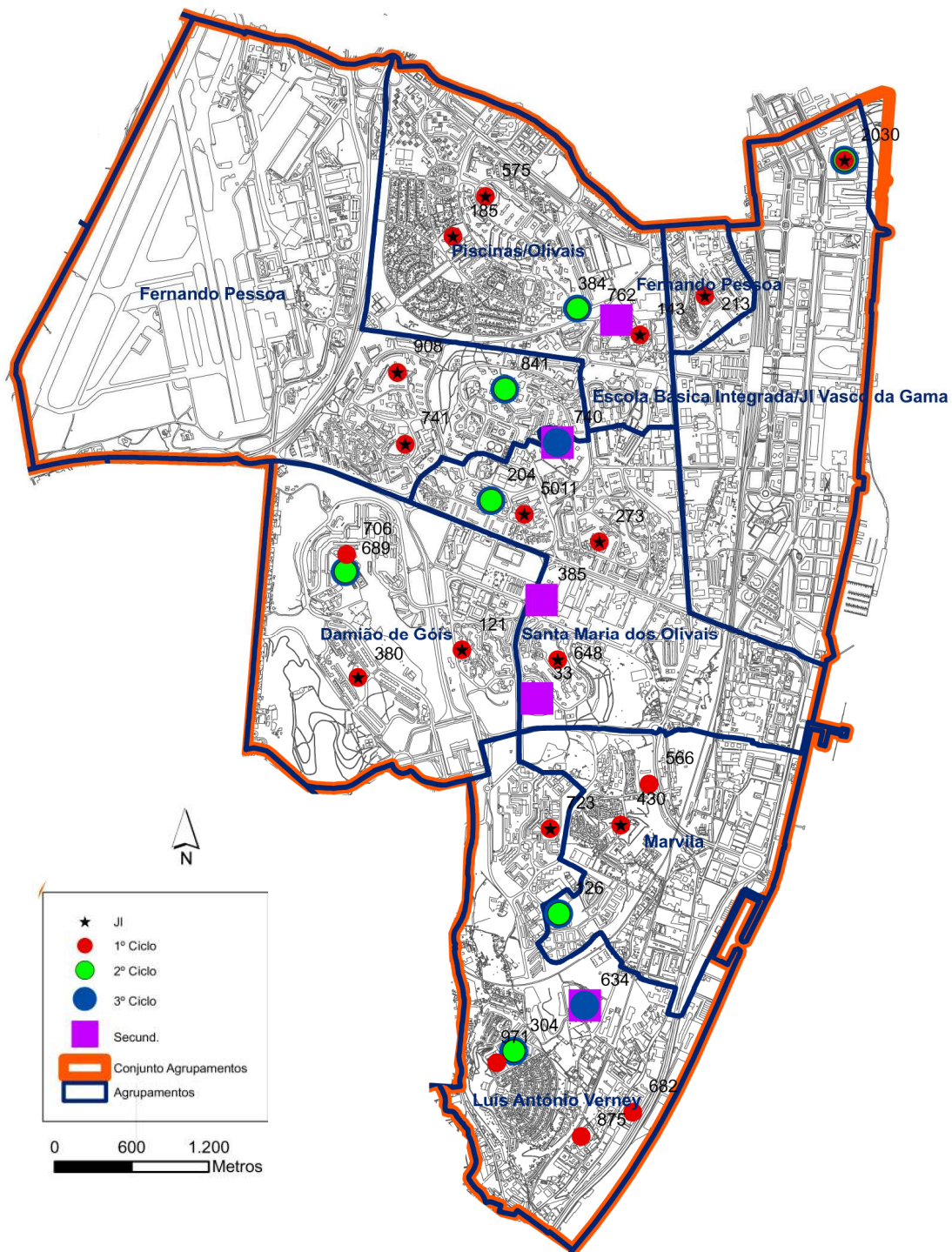
O reforço da rede de equipamentos agora programado permitirá mitigar estes défices para o curto prazo. No entanto, e como atrás referido, as dinâmicas construtivas nesta zona da cidade tenderão certamente a agravar estes défices, pelo que é vital acautelar a reserva de terrenos para a implantação de equipamentos e monitorizar estreitamente os desenvolvimentos urbanos nesta zona.

De salientar a necessidade de, para além da manutenção da reserva dos terrenos identificados nomeadamente em instrumentos de planeamento eficazes ou em tramitação (PU de Luz/Benfica, PU de Carnide/Luz, PP da Palma de Baixo, etc.), que se destinam à satisfação de necessidades futuras, a necessidade de garantir a elaboração de um instrumento de gestão do território que delimite na Quinta Bensaúde as parcelas a afectar à construção de uma EB1+JI e de uma EB2,3, que deverão satisfazer as necessidades decorrentes da respectiva proposta de ocupação e colmatar as carências já hoje verificadas no Agrupamento Delfim Santos.

II.4.2 Grupo Nordeste

A rede de escolas públicas (na dependência do ME) que integram os Agrupamentos que constituem este Grupo Nordeste está representada na Carta II.3.

Carta II.3 – Localização dos estabelecimentos de ensino do Grupo Nordeste



II.4.2.1 Agrupamento 19 - Luís António Verney

Apresenta-se no Quadro III.4.2.1–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino.

Quadro II.4.2.1 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	340	348	37	2	2	0
1º Ciclo EB	503	515	461	19	28	9
2º Ciclo EB	282	288	230	9	15	6
3º Ciclo EB	440	450	630	25	31	6
Secundário	543	554	148	6	20	14

A constituição deste agrupamento é geograficamente dispersa uma vez que abarca uma área mais envelhecida correspondente à freguesia do Beato onde se localizam, para além da escola-sede do Agrupamento (EB23 Luís António Verney), as escolas do 1º ciclo do básico do Bairro Madre de Deus (nº 138), Vila Maria Luísa (nº20) e nº 123/Manutenção Militar.

Abrange ainda a escola básica do 1º ciclo com pré-escolar nº 54, localizada na freguesia de Marvila e a sua inclusão neste Agrupamento prendeu-se com o facto de a escola EB23 de Marvila não ter capacidade para assegurar o percurso escolar em termos de 2º ciclo a todas as crianças que concluem o 4º ano nas escolas dos 2º e 3º ciclos de Marvila. Pelo contrário, a Escola Luís António Verney evidencia capacidade não esgotada, possibilitando a recepção de alunos de Marvila que queiram frequentar o 2º e 3º ciclos.

Ainda em relação à oferta de 1º ciclo, há que salientar o caso particular da EB1 nº 123 / Manutenção Militar, com capacidade de 4 salas que, embora pertencendo à rede pública, apenas recebe crianças cujos encarregados de educação pertencem à instituição militar. Recomenda-se o estudo da possibilidade de abolição desta condicionante na frequência da escola, sugerindo-se ainda o estudo da afectação de mais espaços à função escolar, aumentando a capacidade e possibilitando a criação de oferta de educação pré-escolar pública (uma vez que as duas salas de pré-escolar do Agrupamento pertencem à freguesia de Marvila). Apenas a concretização desta proposta poderá possibilitar a suspensão da escola básica da Vila Maria Luísa (nº20) que, contando apenas com capacidade para duas turmas, funciona em instalações de propriedade particular, adaptadas para o ensino.

Em termos residenciais estas duas áreas – Marvila e Beato – apresentam singularidades. A área de influência da Escola Básica nº 54 regista forte presença de edifícios de realojamento (Bairro Condado), com significativo número de famílias pouco estruturadas e com reduzidas expectativas face ao percurso escolar das crianças. Relativamente à área de influência das escolas do Beato regista-se uma presença significativa de crianças residentes em instituições de acolhimento e ainda em habitações com baixo nível de conforto.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.2.1–B também não evidencia carências de oferta para nenhum dos níveis de ensino, com excepção do Pré-escolar que necessita de reforço de capacidade, como já anteriormente foi referido.

Quadro II.4.2.1 – B - Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	340	348	122	5	2	-3
1º Ciclo EB	503	515	469	20	28	8
2º Ciclo EB	282	288	259	10	15	5
3º Ciclo EB	440	450	401	16	31	15
Secundário	543	554	463	19	20	1

Não existem nesta área da cidade quaisquer reservas de terrenos para equipamentos, podendo a resolução das carências passar pela adaptação de edifícios existentes, nomeadamente instalações devolutas de actividades económicas ou militares.

II.4.2.2 Agrupamento 20 - Marvila

Apresenta-se no Quadro III.4.2.2–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino.

Quadro II.4.2.2 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	168	229	24	1	1	0
1º Ciclo EB	257	345	324	14	21	8
2º Ciclo EB	145	191	239	10	12	2
3º Ciclo EB	226	299	276	11	12	1
Secundário	286	370	0	0	0	0

A EB1 Professor Agostinho da Silva (n.º 53) recebe alunos oriundos de famílias residentes no Vale Fundão/ B.º da PRODAC (2.ª e 3.ª gerações). Relativamente aos alunos que frequentam a EB1 Dr. João dos Santos (n.º 193), estes são provenientes dos bairros de habitação social Marquês de Abrantes e Alfinetes (realojamento local, integrando habitantes deslocados de outras zonas da cidade, a quem foi atribuída casa). Globalmente verifica-se a existência de famílias desestruturadas e desfavorecidas do ponto de vista socioeconómico ao nível da área geográfica do agrupamento, registando-se uma percentagem de 57% de alunos carenciados.

Os equipamentos pertencentes a este Agrupamento serão sujeitos a obras de beneficiação, nomeadamente de construção de cozinha/refeitório para confecção local e remodelação geral.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.2.2–B também não evidencia carências de oferta para nenhum dos níveis de ensino, com excepção do pré-escolar e secundário.

Quadro II.4.2.2 – B - Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	168	229	80	3	1	-2
1º Ciclo EB	257	345	314	13	21	8
2º Ciclo EB	145	191	172	7	12	5
3º Ciclo EB	226	299	266	11	12	1
Secundário	286	370	310	12	0	-12

Para a cobertura das necessidades que virão a ser geradas por empreendimentos previstos para a zona da antiga cintura industrial, encontram-se delimitados no âmbito do PP da Matinha, dois terrenos destinados à construção de um JI e de uma EBI.

II.4.2.3 Agrupamento 24 – Damião Góis

Apresenta-se no Quadro III.4.2.3–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino. No entanto, esta análise integrada escamoteia o facto de duas escolas de 1º ciclo deste Agrupamento (EB1 nº 195 e nº 117) terem a sua capacidade esgotada, com um total de 19 turmas a funcionar em regime duplo.

Quadro II.4.2.3 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	301	337	100	4	4	0
1º Ciclo EB	461	514	687	29	39	10
2º Ciclo EB	260	288	305	12	12	0
3º Ciclo EB	405	449	138	6	12	6
Secundário	512	563	901	36	42	6

A EB1 Luíza Neto Jorge (n.º 117) encontra-se actualmente a funcionar em regime duplo (17 turmas a funcionar em 10 salas de aula), havendo um excedente de 7 turmas em relação ao número de salas de aula. Este equipamento abrange a população heterogénea dos Bairros da Flamenga e do Armador, composta por diversas culturas e etnias, sendo de registar a presença de alunos de etnia cigana (16%) e de origem étnica cabo-verdiana (10%).

A EB1 dos Lóios (n.º 9) está inserida no Bairro dos Lóios e na zona residencial envolvente à escola existe habitação social “consolidada”. A população é heterogénea, verificando-se a presença de outras etnias, nomeadamente africana e indiana, o que se reflecte na origem étnica dos alunos, registando-se uma percentagem de cerca de 67% de alunos carenciados.

Esta população é constituída por agregados familiares de nível socioeconómico desfavorecido e baixos níveis de instrução/qualificação. A população escolar multicultural apresenta problemas de insucesso escolar, bem como de cariz comportamental diverso, devido ao meio familiar ser deficitário, não só a nível económico, mas também a nível sócio-afectivo. Regista-se uma percentagem de cerca de 90% de alunos carenciados.

Ambos os estabelecimentos acima referidos, serão alvo de obras de beneficiação geral e arranjos exteriores.

A EB1 n.º 195 funciona em regime duplo (7 turmas a funcionar em 5 salas de aula) e abrange parte do B.º das Amendoeiras com bairros de habitação social “consolidados”. A população é heterogénea, existindo alguns alunos com baixos recursos socioeconómicos e oriundos de famílias desagregadas. Regista-se uma percentagem de 75% de alunos carenciados.

A construção programada de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com JI na Zona M de Chelas/ B.º do Armador virá a colmatar as carências há muito sentidas neste Bairro a nível de 1.º Ciclo, uma vez que a população em idade escolar tem que se deslocar para o seu exterior, percorrendo uma longa distância para a frequência das escolas das zonas envolventes, nomeadamente a EB1 dos Lóios (n.º 9) e a EB1 Luíza Neto Jorge (n.º 117). Este novo equipamento permitirá também aliviar a saturação verificada na EB1 Luíza Neto Jorge (n.º 117), que poderá desta forma passar a funcionar em regime normal.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.2.3–B também não evidencia carências de oferta para nenhum dos níveis de ensino, com excepção do pré-escolar e 3º ciclo do Ensino Básico, embora esta análise agregada escamoteie os estrangulamentos da rede actual acima referenciados e que a construção da nova EB1/JI permitirá ultrapassar.

Quadro II.4.2.3 – B - Balanço Oferta – Procura (Projectão 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	301	337	118	5	4	-1
1º Ciclo EB	461	514	468	19	39	20
2º Ciclo EB	260	288	288	12	12	0
3º Ciclo EB	405	449	400	16	12	-4
Secundário	512	563	471	19	42	23

A desafectação prevista a prazo, das instalações da ES Vitorino Nemésio, deverá dar lugar a negociações com a CARRIS, entidade proprietária, para o reaproveitamento do respectivo terreno, tendo em vista a construção de uma EB2,3, que deverá dar cobertura às necessidades da população da zona Nordeste de Chelas, hoje repartida por 3 Agrupamentos: Damião de Góis, Santa Maria dos Olivais e Marvila.

Encontra-se entretanto reservado um terreno municipal para a construção de uma ES, de raiz, necessidade prevista a médio/longo prazo.

II.4.2.4 Agrupamento 25 – Fernando Pessoa

Apresenta-se no Quadro III.4.2.4–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino.

Quadro II.4.2.4 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	371	371	217	9	12	3
1º Ciclo EB	516	516	531	22	28	6
2º Ciclo EB	277	277	225	9	18	9
3º Ciclo EB	408	408	535	21	37	16
Secundário	500	500	335	13	19	6

A EB1 Infante D. Henrique (n.º 55) abrange o Bairro Quinta das Laranjeiras (bairro de habitação social de realojamento antigo) e Casal dos Machados (bairro de habitação social de realojamento recente). A população destes bairros é constituída por diversas etnias e por agregados familiares de nível socioeconómico baixo e com uma estrutura familiar desorganizada, havendo incidência de problemas sociais: toxicodependência, tráfico de droga, alcoolismo, prostituição e violência. Assim, a população escolar apresenta problemas comportamentais de risco e dificuldades de aprendizagem, o que origina o insucesso escolar de um grande número de alunos, dispondo a escola de uma sala U.A.A.M. (Unidade de Apoio a Alunos com Multideficiência), para apoio a alunos com deficiências a nível cognitivo, de comunicação/linguagem/fala, cuja gestão é da CERCI Lisboa.

As EB1 n.º 159 e n.º 181 abrangem parte dos Olivais Sul, cuja população é heterogénea, dado o Plano Urbanístico dos Olivais obedecer a um projecto de integração social de todas as classes profissionais de quadros superiores, médios e não especializados. Assim, anteriormente a população escolar é heterogénea, existindo alguns casos de alunos de baixos recursos socioeconómicos e oriundos de famílias desagregadas.

As EB1 Infante D. Henrique (n.º 55) e n.º 159 serão intervencionadas ao nível de arranjos exteriores e no JI n.º 4 dos Olivais irá proceder-se a uma beneficiação do pavimento das salas de actividades.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.2.4–B também não evidencia carências de oferta para nenhum dos níveis de ensino.

Quadro II.4.2.4 – B - Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	371	371	130	5	12	7
1º Ciclo EB	516	516	470	20	28	8
2º Ciclo EB	277	277	249	10	18	8
3º Ciclo EB	408	408	363	15	37	22
Secundário	500	500	418	17	19	2

II.4.2.5 Agrupamento 26 – Santa Maria dos Olivais

Apresenta-se no Quadro III.4.2.5–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino com excepção do 3º ciclo do Ensino Básico.

Quadro II.4.2.5 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	333	358	200	8	9	1
1º Ciclo EB	483	519	569	24	37	13
2º Ciclo EB	265	284	266	11	12	1
3º Ciclo EB	400	430	478	19	12	-7
Secundário	497	532	512	20	42	22

A EB1 n.º 25 está inserida numa área de construção habitacional destinada para classes com maior capacidade económica. A população escolar é heterogénea, predominando a classe média. Por outro lado, as EB1 n.º 183 e n.º 187 estão inseridas numa área onde existe

construção de habitação social “consolidada”, com população escolar heterogénea, com alguns casos de alunos de baixos recursos económicos e famílias destruturadas.

A EB1 n.º 183 dispõe de uma sala Teacch – UAAA - Unidade de Apoio ao Aluno Autista sob a gestão da APPDA - Lisboa, Projecto Ajuda Autismo.

Na EB1 Manuel Teixeira Gomes (n.º 187) irá proceder-se à construção de um bloco autónomo para cozinha/refeitório.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.2.5–B também não evidencia carências de oferta para nenhum dos níveis de ensino, com reafecção de capacidades.

Quadro II.4.2.5 – B - Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	333	358	125	5	9	4
1º Ciclo EB	483	519	472	20	37	17
2º Ciclo EB	265	284	255	10	12	2
3º Ciclo EB	400	430	382	15	12	-3
Secundário	497	532	445	18	42	24

II.4.2.6 Agrupamento 27 – Piscinas/Olivais

Apresenta-se no Quadro III.4.2.6–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, constatando-se carências para os 2º e 3º ciclos do Ensino Básico.

Quadro II.4.2.6 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	345	358	83	3	7	4
1º Ciclo EB	481	500	556	23	37	14
2º Ciclo EB	258	268	293	12	8	-4
3º Ciclo EB	380	395	400	16	8	-8
Secundário	466	484	683	27	42	15

Irão ser intervencionadas a EB1 Paulino Montez (n.º 113), ao nível de beneficiação geral e ampliação do edifício, e a EB1 Santa Maria dos Olivais (n.º 175) no que diz respeito a arranjos exteriores e instalação de cozinha/refeitório.

A EB1 Paulino Montez (n.º 113) dispõe de uma Unidade de Apoio à Multideficiência, para apoio a alunos que sofrem de paralisia cerebral. A entidade gestora é o Centro de Paralisia Cerebral/ Centro de Saúde.

Na EB1 Santa Maria dos Olivais (n.º 175) há uma concentração de ciganos na ordem dos 30%, provenientes de bairros de realojamento.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.2.6–B também evidencia carências de oferta para os 2º e 3º ciclos do Ensino Básico.

Quadro II.4.2.6 – B - Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	345	358	125	5	7	2
1º Ciclo EB	481	500	455	19	37	18
2º Ciclo EB	258	268	241	10	8	-2
3º Ciclo EB	380	395	352	14	8	-6
Secundário	466	484	405	16	42	26

II.4.2.7 Agrupamento 28 – Vasco da Gama

Apresenta-se no Quadro II.4.2.7-A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, constatando-se o esgotamento de capacidade da única escola existente neste Território Educativo, com o 1º ciclo a funcionar em regime duplo (9 turmas a funcionar em 5 salas de aula).

Quadro II.4.2.7 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	62	257	70	3	3	0
1º Ciclo EB	87	365	199	8	4	-4
2º Ciclo EB	47	195	164	7	6	-1
3º Ciclo EB	69	300	223	9	11	2
Secundário	84	353	0	0	0	0

O balanço para a procura projectada para 2008 (baseada na ocupação a 2/3 dos fogos construídos) apresentado no Quadro II.4.2.7–B evidencia carências não satisfeitas pela rede actual em todos os níveis de ensino, com particular incidência no 1º ciclo, com um défice de 10 turmas.

Quadro II.4.2.7 – B - Balanço Oferta – Procura (projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	62	257	90	4	3	-1
1º Ciclo EB	87	365	332	14	4	-10
2º Ciclo EB	47	195	175	7	6	-1
3º Ciclo EB	69	300	267	11	11	0
Secundário	84	353	295	12	0	-12

Estas carências são já hoje sentidas de forma aguda, e tenderão a agravar-se com a ocupação progressiva dos fogos já construídos e, de forma ainda mais acentuada, com a implantação dos novos empreendimentos (de acordo com o Plano de Urbanização do Parque das Nações). De forma a perspectivar as necessidades futuras decorrentes desses desenvolvimentos urbanos e respectiva ocupação, apresentam-se no Quadro III.4.2.7–C os défices de oferta para dois cenários de médio/longo prazo e considerando uma ocupação a 90% de fogos já construídos (Cenário A) e previstos no PU (Cenário B).

Quadro II.4.2.7 – C - Défices de oferta (Projecção de médio/longo prazo)

	Défices em nº de salas/ turmas	
	Cenário A (Fogos construídos)	Cenário B (Fogos previstos)
Pré-escolar	2	3
1º ciclo do EB	13	18
2º ciclo do EB	3	5
3º ciclo do EB	3	6
Secundário	18	22

Deste modo, face à procura actual e perspectivas da sua evolução, julga-se justificável a construção de uma nova EBI neste Território Educativo, de capacidade semelhante à da actual EBI Vasco da Gama, mas com tipologia evolutiva que possa ajustar-se às necessidades de oferta dos diferentes níveis de ensino prevaletentes em cada instante face à procura verificada. Ainda assim, e a confirmarem-se as projecções apresentadas no Quadro II.4.2.1–C, manifesta-se a necessidades de reforço adicional da oferta de 1º ciclo, sendo de encarar, a prazo, a construção de um terceiro equipamento vocacionado para este nível de ensino (eventualmente complementado com Jardim de Infância). Neste sentido, importa monitorizar estreitamente os desenvolvimentos urbanos nesta zona e a respectiva ocupação efectiva de forma a programar atempadamente o reforço da rede de equipamentos e evitar os estrangulamentos actualmente sentidos.

II.4.2.8 Análise agregada para o Grupo Nordeste

O balanço oferta-procura (projecção para 2008) para o conjunto dos Agrupamentos que constituem o Grupo Nordeste apresentado no Quadro II.4.2.8 revela apreciáveis folgas de capacidade em todos os níveis de educação e ensino para a rede escolar existente (considerando as capacidades máximas nominais dos equipamentos actuais). No entanto, sublinhe-se que esta análise integrada escamoteia as carências acima identificadas nas análises por Agrupamento atrás apresentadas.

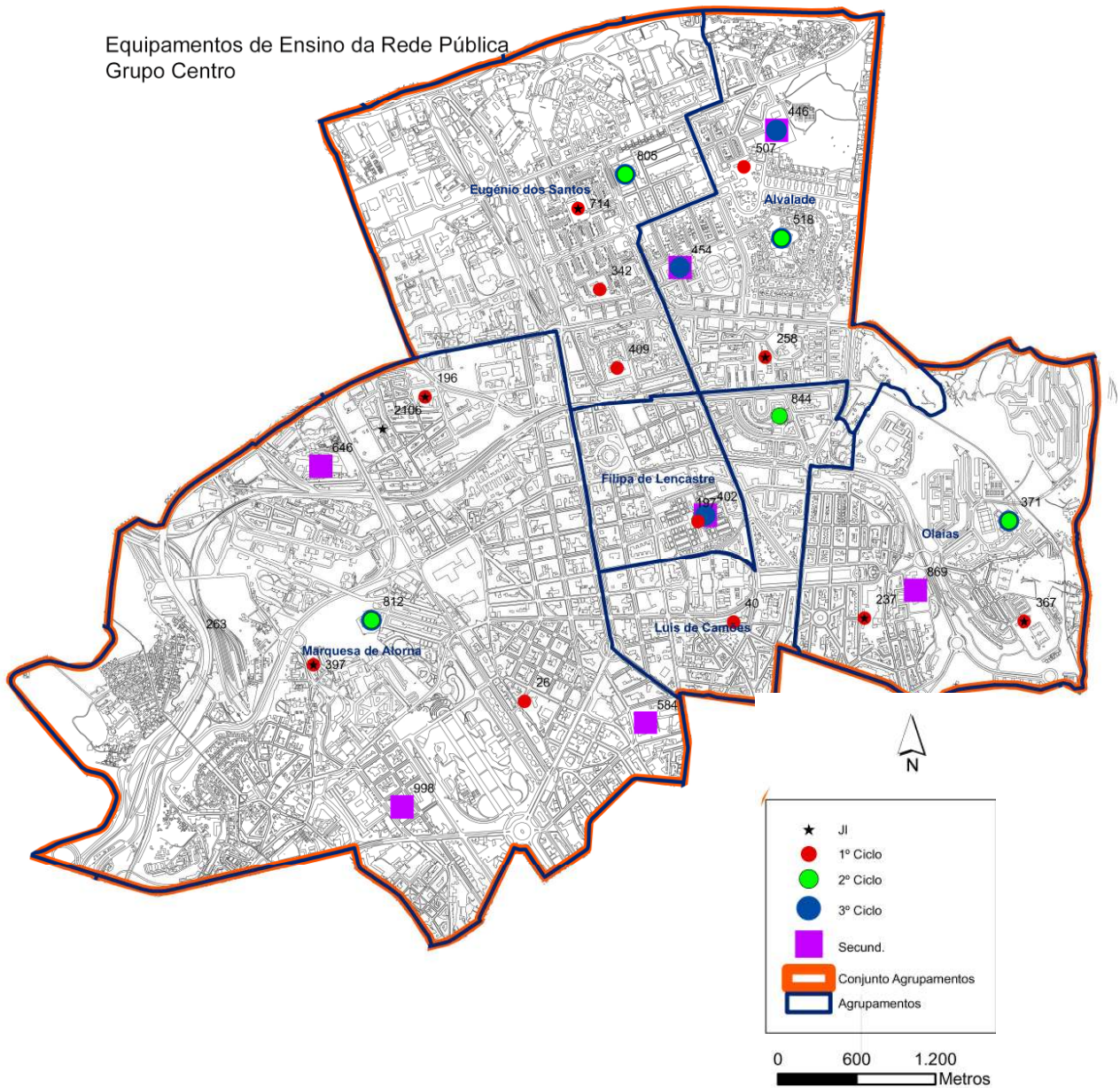
Quadro II.4.2.8 Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008) para o Grupo Nordeste

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	1920	2258	790	33	38	5
1º Ciclo EB	2790	3274	2979	124	194	70
2º Ciclo EB	1533	1791	1640	66	83	17
3º Ciclo EB	2328	2731	2430	97	123	26
Secundário	2889	3357	2806	112	165	53

II.4.3 Grupo Centro

A rede de escolas públicas (na dependência do ME) que integram os Agrupamentos que constituem este Grupo Centro está representada na Carta II.4.

Carta II.4 – Localização dos estabelecimentos de ensino do Grupo Centro



II.4.3.1 Agrupamento 8 – Marquesa de Alorna

Apresenta-se no Quadro III.4.3.1–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino, com reafecção de capacidades. No entanto, esta análise agregada escamoteia o facto de haver actualmente duas escolas do 1º ciclo (EB1 nº 35 e nº 23) com capacidade esgotada e um total de 21 turmas a funcionar em regime duplo

Quadro II.4.3.1 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	738	749	121	5	7	2
1º Ciclo EB	1020	1035	569	24	31	7
2º Ciclo EB	478	487	345	14	18	4
3º Ciclo EB	725	738	515	21	18	-3
Secundário	910	925	2402	96	132	36

Dada a vasta área geográfica em que se inserem as diferentes escolas que compõem este agrupamento, existe alguma heterogeneidade ao nível socio-económico e cultural dos seus alunos. No que respeita, à zona de Campolide, uma grande parte dos alunos provém de um meio socio-económico baixo a médio/baixo e de culturas diferentes, como a africana, brasileira, ucraniana, etc. Como todos os bairros antigos de Lisboa, Campolide apresenta habitações degradadas, alguma população com carências de vária ordem, famílias com problemáticas muito diversificadas e complexas. A oferta ao nível do 1º ciclo da rede pública nesta zona da cidade reduz-se à proporcionada pela EB1 Mestre Querubim Lapa (nº 23). Neste edifício escolar têm vindo a funcionar provisoriamente as EB1 nº 13, nº 80 e nº 96 dada a necessidade de obras de recuperação/requalificação dos edifícios (caso da EB1 nº 13) ou de construção de raiz das mesmas (caso das EB1 nº 80 e nº 96). Neste edifício escolar funcionam ainda duas salas de educação pré-escolar.

No presente ano lectivo (2007/2008) procedeu-se à suspensão destas escolas, tendo os alunos sido integrados na EB1 Mestre Querubim Lapa (nº 23), que se encontra a funcionar em regime duplo. A sobrelotação desta escola reforça a necessidade de uma análise premente no sentido da recuperação/reconstrução dos edifícios de origem das referidas escolas.

É de referir que uma parte da população escolar é oriunda do Bairro da Bela Flor (caso dos alunos provenientes da EB1 nº 80) deslocando-se diariamente, de autocarro (pago integralmente pela CML e apoiado pela Junta de Freguesia de Campolide), para as instalações da EB1 Mestre Querubim Lapa. Aguardam-se pareceres sobre a viabilidade de reconstrução daquela escola no seu bairro de origem.

No caso da EB1 nº 13 prevê-se a recuperação do edifício com ampliação do recinto escolar de forma a ali poder continuar a escola.

Os alunos provenientes da EB1 nº 96 são oriundos dos Bairros da Liberdade e Serafina, zona na qual está prevista a construção de uma escola de raiz, no âmbito do Plano de Pormenor dos Bairros da Liberdade e Serafina. No momento actual (2007/2008) os alunos são transportados diariamente de autocarro (gerido pela Junta de Freguesia) para as instalações da EB1 Mestre Querubim Lapa.

Já no que se refere à zona de Nossa Senhora de Fátima, verifica-se que a população do Bairro de Santos (onde se insere a EB1 Mestre Arnaldo Louro de Almeida) apresenta uma composição social bastante diversificada. Contudo, a população escolar é maioritariamente de etnia cigana e africana e de estatuto socio-económico e cultural baixo. Uma grande parte dos alunos é oriunda de famílias realojadas que habitavam nas barracas entretanto demolidas.

Ainda na freguesia de Nossa Senhora de Fátima funciona o JI do Rêgo, de construção recente, num espaço adaptado para a função, dispondo de 2 salas de actividades, com crianças oriundas do Bairro do Rêgo. Este Bairro foi construído ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, sendo constituído por uma população muito heterogénea socialmente, onde coabitam várias nacionalidades e etnias, nomeadamente a portuguesa, cabo-verdiana, angolana, cigana, timorense, etc. resultando que a maioria das crianças é carenciada ao nível socio-económico.

Mais ao Centro, na zona de S. Sebastião da Pedreira, observa-se que a maioria dos alunos que frequenta a EB1 nº 35 é oriunda de várias localidades do distrito de Lisboa, sendo os encarregados de educação trabalhadores na área da freguesia. Esta escola, a funcionar em regime duplo, ocupa uma parte de edifício adaptada para o ensino.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.3.1–B evidencia carências de oferta para todos os níveis de ensino, com excepção do 2º ciclo do Ensino Básico e do secundário, apresentando este último uma folga acentuada. Dada a sobrelotação

verificada actualmente em alguns estabelecimentos com oferta de 1º ciclo, como já foi referido anteriormente, salienta-se a necessidade de reforçar no futuro essa oferta.

Quadro II.4.3.1 – B - Balanço Oferta – Procura (projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	738	749	262	11	7	-4
1º Ciclo EB	1020	1035	942	39	31	-8
2º Ciclo EB	478	487	438	18	18	0
3º Ciclo EB	725	738	657	26	18	-8
Secundário	910	925	773	31	132	101

Para além das carências já hoje detectadas, prevê-se um aumento significativo das necessidades, decorrentes de futuros empreendimentos, devendo ser assegurada a reserva dos terrenos necessários, a saber: Quinta José Pinto (EBI) e Penitenciária (EB1+JI e EB2,3).

Entretanto, encontram-se reservados terrenos municipais em vários pontos desta área da cidade, destinados a equipamentos de ensino, possibilitando a qualquer momento a construção das escolas necessárias, nomeadamente: Quinta da Belaflor (EB1+JI), Praça de Entrecampos (EBI+JI) e Praça de Espanha (EB1+JI).

II.4.3.2 Agrupamento 13 – Alvalade

Apresenta-se no Quadro III.4.3.2–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, constatando-se elevadas folgas ao nível dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico contrariamente ao verificado nos restantes ciclos.

Quadro II.4.3.2 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	252	259	45	2	2	0
1º Ciclo EB	343	353	921	38	32	-6
2º Ciclo EB	198	204	189	8	18	10
3º Ciclo EB	267	276	495	20	34	14
Secundário	311	321	668	27	24	-3

As duas escolas do 1º ciclo do Agrupamento (EB1 nºs 101 e 111) registam uma forte procura em função da sua localização dado disporem de bons acessos à rede de transportes e localizarem-se em zonas de forte concentração de empregos, pelo que se regista nestes estabelecimentos uma procura muito superior ao expectável apenas em função da população residente. Em termos sociais acolhem sobretudo alunos de estratos sociais médio e médio alto. Contudo, regista-se a presença de grupos sociais mais desfavorecidos e minoritários residentes no Bairro Social da Boa Esperança e no Bairro clandestino de São João de Brito.

A oferta de pré-escolar registada no agrupamento surgirá reforçada após a construção de um edifício autónomo no recinto escolar da EB1 nº 101, obra considerada de execução prioritária. O edifício desta escola foi alvo de obras de beneficiação geral, concluídas em 2001.

Relativamente aos 2º e 3º ciclos, a EB2,3 Almirante Gago Coutinho tem capacidade suficiente para assegurar a continuidade e sequencialidade do percurso escolar dos alunos das duas escolas do 1º ciclo do básico. Contudo, ainda se continua a observar que uma significativa parte dos alunos do agrupamento que concluem o 4º ano de escolaridade optam por uma escola do 2º ciclo fora do agrupamento (designadamente pelas EB2,3 Luís de Camões e Eugénio dos Santos). Esta preferência tem a ver, entre outros aspectos, com os bons acessos a estas escolas contrariamente à EB23 Almirante Gago Coutinho que possui uma localização um pouco excêntrica e estando mal servida em termos da rede de transportes e de acessibilidades. Esta escola continua a receber alunos de outros agrupamentos sem capacidade de acolhimento de 2º ciclo, designadamente das zonas do Lumiar, Ameixoeira e Galinheiras.

Neste contexto importa dotar a EB23 Gago Coutinho de melhores condições e de uma oferta de qualidade, sublinhando-se neste âmbito a necessidade de construção de um novo bloco no recinto escolar que comporte cantina/refeitório e salas de trabalho. Este projecto encontra-se a ser desenvolvido pela DREL e a ser acompanhado pela CML.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.3.2–B evidencia excesso de oferta global para todos os níveis de ensino, com excepção do pré-escolar. No entanto, este balanço não reflectirá a procura efectiva nas escolas deste agrupamento, provavelmente decorrente da proximidade aos locais de trabalho dos pais, como os balanços para as frequências em 2005/06 claramente ilustram.

Quadro II.4.3.2 – B - Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	252	259	91	4	2	-2
1º Ciclo EB	343	353	322	13	32	19
2º Ciclo EB	198	204	183	7	18	11
3º Ciclo EB	267	276	245	10	34	24
Secundário	311	321	268	11	24	13

II.4.3.3 Agrupamento 14 – Eugénio dos Santos

Apresenta-se no Quadro III.4.3.3–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino, com reafecção de capacidades.

Quadro II.4.3.3 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	256	256	80	3	4	1
1º Ciclo EB	396	396	700	29	38	9
2º Ciclo EB	235	235	465	19	16	-3
3º Ciclo EB	317	317	795	32	36	4
Secundário	349	349	682	27	26	-1

Devido à centralidade das escolas que compõem este Agrupamento, os estabelecimentos acolhem um volume muito significativo de alunos não residentes que têm entrada na escola devido ao local de trabalho dos encarregados de educação. Esta situação é notória tanto da EB23 Eugénio dos Santos como nas escolas do 1º ciclo do básico. Em termos de origem sócio-económica observa-se alguma heterogeneidade.

Nas escolas do Bairro São Miguel (nº24) e Fernando Pessoa (nº151) predominam alunos oriundos de grupos de nível sócio-económico médio e médio-alto. Pelo contrário, na EB1 com JI de Santo António (nº33) regista-se uma presença significativa de famílias realojadas (Bº das Murtas, Calvanas, etc.), com presença avultada de famílias de etnia cigana e com volume

significativo de crianças institucionalizadas. São igualmente comuns problemas comportamentais e é significativo o número de crianças carenciadas.

Esta dualidade de situações tem tradução em termos dos níveis de procura dos estabelecimentos. Enquanto que as EB1 do Bairro São Miguel e Fernando Pessoa registam uma elevada procura, a EB1 de Santo António funciona abaixo das suas capacidades.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.3.3–B revela folgas de oferta para todos os níveis de ensino, com excepção do pré-escolar. No entanto, e tal como para o agrupamento anterior, este balanço não reflectirá a procura efectiva nas escolas deste agrupamento, provavelmente decorrente da proximidade aos locais de trabalho dos pais, como os balanços para as frequências em 2005/06 claramente ilustram.

Quadro II.4.3.3 – B - Balanço Oferta – Procura (projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	256	256	90	4	4	0
1º Ciclo EB	396	396	360	15	38	23
2º Ciclo EB	235	235	212	8	16	8
3º Ciclo EB	317	317	282	11	36	25
Secundário	349	349	292	12	26	14

II.4.3.4 Agrupamento 15 – Luís de Camões

A composição deste Agrupamento sofreu alterações no corrente ano lectivo, tendo perdido a EB1 nº 154 para o recém-criado Agrupamento Filipa de Lencastre, integrando o actual Agrupamento a EB23 Luís de Camões e a EB1 Leão de Arroios. Não existe oferta de pré-escolar público, nem hipótese da sua integração na escola do 1º ciclo existente. Este estabelecimento integra uma sala de multideficiência com o apoio da Liga de Deficientes Motores que possui uma área de influência ao nível da cidade.

Apresenta-se no Quadro III.4.3.4–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino, com excepção do 3º ciclo do Ensino Básico.

Quadro II.4.3.4 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	193	193	0	0	0	0
1º Ciclo EB	267	267	320	13	18	5
2º Ciclo EB	131	131	397	16	16	0
3º Ciclo EB	207	207	43	2	0	-2
Secundário	245	245	0	0	0	0

A população escolar deste Agrupamento é maioritariamente residente na área, embora se registem casos de frequência devido à proximidade de local de trabalho dos pais/encarregados de educação. A envolvente da escola regista um significativo envelhecimento demográfico, predominando uma população de nível sócio-cultural relativamente baixo.

A EB23 Luís de Camões funciona em regime duplo, encontrando-se em situação de sobrelotação. Regista uma forte procura, resultante da sua centralidade em termos de acesso à rede viária e de transportes e pela significativa concentração de emprego nesta zona da cidade.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.3.4–B evidencia folgas de oferta para o 1º e 2º ciclos do Ensino Básico e carências para os restantes níveis de ensino. Tal como para os dois agrupamentos anteriores deste Grupo Centro, este balanço não reflectirá a procura efectiva nas escolas deste agrupamento, provavelmente decorrente da proximidade aos locais de trabalho dos pais, como os balanços para as frequências em 2005/06 claramente ilustram.

Quadro II.4.3.4 – B - Balanço Oferta – Procura (Projeção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	193	193	68	3	0	-3
1º Ciclo EB	267	267	243	10	18	8
2º Ciclo EB	131	131	118	5	16	11
3º Ciclo EB	207	207	184	7	0	-7
Secundário	245	245	204	8	0	-8

II.4.3.5 Agrupamento 22 – Olaias

Apresenta-se no Quadro III.4.3.5–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino.

Quadro II.4.3.5 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	556	597	52	2	4	2
1º Ciclo EB	808	867	476	20	28	8
2º Ciclo EB	422	454	252	10	12	2
3º Ciclo EB	696	745	285	11	12	1
Secundário	803	860	872	35	39	4

A área de influência deste Agrupamento é bastante dispersa, concentrando-se o seu núcleo central na zona Olaias/Beato, mas abrangendo igualmente a freguesia de São João/Bairro dos Actores (Escola Actor Vale), bem com a freguesia de Marvila/Bairro do Armador (por ausência da construção da escola do 1º ciclo com pré-escolar, agora programada como prioritária). Este Agrupamento é constituído pela EB23 das Olaias, EB1 com JI Actor Vale e EB1 com JI Eng. Duarte Pacheco.

Este Agrupamento é constituído pela EB23 das Olaias, EB1 com JI Actor Vale e EB1 com JI Eng. Duarte Pacheco.

Em termos sociais este Agrupamento denota alguma heterogeneidade. A área de influência da EB1 Eng. Duarte Pacheco configura uma zona de realojamento intenso que inclui o Bairro da Quinta do Monte Coxo, Rua João Nascimento Costa e Quinta do Lavrado, registando-se por isso uma significativa presença de famílias ciganas, bem como problemas de indisciplina e de absentismo escolar. A presença de um significativo número de alunos com idades superiores às idades próprias de cada ciclo indicia um insucesso escolar relativamente elevado, com uma grande clivagem entre os mais novos e os mais velhos, traduzindo-se em graves problemas disciplinares, alguns comportamentos de risco e elevado absentismo – factores que condicionam a aprendizagem e/ou o desenvolvimento de competências, destacando-se igualmente a presença de um significativo número de crianças institucionalizadas.

As zonas habitacionais circundantes da EB1 Actor Vale caracterizam-se pelo predomínio de estratos sociais médios e por um parque habitacional antigo, com população envelhecida que muitas vezes assume a responsabilidade de prestar apoio aos alunos que frequentam este estabelecimento, destacando-se ainda a presença de um significativo número de crianças institucionalizadas.

Ao nível do 1º ciclo, tem-se conseguido algum equilíbrio entre a oferta e a procura quer devido à afectação de salas da Escola Actor Vale (anteriormente ocupadas por serviços do Ministério da Educação), quer devido ao facto dos novos empreendimentos residenciais e de serviços localizados nas Olaias/Beato não estarem ainda ocupados na íntegra.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.3.5–B evidencia significativas carências de oferta para todos os níveis de ensino, com excepção do ensino secundário.

Quadro II.4.3.5 – B - Balanço Oferta – Procura (Projectão 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	556	597	209	9	4	-5
1º Ciclo EB	808	867	789	33	28	-5
2º Ciclo EB	422	454	408	16	12	-4
3º Ciclo EB	696	745	663	27	12	-15
Secundário	803	860	719	29	39	10

Dos três terrenos que se encontram definidos no PU do Vale de Chelas, para equipamentos escolares (EB1+JI, EB2,3 e ES) apenas o terreno destinado à EB1+JI tem assegurada a sua viabilidade, prevendo-se apenas que seja reconfigurado. Existe assim uma ainda maior necessidade em encontrar uma reserva de terreno, devendo ser estudada a delimitação de uma parcela no terreno camarário do Alto do Pina.

II.4.3.6 Agrupamento 29 – D. Filipa de Lencastre

Este Agrupamento integra em exclusivo a Escola Secundária com ensino básico Filipa de Lencastre e a EB1 nº 154, tendo iniciado o seu funcionamento com esta configuração apenas no ano lectivo de 2007/08. Com efeito, apenas no presente ano lectivo a escola Filipa de

Lencastre introduziu o 2º ciclo do básico. A sua constituição procura dar sequencialidade aos alunos em termos de todos os ciclos do ensino básico em edifícios contíguos. Qualquer dos estabelecimentos regista uma forte procura resultante da sua centralidade e pela significativa concentração de emprego nesta zona da cidade.

Apresenta-se no Quadro III.4.3.6–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino, com excepção do ensino secundário.

Quadro II.4.3.6 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	116	116	0	0	0	0
1º Ciclo EB	149	149	316	13	16	3
2º Ciclo EB	76	76	0	0	0	0
3º Ciclo EB	120	120	386	15	18	3
Secundário	134	134	639	26	18	-8

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.3.5–B evidencia consideráveis folgas de oferta de oferta para todos os níveis de ensino, com excepção do pré-escolar. No entanto, e tal como para outros agrupamentos anteriores deste Grupo Centro, este balanço não reflectirá a procura efectiva nas escolas deste agrupamento, provavelmente decorrente da proximidade aos locais de trabalho dos pais, como os balanços para as frequências em 2005/06 claramente ilustram.

Quadro II.4.3.6 – B - Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	116	116	41	2	0	-2
1º Ciclo EB	149	149	135	6	16	10
2º Ciclo EB	76	76	68	3	0	-3
3º Ciclo EB	120	120	107	4	18	14
Secundário	134	134	112	4	18	14

II.4.3.7 Análise agregada para o Grupo Centro

O balanço oferta-procura (projecção para 2008) para o conjunto dos Agrupamentos que constituem o Grupo Centro apresentado no Quadro II.4.4.7 revela apreciáveis folgas de capacidade em todos os níveis de educação e ensino para a rede escolar existente, com excepção do pré-escolar. No entanto, e tal como referido nas análises por agrupamento atrás apresentadas, este balanço não reflectirá a procura efectiva nas escolas deste Grupo Centro, provavelmente decorrente da proximidade aos locais de trabalho dos pais que se concentram nesta zona da cidade, como as frequências em 2005/06 (claramente acima das projecções de procura para 2008 baseadas na população residente) evidenciam.

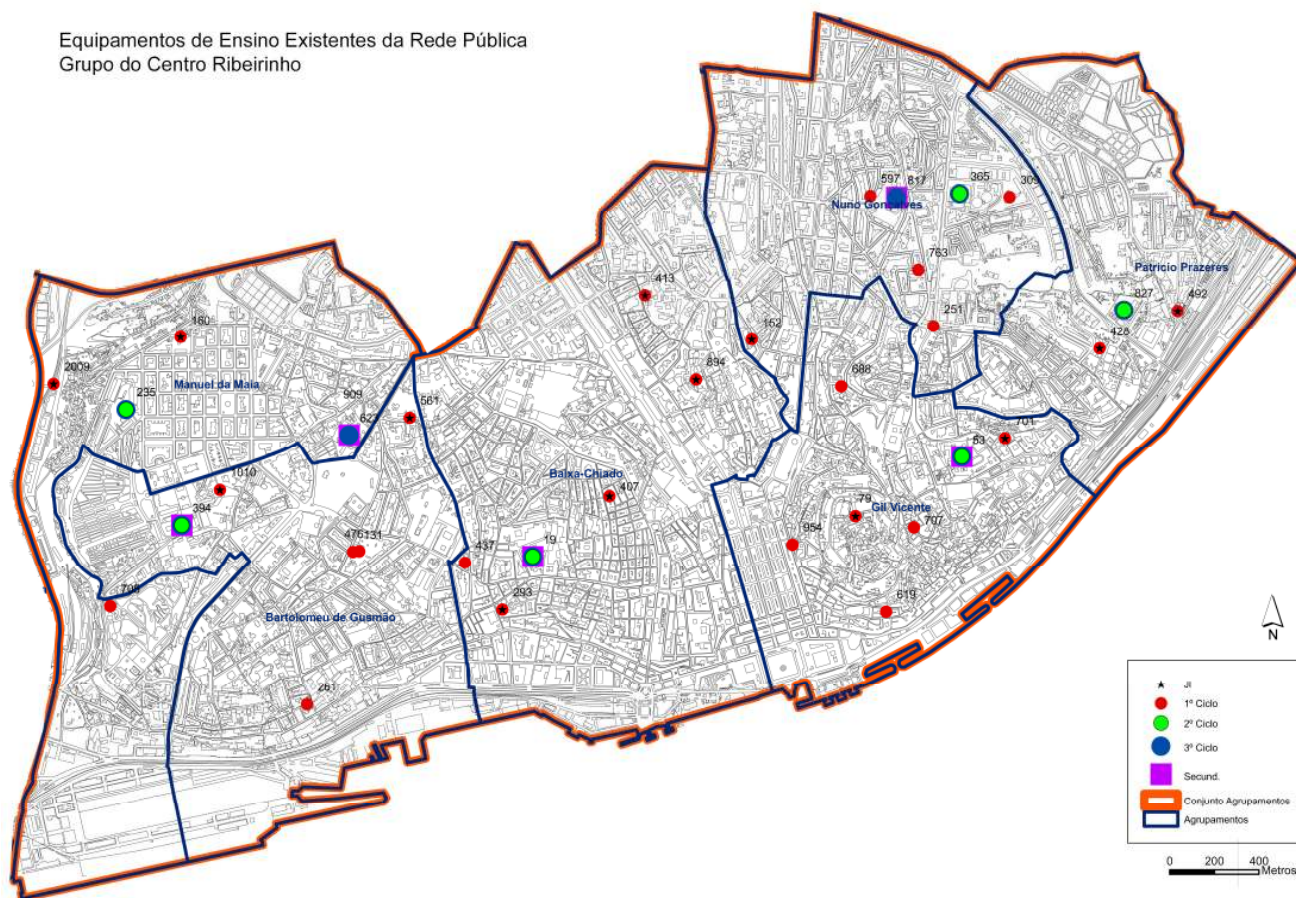
Quadro II.4.3.7 Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008) para o Grupo Centro

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	2111	2170	759	32	17	-15
1º Ciclo EB	2983	3067	2791	116	163	47
2º Ciclo EB	1541	1586	1427	57	80	23
3º Ciclo EB	2333	2403	2138	86	118	32
Secundário	2752	2834	2369	95	239	144

II.4.4 Grupo Centro Ribeirinho

A rede de escolas públicas (na dependência do ME) que integram os Agrupamentos que constituem este Grupo Centro Ribeirinho está representada na Carta II.5.

Carta II.5 – Localização dos estabelecimentos de ensino do Grupo Centro Ribeirinho



II.4.4.1 Agrupamento 1 – Bartolomeu de Gusmão

Apresenta-se no Quadro II.4.4.1–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências significativas para nenhum nível de ensino, apresentando até folgas significativas no 1º ciclo que resultam em boa parte da conversão da antiga EB2 Padre Bartolomeu de Gusmão em EB1/JI.

Quadro II.4.4.1 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	368	368	89	4	5	1
1º Ciclo EB	519	519	650	27	52	25
2º Ciclo EB	270	270	303	12	10	-2
3º Ciclo EB	412	412	299	12	15	3
Secundário	479	479	233	9	17	8

Este Agrupamento localiza-se numa área da cidade onde predominam estratos sociais médio e médio-alto, com excepção da área do Bairro da Madragoa, com estratos sociais mais desfavorecidos. Na área de Santa Isabel, na população escolar, existem alunos oriundos de famílias destruturadas com problemas sociais, e outros institucionalizados.

As escolas desta área da cidade têm uma boa procura, não só pela população residente como pelo local de trabalho. O parque escolar é bom, tendo inclusive uma escola de construção recente (EB1/JI Ressano Garcia) que oferece as condições adequadas. A excepção verifica-se com as instalações da EB1 nº 18 que se encontram em mau estado de conservação, estando actualmente a funcionar nas instalações da EB1 nº 72. Esta escola (EB1 nº 72) possui uma sala U.A.A.M. (Unidade de Apoio a Alunos com Multideficiência) e a EB1/JI Ressano Garcia possui ainda uma sala TEACCH (Tratamento e Educação de Crianças Com Autismo e Problemas de Comunicação Relacionados).

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.4.1–B não evidencia carências de oferta para nenhum dos níveis de ensino, constatando-se até assinaláveis folgas de capacidade no 1º ciclo, o que cria oportunidades para reforçar a oferta de educação pré-escolar. Neste particular, será de encarar a possibilidade de conversão da actual EB1 nº72 em Jardim de Infância, pelo menos em parte.

Quadro II.4.4.1 – B - Balanço Oferta – Procura (Projectão 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	368	368	129	5	5	0
1º Ciclo EB	519	519	472	20	52	32
2º Ciclo EB	270	270	243	10	10	0
3º Ciclo EB	412	412	367	15	15	0
Secundário	479	479	400	16	17	1

II.4.4.2 Agrupamento 2 – Baixa - Chiado

Apresenta-se no Quadro II.4.4.2–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino.

Quadro II.4.4.2 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	514	514	58	2	5	3
1º Ciclo EB	708	708	603	25	31	6
2º Ciclo EB	385	385	296	12	14	2
3º Ciclo EB	578	578	416	17	14	-3
Secundário	631	631	325	13	14	1

O agrupamento Baixa-Chiado inclui duas zonas distintas da cidade, situadas de um lado e do outro da Avenida da Liberdade e apresentando por isso alguma heterogeneidade dado coexistirem graves problemas habitacionais, nomeadamente habitações degradadas, com áreas recentemente renovadas. Assim, existem famílias com carências e problemáticas socio-económicas muito diversificadas, verificando-se também a existência de crianças oriundas de estratos sociais mais favorecidos. Em algumas escolas existe um número elevado de crianças que estão institucionalizadas e casos de insucesso escolar, sendo frequentadas por uma percentagem significativa de crianças com origens nos PALOP's e do Brasil.

As escolas deste agrupamento possuem instalações já muito antigas e adaptadas ao ensino, pelo que apresentam algumas lacunas ao nível da oferta de equipamento e dimensionamento das suas salas. As instalações da EB1/JI das Gaivotas encontram-se degradadas e actualmente esta escola funciona em instalações cedidas provisoriamente, o mesmo sucedendo com a EB1 Helena Vaz da Silva. Assim, convirá sublinhar a necessidade de requalificação das instalações das EB1/JI da Rua das Gaivotas e da EB1 Helena Vaz da Silva, aproveitando estas intervenções para reforçar a oferta de pré-escolar nesta área da cidade.

A EB1/JI de S. José necessita também de uma beneficiação geral ao nível das suas instalações. A escola com maior procura neste agrupamento (EB1/JI Padre Abel Varzim) teve recentemente obras de remodelação, encontrando-se a sua capacidade actualmente esgotada.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.4.2–B também não evidencia carências de oferta, com excepção do pré-escolar e sendo o défice de oferta de 3º

ciclo ultrapassável com re-afecção de espaços na EB2,3/S Passos Manuel. Será ainda de considerar a oportunidade de reforço da oferta de pré-escolar nas EB1/JI.

Quadro II.4.4.2 – B - Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	514	514	180	7	5	-2
1º Ciclo EB	708	708	645	27	31	4
2º Ciclo EB	385	385	347	14	14	0
3º Ciclo EB	578	578	514	21	14	-7
Secundário	631	631	527	21	14	-7

Ainda assim, convirá referir que a necessidade de requalificação das instalações das EB1/JI da Rua das Gaivotas.

Os empreendimentos previstos para a zona ribeirinha deverão prever na área da Boavista, a reserva de terrenos para a construção dos equipamentos necessários, para satisfação das necessidades que irão ser geradas.

II.4.4.3 Agrupamento 4 – Manuel da Maia

Apresenta-se no Quadro II.4.4.3–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino, com excepção do Secundário.

Quadro II.4.4.3 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	455	455	83	3	6	3
1º Ciclo EB	622	622	475	20	29	9
2º Ciclo EB	353	353	321	13	18	5
3º Ciclo EB	483	483	744	30	38	8
Secundário	581	581	715	29	22	-7

Este agrupamento abrange áreas da cidade - Alcântara e Stº Condestável - onde existem famílias com carências económicas devido ao desemprego de longa duração e ao baixo nível de instrução, destacando-se também a existência de algumas famílias disfuncionais. Este agrupamento abrange a área do Bairro de Habitação Social da Quinta do Loureiro, originando um contexto particular que justifica medidas específicas para os equipamentos escolares e de educação desta área da cidade, nomeadamente por parte do Ministério da Educação. Assim as escolas do Agrupamento Manuel da Maia beneficiam do estatuto de Território Educativo de Intervenção Prioritária, usufruindo de mais recursos pedagógicos e materiais para o desenvolvimento das suas actividades.

Ao nível das escolas, este agrupamento tem em funcionamento, além de outras escolas, a EB1 Fernanda de Castro que só dispõe de duas salas em instalações pré-fabricadas pertencentes à Santa Casa da Misericórdia. Tem funcionado sempre em regime duplo. No presente ano lectivo esta situação não se verifica por estarem 2 turmas a funcionar noutra edifício que também não apresenta as condições necessárias de funcionamento, devendo ser equacionada a sua continuidade neste espaço. A população escolar inclui alunos originários de outras etnias, predominantemente do Brasil e dos PALOP's.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.4.3–B também não evidencia carências de oferta, com excepção do pré-escolar.

Quadro II.4.4.3 – B - Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	455	455	159	7	6	-1
1º Ciclo EB	622	622	566	24	29	5
2º Ciclo EB	353	353	318	13	18	5
3º Ciclo EB	483	483	430	17	38	21
Secundário	581	581	486	19	22	3

Os empreendimentos previstos para a zona de Alcântara deverão prever a reserva de terrenos para a construção dos equipamentos necessários para satisfação das necessidades que irão ser geradas.

II.4.4.4 Agrupamento 21 – Nuno Gonçalves

Apresenta-se no Quadro III.4.4.4–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino, com reafecção de capacidades. No entanto, é de referir que a EB1 nº 1 tem a sua capacidade esgotada, tendo duas turmas a funcionar em regime duplo no ano lectivo de 2007/08.

Quadro II.4.4.4 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	474	474	22	1	1	0
1º Ciclo EB	656	656	834	35	40	5
2º Ciclo EB	334	334	520	21	16	-5
3º Ciclo EB	507	507	590	24	38	14
Secundário	597	597	350	14	24	10

Este Agrupamento insere-se numa zona consolidada da cidade com população socialmente heterogénea e com um índice significativo de população estrangeira (com predomínio de brasileiros e africanos dos PALOP's), reflectindo-se na população escolar. Mais de 50% dos alunos são carenciados, oriundos de famílias com alguma disfuncionalidade, com diversas problemáticas subjacentes, nomeadamente de natureza socio-económica relacionadas com a baixa qualificação profissional e desemprego de longa duração, bem como a existência de famílias mono parentais e de um número significativo de alunos institucionalizados. O parque habitacional também se encontra envelhecido, embora a zona da Graça tenha vindo a melhorar recentemente o seu parque habitacional, reflectindo-se na população escolar.

Este agrupamento possui um parque escolar envelhecido, tendo-se reflectido esta situação no encerramento de estabelecimentos de ensino nos últimos anos como a EB1 do Martim Moniz (nº79) e a EB1 nº68, e na deslocação para instalações provisórias de outras escolas como a EB1 Marqueses de Távora actualmente pertencente ao agrupamento de escolas Gil Vicente.

Será necessário encontrar uma solução definitiva para estes casos, requalificando o parque escolar nesta área da cidade e aproveitando para aumentar a oferta de pré-escolar cuja carência de oferta já se faz sentir actualmente e tenderá a agravar-se no futuro como se irá constatar mais adiante. Só existe uma sala de Jardim de Infância em todo o Agrupamento.

As restantes escolas do agrupamento também não reúnem as condições mais adequadas, como é o caso da EB1 nº 1, que possui uma procura elevada de alunos, tendo actualmente 2 turmas a funcionar em regime duplo, por falta de salas de aula. Esta escola tem prevista a reconversão de uma casa de função, dotando-a de um refeitório e permitindo simultaneamente aumentar a sua capacidade.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.4.4–B evidencia consideráveis folgas de oferta para todos os níveis de ensino, com excepção do pré-escolar. No entanto, e tal como para outros agrupamentos anteriores de zonas centrais da cidade (do Grupo Centro), este balanço não reflectirá a procura efectiva nas escolas deste agrupamento, provavelmente decorrente da proximidade aos locais de trabalho dos pais, como os balanços para as frequências em 2005/06 claramente ilustram.

Quadro II.4.4.4 – B - Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	474	474	166	7	1	-6
1º Ciclo EB	656	656	597	25	40	15
2º Ciclo EB	334	334	300	12	16	4
3º Ciclo EB	507	507	451	18	38	20
Secundário	597	597	499	20	24	4

Os empreendimentos previstos para a área do Vale de Santo António irão gerar necessidades que deverão ser satisfeitas por um novo Agrupamento, não existindo áreas livres que possam ser afectadas à construção de equipamentos, com excepção do próprio vale, que deverá ser preservado e manter-se livre de construção. A solução poderá passar pela negociação com o Estado para o reaproveitamento do antigo Quartel do Cabeço da Bola.

II.4.4.5 Agrupamento 23 – Patrício Prazeres

Apresenta-se no Quadro III.4.4.5–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino, com excepção do pré-escolar.

Quadro II.4.4.5 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	265	265	94	4	3	-1
1º Ciclo EB	347	347	276	12	21	10
2º Ciclo EB	198	198	205	8	13	5
3º Ciclo EB	304	304	208	8	15	7
Secundário	370	370	0	0	0	0

O agrupamento Patrício Prazeres foi reorganizado na sequência da criação do agrupamento de escolas Gil Vicente.

A população escolar é heterogénea com algumas crianças oriundas de um estrato social médio-alto, existindo no entanto também algumas provenientes de famílias destruturadas e com problemáticas socioeconómicas diversas.

As escolas actualmente pertencentes a este agrupamento (EB1 nº 15 e JI de S. João e a EB1 nº 21 e JI de Stª Engrácia) possuem instalações a necessitar de manutenção, estando previstas beneficiações gerais.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.4.5–B evidencia um considerável excesso de oferta de oferta para todos os níveis de ensino, com excepção do pré-escolar e do ensino secundário, sendo que para este último não há oferta neste agrupamento.

Quadro II.4.4.5 – B - Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	265	265	93	4	3	-1
1º Ciclo EB	347	347	316	13	21	8
2º Ciclo EB	198	198	178	7	13	6
3º Ciclo EB	304	304	271	11	15	4
Secundário	370	370	309	12	0	-12

II.4.4.6 Agrupamento 30 – Gil Vicente

Apresenta-se no Quadro III.4.4.6–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, não se constatando carências para nenhum nível de ensino. Convém sublinhar, no entanto, que duas escolas do 1º ciclo (EB1 nº 12 e nº 10) têm a sua capacidade esgotada e com um total de 11 turmas a funcionar em regime duplo no ano lectivo de 2007/08.

Quadro II.4.4.6 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	295	295	42	2	2	0
1º Ciclo EB	438	438	415	17	30	13
2º Ciclo EB	232	232	0	0	6	6
3º Ciclo EB	391	391	375	15	15	0
Secundário	488	488	402	16	19	3

O Agrupamento de escolas Gil Vicente, apresenta uma população heterogénea, com algumas famílias com situação económica débil, mas também algumas de classe média. Existem situações de pobreza em algumas das freguesias deste agrupamento, e crianças nas escolas com problemáticas sociais diversas.

Integra duas escolas com turmas em regime duplo: a EB1/JI do Castelo e a EB1 nº 212.

O parque escolar encontra-se envelhecido e a maior parte das instalações não apresentam boas condições de funcionamento. As instalações da EB1 nº4 e o JI de S. Vicente encontram-se em situação crítica, estando actualmente a funcionar em instalações cedidas, estando prevista uma beneficiação geral. As restantes escolas também se encontram em mau estado de conservação, sendo necessárias grandes obras de reparação e nalguns casos serão necessárias mesmo novas instalações.

Será desejável encontrar uma alternativa que possibilite acabar com a precariedade de algumas instalações de escolas deste agrupamento, onde a capacidade mencionada do edifício não corresponde de todo à realidade, não só pela degradação das instalações como também pela falta de dimensionamento regulamentar das salas de aula. Esta solução permitiria requalificar o parque escolar nesta área da cidade e encontrar solução para as problemáticas das escolas EB1 Marqueses de Távora (nº199), EB1 da Sé (nº 51), EB1 nº75, e EB1 nº 212.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.4.6–B mostra folgas de capacidade no 1º ciclo, mas que convirá ter presente a sobrelotação actualmente verificada nas duas escolas acima identificadas.

Quadro II.4.4.6 – B - Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	295	295	103	4	2	-2
1º Ciclo EB	438	438	398	17	30	13
2º Ciclo EB	232	232	208	8	6	-2
3º Ciclo EB	391	391	348	14	15	1
Secundário	488	488	408	16	19	3

II.4.4.7 Análise agregada para o Grupo Centro Ribeirinho

O balanço oferta-procura (projecção para 2008) para o conjunto dos Agrupamentos que constituem o Grupo Centro Ribeirinho apresentado no Quadro II.4.4.7 revela apreciáveis folgas de capacidade em todos os níveis de educação e ensino para a rede escolar existente, com excepção do pré-escolar (com fortes carências globais) e ensino secundário. No entanto, esta análise agregada escamoteia os casos pontuais de sobrelotação de algumas escolas do 1º ciclo e conseqüente insuficiência localizada de oferta referenciados nas análises por agrupamento.

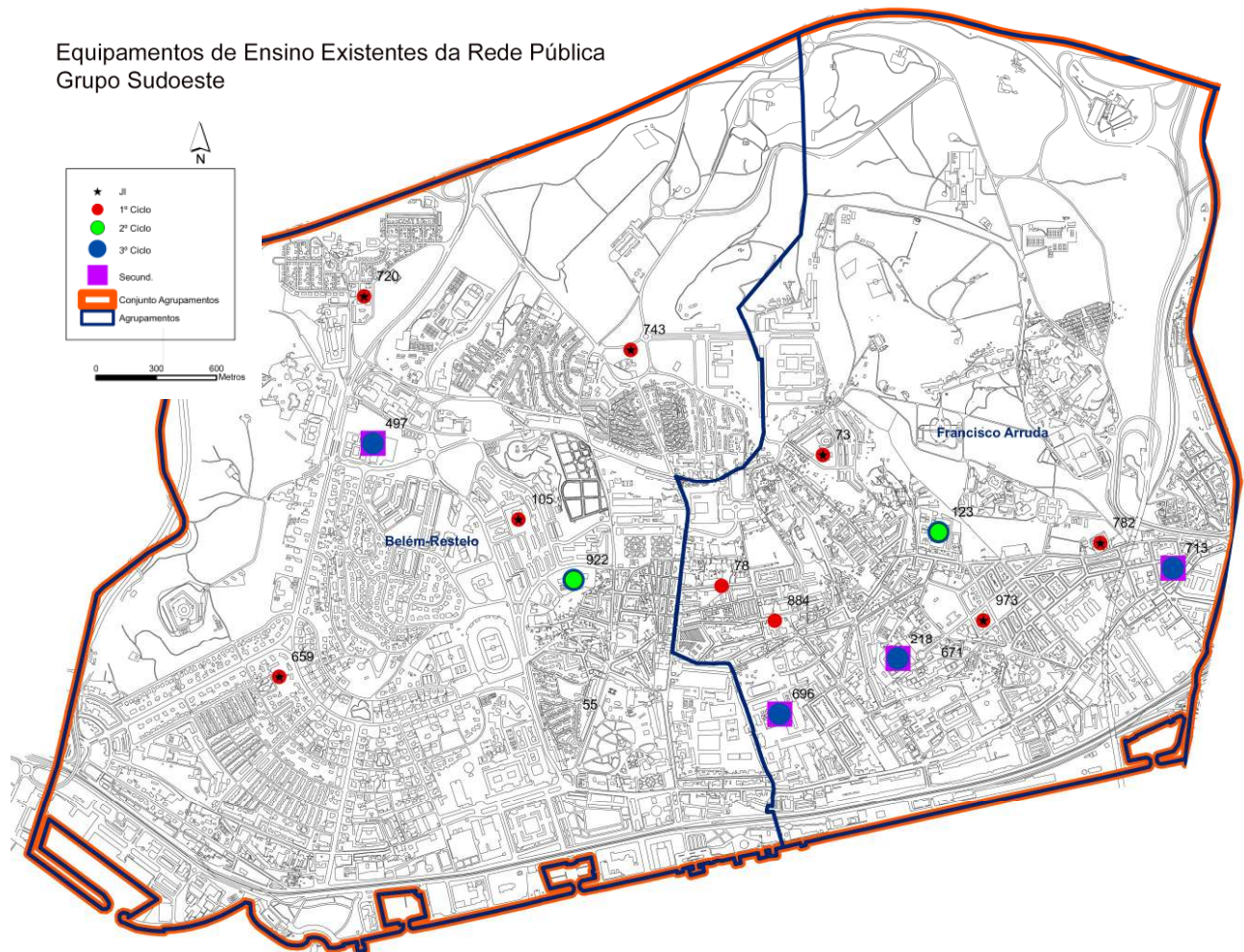
Quadro II.4.4.7 Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008) para o Grupo Centro Ribeirinho

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	2370	2370	830	35	22	-13
1º Ciclo EB	3290	3290	2994	125	203	78
2º Ciclo EB	1771	1771	1594	64	77	13
3º Ciclo EB	2675	2675	2381	95	135	40
Secundário	3146	3146	2630	105	96	-9

II.4.5 Grupo Sudoeste

A rede de escolas públicas (na dependência do ME) que integram os Agrupamentos que constituem este Grupo Sudoeste está representada na Carta II.6.

Carta II.6 – Localização dos estabelecimentos de ensino do Grupo Sudoeste



II.4.5.1 Agrupamento 3 – Francisco Arruda

Apresenta-se no Quadro II.4.5.1–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, constatando-se folgas apreciáveis de capacidade, com exceção do pré-escolar.

Quadro II.4.5.1 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	403	411	138	6	6	0
1º Ciclo EB	575	587	715	30	50	20
2º Ciclo EB	314	320	343	14	21	7
3º Ciclo EB	488	498	884	35	39	4
Secundário	596	608	1046	42	84	42

O agrupamento Francisco Arruda, abrange as freguesias da Ajuda e de Alcântara, cuja população escolar espelha a heterogeneidade social e económica da área em que se integra.

Uma das suas escolas (EB1/JI Casalinho da Ajuda) localiza-se no Bairro de realojamento do Casalinho da Ajuda, cuja população é predominantemente de origem cigana, existindo abandono escolar e famílias em situação económica precária. Esta escola apresenta uma grande percentagem de alunos carenciados (80%) e nos últimos anos tem-se constatado uma diminuição da população escolar, apesar da capacidade e boas condições que a escola apresenta, possuindo também uma sala U.A.A.M. (Unidade de Apoio a Alunos com Multideficiência).

A EB1 Alexandre Rodrigues Ferreira recebe crianças que provêm do bairro social 2 de Maio e possui uma grande percentagem de alunos carenciados provenientes de famílias com elevadas taxas de desemprego, situação económica precária e alunos com problemáticas variadas.

Na EB1 Raul Lino/JI Calçada da Tapada a população escolar é muito heterogénea, recebendo alunos que vêm da outra margem do Tejo, da Quinta do Cabrinha (Bº de realojamento de famílias oriundas do Casal Ventoso). Para além disso, é uma zona da cidade com um parque habitacional bastante antigo e degradado, existindo crianças com problemáticas diversas e complexas.

A EB1 de Santo Amaro possui uma sala U.A.A.M. (Unidade de Apoio a Alunos com Multideficiência) e uma sala TEACCH (Tratamento e Educação de Crianças Com Autismo e Problemas de Comunicação Relacionados) estando prevista uma intervenção nas suas instalações (beneficiação geral) que lhe irá permitir aumentar a oferta de pré-escolar.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.5.1–B revela também apreciáveis folgas de capacidade, de novo com excepção do pré-escolar, para o qual existe portanto oportunidade de reforço de oferta. Refira-se nomeadamente a possibilidade de criação de um Jardim de Infância em instalações anexas à ex-ES/3 D. João de Castro (agora desactivada, mas que se prevê converter num pólo de ensino secundário e profissional).

Quadro II.4.5.1 – B - Balanço Oferta – Procura (projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	403	411	144	6	6	0
1º Ciclo EB	575	587	534	22	50	28
2º Ciclo EB	314	320	288	12	21	9
3º Ciclo EB	488	498	443	18	39	21
Secundário	596	608	508	20	84	64

II.4.5.2 Agrupamento 5 – Belém-Restelo

Apresenta-se no Quadro II.4.5.2–A o balanço oferta–procura para as frequências verificadas em 2005/06, constatando-se folgas apreciáveis de capacidade para todos os níveis de ensino.

Quadro II.4.5.2 – A - Balanço Oferta – Procura (2005/06)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	482	525	188	8	9	1
1º Ciclo EB	685	746	547	23	37	14
2º Ciclo EB	411	443	299	12	18	6
3º Ciclo EB	594	644	463	19	34	15
Secundário	636	695	610	24	26	2

Este agrupamento abrange áreas com assimetrias sociais e níveis socio-económicos heterogéneos, reflectindo-se na população escolar e sendo a EB1 do Bairro do Restelo/JI St^a Maria de Belém a escola com a população mais heterogénea e multicultural do agrupamento.

Na EB1 nº 118/JI Alto da Ajuda a população escolar é maioritariamente proveniente do Bairro Social 2 de Maio, com famílias destruturadas, precariedade económica e habitacional, desemprego e problemáticas diversas. Nesta escola cerca de 80% dos alunos são carenciados, estão fora da idade própria do grupo escolar que frequentam, o que traz como consequência o absentismo, dificuldades de aprendizagem, desinteresse, desmotivação, levando-os ao insucesso e abandono escolar. De referir ainda, a elevada percentagem de alunos de origem cigana (cerca de 43%).

O parque escolar deste agrupamento apresenta boas condições de funcionamento, apesar de haver necessidade de proceder a intervenções pontuais. No entanto, a EB1 nº 147 necessita de grandes reparações ao nível da reabilitação/conservação do edifício, que lhe permitam uma oferta regular de 1º ciclo.

O balanço para a procura projectada para 2008 apresentado no Quadro II.4.5.2–B não evidencia carências de oferta para nenhum nível de ensino, havendo até apreciáveis folgas de capacidade no 1º ciclo que permitirão reforçar a oferta de pré-escolar por conversão de salas de aula, se tal se revelar necessário.

Quadro II.4.5.2 – B - Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008)

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	482	525	184	8	9	1
1º Ciclo EB	685	746	679	28	37	9
2º Ciclo EB	411	443	399	16	18	2
3º Ciclo EB	594	644	573	23	34	11
Secundário	636	695	581	23	26	3

II.4.5.3 Análise agregada para o Grupo Sudoeste

O balanço oferta-procura (projecção para 2008) para o conjunto dos dois Agrupamentos que constituem o Grupo Sudoeste apresentado no Quadro II.4.5.3 revela apreciáveis folgas de capacidade em todos os níveis de educação e ensino para a rede escolar existente, o que é consistente com as relativamente baixas taxas de ocupação dos estabelecimentos desta zona da cidade apresentadas na Parte I.

Quadro II.4.5.3 Balanço Oferta – Procura (Projecção 2008) para o Grupo Sudoeste

Nível de Ensino	População por Grupo Etário 2001	População por Grupo Etário 2008	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
				Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	885	936	328	14	15	1
1º Ciclo EB	1260	1333	1213	51	87	36
2º Ciclo EB	725	764	687	27	39	12
3º Ciclo EB	1081	1142	1016	41	73	32
Secundário	1232	1303	1089	44	110	66

II.4.6 Análise agregada para o Concelho de Lisboa

O balanço oferta-procura (projectão para 2008) para o conjunto da cidade de Lisboa apresentado no Quadro II.4.6.1 revela apreciáveis folgas de capacidade globais em todos os níveis de ensino para a rede escolar pública existente, com excepção do pré-escolar (com fortes carências globais para os objectivos de cobertura adoptados). Como é óbvio, esta análise agregada escamoteia as carências e insuficiências localizadas de oferta referenciados nas análises por Agrupamento atrás desenvolvidas. Adicionalmente, é de referir que foram nestas análises consideradas as capacidades máximas nominais dos estabelecimentos, correspondentes à utilização de todas as salas de aula originais quando um número não desprezável das mesmas foi, na prática, convertido para outros tipos de usos (salas de recursos, salas de informática, salas polivalentes, salas de professores, etc.). Deste modo, as folgas de capacidade real (face aos actuais requisitos dos processos educativos modernos), serão francamente inferiores às indicadas no quadro.

Quadro II.4.6.1 Balanço Oferta – Procura (Projectão 2008) para o concelho de Lisboa

Nível de Ensino	Nº alunos (Rede Pública) 2005/06	Nº alunos (Rede Pública) 2008	Nº Salas/Turmas		
			Necessárias	Existentes	Balanço
Pré-Escolar	3001	4292	179	154	-25
1º Ciclo EB	16011	15711	655	908	253
2º Ciclo EB	8238	8414	337	387	50
3º Ciclo EB	12807	12457	498	621	123
Secundário	13230	13677	547	678	131

De sublinhar, ainda assim, as elevadas folgas de capacidade globais no ensino secundário, cujo âmbito de análise adoptado é efectivamente o concelho.

PARTE III - PROGRAMA DE ACTUAÇÕES

Nesta Parte III da Carta Educativa são apresentadas as propostas de actuação que emanam das análises desenvolvidas nas duas partes anteriores, em particular no capítulo de avaliação da rede actual e sua reconfiguração, e nas quais as actuações propostas encontram a sua sustentação.

As intervenções prioritárias, que se apresentam no Capítulo III.1, desenvolvem-se segundo dois eixos estratégicos: Reforço da rede escolar (que abarca a construção de 7 novos equipamentos) e Requalificação do parque escolar (compreendendo diversas intervenções de beneficiação de 26 equipamentos existentes).

No capítulo III.2 apresentam-se recomendações e medidas complementares que, em vertentes distintas da infra-estrutural, visam também a elevação e reforço das ofertas educativas.

Finalmente, no capítulo III.3 são desenvolvidas recomendações sobre a monitorização da Carta Educativa.

III.1 Programa de Intervenções Prioritárias

III.1.1 Eixo Estratégico 1 – Reforço da Rede Escolar

Através de fichas sintéticas, apresentam-se de seguida as construções de raiz consideradas prioritárias, a desenvolver no curto prazo (2008/09) e já contempladas nas grandes opções do plano da CML. A localização destas novas construções encontra-se indicada na Carta III.1.

Accção 1: Construção da EBI das Galinheiras

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Construção uma Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância no Bairro das Galinheiras/Charneca (tipologia 24 turmas)
- ❖ **PRIORIDADE:** Muito Elevada
- ❖ **CALENDARIZAÇÃO:** 2009/11
- ❖ **ESTIMATIVA DE CUSTOS:** 3.500.000 €

Accção 2: Construção da EBI no Parque das Nações

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Construção uma Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância na zona do Parque das Nações, freguesia de Santa Maria dos Olivais (tipologia 24 turmas)
- ❖ **PRIORIDADE:** Muito Elevada
- ❖ **CALENDARIZAÇÃO:** 2009/11
- ❖ **ESTIMATIVA DE CUSTOS:** 3.500.000 €

Accção 3: Construção da EB1/JI da zona M de Chelas/ Bairro do Armador

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Construção uma Escola Básica do 1º ciclo com Jardim-de-infância na zona M de Chelas/Bairro do Armador, freguesia de Marvila (tipologia 18 turmas com 6 salas de actividades e 12 turmas de 1º ciclo, em dois edifícios separados).
- ❖ **PRIORIDADE:** Muito Elevada
- ❖ **CALENDARIZAÇÃO:** 2008/10
- ❖ **ESTIMATIVA DE CUSTOS:** 2.700.000 €

Accção 4: Construção da EB1/JI de Benfica

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Construção uma Escola Básica do 1º ciclo com Jardim-de-infância na freguesia de Benfica (tipologia 11 turmas com 3 salas de actividades e 8 turmas de 1º ciclo). Trata-se de uma construção destinada a substituir dois edifícios pré-fabricados: a Escola Básica de 1º ciclo Padre Álvaro Proença e o Jardim-de-infância nº 4 de Benfica.
- ❖ **PRIORIDADE:** Muito Elevada
- ❖ **CALENDARIZAÇÃO:** 2008/09
- ❖ **ESTIMATIVA DE CUSTOS:** 1.900.000 €

Accção 5: Construção do JI de Alvalade

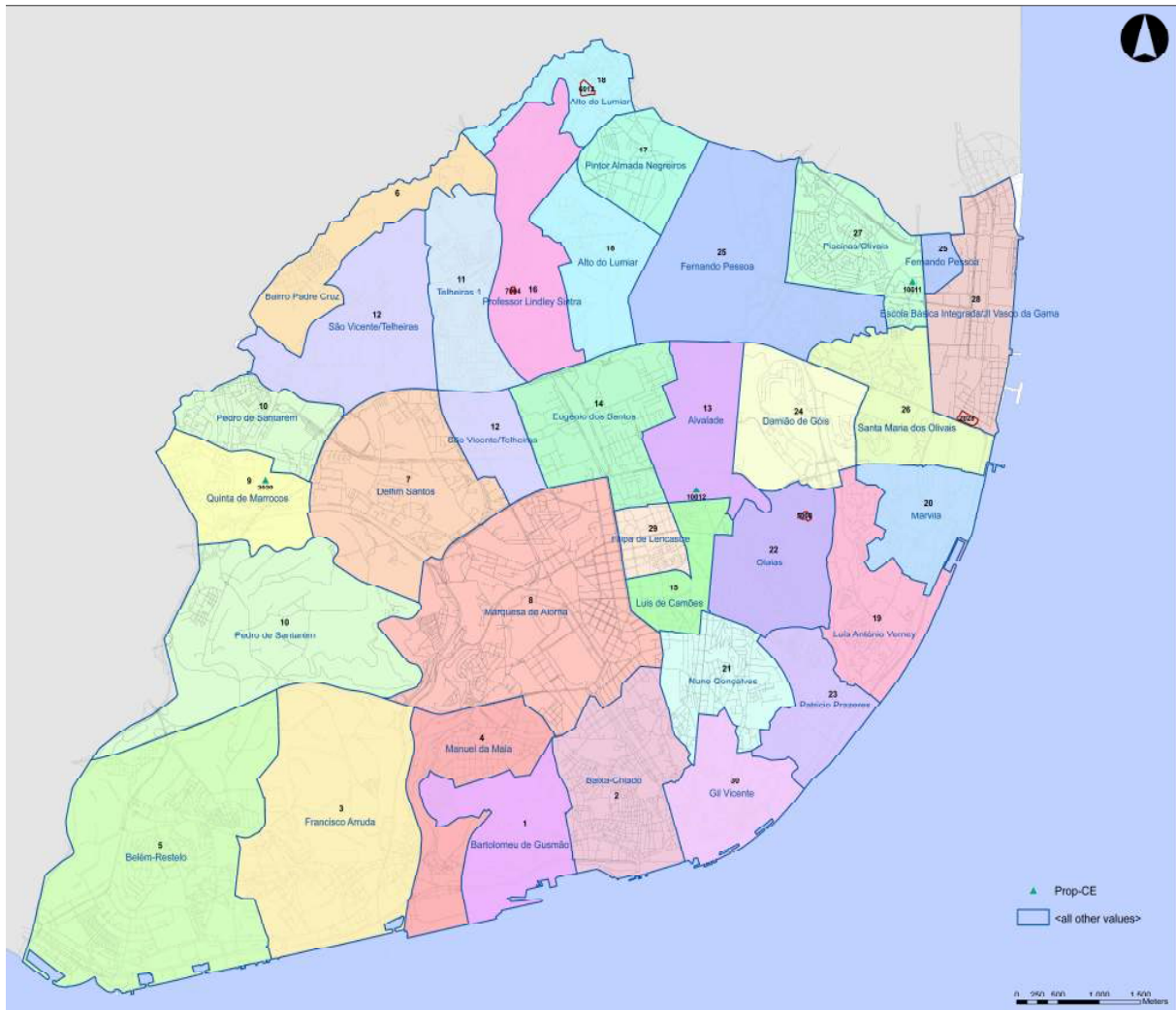
- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Construção de raiz de um Jardim-de-infância freguesia de Alvalade, no perímetro escolar da Escola Básica do 1º ciclo nº 101 (tipologia 3 salas de actividades) aproveitando as infra-estruturas existentes (cozinha, refeitório, recreios).
- ❖ **PRIORIDADE:** Muito Elevada
- ❖ **CALENDARIZAÇÃO:** 2008/09
- ❖ **ESTIMATIVA DE CUSTOS:** 1.000.000 €

Accção 6: Construção do JI de Santa Maria dos Olivais

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Construção de raiz de um Jardim-de-infância na freguesia de Santa Maria dos Olivais, no perímetro escolar da Escola Básica do 1º ciclo nº 36 (tipologia 3 salas de actividades, cozinha, refeitório e áreas comuns extensíveis ao 1º ciclo).
- ❖ **PRIORIDADE:** Muito Elevada
- ❖ **CALENDARIZAÇÃO:** 2008/2010
- ❖ **ESTIMATIVA DE CUSTOS:** 1. 600.000 €

Accção 7: Construção do JI de Lumiar/ Quinta dos Frades

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Construção de raiz de um Jardim-de-infância na freguesia do Lumiar/Quinta dos Frades, em terreno autónomo, próximo da Escola Básica do 1º ciclo nº 31 (tipologia 4 salas de actividades, cozinha, refeitório e polivalente).
- ❖ **PRIORIDADE:** Muito Elevada
- ❖ **CALENDARIZAÇÃO:** 2008/10
- ❖ **ESTIMATIVA DE CUSTOS:** 1. 300.000 €



Carta III.1 – Localização dos novos equipamentos propostos

III.1.2 Eixo Estratégico 2 – Requalificação do Parque Escolar

Apresentam-se no quadro seguinte as intervenções de beneficiação/requalificação do parque escolar de educação pré-escolar e 1º ciclo consideradas prioritárias, a desenvolver no curto prazo (2008/11), já contempladas nas grandes opções do plano da CML.

Quadro III.1 – Intervenções de beneficiação/requalificação do parque escolar prioritárias

Programas/Actividades	Grupos de Territórios Educativos	Investimento	Calendarização
Conservação e beneficiação dos Edifícios – Pré-Escolar	Nordeste Noroeste	700.000 €	2008/2009
Conservação e beneficiação dos Edifícios – 1º Ciclo	Centro Nordeste Noroeste	3.800.000 €	2008/2009
Conservação e beneficiação dos Edifícios – 1º Ciclo com Pré-Escolar	Centro Centro Ribeirinho Nordeste Noroeste Sudoeste	6.800.000 €	2008/2010

III.1.2.1 – Intervenções Previstas

Apresentam-se no quadro seguinte as intervenções de beneficiação/requalificação do parque escolar de educação pré-escolar e 1º ciclo, cuja necessidade está identificada, num montante estimado de 34 milhões de euros e que inclui as intervenções prioritárias referidas anteriormente.

Quadro III.2 – Intervenções de beneficiação/requalificação do parque escolar previstas

GRUPOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS	AGRUPAMENTO	ESCOLA	INTERVENÇÕES	CALENDARIO	
Centro	Alvalade	EB1 n.º 101	Beneficiação Parcial	2009/2011	
		EB1 São João Brito	Remodelação Geral e Arranjos Exteriores	2009/2011	
	D. Filipa de Lencastre	EB1 São João de Deus	Beneficiação Geral	2009/2011	
	Eugénio dos Santos	EB1 Bairro São Miguel	Beneficiação Geral e Arranjos Exteriores	2008/2009	
		EB1 Santo António	Arranjos Exteriores	2009/2011	
		EB1 Fernando Pessoa	Beneficiação Geral e Arranjos Exteriores	2009/2011	
	Luís de Camões	EB1 O Leão de Arroios	Reformulação da cozinha para confecção	2009/2011	
	Marquesa de Alorna	EB1 Mestre Querubim Lapa	Beneficiação Geral	2009/2011	
		EB1 S. Sebastião da Pedreira	Beneficiação Parcial	2009/2011	
		EB1 Mestre Arnaldo Louro de Almeida	Beneficiação Geral e Arranjos Exteriores	2008/2011	
	Olaias	EB1 Eng.º Duarte Pacheco	Beneficiação Geral	2009/2011	
		EB1 Actor Vale	Arranjos Exteriores	2009/2011	
	Centro Litoral	Baixa-Chiado	EB1 Gaivotas	Reabilitação do edifício	2009/2011
			EB1 Helena Vaz da Silva	Recuperação do edifício	2009/2011
EB1 S. José			Refeitório / Cozinha	2009/2011	
EB1 Luísa Ducla Soares			Beneficiação Parcial	2009/2011	
Bartolomeu de Gusmão		EB1 n.º 72	Beneficiação Geral	2008/2009	
		EB1 Rainha Santa Isabel	Beneficiação Geral	2009/2011	
Gil Vicente		EB1 n.º 4	Reabilitação do edifício	2009/2011	
		EB1 n.º 212	Beneficiação Geral	2009/2011	
Manuel da Maia		EB1 Santo Condestável	Beneficiação Parcial	2009/2011	

GRUPOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS	AGRUPAMENTO	ESCOLA	INTERVENÇÕES	CALENDARIO
Centro Litoral	Nuno Gonçalves	EB1 n.º 1	Reconversão para cozinha, refeitório, JI e ATL, e Beneficiação Parcial	2008/2011
		EB1 Anjos	Recuperação do edifício	2009/2011
		EB1 Natália Correia	Beneficiação Geral	2009/2011
		EB1 n.º 143	Beneficiação Geral	2009/2011
	Patrício Prazeres	EB1 n.º 15	Beneficiação Parcial	2009/2011
		EB1 n.º 21	Beneficiação Geral e Arranjos Exteriores	2009/2011
Nordeste	Damião de Góis	EB1 Lóios	Beneficiação Geral e Arranjos Exteriores	2008/2010
		EB1 Luísa Neto Jorge	Arranjos Exteriores	2008/2009
	Fernando Pessoa	EB1 Infante D. Henrique	Beneficiação Parcial e Arranjos Exteriores	2008/2001
		EB1 n.º 159	Beneficiação Geral e Arranjos Exteriores	2008/2009
		EB1 n.º 181	Beneficiação Parcial e Arranjos Exteriores	2009/2011
		JI n.º 2 dos Olivais	Arranjos Exteriores	2009/2011
		JI n.º 4 dos Olivais	Beneficiação parcial	2009/2011
		Luis António Verney	EB1 n.º 54	Arranjos Exteriores
	Marvila	EB1 Prof. Agostinho da Silva	Remodelação Geral e Arranjos Exteriores	2008/2009
		EB1 João dos Santos	Cozinha e Refeitório, e Arranjos Exteriores	2008/2011
	Piscinas-Olivais	EB1 n.º 36	Beneficiação Geral	2009/2011
		EB1 Paulino Montez	Beneficiação Geral, Ampliação e Arranjos Exteriores	2009/2011
		EB1 Santa Maria dos Olivais	Beneficiação Geral e Arranjos Exteriores	2008/2011
	St.ª Maria dos Olivais	EB1 Alice Vieira	Arranjos Exteriores	2009/2011
		EB1 n.º 183	Beneficiação Geral e Arranjos Exteriores	2009/2011
		EB1 Manuel Teixeira Gomes	Beneficiação Parcial e cozinha/refeitório	2008/2011

GRUPOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS	AGRUPAMENTO	ESCOLA	INTERVENÇÕES	CALENDARIO
Noroeste	Alto do Lumiar	EB1 Cruz Vermelha	Beneficiação Geral e Arranjos Exteriores	2009/2011
	Bairro Padre Cruz	EB1 n.º 167-N EB1 n.º 167-V	Substituição do Pré-fabricado	2009/2011
	Delfim Santos	EB1 Frei Luis de Sousa	Beneficiação Parcial	2009/2011
		EB1 Laranjeiras	Beneficiação Geral e Arranjos Exteriores	2008/2011
	Pedro de Santarém	EB1 n.º 52	Beneficiação Parcial	2009/2011
		EB1 Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles	Arranjos Exteriores	2009/2011
		JI n.º 1 de Benfica	Beneficiação Parcial	2009/2011
	Pintor Almada Negreiros	EB1 66 + JI da Charneca	Requalificação do edifício da EB23 Pintor Almada Negreiros	2008/2009
	Professor Lindley Cintra	EB1 n.º 31	Beneficiação Geral e Ampliação da cozinha/refeitório	2009/2011
		EB1 Eurico Gonçalves	Arranjos Exteriores	2009/2011
		JI n.º 1 da Ameixoeira	Recreio coberto	2009/2011
	Quinta de Marrocos	EB1 Professor José Salvado Sampaio	Ampliação da cozinha/refeitório e Beneficiação Parcial	2009/2011
		EB1 Parque Silva Porto	Beneficiação Geral e Arranjos Exteriores	2009/2011
	S. Vicente/Telheiras	EB1 Luz/Carnide	Beneficiação Geral	2008/2009
		EB1 n.º 121	Beneficiação Parcial e Arranjos Exteriores	2008/2011
		EB1 Prista Monteiro e JI Bairro da Horta Nova	Beneficiação Parcial	2009/2011
	Telheiras	EB1 Telheiras	Beneficiação Geral	2008/2009

GRUPOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS	AGRUPAMENTO	ESCOLA	INTERVENÇÕES	CALENDARIO
Sudoeste	Belém-Restelo	EB1 Moinhos do Restelo	Beneficiação Geral e Arranjos Exteriores	2008/2011
		EB1 Bairro do Restelo	Beneficiação Geral	2008/2011
		EB1 n.º 107	Beneficiação Geral, Ampliação e Arranjos Exteriores	2009/2011
		EB1 n.º 118	Cozinha / refeitório	2008/2009
		EB1 Caselas	Beneficiação Geral	2009/2011
	Francisco Arruda	EB1 Casalinho da Ajuda	Beneficiação Parcial	2009/2011
		EB1 Alexandre Herculano	Beneficiação Geral	2009/2011
		EB1 Alexandre Rodrigues Ferreira	Ampliação do edifício	2009/2011
		EB1 Santo Amaro	Construção de bloco autónomo para cozinha/refeitório e Arranjos Exteriores	2008/2011
		EB1 Raúl Lino	Beneficiação Geral	2008/2009

III.2 Medidas Complementares

III.2.1 Educação Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Com a implementação das actuações previstas no capítulo anterior, reforça-se e melhora-se a rede de equipamentos de educação e ensino que, através da requalificação do parque escolar, proporcionará a alunos e professores instalações e dotações de equipamento mais adequadas a uma boa vivência escolar, às modernas exigências pedagógicas e ao pleno desenvolvimento dos processos educativos.

Complementarmente, e ainda como medidas de suporte à elevação das ofertas educativas, importa também:

- Dotar as escolas de equipamentos informáticos, recursos multimédia, aplicações educativas, bibliotecas digitais e acessos rápidos à internet e desenvolver nas crianças competências na exploração das Tecnologias de Informação;
- Dinamizar com qualidade as actividades de apoio educativo;
- Melhorar quantitativa e qualitativamente o apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais;
- Alargar a intervenção dos Serviços de Psicologia ao Pré-escolar e 1º Ciclo;
- Potenciar os programas de enriquecimento curricular;
- Potenciar a intervenção da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e articular esta com outras entidades;
- Desenvolver actividades extra-curriculares, nomeadamente tirando partido do alargamento do horário de funcionamento dos JI e escolas do 1º ciclo, promovendo a educação não-formal e as actividades lúdico-desportivas.

III.2.2 Ensino Básico (2º e 3º ciclos) e Secundário

No que se refere ao 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, importa adoptar medidas de combate ao insucesso, abandono e saída antecipada. Neste

particular, assume grande relevância promover uma oferta educativa mais diversificada e ajustada ao perfil, motivação e interesses de alguns segmentos de estratos jovens de Lisboa e concelhos vizinhos, o que passa pelo desenvolvimento e reforço de ofertas formativas de cariz científico, tecnológico e profissional.

A necessidade da diversificação das ofertas educativas é particularmente aguda num quadro de alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade que constitui um desafio num concelho em que as taxas de saída antecipada e de abandono precoce não são desprezáveis e o número de alunos no ensino secundário tem tido quebras significativas em anos recentes.

A aposta neste tipo de ensino deverá ser reforçada, de acordo com os Projectos Educativos das Escolas Secundárias, e acentuando a ligação destas à vida activa e ao tecido económico e empregador, de forma a promover a formação de recursos humanos qualificados e a consolidar um sistema concelhio e regional mais produtivo. No mesmo sentido, deverá apostar-se ainda na coordenação entre as várias entidades ligadas à formação profissional, nomeadamente o Instituto de Emprego e Formação Profissional, de forma a proporcionar um ensino profissional diversificado.

Ainda como medidas de combate ao insucesso e abandono escolares e à marginalização juvenil, julga-se recomendável:

- Actualizar e dinamizar as actividades de apoio educativo, particularmente nos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária;
- Melhorar quantitativa e qualitativamente o apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais;
- Ampliar a intervenção dos Serviços de Psicologia e Orientação, estendendo-a a alunos do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico;
- Potenciar a intervenção da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e articular esta com outras entidades;
- Promover o ensino de 2ª oportunidade, implementando currículos alternativos e reforçando a sua oferta;

- Dinamizar a aprendizagem ao longo da vida e as iniciativas de educação extra-escolar.

III.2.3 Medidas Gestionárias

Julga-se ainda recomendável, nas vertentes mais ligadas à gestão do sistema educativo:

- Reforçar os Agrupamentos de Escolas, nomeadamente através da convergência dos planos pedagógicos das escolas envolvidas e da promoção de um projecto educativo integrador, no qual se envolva a comunidade educativa; importa ainda assegurar que os agrupamentos disponham de condições administrativas adequadas ao desempenho da sua missão, num quadro de progressiva autonomia e modernidade;
- Promover práticas de auto e hetero avaliação do desempenho, nomeadamente na vertente da qualidade do ensino, ao nível da escola e do agrupamento, de forma regular e continuada;
- Dinamizar a participação dos docentes na vida das escolas;
- Potenciar as ligações das escolas à Comunidade Educativa e Cultural, às empresas e à sociedade em geral.

III.3 Monitorização da Carta Educativa

Como é sabido, o processo de planeamento não se esgota no acto de elaboração do plano, o qual deve ser alvo de revisão permanente face ao acompanhamento e monitorização do sistema alvo desse plano.

As Cartas Educativas constituem-se como instrumentos sectoriais de planeamento que organizam o conhecimento sobre um domínio específico – os serviços de educação e ensino – e visam adequar a rede educativa às perspectivas de desenvolvimento dos concelhos, de acordo com cenários de evolução demográfica e socio-económica estabelecidos e com as necessidades e aspirações das populações.

A presente Carta Educativa reflecte o conhecimento actual sobre a rede educativa com base na informação hoje disponível. Para se tornar num instrumento vivo e permanentemente actual, carece de aprofundamento sucessivo e de revisão e actualização dinâmicas face a orientações estratégicas para o desenvolvimento da cidade, evoluções demográficas, socio-económicas e da procura de ensino que importa monitorizar, bem como de alterações do quadro legislativo e orientador que enquadram o sistema educativo.

Deste modo, recomenda-se que a Câmara Municipal de Lisboa promova a monitorização do sistema e revisão da Carta Educativa, necessidade particularmente aguda se atendermos aos condicionalismos conjunturais referidos na Nota Prévia que afectaram a elaboração do presente documento.

A organização do processo de monitorização deve contemplar:

- i) Mecanismos de recolha de informação (junto das fontes respectivas, como sejam as escolas e/ ou respectivos agrupamentos, DREL, serviços da Câmara Municipal de Lisboa, INE, etc.), sua organização e disseminação;
- ii) Planos de acções, definindo objectivos, entidades e recursos a mobilizar que permitam operacionalizar os vectores estratégicos e linhas de orientação da Carta Educativa e complementem, reforcem ou revejam as actuações agora definidas;

- iii) Avaliação de resultados, com carácter regular e periódico (sugerindo-se uma periodicidade anual, talvez após o início de cada ano lectivo), tendo nomeadamente em vista a revisão dos planos de acções e/ou das linhas estratégicas de orientação da Carta Educativa.

Recomenda-se que a gestão deste processo de monitorização fique sob a responsabilidade de uma estrutura organizativa a criar na dependência do Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa e que funcione em estreita articulação com o Conselho Municipal de Educação, fórum adequado para apreciar e estabelecer os planos de acções e a avaliação de resultados.

Julga-se recomendável monitorizar, nomeadamente:

- As dinâmicas urbanas, sociológicas e demográficas, particularmente naqueles aspectos que possam constituir inflexões de trajectória relativamente às tendências previstas.
- Planos e projectos urbanísticos (Planos de Urbanização, Planos de Pormenor, projectos de loteamento, licenças de construção), com previsão dos acréscimos populacionais que lhes estão associados e correspondentes acréscimos da procura de ensino e/ou alterações da expressão espacial dessa procura.
- As ocorrências de nascimentos (nados-vivos por área geográfica), com previsão da procura de ensino que lhes estará associada.
- A evolução da população escolar, nomeadamente no que respeita à frequência dos estabelecimentos de ensino e respectivas inflexões de trajectória cujas determinantes importa tentar perceber.
- A avaliação do desempenho do sistema educativo, quer na vertente endógena de desempenho escolar (abandono, retenção, etc.), quer na vertente de relações com a envolvente, nomeadamente no que respeita à adequação da oferta educativa às necessidades e anseios das populações.

- A evolução do estado de conservação das instalações e da adequação dos equipamentos e recursos complementares às necessidades pedagógicas e das aprendizagens vigentes em cada instante.
- Indicadores de eficiência em relação aos serviços prestados, designadamente no que respeita à sobre ou subutilização das infra-estruturas escolares, aos transportes e à Acção Social Escolar.
- Indicadores de eficácia associados aos resultados do processo educativo e tendo em conta os fenómenos de retenção e abandono, inserção ou exclusão social e integração profissional da formação obtida.

A análise da informação acima referida permite construir um “Tableau de Bord” que será de grande utilidade para a monitorização da rede educativa do município de Lisboa, evitando assim deseconomias e desajustamentos entre a procura e a oferta.

A incerteza associada às dinâmicas demográficas de uma área urbana com a complexidade de Lisboa recomenda um acompanhamento contínuo dessa evolução. As flutuações no número de residentes e da procura de ensino por eles gerada numa determinada área dependem de factores difíceis de prever com rigor, mas que podem, e devem, ser alvo de um acompanhamento permanente. Em áreas com forte dinâmica urbana, a evolução da população estará relacionada de uma forma mais ou menos directa com a progressiva ocupação dos novos fogos construídos. Noutras zonas, como bairros consolidados, essa evolução far-se-á em estreita relação com a ocupação de prédios devolutos e fogos vagos, principalmente se forem implementados programas de reabilitação e requalificação urbana.

O quadro seguinte identifica situações que, nomeadamente face a desenvolvimentos urbanos perspectivados, importa monitorizar estreitamente.

Quadro III.2 – Vectores de crescimento populacional a monitorizar

Grupo de UTPRE	Situações a Monitorizar
Nordeste	Evolução da ocupação dos Planos de Urbanização do Parque das Nações, Zona Ribeirinha Oriental, Chelas e Vale de Chelas
	Ritmo de rejuvenescimento da população residente nos bairros dos Olivais e Encarnação e Chelas (áreas consolidadas)
Centro Ribeirinho	Dinâmica de reabilitação e reocupação de fogos na área histórica central
	Evolução da ocupação do Projecto Urbanístico do Vale de Alcântara e Plano de Pormenor do Vale de Santo António
Sudoeste	Monitorização da ocupação dos Planos de Pormenor do Alto do Alvito, Envolvente do Palácio Nacional da Ajuda, Pólo Universitário do Alto da Ajuda e Cruzeiro de Rio Seco
	Ritmo de concretização dos loteamentos previstos para a área
	Evolução do fenómeno de "importação" de alunos de outras áreas do concelho e de concelhos vizinhos, principalmente no caso do Ensino Secundário
Centro	Concretização de projectos como o loteamento EPUL Forças Armadas, Plano de Pormenor da Artilharia Um e diversos outros loteamentos previstos para a área
	Ritmo de rejuvenescimento da população residente nas áreas residenciais consolidadas
	"Importação" de alunos de outras áreas do concelho e de concelhos vizinhos, particularmente no Pré-escolar e 1º Ciclo
Noroeste	Ocupação dos fogos construídos no âmbito dos Planos do Alto do Lumiar, Carnide/Luz, Palma de Baixo, Calhariz de Benfica, Envolvente do Mercado de Benfica e Eixo Urbano Luz/Benfica
	Ritmo de construção e ocupação de loteamentos previstos para a área, no Bairro Padre Cruz, Ameixoeira, Galinheiras ou Alto dos Moinhos

Não será por demais voltar a sublinhar as condicionantes à elaboração deste documento referidas na Nota Prévia que inibem conjuntamente o desenvolvimento de análises prospectivas articuladas com estratégias ou planos de desenvolvimento da cidade médio/longo prazo, o que reforça a necessidade de monitorização e revisão da presente Carta Educativa. Assim, e como sublinhado naquela nota, o presente documento deve ser encarado como uma primeira etapa num processo de planeamento da rede educativa que, longe de se esgotar neste estágio, carecerá de revisão que, ultrapassados os condicionalismos actuais, possa adoptar objectivos mais ambiciosos, nomeadamente em termos de horizonte temporal de planeamento.

Nessa revisão, um princípio estratégico basilar é o de que o planeamento da rede escolar deve estar alinhado com as intenções e planos urbanísticos da CML, importando que dos PMOT se retirem os devidos impactes e consequências, nomeadamente em termos de dotação de equipamentos para servir as populações que tais actuações urbanas pretendem atrair e fixar. Só deste modo a CML estará à

altura das suas responsabilidades, encontrando na criação das necessárias condições infraestruturais resposta adequada aos desafios da educação.

Daquele princípio estratégico basilar resulta que os PMOT devem contemplar reservas de terrenos para implantar equipamentos educativos que, conjuntamente com a rede existente na envolvente próxima e contemplando as complementaridades entre os diversos tipos de ofertas, dêem plena cobertura à procura de ensino gerada pela população que lhes estará associada. Ignorar este princípio, obviamente desafiante, corresponderá a perpetuar uma realidade do passado recente em que, muitas vezes como resultado da fragmentação das operações urbanísticas, importantes manchas urbanas foram crescendo sem que a gestão urbanística acautelasse a reserva de terrenos para a instalação dos necessários equipamentos educativos e se constatarem hoje carências de oferta que se revela problemático suprir por falta de solo público adequado. Num país e numa cidade onde o transporte escolar não tem tradição e é inexpressivo, esta é uma situação intolerável, particularmente para as crianças dos escalões etários mais baixos, para as quais é recomendável uma oferta de proximidade que evite grandes deslocações na cidade.

Especialmente nas áreas alvo dos maiores projectos urbanísticos, o planeamento dos equipamentos educativos deve ser feita atendendo à ocupação que a área deverá apresentar após consolidação populacional. As reservas de terreno para implantar os necessários equipamentos (nomeadamente, de ensino) deve ser acautelada, mesmo se um planeamento faseado apenas justificar a sua construção no médio/longo prazo, não sendo por demais sublinhar as dificuldades com que já hoje os serviços camarários se deparam para garantir reservas de terreno para equipamentos; naturalmente que com a progressiva ocupação dos espaços intersticiais ainda existentes essas dificuldades serão exponenciadas. Nestes casos, a monitorização dos ritmos a que a construção e ocupação das novas áreas urbanas se faz permitirá a adequada programação dos investimentos: não fará sentido construir todos os equipamentos previstos em simultâneo e antes do início do processo de urbanização, mas é necessário assegurar que, em todos os momentos, a população crescente tenha à sua disposição uma oferta de ensino adequada.

No que respeita ao quadro legislativo e orientador, não é por demais sublinhar as profundas alterações que o possível alargamento da escolaridade até aos 18 anos certamente produzirá, como atrás discutido. É da maior importância que se procure

acompanhar as evoluções deste processo e as orientações do Ministério da Educação decorrentes das intervenções expressas no Programa do Governo.

Por fim, refira-se a importância da participação da população nas soluções a erguer através das entidades apropriadas (associações de pais, juntas de freguesia, grupos ou associações locais, etc.) a fim de que se compreenda o significado das transformações pretendidas e se colham ensinamentos e apoios para a sua implementação. Também nesta vertente importa desenvolver mecanismos de consulta e monitorização.

São todos os factores acima referidos que tornam esta Carta Educativa num documento aberto e permanentemente inacabado conduzindo, conseqüentemente, à necessidade de periodicamente ser revista e actualizada à luz da informação actualizada sobre a conjuntura do momento em questão e perspectivas da sua evolução.

ANEXOS

Anexo I.1 – Capacidade Máxima e Real e respectiva Taxa de Ocupação dos Estabelecimentos de Educação e Ensino Públicos do ME

Anexo I.2 – Estabelecimentos Privados com oferta de Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico e respectiva população escolar

Anexo I.3 – Estabelecimentos Privados com oferta de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, Secundário e Escolas Profissionais

Anexo I.4 – Nº de Alunos matriculados em Actividades de Enriquecimento Curricular por Estabelecimento de Ensino

Anexo I.5 – Número de Crianças e Alunos matriculados na Componente de Apoio à Família por Estabelecimento de Educação e Ensino e Agrupamento

Anexo I.1

Capacidade Máxima Nominal e Real e respectiva Taxa de Ocupação dos Estabelecimentos de Educação e Ensino Públicos do ME

Este anexo compreende um quadro com a seguinte informação:

- Agrupamento
- Identificação do estabelecimento
- Alunos matriculados em 2005/06
- Capacidades por turmas
- Capacidades em número de alunos
- Taxa de ocupação (capacidade máxima nominal)
- Capacidades reais (utilização 2007/08)
- Taxa de Ocupação real

Anexo I.2

Estabelecimentos Privados com oferta de Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico e respectiva população escolar

Este anexo compreende um quadro com a seguinte informação:

- Cod_ GEPE
- Identificação do estabelecimento
- Tipo
- Freguesia
- Morada
- Total de alunos inscritos
- Total de crianças inscritas no pré-escolar
- Total de alunos inscritos no 1º ciclo do Ensino Básico

Anexo I.3

Estabelecimentos Privados com oferta de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, Secundário e Escolas Profissionais

Este anexo compreende um quadro com a seguinte informação:

- Cod_ GEPE
- Identificação do estabelecimento
- Morada
- Freguesia
- Níveis ministrados
- Tipologia
- Natureza
- Total de alunos inscritos

Anexo I.4

Nº de Alunos matriculados em Actividades de Enriquecimento Curricular por Estabelecimento de Ensino

Este anexo compreende um quadro com a seguinte informação:

- Agrupamento
- Identificação do Estabelecimento
- Nº de alunos inscritos em 3 actividades de enriquecimento curricular
- Nº de alunos inscritos em TA apoio ao estudo
- Nº de alunos inscritos em TB - Ensino inglês
- Nº de alunos inscritos em TC - Actividade física e desportiva
- Nº de alunos inscritos em TD – Ensina de música
- Nº de alunos inscritos em TE – Outras expressões artísticas
- Nº de alunos inscritos em TF – Outras actividades que incidam nos domínios identificados
- Observações

Anexo I.5

Número de Crianças e Alunos matriculados na Componente de Apoio à Família por Estabelecimento de Educação e Ensino e Agrupamento

Este anexo compreende um quadro com a seguinte informação:

- Agrupamento
- Identificação do Estabelecimento
- Entidade executora da AAF
- Nº de alunos de frequentam a CAF (Jardim de infância e 1º ciclo)
- Observações

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA**



PDM
P L A N O
D I R E C T O R
M U N I C I P A L
D E L I S B O A

**UMA CIDADE PARA O FUTURO,
UMA CIDADE PARA AS PESSOAS.**



<http://www.cm-lisboa.pt>
<http://pdm.cm-lisboa.pt>
revisao.pdm@cm-lisboa.pt